

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

**Cultivos do comum:**  
**Comunicação e produção de ruralidades no Rio de Janeiro**

Patrícia da Veiga Borges

Rio de Janeiro  
Junho de 2017

Cultivos do comum:

Comunicação e produção de ruralidades no Rio de Janeiro

Tese de Doutorado submetida à avaliação da Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares

**Linha de pesquisa:** Mídia e Mediações Socioculturais

Rio de Janeiro

Junho de 2017

## CIP - Catalogação na Publicação

B732c Borges, Patricia da Veiga  
Cultivos do comum: comunicação e produção de ruralidades no Rio de Janeiro / Patricia da Veiga Borges. -- Rio de Janeiro, 2017.  
286 f.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2017.

1. Rio de Janeiro. 2. Ruralidades. 3. Comunicação Comunitária. 4. Feiras Orgânicas. 5. Subúrbio. I. Soares, Raquel Paiva de Araújo, orient. II. Título.



**ATA DA 438ª SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO  
DEFENDIDA POR PATRÍCIA DA VEIGA BORGES NA ESCOLA DE  
COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

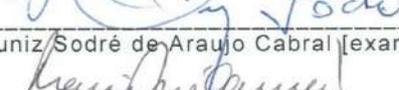
Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na sala do Conselho de Centro do CFCH da UFRJ, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Patrícia da Veiga Borges**, intitulada: "**Cultivos do Comum: comunicação e produção de ruralidades no Rio de Janeiro**" perante a banca examinadora composta por: **Raquel Paiva de Araujo Soares** [orientador(a) e presidente], **Muniz Sodré de Araujo Cabral**, **Maria José Teixeira Carneiro**, **Márcia Vidal Nunes**, **Patrícia Gonçalves Saldanha** e **Marcelo Monteiro Gabbay**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

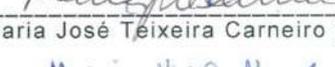
aprovada     reprovada     aprovada mediante alterações

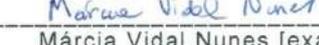
E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

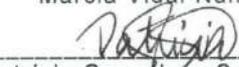
Rio de Janeiro, 20 de junho de 2017

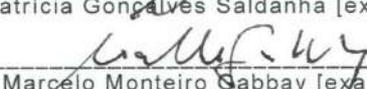
  
Raquel Paiva de Araujo Soares [orientador(a) e presidente]

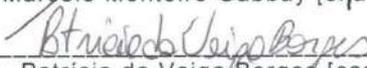
  
Muniz Sodré de Araujo Cabral [examinador(a)]

  
Maria José Teixeira Carneiro [examinador(a)]

  
Márcia Vidal Nunes [examinador(a)]

  
Patrícia Gonçalves Saldanha [examinador(a)]

  
Marcelo Monteiro Gabbay [examinador(a)]

  
Patrícia da Veiga Borges [candidato(a)]

\* As atas de defesa de tese/apresentação de dissertação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro somente geram efeitos após sua homologação pelo CEPG.

Para Dilma e Edison

Para Nilton José

Para meus interlocutores

## **Agradecimentos**

À Natureza, pela vida;

Aos meus pais, Dilma da Veiga Borges e Edison Ferreira Borges, pelo apoio incondicional em qualquer das fases;

A Priscilla e Sílvio, irmã e cunhado, pelas conversas sobre qualquer assunto; ao pequeno Benjamin, pela alegria de viver; ao carinhoso Levi, por ronronar bem perto de mim;

Ao meu amor, Pedro, pela compreensão, pela parceria nos estudos e no trabalho, por ser companheiro até mesmo quando distantes estamos;

À professora Raquel Paiva, pela orientação, pelos braços sempre abertos, por respeitar meu tempo, pela paciência para com minhas inúmeras inseguranças;

À professora Maria José Carneiro, pelas sugestões fundamentais desde 2013;

Aos professores Muniz Sodré e Mohammed ElHajji, pelas importantes questões levantadas em sala de aula e no processo de qualificação;

Às professoras Márcia Vidal e Patrícia Saldanha, assim como ao professor Marcello Gabbay, pela generosidade de integrarem a banca avaliadora na etapa final;

Às pessoas entrevistadas que compartilharam comigo suas angústias e seus sonhos, em especial a Ana Paula, Marcelo, Zelinha e Mestre Jonas;

Ao “veinho” Nilton José dos Reis Rocha, pelas primeiras viagens e pela inspiração;

A Ana Lúcia, pela força e pela delicadeza de tantas trocas;

A Gabriela, por se lançar comigo pelas ruas do Rio, ler parte do meu texto e fazer apontamentos tão simples e eficazes;

A Narrira, “estrela que brilha”, pela participação ativa em minha vida;

A Maiara, pelas sugestões de leitura;

A Tatiane, com seu riso certo, pela ajuda nos momentos de emergência;

Às “rainhas lacradoras” que ainda não mencionei, sempre dispostas a construir-desconstruir-reconstruir: Ana Clara, Mariza, Jordana, Milena;

À querida Jhessica Reia, primeira a me acolher no Rio de Janeiro;

Ao abraço doce de Dérika Virgulino, Suzana Rozendo e Camila Calado;

A Adriana Saraiva, sempre disposta a auxiliar com os dados do IBGE;

A Alexandre, Zilda, Rosa, Andrea, Guilherme e todos do Grupo de Estudos Leccturas, pela convivência;

A Ana Beatriz, pela escuta;

A Guidyon Augusto, Nicole, Camilla, Maria Eduarda e Mariana, pela caminhada em outras dimensões;

Aos mestres que conheci nos sertões por, de algum modo, estarem aqui;

Ao grupo Tambor de Cumba, pela acolhida da roda e pelos ensinamentos da cultura popular;

Aos representantes discentes Cíntia e Wilson (2015 – 2017), Daniel e Lucas (2013 – 2015), pela disponibilidade e pelo desprendimento;

À turma do curso de extensão Cidades e Produção de Subjetividades, em especial aqueles que subiram comigo a Serra da Misericórdia: Priscila, Mirila, Juan e Luiza;

A toda a equipe da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), sobretudo aos companheiros da Coordenação de Jornalismo, pela torcida;

Aos colegas servidores técnico-administrativos Thiago, Jorgina e Rodrigo, pelo suporte humano e institucional;

Ao professor Paulo Vaz, quem no início me incentivou a seguir em frente;

Aos demais integrantes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, pelas lições diárias;

Enfim, a todos: sou grata, infinitamente!

*A noite não demora na morada do escuro,  
ela anseia o claro alvorecer da manhã.*

*Estava o semeador de auroras  
sulcando a aragem da terra  
com riscos de um fio invisível  
que somente tecem e sabem tecer*

*as mãos hábeis dos rituais do amanhecer.*

*E alvorava de ele trabalhar, curvado sobre a terra,  
a suave equação que de grão em grão movia  
a complicada arquitetura do universo.*

*Ali. Como se a história das coisas e homens  
a cada dia nascesse de novo desse gesto ancestral,*

***pois todas as coisas são o que o homem planta  
e cultura é o nome dado ao que ele colhe e canta  
enquanto corta a braçada de cereais.***

*Estava o semeador de auroras  
dizendo um a um os seus nomes  
aos frutos que iam nascer.*

*E como quem dá o nome dá a vida,  
pronunciava sussurros de um rito sagrado,  
como um mago vestido do branco alvo da neblina.*

*Não como um lavrador de três alqueires.*

Carlos Rodrigues Brandão

## RESUMO

Esta tese segue uma abordagem comunicacional e traça um mapa narrativo por entre subúrbios e serras do Rio de Janeiro, buscando perceber o que é vinculativo nas relações. O ponto de partida é a Praça Marechal Maurício Cardoso, localizada entre os bairros de Olaria e Penha, onde, desde 2014, é realizada a Feira Orgânica da Leopoldina – primeira do gênero na região. Na intersecção da praça e da feira, é iniciado um trabalho etnográfico que assume condição errante e viaja por outros bairros, bem como por localidades dos municípios de Tanguá (Região Metropolitana) e Petrópolis (Região Serrana). A trajetória, que se constrói em movimento e articula múltiplos modos de fazer, permite descrever territórios e vidas, apontando para um contexto de disputa territorial e simbólica pelo espaço público e pelos bens comuns. É estabelecida convivência com 27 interlocutores, entre agricultores, consumidores de alimentos orgânicos, ativistas socioambientais, comerciantes, transeuntes e “curiosos”, visando compreender: a) o que povoa a imaginação dos entrevistados, que vivem no campo e na cidade, a respeito de um “mundo rural”; b) como a ruralidade é produzida. Ao final da jornada, a seguinte proposição se apresenta: o processo de produção de ruralidade, ancorado em vivências que imbricam o real e o virtual, se faz e desfaz a partir da comunicação, reunindo expectativas, desejos e experiências. Deste modo, as ruralidades são entendidas como elementos vinculativos da cidade e todas as tentativas de vinculação são consideradas “cultivos do comum”.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; Ruralidades; Comunicação Comunitária; Feiras Orgânicas; Subúrbio.

## ABSTRACT

This thesis follows a communicational approach and traces a narrative map through suburbs and saws of Rio de Janeiro, seeking to realize what is binding in relations. The starting point is the square Marechal Maurício Cardoso, located between the neighborhood of Olaria and Penha, where, since 2014, is held the Fair Organic Leopoldina - first of its kind in the region. At the intersection of the square and fair, an ethnographic work is started that assumes errant condition and travels through other neighborhoods, as well as by localities of the municipalities of Tanguá (Metropolitan Region) and Petrópolis (Serrana Region). The trajectory, which is built in movement and articulates multiple ways of doing, allows to describe territories and lives, pointing to a context of territorial and symbolic dispute for public space and the commons goods. The coexistence is established with 27 interlocutors, including farmers, consumers of organic food, socio-environmental activists, merchants, passersby and "curious", to understand: a) what is in the imagination of the interviewees, who live in the countryside and in the city, about a "rural world"; b) how rurality is produced. At the end of the journey, the following proposition is presented: the process of rurality production, anchored in experiences that imbricate the real and the virtual, is made and remade from communication, gathering expectations, desires and experiences. In this way, the ruralities are understood as binding elements of the city and all attempts of binding are considered "common crops".

**Keywords:** Rio de Janeiro; Ruralities; Community Communication; Organic Fairs; Suburb.

## LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1 – Inauguração da Feira Orgânica da Leopoldina em 31/05/2014
- Imagem 2 – Cartaz de Inauguração da Feira Orgânica da Leopoldina
- Imagem 3 – Marcador de livros feito por Mestre Jonas
- Imagem 4 – Nota publicada no Jornal O Dia
- Imagem 5 – Publicação no perfil da Praça Marechal Maurício Cardoso
- Imagem 6 – Panfleto sobre poluição das águas subterrâneas no entorno no Curtume Carioca
- Imagem 7 – Ilustração educativa na cartilha do Programa de Monitoramento do Ar
- Imagem 8 – Imperatriz Leopoldina na visão do grupo Leopoldina Orgânica
- Imagem 9 – Retrato de Maria Leopoldina exposto no Museu Histórico Nacional
- Imagem 10 – Microfone aberto na Leopoldina Orgânica. Fevereiro de 2015
- Imagem 11 – Conversa com Noêmia, Izidório e Zélio
- Imagem 12 – Izidório e Noêmia no alpendre
- Imagem 13 – Caminhando pelo laranjal de Izidório
- Imagem 14 – Capa e contracapa do cordel feito por Isael
- Imagem 15 – Cecília mostra seu primogênito, José Carlos, no retrato
- Imagem 16 – Giovani na produção de mudas de rúcula
- Imagem 17 – Propaganda do Brejal em um canal da mídia social YouTube
- Imagem 18 – A bordo do caminhão do GP
- Imagem 19 – José Nilton planta sem usar agrotóxicos desde 1982
- Imagem 20 – O “empreendedor do campo” em seu universo
- Imagem 21 – Delimitação da APARU Serra da Misericórdia
- Imagem 22 – Entrada do CEM no Parque Proletário do Grotão
- Imagem 23 – vista do pátio do CEM, no Grotão/Penha
- Imagem 24 – Espécies que convivem e sobrevivem na área da antiga pedreira
- Imagem 25 – Registro do 1º encontro sobre Pancs na Serra da Misericórdia
- Imagem 26 – Vista da pedreira na Serra da Misericórdia
- Imagem 27 – Grupo de estudantes da UFRJ em caminhada
- Imagem 28 – Lixão da Serra da Misericórdia
- Imagem 29 – Entrada da área da pedreira
- Imagem 30 – Nascente do Monte do Passaporte
- Imagem 31 – Zona Norte do Rio de Janeiro do alto da Serra da Misericórdia

Imagem 32 – Conversa com Ana Paula

Imagem 33 – Mutirão na horta da Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek

Imagem 34 – Chaya refogada na panela do refeitório

Imagem 35 – Zelinha no set de filmagem improvisado em sua cozinha

Imagem 36 – Grupo peruano Alborada Sinfônica, inspiração de Edimilza

Imagem 37 – Hannah Cassy Potiguar dançando na Feira de Olaria

Imagem 38 – Eutaníria nos jardins da Saara

Imagem 39 – Capa da primeira edição do jornal do Grupo de Amigos

Imagem 40 – Edição n° 1, páginas 2 e 3: texto sobre a disputa pela praça

Imagem 41 – Edição n° 1, páginas 4 e 5: Cenas da/vividas na praça

Imagem 42 – Edição n° 1, páginas 6 e 7: Texto sobre o Fórum da Grande Leopoldina e agradecimento aos Amigos da Praça

Imagem 43 – Página 8: Aniversário do bairro da Penha e convite para o Dia das Crianças

Imagem 44 – Jornal n° 2, página 4: texto sobre mulheres

Imagem 45 – Capa e contracapa da edição n° 5

Imagem 46 – Chaya

Imagem 47 – Guandu

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Problemas, objetivos e procedimentos de pesquisa

Tabela 2 – Composição da terra no estado do Rio de Janeiro

Tabela 3 – Produção de animais no estado do Rio de Janeiro

Tabela 4 – Produção vegetal da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro

Tabela 5 – Produção animal da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>PARTE I – MAPA NARRATIVO.....</b>	<b>27</b>
<b>1. SUBÚRBIO I.....</b>	<b>28</b>
1.1. Sobrevoos.....	30
1.2. Pedra fundamental.....	40
1.3. Leopoldina Orgânica.....	57
1.4. Microfone aberto.....	62
<b>2. SERRAS.....</b>	<b>74</b>
2.1. Pé lá, outro cá.....	74
2.2. Conversa atravessada.....	78
2.3. Cordel do retorno.....	90
2.4. “Empreendedores do campo” .....	104
2.5. O “chamado” da Serra da Misericórdia.....	113
<b>3. SUBÚRBIO II.....</b>	<b>141</b>
3.1. Horta Panc na escola.....	141
3.2. Vídeo-banquetes.....	151
3.3. Hannah Cassy Potiguar.....	155
3.4. Nos jardins do Saara.....	160
<b>4. PISTAS DE UM CAMINHAR.....</b>	<b>168</b>
4.1. Modos de explorar.....	169
4.2. Modos de fazer.....	175
4.3. Modos de agir.....	179
4.4. Modos de escrever.....	182
<b>PARTE II – REFLEXÕES EM ANDAMENTO.....</b>	<b>185</b>
<b>5. CONCEPÇÕES, ESPAÇOS E DISPUTAS.....</b>	<b>185</b>
5.1. O debate acadêmico.....	188
5.2. Dinâmicas territoriais do Rio de Janeiro.....	197

<b>6. “RURAL” NAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>209</b>
6.1. Difusão, inovação e desenvolvimento.....	209
6.2. Transformação estrutural.....	215
<b>7. COMUNICAÇÃO, IMAGINAÇÃO E PRODUÇÃO DE RURALIDADE.....</b>	<b>220</b>
7.1. “Dentro de cada pessoa” .....	220
7.2. Outras mídias.....	229
7.3. Trabalho de imaginação e produção de ruralidade.....	239
7.4. Cultivos do comum.....	242
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>244</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>246</b>
<b>ANEXO 1 – DERIVA-TESTE – REVOADA .....</b>	<b>260</b>
<b>ANEXO 2 – RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>263</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“Em qualquer parte da terra / um homem estará sempre plantando / recriando a Vida / Recomeçando o Mundo”,  
Cora Coralina*

Em *Poema do Milho*, Cora Coralina (1985)<sup>1</sup> debulha em palavras o ciclo da vida na terra, retratando quem a cultiva, o que nela cresce e o que nela fica. Na cadência da poesia, a semente é trocada entre lavradores, vizinhos, nos quintais, nos lotes e nas roças; a chuva chega e prepara o terreno já arado e tratado pelas mãos humanas – na medida em que se aproveita, de colheitas passadas, palhas e sabugos. “Milho plantado; dormindo no chão, aconchegados / seis grãos na cova. / Quatro na regra, dois de quebra. / Vida inerte que a terra vai multiplicar” (CORALINA, 1985, p. 167). E assim o leitor acompanha o crescimento da planta, que germina, disputa espaço com as pragas, floresce, dá de comer a formigas e pássaros, se aproximada do amadurecimento, é colhida, tem pedaços deixados na terra, morre. Neste trabalho, *Poema do Milho* é alegoria. Se pretende falar de cultivo, sim. Aliás, cultivos, no plural. Mas não diretamente do milho ou de qualquer outro alimento. Das pessoas, de suas formas de vida, de suas tentativas de sobreviver nos territórios em que habitam.

Este trabalho busca compreender as possíveis vinculações entre sujeitos postos em relação (SODRÉ, 2014, p.p. 300 – 303) em determinado espaço e contexto que aqui será apresentado. Segue uma abordagem comunicacional que realiza interpretações sobre o social por meio de um esquema de pensamento multidisciplinar e de uma postura que se pretende abduativa, errática e inventiva (SODRÉ, 2014, p.p. 289). Ainda, se entende inserido no escopo da Comunicação Comunitária, uma vez que cabe à disciplina identificar a polifonia na sociedade e propor para o campo da Comunicação novos olhares a respeito de seus temas (PAIVA, 2007).

Antes de ir direto ao “objeto” de investigação, é preciso apresentar um percurso. De início, a pesquisa era um grande tema: comunicação e “mundo rural”<sup>2</sup>. Uma questão, então, incomodava: o que deve ser entendido como “rural”? A pergunta orientou o surgimento de

---

<sup>1</sup> Cora Coralina foi doceira, lavadeira, bordadeira, escritora, poetisa e observadora de seu tempo. Nasceu no século XIX e percorreu municípios de São Paulo e Goiás no século XX. As referências aqui mencionadas estão na décima edição da obra *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, cuja primeira publicação tem data de 1965 (CORALINA, 1985).

<sup>2</sup> Considerando a multiplicidade de sentidos que a palavra “rural” pode ter, preferiu-se usar, inicialmente, o termo “mundo rural”, escrito propositalmente entre aspas. Ao longo do trabalho, em busca de uma compreensão de seu significado, dar-se-á preferência ao uso do termo “rural”.

disciplinas como Comunicação Rural e Sociologia Rural (BORDENAVE, 1983; CALLOU, 2001) e por meio de um vasto debate entre pesquisadores motivou também o questionamento da pertinência das mesmas (MARTINS, 1981; 2000; JOLLIVET, 1998; FONSECA JÚNIOR, 2003). De modo que não se pretendia, desde o início, adentrar esta seara. Porém, era preciso se perguntar: “rural” diz respeito a um tempo? A um espaço físico? O lugar onde as pessoas vivem? Onde se planta os alimentos? Onde se disputa a terra? De onde são retiradas as *commodities* – mercadorias em estado bruto? Uma condição de sobrevivência? Uma paisagem? Uma forma de vida? Algo que se opõe ao “urbano”? Uma recordação? Uma explicação abstrata? Está exposto? Está guardado? Foi modificado? Enfim, o que é ou poderia ser “rural”?

A noção de “rural” foi usada primeiramente nos estudos da Geografia, para designar o espaço físico e social oposto ao urbano (MARTINS, 2014). No entanto, vale recorrer a uma emblemática definição sociológica que surgiu a partir da obra de Ferdinand Tönnies (*apud* Paiva, 2003), em 1887. O sociólogo alemão, ao tratar da convivialidade humana, estabeleceu oposição entre duas formas de vida: a sociedade e a comunidade. A primeira seria para ele o resultado do advento da modernidade ocidental, uma estrutura artificial regida por Estado, organizada por instituições e constituída de sujeitos individualizados, afastados de uma vida em comum. Já a segunda abarcaria os resquícios de “outras” sociedades, também chamadas “tradicionais”, em que o vínculo com a terra e as relações de proximidade seriam mantidos, bem como onde se partilharia a linguagem, a fé, o compromisso, o consenso etc. (TÖNNIES *apud* PAIVA, 2003, p.p. 69 a 77).

A partir dessas considerações, três “possibilidades de vida comunitária” se configurariam: “a consanguínea, ou seja, aquela calcada em laços de parentesco; a de proximidade, baseada nas relações de vizinhança; e a espiritual, atravessada pelos interesses, sentimentos, afetos em comum” (PAIVA, 2007, p. 135). O lugar onde esses três elementos – parentesco, vizinhança e afeto – perdurariam seria, inicialmente, o espaço “rural”. Assim como na Geografia, para os estudos clássicos do social o que se supôs a respeito da comunidade e do “rural” teria como base a oposição à sociedade e ao “mundo urbano”.

Porém, no contexto contemporâneo, em que as tecnologias imbricaram campo e cidade, as referências geográficas intercalaram os espaços físico e virtual, a máquina se entranhou no corpo humano<sup>3</sup>, as sementes (de milho, soja, feijão, algodão, entre outras) foram modificadas

---

<sup>3</sup> Vide notícias recentes de um bracelete que projeta no pulso a tela do smartphone e compreende as informações enviadas por seus usuários a partir de toques na pele. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/pulseira-projeta-tela-do-smartphone-no-pulso-veja-video/45494>> Acesso em: 24 jul. 2015.

geneticamente em laboratório, todas as partes do planeta estão visíveis<sup>4</sup>, em que as culturas locais se misturam a um contexto globalizante, a velocidade dos fluxos informacionais impõe igualmente rápidas mudanças no cotidiano, a migração aponta em difusos sentidos e a muitas barreiras, o desejo de retornar a uma condição originária, ou natural, convive paradoxalmente com a mais alta sofisticação das engenharias, o número de pessoas mortas por conflitos de terra, água, recursos naturais e trabalho é crescente<sup>5</sup>, enfim, como estudar o “mundo rural”? Seria preciso apresentar previamente uma concepção?

Não se desejava associar o termo “rural” unicamente à concepção que o enxergou outrora como um estágio da “evolução” capitalista e cuja etapa final seria a industrialização plena de um território (MARX & ENGELS, 2009). Se assim fosse, territórios amplamente industrializados não teriam experimentado, ao final do século XX, um retorno de seus habitantes a espaços de campo (KAYSER, 1990). Tampouco esse “rural” poderia ser entendido como um tipo de sociedade “tradicional” que perdurou no tempo (WEBER, 1974), a duras penas e paulatinamente deixando de existir (MENDRAS, 1976), cuja atividade econômica característica seria a agrícola e cujas especificidades de sua organização se dariam em oposição à vida urbana (SOROKIN et. al., 1981). Então, como abordar o tema?

A opção foi enxergar na palavra “rural” uma “categoria operatória” (REMY, 1989), ou seja, um ponto de partida para compreensões futuras sobre grupos e formas de vida; um entendimento que carrega consigo sentidos diversos relativos a um “meio”<sup>6</sup>, ou espaço, e aos usos feitos dele, mediante necessidades e recursos distintos. A ideia de “rural”, sob esse ponto de vista, não seria previamente estabelecida, seria posta em questão durante um trabalho de campo por corresponder a um universo com dimensões (da ordem da economia, da política, da organização social, do trabalho, da cultura, do tempo, das relações humanas etc.) tecidas no viver. Dada tal premissa, foi decidido que a noção de “rural” seria buscada e compreendida nas relações cotidianas e em determinado território, a partir de “um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” definido como ruralidade (CARNEIRO, 1998, p. 61).

---

<sup>4</sup> A vida de modo geral está representada em fotografias, vídeos, outdoors, na rede mundial de computadores, nos aplicativos para celular etc.

<sup>5</sup> O último relatório anual produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conflitos no Campo Brasil 2016, registrou no último ano, 61 mortes, 74 tentativas de assassinato e 200 ameaças de morte em razão de conflitos motivados por disputa de terra, superexploração do trabalhador, água ou recursos naturais. Informações disponíveis em: <<https://cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3727-conflitos-no-campo-brasil-2016>> Acesso em 2 jun. 2017.

<sup>6</sup> Para Jean Remy, o meio é uma entidade coletiva que mobiliza seus componentes e com isso é capaz de produzir algo comum.

E de que comunicação se estava a tratar? Nos termos de Sodré, a comunicação é um “símbolo”, um dispositivo “organizador” de tarefas, trocas, significados e objetos diversos – complementares e antagônicos (SODRÉ, 2014, p. 270 - 287). Tal símbolo demanda uma busca por novas formas de compreender os fenômenos sociais ancorada no pensamento comunicacional, que se debruça sobre a mediação e sobre a vinculação, ao mesmo tempo. Assim sendo, quando se estuda comunicação, se está buscando compreender, no mundo contemporâneo, dois processos correlatos:

primeiro, o de por em comum as diferenças por meio do discurso, com ou sem o auxílio da retórica (processo comunicativo); segundo, o de interpretar os fenômenos constituídos pela ampliação tecnológica da retórica, isto é, a mídia, na sociedade contemporânea (processo comunicacional) (SODRÉ, 2007, p.18).

O objeto de um estudo que se pretende comunicacional, assim, estaria entre a partilha intersubjetiva e sensível de experiências no cotidiano e o estabelecimento de uma ordem sociotécnica que, por meio de um complexo de instituições, aparatos e produtos, engendra as esferas sociais (SODRÉ, 2002; 2006; 2014). A partir desses pressupostos, foi definido que o grande tema a ser estudado seria comunicação e produção de um processo subjetivo que orienta à ruralidade.

Uma vez demarcadas as bases do trabalho, foi dado início à delimitação de um “objeto” propriamente dito, a ser investigado. Foi feita a opção por trabalhar a noção de território no sentido atribuído por Milton Santos como um “lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7). Passou-se a percorrer as ruas da cidade do Rio de Janeiro, a esmo, e, também, os fluxos informacionais disponíveis na rede mundial de computadores<sup>7</sup>, até encontrar esse lugar: a praça Marechal Maurício Cardoso, localizada entre os bairros de Olaria e Penha, na zona norte.

Neste local é realizada, desde 31 de maio de 2014, a Feira Orgânica da Leopoldina. O trabalho empírico, que começou no dia de sua inauguração e terminou no seu segundo aniversário<sup>8</sup>, consistiu, inicialmente, em observar as relações estabelecidas nesta feira e nesta praça, mas acabou por tomar as linhas de um traçado territorial para além das demarcações oficiais: adentrou a região afetiva da Grande Leopoldina, contornou a Serra da Misericórdia,

---

<sup>7</sup> Procedimentos comentados e embasados no capítulo 4.

<sup>8</sup> Foi um trabalho de dois anos, que durou um pouco mais, porque para se chegar ao espaço indicado, foi preciso caminhar 11 meses à deriva, conforme se verá nas páginas seguintes.

passou pelo bairro Jardim América, seguiu pela Via Dutra, se enveredou pelos sítios de Itaboraí e Tanguá, subiu novas serras, percorreu o distrito de Brejal, em Petrópolis, e retornou à capital. Reformulada com base neste território cartografado em movimento (DELEUZE & GUATTARI, 1995), por entre “subúrbios”<sup>9</sup> e serras, a proposta de estudo consistiu em acompanhar trajetórias de agricultores, consumidores, ativistas socioambientais e curiosos que compunham o contexto da feira e da praça no sentido de compreender suas vinculações. E de que contexto se trata? Segundo seus próprios realizadores, entusiastas e frequentadores, este foi o primeiro mercado local de alimentos orgânicos instalado no “subúrbio” do Rio de Janeiro como dispositivo de ocupação da praça e resultado de uma “luta” travada entre os moradores dos arredores e o poder público em defesa da manutenção do espaço<sup>10</sup>. Ou seja, de modo geral, o contexto era de disputa pelo direito coletivo à cidade (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2002) concomitantemente à inserção do lugar ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, uma das expressões do heterogêneo universo agroecológico na cidade do Rio de Janeiro.

A agroecologia é uma forma de produzir que se popularizou nos anos de 1980 com as crises ambiental e de abastecimento assistidas mundialmente. Pode ser definida como “...um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL, 2004, p. 8). Também pode ser entendida como uma maneira de produzir alimentos baseada no manejo dos solos, na observação, na colaboração, na valorização de saberes e modos de ser, cujas técnicas são resultado da experiência e do diálogo com a sociobiodiversidade, de uma crítica à produção agrícola industrializada e de uma tentativa de reorientação na seara da fragmentação do conhecimento (GUZMÁN, 2002). Nem toda feira de orgânicos se entende como agroecológica, nem todos os produtores de orgânicos se apresentam como agroecológicos, mas todos carregam em si um princípio fundante que é o confronto simbólico com a agricultura convencional.

---

<sup>9</sup> O termo “subúrbio”, posto aqui entre aspas propositalmente, é questionável na origem de sua formulação à carioca (MACIEL, 2010), porém, para fins de definição, é possível dizer que se trata de uma parte da cidade que acompanha os trilhos do trem e foi “urbanizada” de acordo com a expansão da estrada de ferro, construída em fins do século XIX pela Companhia Estrada de Ferro Leopoldina. Os nomes Central do Brasil e Leopoldina são referentes às duas linhas férreas que existiam na cidade do Rio de Janeiro nessa ocasião.

<sup>10</sup> A feira foi levada para a localidade depois de um longo debate acerca dos usos da praça realizado por meio do Fórum Permanente da Grande Leopoldina - Espaço da sociedade civil criado para debater os problemas dos bairros que compreendem a Microrregião da Grande Leopoldina, quais sejam, Vigário Geral, Parada de Lucas, Cordovil, Braz de Pina, Penha Circular, Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Manguinhos e Triagem. Este fórum, por sua vez, se formou em um contexto de luta de alguns bairros da zona norte contra o poder municipal, que decretou a construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em determinadas praças da cidade. Uma dessas praças seria a Marechal Maurício Cardoso. Mais detalhes serão apresentados no capítulo 1 deste trabalho.

Na cidade que abriga em torno de 6,4 milhões de pessoas<sup>11</sup>, onde problemas relacionados a moradia, mobilidade, distribuição de renda, violência, desemprego, entre outros, estão longe de uma resolução justa, é reconhecida, desde fins da década de 1970 e cada vez mais, uma mobilização intensa entorno da proteção ao meio ambiente<sup>12</sup>, do consumo consciente, da produção biológica e da soberania alimentar. Há uma volumosa lista de entidades sem fins lucrativos, associações, cooperativas, redes e movimentos sociais que articulam a “transição agroecológica”<sup>13</sup> a formas “alternativas” de comercialização de alimentos. Nesse âmbito é que o Circuito se consolidou como um mercado.

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é uma rede de comercialização encabeçada por produtores biológicos – inicialmente, de Nova Friburgo, e atualmente distribuídos por todo o território fluminense – que há mais de 30 anos se organizam para escoar sua produção (FERREIRA, 2013). Foi criado em 2010 e oficializado em 2012 pelo Decreto de Lei nº 35.064. Sua regulação é feita pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário, e sua organização é de responsabilidade de três entidades da sociedade civil: AS.PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia; Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO) e Essência Vital.

A ideia que paira pelo Circuito é a de que os alimentos são “sem veneno”. Essa ideia é uma construção baseada em práticas de produção, distribuição e comercialização dos alimentos que se contrapõem – ou ao menos propõem um contraponto – ao mercado tradicional de alimentos. Essa construção, por sua vez, necessita de um amparo técnico que certifique a qualidade dos produtos e justifique a circulação da ideia de que o produto é “sem veneno”. Nesses 30 anos de formação do Circuito, então, foi preciso uma articulação não somente para formar um mercado no Rio de Janeiro, mas para se conceber uma marca, a marca “orgânico”.

As feiras orgânicas, assim, são consideradas espaços de propagação de ideias, uma vez que no próprio produto estão embutidos, digamos, alguns discursos (FERNANDEZ & FERREIRA, 2015). O valor do produto é garantido pelo que representa dentro do setor agroalimentar: uma alternativa ao modelo hegemônico. “Nesses circuitos de comercialização,

---

<sup>11</sup> População estimada e atualizada pelo IBGE, conforme as informações contidas no portal @Cidades: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330455>> Acesso em: 15. jun. 2015.

<sup>12</sup> Mobilização de cunho global, conforme aponta Carneiro (2012) ao se referir ao valor que a natureza passa a ter para o “rural” a partir dos discursos ambientalistas da década de 1970.

<sup>13</sup> O termo é usado por agrônomos, biólogos e ecologistas para indicar um processo de mudança de hábitos produtivos em que, gradativamente, o produtor rural deixa de trabalhar à maneira da agricultura moderna/convencional e passa a usar técnicas que não poluem o ambiente e não modificam a composição química dos alimentos.

para além da preocupação com a qualidade do alimento (livre de agrotóxicos, higiene, etc) estavam presentes, desde sua origem, aspectos político-ideológicos também partilhados pela agricultura ecológica e alternativa” (FERNANDEZ & FERREIRA, 2015, p. 2).

A Feira Orgânica da Leopoldina é a 12ª de 15 feiras integradas ao Circuito, administrada pela Abio. Quando esse mercado chegou ao “subúrbio” – ou à Praça Marechal Maurício Cardoso – ele existia desde 1994 no bairro da Glória (bem antes de sua regulação), já havia se espalhado por boa parte dos bairros da Zona Sul e dois ou três bairros da Zona Oeste. Ou seja, a feira orgânica chega em Olaria como uma marca já construída e em fase de expansão. Não à toa um dos interlocutores deste trabalho definiu o pequeno mercado como “uma feira filosófica”.

Conduzem os alimentos até o lugar grupos microempresariais ou cooperativas de agricultores familiares, que nos municípios se organizam para escoar sua produção e distribuir para todas as 15 feiras do Circuito. A quantidade e variedade dos produtos depende de fatores como a capacidade de produção dos agricultores, as condições climáticas do local de produção e as demandas dos consumidores. Isso quer dizer, por exemplo, que há uma chance maior de o distrito de Brejal, localizado em Petrópolis, ter mais condições de fornecer uma volumosa quantidade de folhas e leguminosas, pois lá está o maior e mais antigo grupo de agricultores orgânicos do estado. Em Itaboraí e Tanguá, por sua vez, já se sabe: é a melhor laranja e a fonte de guandu. Na cidade, há grande chance, também, desses alimentos serem levados em maior quantidade para as feiras de Ipanema, da Glória ou do Jardim Botânico, pois se pressupõe que a procura e o poder de compra são maiores. A feira de Olaria é considerada a menor e mais fraca em vendas do Circuito Carioca. Vários podem ser os motivos, mas feirantes e consumidores os enxergam de modo diferente. Os primeiros costumam atribuir o baixo movimento à “resistência” dos moradores do subúrbio em aderir à “novidade”. Já os segundos consideram altos os preços cobrados na feira, algo que pesa no orçamento mensal.

Isso posto, vale recapitular: este trabalho é sobre comunicação e produção de ruralidade em um território do Rio de Janeiro cartografado a partir das relações estabelecidas no âmbito da Feira Orgânica da Leopoldina e em um contexto de disputa pela cidade e de circulação das ideias da agroecologia. Uma vez delineado esse “objeto” e definido o referencial teórico de base, acima apresentado, foram formuladas as seguintes questões-problema: Que noções a respeito do “mundo rural” podem estar imbricadas ao contexto estudado? Como é produzida a ruralidade nos locais investigados? O que pode ser considerado como vínculo nas relações observadas? Juntamente a tais perguntas foram articulados, respectivamente, os seguintes objetivos: a) Identificar o que os interlocutores imaginam por “rural” e compreender como esse

imaginário orienta suas experiências; b) identificar e descrever como o processo de mediação atravessa a produção de ruralidades; e c) compreender o comum das relações. Para uma melhor explanação dos problemas e dos objetivos desse trabalho, a tabela 1, abaixo, os enumera e organiza.

**Tabela 1 – Problemas, objetivos e procedimentos de pesquisa**

<b>Problemas</b>	<b>Objetivos</b>
Que noções a respeito do “mundo rural” podem estar imbricadas ao contexto estudado?	Identificar o que os interlocutores imaginam por “rural” e compreender como esse imaginário orienta suas experiências;
Como é produzida a ruralidade nos locais investigados?	Identificar e descrever como o processo de mediação atravessa a produção de ruralidades;
O que pode ser considerado como vínculo nas relações observadas?	Compreender o comum das relações.

A partir de tais questões e objetivos, foram trabalhadas as seguintes hipóteses, que serão desenvolvidas no último capítulo desta tese:

- a) A noção de “rural” é uma imagem mental construída por um “trabalho de imaginação” que não necessariamente leva em conta uma experiência vivida. Por isso, se pode falar em miragens do “rural” presentes no campo e na cidade, ou seja, um rural virtual.
- b) Por outro lado, o processo de produção de ruralidade pode ser um elemento vinculativo das relações, pode ser parte do comum, uma vez que reúne imaginários, expectativas, desejos e práticas.
- c) Nas relações observadas, muitas são as tentativas de vinculação, o que aqui será considerado “cultivos do comum”.

A proposta da tese foi motivada por uma trajetória percorrida desde o nascimento até a vida adulta, na convivência familiar e de vizinhança, nos estudos e no trabalho, em rodas de conversa, mutirões, festas populares e feiras livres, no aprendizado sobre o cultivo da terra, a conservação de alimentos e os cuidados com o outro, na toada da música caipira, nas exposições agropecuárias, na observação dos modos de falar, agir e pensar das pessoas com quem se conviveu ao longo da vida, na visita a acampamentos e assentamentos de trabalhadores sem-terra, enfim, na experiência de ver e viver o “rural” de forma muito próxima e cotidiana nos estados de Goiás e Rondônia. Mais recentemente, entre 2009 e 2012, marcante foi o trabalho

como jornalista na Universidade Federal de Goiás (UFG), onde foi possível trabalhar na organização de uma feira regional de agricultores familiares<sup>14</sup> e produzir reportagens sobre temas pertinentes à soberania alimentar<sup>15</sup>, ao direito social da terra<sup>16</sup> e às ruralidades constituídas na cidade<sup>17</sup>.

Essa proximidade com o tema revelou uma imagem cindida: de um lado, estaria aquele universo originário do *Poema do Milho* de Cora Coralina (1985), dos indígenas, caipiras, caboclos, ribeirinhos e quilombolas, dos que da terra retiram o sustento, pescam e plantam quando a natureza permite; de outro, se veria o “rural” transformado, “moderno”, das máquinas, dos campos de soja e milho transgênicos, das instituições, das caminhonetes, dos leilões transmitidos via satélite, do espaço sem gente. Esses dois “rurais” estão presentes em discursos midiáticos, institucionais, de mercado e políticos, nos contextos do campesinato e do agronegócio. Em suma, fazem parte do senso comum. Mas não haveria mais elementos nessa composição pictórica? Melhor dizendo, para além das imagens costumeiras, como é o “rural” das experiências de outrem? Foi então que se passou a pensar nessa pesquisa como uma possibilidade buscar entendimentos que vão além (mas não descartam por completo) a imagem

---

<sup>14</sup> A feira Agro Centro-Oeste Familiar é realizada pela Universidade Federal de Goiás em parceria com outras instituições de ensino, movimentos sociais e entidades públicas vinculadas às questões da terra. Foi realizada durante dez anos em Goiânia e atualmente é itinerante, contemplando outros municípios do estado. Em 2012, foi iniciado um trabalho de comunicação que pode ser conferido em: <<https://agro.ufg.br/agrocentro/>> Colaborar com a realização dessa feira na posição de “assessora de comunicação” foi importante para que alguns incômodos relativos à comunicação e ao seu uso instrumental viessem à tona. Foi nessa experiência, também, que foram iniciadas leituras sobre os temas da “agricultura familiar” e da “agroecologia”. Os primeiros questionamentos foram feitos em um artigo de opinião do Jornal UFG de julho de 2012, intitulado “É possível inverter a ordem (da pauta)?” (p.15). Disponível em: <[http://www.jornalufgonline.ufg.br/up/243/o/Jornal\\_UFG\\_53\\_LOW.pdf](http://www.jornalufgonline.ufg.br/up/243/o/Jornal_UFG_53_LOW.pdf)>

<sup>15</sup> Na edição nº 6 da Revista UFG Afirmativa, de dezembro de 2011, cujo tema central era o bioma Cerrado, foram escritas reportagens sobre as famílias agricultoras do município de Itapuranga (GO) que passavam por um processo de “transição agroecológica” na produção de frutas, hortaliças e leguminosas (p.p. 38 a 43); sobre a constituição dos “povos cerradeiros” (p.38) e ainda sobre o envolvimento de estudantes de agronomia com a realidade dos trabalhadores rurais sem-terra, durante as atividades de estágio em assistência técnica (p.p.45 a 47). Tais trabalhos foram resultado de seis meses de viagens pelo interior de Goiás, visitas a propriedades agrícolas e entrevistas com atores sociais diversos. Disponível em: <[https://www.ascom.ufg.br/up/1/o/revista\\_CERRADO\\_web.pdf](https://www.ascom.ufg.br/up/1/o/revista_CERRADO_web.pdf)>

<sup>16</sup> Na edição nº 56 do Jornal UFG, foi produzida a matéria “Reforma agrária pode ser invisível à justiça”. Disponível em: <<http://www.jornalufgonline.ufg.br/n/44392-reforma-agraria-pode-ser-invisivel-a-justica>>

<sup>17</sup> Na edição nº 7 da Revista UFG Afirmativa, de janeiro de 2013, cujo enfoque geral era a Metrópole, foram abordados os temas das hortas urbanas (p.p. 62 e 63) e das marcas de ruralidade existente na capital Goiânia (p.p. 56 a 61) – algumas delas bastante materiais e outras simbólicas. Essa última reportagem, em especial, foi um dos estímulos para a pesquisa que hoje está em curso. Na ocasião, se teve contato com uma dissertação de mestrado que trabalhava a ideia de que a ruralidade é uma “marca d’água” nos modos de ser e viver da capital de Goiás, Goiânia, ou seja, um elemento que permeia as relações (OLIVEIRA, 2011). Disponível em: <[https://www.ascom.ufg.br/up/1/o/Revista\\_UFG\\_Afirmativa\\_7\\_LOW.pdf](https://www.ascom.ufg.br/up/1/o/Revista_UFG_Afirmativa_7_LOW.pdf)>

cindida. Elaboraões que outras pessoas, em outras relaões, fazem sobre o “rural” e as ruralidades e que não estão imediatamente postas em comum.

Escreveu José de Souza Martins que “o conhecimento referencial do senso comum relativo ao mundo rural e agrícola está em crise no Brasil. Seu sistema de noões populares vem perdendo a solidez, disputado ideologicamente, questionado pela ciência” (MARTINS, 2014, p. 130). Desde a década de 1970 o autor denuncia o uso de uma “ideologia urbana” para isolar não somente o campo, mas os imaginários que dele saíram desde os primeiros processos de urbanização e êxodo (MARTINS, 1975). Segundo ele, colaboraram para tal evasão simbólica inúmeras forças, desde a música sertaneja forjada pela indústria cultural até os estudos que por tantas décadas pregaram a necessidade da modernização, exaltaram a mudança de hábitos e valores no campo. Em texto mais recente (2014), Martins critica, inclusive, esse uso que aqui se faz da palavra “rural”, com o artigo masculino atribuindo ao seu sentido uma substantivação. Para o sociólogo, a noção de “rural”, ao tornar-se uma explicação científica, se perde na prática social.

As reflexões do autor são importantes pois evidenciam o quanto é preciso compreender a palavra, o termo, a imagem e a vivência a partir das ruralidades contemporâneas e conforme a vida as apresenta, com a tecnologia inserida seja em qual localidade for, para além da demarcação oficial sobre campo e cidade, das noões de “atraso” e “desenvolvimento”, das dualidades simples e opostas, da noção de isolamento e desconforto que permeia o campo e a cidade etc. Se as instituições informam, a partir de estatísticas, que o campo está vazio, que as pessoas estão concentradas nas cidades, que a vida “rural” foi superada, é preciso investigar o que há nesse suposto vazio. É para compreender como esse “rural” se configura que aqui o termo, por enquanto, está substantivado.

Dada a opção de deslocar o olhar entre territórios distintos, consequentemente foi feita a escolha de “desnaturalizar” o olhar e percorrer novas trajetórias. Para isso, foi preciso adotar uma postura de “estranhamento” diante de novas paisagens e novas situações vividas, em busca de novos pontos de vista, atuando conforme faz um estrangeiro: sempre no limiar. Segundo Georg Simmel (2005b), quem migra não se apropria por completo de seu destino, oscila entre a fixação e o movimento, tem suas experiências marcadas, por um lado, pelo que é vivido no presente, no destino e, por outro, pela parcela de “ser de fora”, que compara e estabelece certa nostalgia com a terra de origem.

A pessoa estrangeira é a estranha que transita, mas que também pode permanecer. Para quem não teve a experiência da mobilidade, a pessoa que migra nunca será pertencente ao grupo, ainda que sua participação nesse grupo seja, efetivamente, orgânica (SIMMEL, 2005b).

Assim, a condição de estrangeiro exige, no grupo, um rito de passagem. No entanto, esse ritual não está inscrito<sup>06</sup> no mesmo tempo e no mesmo espaço das pessoas fixadas. Isso, justamente, porque o estrangeiro vive “*in-beetwen*” (ELHAJJI, 2013): materialmente em determinado território, afetiva e simbolicamente no próprio trajeto, afetado pelas consequências disso.

A compreensão do olhar estrangeiro é importante para ir a campo e lidar com os desafios cotidianos de um trabalho que ora tenta se afastar de seu objeto e ora se imbrica a ele. O “rito de passagem” que aqui se considera, por sua vez, será alcançado na medida em que for possível compreender a existência de outras concepções sobre o “rural”, localizadas entre o campo e a cidade, e na medida em que for possível contribuir para os estudos em comunicação, apresentando aos pares uma conceituação de “rural” aproximada dos processos comunicacionais e comunicativos.

Para expor os resultados da pesquisa, foi organizado um texto dividido em duas partes e sete capítulos. A primeira parte, mapa narrativo, é dedicada a descrever os resultados do trabalho de campo e comentar que escolhas metodológicas foram tomadas. Nos capítulos 1, 2 e 3 são elaboradas narrativas extraídas de uma vivência entre a praça e a feira, subúrbios e serras, uma história e outra de 27 interlocutores oficiais, mais outros tantos extraoficiais. O capítulo 4 arrisca uma reflexão teórico-metodológica a respeito deste mapa, de como foi feito, das escolhas estabelecidas para que se escolhesse como “modo de fazer” a etnorreportagem (AMARAL FILHO, 2006; 2011).

Na segunda parte do trabalho são apresentadas as “reflexões em andamento”. O Capítulo 5 apresenta um apanhado geral do que constitui campo e cidade. Para tanto, recorre ao exercício de contextualização para resgatar concepções, disputas e organizações espaciais do “rural” e do “urbano”, no campo e na cidade. Em outras palavras, falar-se-á das maneiras como o campo e a cidade, bem como sua relação, foram definidos no debate acadêmico, nas relações de trabalho e demais práticas sociais, na ocupação territorial e nas dinâmicas demográficas e socioeconômicas em curso, sobretudo, no estado do Rio de Janeiro. O capítulo seis faz um panorama de como a comunicação estudou por muito tempo este “mundo rural”, um modelo instrumental e desenvolvimentista que não se justifica na contemporaneidade. O sétimo e último capítulo é resultado do esforço de análise das vivências registradas e da tentativa de compreender o “rural” a partir da comunicação.

## PARTE I – MAPA NARRATIVO

Nesta primeira parte da pesquisa apresento o resultado de várias “idas a campo” (AMARAL FILHO, 2006) realizadas entre maio de 2014 e maio de 2016, em um trecho que compreende partes da Zona Norte do Rio de Janeiro e das regiões Metropolitana e Serrana do estado. A primeira dessas viagens aconteceu quando da inauguração da Feira Orgânica da Leopoldina, realizada na Praça Marechal Maurício Cardoso, entre os bairros de Olaria e Penha, onde fui como curiosa, buscando pistas de possíveis “mundos do rural” no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, tinha apenas uma vaga ideia de onde estava e me vali disso. Fui atraída por um cartaz que dizia: “a primeira feira orgânica do subúrbio”. Supus que aquilo poderia ser algo importante. Já ouvira falar de “subúrbio” como um termo “raptado” ideologicamente e usado em tom discriminatório para se referir a determinadas regiões da cidade (FERNANDES, 2011).

Era a região do campo da boiada, do Matadouro da Penha, do Curtume Carioca, para onde foram os chamados “usos sujos” da cidade depois da Reforma Urbanística de Pereira Passos (ABREU, 1997 *apud* GUIA, 2016). Era a região da Grande Leopoldina, uma das primeiras do Rio de Janeiro a receber asfalto, iluminação elétrica, fábricas e conjuntos habitacionais. Dali parti rumo às casas das pessoas, a outros “subúrbios”, outros bairros, outros municípios, até alcançar as cadeias montanhosas de Petrópolis e voltar.

Minha última “ida a campo” foi no mesmo lugar onde comecei, dois anos depois, quando se comemorava o aniversário da Feira Orgânica da Leopoldina. A essa altura, eu já tinha os “subúrbios” dentro de mim. Ao menos os que me foram apresentados pelas pessoas entrevistadas. Percebi que eles existem, são muitos, podem ser móveis, mutáveis, têm o tal tom pejorativo e ao mesmo tempo não têm. Ao tomar como ponto de partida a feira orgânica, novidade do “subúrbio”, escolhi realizar uma pesquisa na cidade, lugar onde permaneci por um tempo.

Deparei-me com a Serra da Misericórdia, conhecida como a última área verde da zona Norte do Rio de Janeiro. A Serra chama. A Serra arreata. É um misto de dor e encantamento, mineração, circulação, moradia, tráfico, lixo, nascente e plantação. Ali poderia estar ainda agora, enquanto escrevo – ou até mesmo quando alguém encontrar este texto – pois é onde a vida insiste em não morrer. A Serra da Misericórdia é um território que ultrapassa qualquer delimitação administrativa.

Quis conhecer quem estava por trás das bancas de frutas e verduras na feira da Leopoldina. Aproveitei, para isso, uma dúvida recorrente entre os frequentadores e apoiadores do pequeno mercado: quem eram os feirantes? Fui conferir. Peguei a BR-101 rumo a Tanguá e

depois a BR-040 rumo a Petrópolis. Entrei nos sítios que mui respeitosamente se abriram para mim. Pisei o chão em que famílias inteiras nasceram. Carregaram-me na boleia de um caminhão. Ajudei a carregar as caixas de alimentos que vão para a cidade. Pisei em três ou quatro formigueiros. Comi pera e jabuticaba retiradas do pé. Encontrei Izidório, Noêmia, Zélio, Geovani, Cecília, José Nilton, Paula, Maria, Jorge, Paulo Roberto. Avistei retratos na parede. Presenciei relatos de experiência que acompanhavam os altos e baixos daquelas serras todas. Assim como os “subúrbios”, elas são muitas, multívocas, guardam segredos.

Ao retornar para a Leopoldina, trouxe novas, encontrei outras, somei todas. Realizei entrevistas também com quem estava de passagem, consumidores, idealizadores, apoiadores, sonhadores. Fui seguindo rumo a outras paragens, de novo atrás das trajetórias que cruzaram o caminho aqui descrito. Foi assim que gravei vídeos para Zelinha, tomei lições com Thaís e Ana, me entusiasmei com as conversas de Eutaníria, me remexi com as questões de Edimilza, me emocionei com Caroline. O que tinha em mãos eram anseios, lições, suposições, expectativas, projeções, vivências pessoais e coletivas. Gente que se abriu porque confiou, porque desconfiou, porque de algum modo gostaria de contar que existe, como existe.

## 1. SUBÚRBIO I

*“Leopoldina, lugar de sorte/A melhor parte do Rio/Entre o Leste e o Norte” – Mestre Jonas*

Era uma manhã ensolarada de maio (imagem 1), quando a umidade da madrugada ainda se transformava em orvalho e a sensação térmica não passava de 24 graus. Oito barracas – todas iguais, feitas com vigas de madeira, coberturas de lona branca e bege, com o desenho de uma joaninha estampado na parte central de sua estrutura – foram montadas em uma praça da zona Norte do Rio de Janeiro. Estavam repletas de hortaliças, legumes, ovos, frutas, raízes e temperos que vinham de Tanguá, Magé, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Petrópolis, Teresópolis, entre outros municípios das regiões Metropolitana e Serrana do estado. Foram organizadas lado a lado, em duas fileiras, debaixo de fartas mangueiras, ingazeiras e goiabeiras.

Aos poucos, as pessoas foram se reunindo no entorno daquele que parecia ser um mercado, portando sorrisos largos, brilho nos olhos e sacolas de pano ou de fios de *nylon* – daquelas que se leva para a rua em dia de feira livre. Havia música tocando, gente dançando, praticando Ioga, artes marciais, gente se abraçando, experimentando sensações, conversando sobre culinária, política, futebol.

Muitas eram as cores e os aromas, do vermelho-tomate ao cítrico-limão, do cinza-trilhos-do-trem ao verde-misericórdia, do azul-olhos-de-alguém ao incolor-cheiro-de-gás. Havia um clima diferente na atmosfera, uma euforia que entranhava logo no primeiro contato, algo que ninguém sabia ao certo explicar, mas que havia, estava lá, era sensível, sensório. Algo que por muito tempo e por longos relatos acompanhou a gente no seu lembrar.

Esse foi o ponto de partida. O dia em que a feira chegou na praça e o campo trouxe para a cidade um quê de alívio, outro de novidade, outro de alegria. Alegria. Essa é a palavra que se pode usar para falar do que acontecera ali. Muitas pessoas assim se referiram a esse dia, no que passou. Foi quando toda a alface acabou, a couve-flor não sobrou, a rúcula deu somente para quem chegou primeiro e até uma tal de “orai por nós” teve lugar garantido por entre bananas e cebolas. Esse foi o instante em que tudo começou.

### **Imagem 1 – Inauguração da Feira Orgânica da Leopoldina em 31/05/2014**



Fonte: Thaís Rocha/Coletivo Leopoldina Orgânica.

## 1.1. Sobrevoos

Barraca repleta de alimentos à esquerda, em plano médio, com abobrinha, cenoura, batata e folhagens à vista; toldo vermelho por sobre a barraca; casas de muros baixos ao fundo; Igreja da Penha no horizonte, do alto de uma montanha, esfumada pelo grafite de um lápis número cinco; chão de terra batida ao centro; pisando nele, em primeiro plano, duas mulheres. Elas pareciam dialogar. Vestiam-se de maneira semelhante, com saias compridas e blusas de manga curta, mas apresentavam entre si sinais de diferenciação. A primeira, branca, de cabelos compridos e enrolados, calçava chinelos e possuía um chapéu de palha na cabeça – chapéu de palha, mentalizei. A segunda, negra, de cabelos igualmente cacheados e presos a um coque, usava brincos, carregava uma bolsa e calçava sapatos de salto de altura mediana. Elas gesticulavam. De fato, havia uma conversa em curso:

– Orgânico?

– Isso. Sem veneno.

Em uma segunda dimensão, o fundo era branco, mas a luz do sol de algum modo estava presente, havia um amarelado entre os objetos. Outras cores apareciam aos poucos: tons de azul, lilás, verde, preto e branco. Os traços eram bem delineados. Havia balões de fala, letras e números apontando o uso articulado de elementos gráficos. Tratava-se de um cenário e uma cena contidos em um cartaz (imagem 2). “Feira Orgânica da Leopoldina”, estava escrito em verde-destaque, com uma tipografia Comic Sans posta em itálico. Havia logomarcas institucionais e também a indicação de uma data: “Sábado, dia 31 de maio”. No canto superior direito de quem olha, o desenho de uma joaninha saltava aos olhos. Era tudo aquilo uma imagem. Imagem estática diante de uma tela de computador.

Flutuava a imagem na poeira da rede mundial de computadores, dados e *pixels*, no início de 2014. Na ocasião, buscava eventos associados ao cenário da agricultura urbana – o que fez com que meu olhar, sugestionado, de imediato se fixasse diante da referida composição pictórica. Já havia um certo costume de minha parte àquela situação de flanagem virtual, física, geográfica, espaço-temporal, real, concreta, sem rumo ou parada, que desde 2013 me levava a múltiplos lugares e situações, sempre da mesma forma: via a imagem circulando, me sentia atraída, “saía atrás” dela, de link em link, de ônibus, a pé, carona, por e-mail e telefone, em busca das pessoas e dos mundos nela imbricados.

## Imagem 2 – Cartaz de Inauguração da Feira Orgânica da Leopoldina



Fonte: Coletivo Leopoldina Orgânica

O cartaz havia sido publicado no grupo público da Rede Agroecológica, localizado em um dos endereços eletrônicos do Facebook<sup>18</sup>, por um rapaz de nome Rafael. Com o tempo, esse moço se tornaria uma pessoa importante para a elaboração desta narrativa, mas até então era apenas uma persona, um rosto em três por quatro com sorriso largo e lentes oculares profundas. Seu objetivo era divulgar a inauguração de um pequeno mercado de alimentos que seria realizado aos sábados na Praça Marechal Maurício Cardoso, situada entre os bairros de Penha e Olaria.

A cena das duas mulheres conversando, na imagem, me propôs a seguinte leitura: o campo estava trazendo para a cidade a novidade do alimento “sem veneno”. Aquele chapéu de palha de uma das personagens completava a sugestão de que esse alimento era produzido por ela, agricultora. Havia outra indicação de novidade, para além do cartaz: uma legenda

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1671664643094338/?fref=ts>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

apresentando que se tratava da “primeira feira orgânica do subúrbio”. Alimento sem veneno nos bairros conhecidos como “suburbanos”: eis a novidade?

\*\*\*

Por volta das 10h do dia 31 de maio de 2014, sábado, acenei para o veículo da linha 497, que fazia o trajeto Cosme Velho – Penha, e embarquei na Avenida Mem de Sá, Lapa. O itinerário seguiu por: Praça da Cruz Vermelha, Campo de Santana, Avenida Presidente Vargas, Rua Francisco Bicalho, Estação Leopoldina, Rodoviária Novo Rio, Elevado do Gasômetro, Avenida Rio de Janeiro, Avenida Brasil e Linha Amarela. Era minha primeira vez a bordo daquela linha, sentido zona Norte, de modo que meu olhar tentava não perder do alcance as novidades – que eram muitas. Pela janela, vi uma profusão de tempos refletida na arquitetura, em portais, vidraças, maçanetas, ferragens, escombros, grafites, calçadas, meios-fios. Porém, o carro era mais veloz e com isso apenas os fragmentos ficaram registrados. Pessoas nas ruas, amanhecidas, na porta dos bares, nas calçadas, nas padarias, nos bancos da praça, gotas d’água caindo do alto de um prédio, feira, sacolas de plástico com marca de supermercado voando nas esquinas, sinal fechado, buzinas dos carros, um casal de idosos tentando atravessar a rua, sensação térmica de 30 graus, suor no rosto.

Com seu casario colorido e quase desmanchado, o centro da cidade ficou para trás. Pela rua Leopoldo de Bulhões, o ônibus entrou no bairro de Bonsucesso, cruzou a Praça das Nações e seguiu por Avenida Nova York, Rua Bélgica, Rua Júlio Ribeiro, Avenida Teixeira de Castro, Rua Barreiros, Estrada do Engenho da Pedra. As ruas, a partir desse trecho, passaram a ter nome de país, nome e sobrenome de gente, “caminho” e/ou “estrada”. O cenário também mudou. As vias tornaram-se largas e congestionadas de automóveis, os pontos de ônibus estavam lotados, o calor aumentava gradual e lentamente, o cemitério do Caju apresentava seus muros largos e suas cruzes sobressalentes, as grades da Fundação Oswaldo Cruz estavam protegidas por soldados do exército. Sucessivas fachadas de fábricas pareciam desativadas. Havia também galpões vazios. O grafite do centro deu lugar à pichação, linguagem das ruas. Sob o viaduto, letras e códigos que não podia ler. Em seguida, casas de alpendre e azulejos portugueses ainda habitados. A cada quilometragem se revelava diante de minha percepção estrangeira o tal “subúrbio” de que tanto ouvi falar.

Ainda no coletivo, entrei em Olaria seguindo pelas ruas Noêmia Nunes, Dr. Alfredo Barcelos, Carlina e, ao final, Avenida Professor Plínio Bastos. O Olaria Esporte Clube apontou para onde estava: Praça Marechal Maurício Cardoso, rodeada por árvores, residências,

pequenos pontos comerciais, um hipermercado, veículos que seguem rumo ao Norte, a Igreja da Penha como pano de fundo (assim como na imagem do cartaz), chão de terra batida, tranquilidade aparente, uma música tocando em alto volume. Não havia feira.

Meia dúzia de gente reunia-se no centro da praça. Duas mesas de plástico estavam postas com amendoim, castanhas, queijo prato, suco, água e cerveja. Um samba saía da caixa amplificadora, ligada a uma mesa de som e a um gerador de energia. Essa gente conversava e cantava, em clima de comemoração. Me aproximei, envergonhada, mas com fé nos sorrisos que via.

Sentado em um banco, sozinho, um senhor olhou para o lado e acenou para mim. Foi como se falasse “ei, psiu, vem aqui”. Queria mostrar-me seus desenhos, reunidos em um álbum de fotografia 10x15, mais ou menos. “O senhor mora aqui?”. Balançou a cabeça que sim, na vila em frente à praça, há décadas. Começamos a conversar sobre as imagens que ele tinha em mãos. Aquarelas de cachoeira, floresta, animais silvestres, um campo aberto lembrando pasto com cavalos soltos e pequena casa de alvenaria ao fundo. Sol, nuvens e um rio turvo, profundo. Casas coloniais, ruas de pedra, igrejas barrocas, longas escadarias. Perguntei-lhe de onde vinha a inspiração. “Tudo daqui”, apontou para a cabeça.

Seu nome: José Francisco, Chico para os conhecidos. Vi assinado no rodapé direito de cada figura. Sua idade: 86 anos. Seu passatempo: a arte. Ele se definiu para mim como um autodidata que desde jovem pinta e escreve poemas – mas só fui saber disso meses depois, quando Chico me levou até sua casa e me mostrou, além das telas, um caderno cheio de letras miúdas e lembranças da juventude, da finada esposa, da rua em que nasceu, do tempo em que “tudo era mato” naqueles arredores.

Questionei-o sobre a feira, ao que ele contestou: “Não sei, pergunte para Teo ou Chinelli, aqueles ali” – apontando para dois homens que, posteriormente, tornaram-se também personagens desta história. Voltei-me a eles e fui informada de que a feira havia acabado às 9h, tendo durado pouco mais de uma hora e vendido “todo o estoque”. “Foi um sucesso”, afirmou um rapaz alto e atento que demonstrava satisfação. Perdi a feira, contudo, se ficasse até o final da tarde – me disse o outro, cujos olhos profundamente azuis não vi brilhando tanto em outras ocasiões – poderia assistir a um documentário que exibiriam ali, em um telão. “E vai ter debate com a presença do diretor”, complementou, tentando demonstrar imponência e importância. O filme, descobri, era *O veneno está na mesa*, de Sílvio Tandler. Voltei para casa pensando sobre a novidade de se discutir agrotóxico em praça pública, depois de um sábado festivo de inauguração de uma feira orgânica. O que isso poderia me dizer, para além das imagens que captei nesse primeiro encontro?

\*\*\*

Duas semanas depois, retornei à praça Marechal Maurício Cardoso. Dessa vez, mais cedo, por volta das 8h. O que vi ao descer do ônibus foi uma paisagem menos borrada pela adrenalina. As oito barracas idênticas e enfileiradas apareceram primeiro para mim. Era algo que já conseguia reconhecer. Elas estavam no espaço de dentro da praça, posicionadas em uma espécie de “rua” no formato de uma meia-lua, mais pendente ao lado esquerdo de quem olha da Penha para o Centro. O restante dos cerca de 1.500 m<sup>2</sup> ia aparecendo pouco a pouco, cimentado no contorno e aterrado em seu miolo, com canteiros de plantas rodeados por grades de 15 cm.

Muitas eram as árvores, talvez frutíferas, das quais identifiquei de imediato as mangueiras, mas depois me disseram haver também ingazeiras, goiabeiras, jabuticabeiras, aceroleiras e jambeiros. Também havia plantas ornamentais, como orquídeas e bromélias. E com o passar do tempo também haveria uma pequena horta, com taioba, mandioca, batata doce, cebolinha e manjeriço, cultivada por feirantes e moradores dos arredores.

Ao centro, crianças brincavam em dois balanços e uma gangorra rodeados por uma grade verde com altura de menos de um metro. O parquinho dos pequenos fazia divisa com bancos de concreto e um terreiro largo por onde as pessoas circulavam. Do lado esquerdo de quem vai rumo à Penha, havia ainda um posto policial, fechado, dois banheiros fixos, mesas para jogos de dama e um quiosque para eventos. Em frente ao parquinho das crianças, à esquerda de quem segue rumo ao centro da cidade, estava a Feira Orgânica da Leopoldina.

Meus olhos passearam pela segunda vez por toda a praça. O plano geral se confundia com a imagem do cartaz, exceto pelo detalhe da presença de três senhores. Um que varria o chão, outro que limpava os banheiros e um terceiro que ligava uma caixa de som, conectando-a a um microfone e a um gerador de energia. Esses três senhores vestiam bermuda e camiseta regata, bem à vontade, calçando chinelos de dedo. Aparentavam algo entre os 60 e os 70 anos. Um deles tinha um cigarro nas mãos, outro segurava os óculos e o terceiro, consegui reconhecer, era Chinelli, presente no primeiro encontro.

Na esquina do Clube Olaria, antes de atravessar a rua rumo à praça, olhei para trás e me deparei, de um lado, com uma rede de supermercados e, de outro, com um vendedor ambulante solitário que atendia a quatro clientes de uma só vez.

– O senhor participa da feira?

– Não. Essa coisa de orgânico é só com eles ali – apontando para a praça – o meu é normal mesmo.

Genaro é um sujeito desconfiado, queimado de sol, barba cheia, cabelos grisalhos e camiseta apertada na barriga. Seu olhar enviesado e semicerrado não mirava o meu. Mineiro de Ouro Preto, há mais de trinta anos está no Rio de Janeiro. Trabalhou no comércio e no setor de serviços, foi garçom e balconista, mas com o passar dos anos abriu mão da carteira assinada para plantar, colher e vender na cidade. “É o que eu sei e gosto de fazer”, justificou.

Contou-me ter um negócio com outros agricultores urbanos que arrendam um terreno localizado na Vila da Penha, de posse da empresa de energia Light. Nesse espaço, próximo à sua residência, Jorge disse plantar e colher alface, rúcula, salsinha, coentro, cebolinha, tomate, cenoura e o que mais fosse possível. Já a banana, o caqui, o abacaxi ou qualquer fruta de sua banca, confirmou Genaro – não de imediato – que buscava nas Centrais de Abastecimento S.A. (Ceasa).

Nada disso, entretanto, ele falou de pronto. Na verdade, levou mais de seis meses para se abrir. E, mesmo assim, nunca quis gravar entrevista, nem me deixar visitar sua plantação. “Fala comigo aqui mesmo, do jeito que você está. Lá na horta é muito complicado”, dizia. Naquele primeiro dia, perguntado sobre a criação da feira orgânica, não se chateou, mas contestou com certo desdém. “Não me incomode, estou aqui há 15 anos”. Sua clientela, depois notei, de fato é estabelecida e raramente atravessa a rua para provar os orgânicos.

Havia movimento na feira. Não tanto quanto no primeiro dia, mas considerável. A primeira barraca, para quem vinha do Clube Olaria, era de uma família de Teresópolis composta por Rui, Dulce e duas filhas, Gisele e Viviane. Ali se vendia mandioca, banana, batata doce, *ora-pro-nóbis* e palmito pupunha. Às vezes eram expostos também forros de mesa, panos de prato e capas para bujão de gás. Uma vez por mês a mulher trazia seus bordados e crochês. Ela era bastante comunicativa, dava receita de como preparar os alimentos sem perder as vitaminas, como deixar o frango suculento e de que modo evitar o mofo da parte externa do filtro de barro. Ainda, tinha várias reflexões interessantes sobre suas práticas, se dizia “sem ambição demais para usar veneno”. De imediato gostei de Dulce.

Rui também se prolongava nos assuntos. Dava detalhes de sua plantação, em terra própria, e apontava para as peças que recolhia de outros produtores, para revender. A mandioca, por exemplo, que na sua região é chamada de “aipim manteiga”. Gisele e Viviane já não proseavam muito. Somente quando queriam dar algum detalhe dos cursos que faziam na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Uma delas frequentava as aulas na Agronomia. Por quatro ou cinco sábados essa banca esteve ali. Porém, quando da inauguração

de uma feira na Praça Xavier de Brito, Tijuca, o casal e as filhas resolveram mudar o ponto. Não os vi mais.

Joana, dois filhos e duas noras, vindos de Itaipava, se posicionavam na barraca ao lado. Ali havia algum tipo de fruta, além de gengibre, cebola, tomate, tortas, geleias, sucos, mel, arroz, feijão, pão e outros produtos embalados, por vezes processados e vindos de longe. A geleia era do Rio Grande do Sul, por exemplo, a maçã de São Paulo e o mel do Paraná. Joana também tinha uma banca na feira do Bairro Peixoto, de onde trouxe alguma clientela. Como os dois mercados são realizados aos sábados, logo percebi que os filhos e as noras se revezavam em Olaria. Educada, porém séria, ela conversava com as pessoas somente o que julgava suficiente e demonstrava um forte incômodo ao excesso de barulho. Para o seu azar, uma vez por mês os frequentadores da praça usariam um equipamento de som – aquele que vi um dos senhores instalando – que seria posicionado exatamente atrás de seu ponto. Isso, mais adiante, lhe renderia conflitos de difícil mediação.

Do outro lado, na fileira em frente, ficava a banca do Grupo Itaboraí. Carlos, o vendedor que ali se encontrava, era sorridente e observador. Em pouco tempo ele saberia histórias e nomes de muita gente, conquistaria seus primeiros clientes e saberia até mesmo as predileções das pessoas que se aproximavam. Passei a brincar com a ideia de que ele era um jornalista. Não houve oposição de sua parte. Sempre que queria saber algo em primeira mão ou tirar alguma dúvida sobre as relações no lugar, era com ele que ia conversar. Sua filha, Sara, às vezes o substituía. Quando da inauguração de outra feira no subúrbio, dessa vez no Méier, em meados de 2015, Carlos saiu definitivamente dali, deixando espaço para Álvaro – senhor do qual falarei em outra oportunidade.

Ao lado de Carlos ficava Josemar, o Magrão. Em sua banca encontrei morangos (criados em estufa por um vizinho), brócolis, cenoura, tomate, abobrinha e toda sorte de folhas e temperos. Natural de Petrópolis, neto de agricultores do distrito do Brejal e genro de um produtor de orgânicos conhecido na região como Geraldo, Magrão começou na Leopoldina um trabalho autônomo que em pouco menos de dois anos se espalharia por Niterói e outras duas feiras do Rio (Praça Afonso Pena e Méier), recebendo reforço de um primo, Giovani, e dois tios, Israel e Anésio.

Em frente ao Magrão estava a barraca de sucos da Estela. Os compostos eram feitos na hora e não levavam água, apenas pepino, maçã, almeirão, agrião, couve, hortelã, gengibre e inhame. As pessoas faziam seus pedidos e ficavam em frente à banca assistindo à preparação, que levava cerca de vinte minutos. As atendentes coavam o caldo grosso da mistura usando um pedaço de tecido voal e uma bacia de plástico. Quando pronto, o suco custava de R\$ 7,00 a R\$

12,00, a depender da quantidade (250, 300 ou 400ml). Estela e suas filhas estão acostumadas a circular por várias feiras e, com o passar do tempo, alegando baixo rendimento nas vendas, não mais retornaram à Leopoldina.

Outro comerciante que frequentou o início desse mercado, mas em menos de dois meses migrou para outra região, talvez Glória ou Jardim Botânico, foi um rapaz que vendia cogumelos frescos, cultivados em sua própria residência. Seu lugar foi ocupado por membros do Centro de Educação Multicultural (CEM), uma organização não governamental instalada no Parque Proletário do Grotão, uma das favelas da Penha, que cuida de uma agrofloresta no terreno de uma antiga pedreira.

Em frente aos cogumelos e ao lado das moças do suco verde, já no final do alinhamento de bancas, me deparei, naquele segundo dia de investigação, com o Grupo de Produtores Orgânicos do Brejal (GP), um dos mais antigos do estado do Rio de Janeiro. Ali encontrei de hortaliças a frango caipira, de raízes a temperos, de tomates-cereja a folhas muito pequenas de beterraba, rúcula, alface crespa, agrião, embaladas e higienizadas, prontas para decorar saladas. Nessa barraca conheci um rapaz chamado Leandro, outro de nome Elias, ambos moradores do Brejal, distrito de Petrópolis, além de tantos rostos que a cada temporada se revezam no atendimento.

No extremo de onde comecei, canto direito de quem caminha rumo à Rua Leopoldina Rêgo, Henne se posicionava com quiabo, limão, laranja, mexerica, pimentão, mandioca, berinjela e alguma fruta da estação – como manga ou jabuticaba. Esses produtos, em grande parte, segundo ela, vinham do sítio do avô, em Tanguá. No início da feira, as tarefas eram divididas com seu tio. Em pouco tempo, porém, ele conseguiu banca na feira de Niterói, maior e mais movimentada, e a deixou integralmente responsável pelas vendas na Leopoldina. “Tarefa e tanto”, dizia ela, cheia de responsabilidade. Uma vez feita a sua clientela, ficou difícil conversar sem sermos interrompidas, pois ela tinha de embalar os produtos listados por muita gente. Ainda assim, passamos quase dois anos conversando sobre seus estudos, do que gostava de fazer, da rotina que levava para ajudar a família, de como era viver no campo. Não foi possível visita-la, porém, em razão das dificuldades de chegar em sua casa. De várias tentativas que fiz, a negociação era sempre a mesma:

- A estrada está ruim, você não consegue chegar lá se não for de caminhão.
- Não tem problema. Posso pegar carona com seu tio ou com quem for.
- Vamos ver...

E assim passei por toda a feira, fiz compras, redigi anotações fragmentadas, nomes, idades, sentimentos, questionamentos. No que desviei o olhar e avistei uma roda formada no

meio da praça. Eram seis senhores grisalhos com vestes à vontade, bermuda e camiseta, tênis ou chinelo que conversavam algo de forma efusiva, sorriam, gargalhavam, davam tapas leves nos ombros uns dos outros. Nos rostos deles havia um aspecto de recém-despertar. Destemida, entrei na roda e apresentei-me novamente a Carlos Chinelli, quem conheci no dia da inauguração, o único deles que reconheci.

– O senhor se lembra de mim?

– Acho que sim.

Ele não se lembrava, na verdade, mas não quis desagradar. Não era comum mulheres se aproximarem daquela roda, o que fez com que minha presença produzisse um silêncio repentino, interrompido somente pela música que saía da caixa amplificadora. Entrelharam-se, curiosos, quando expus os motivos de estar ali. E o modo de Chinelli interromper o silêncio foi responder de imediato, sem pensar muito. Alguns se afastaram imediatamente, outros ouviram atentos o que eu tinha a dizer e três deles me deram as boas-vindas menos de dez segundos depois que terminara de me apresentar.

– Jonas, venha conhecer a Patrícia, ela quer fazer um trabalho sobre nós – comunicou Chinelli, entoando a voz o mais alto possível, a outro senhor que de longe vinha carregando uma pasta de papéis – o Jonas você tem que conhecer, ele sabe tudo sobre esse lugar.

Antes de Jonas, conheci Sylvio e Antônio, os dois senhores que mais cedo estavam a organizar o espaço, juntamente com Chinelli. O primeiro, muito calado e observador, segurava um casco de cerveja e um copo americano, permanecendo quase imóvel durante todo o tempo que durou nossa conversa. O segundo, vestido com uma camiseta da escola de samba Imperatriz Leopoldinense, olhava nos olhos, demonstrando atenção, mas parecia ter pressa e logo se distraiu com outro conhecido que acabara de chegar. “Com licença, minha querida, fique à vontade”, se despediu.

Enfim, Jonas atravessou a rua. Ao se aproximar, se apresentou como Mestre Jonas, recordando o canção popular:

– Dentro da baleia mora Mestre Jonas/Desde que completou a maioridade/A baleia é sua casa, sua cidade/ Dentro dela guarda suas gravatas, seus ternos de linho/ E ele diz que se chama Jonas/ E ele diz que é um santo homem/ E ele diz que vive dentro da baleia por vontade própria/ E ele diz que está comprometido/ E ele diz que assinou um papel/ Que vai mantê-lo preso na baleia até o fim da vida...

[Silêncio]

[Chinelli e Sylvio se entreolharam, depois me fitaram]

– Você conhece essa música? Sá, Rodrix e Guarabyra. Muito bonita. É a saga do ser humano, uma história bíblica. Meu pai escolheu esse nome para homenagear o profeta. Mestre Jonas é um apelido carinhoso dado ao Jonas Gomes Camacho, que sou eu. Desde criança eu tenho esse apelido, em todos os lugares que passei, por incrível que pareça, o apelido se repete. Todo mundo diz ‘alô, Mestre’. Então eu acho que tenho cara de mestre mesmo, né? Mestre cuca, mestre de samba, mestre de capoeira, mestre de qualquer coisa.

Jonas ainda cantaria muitas outras músicas, em diversas ocasiões. Faria canções de sua autoria e pediria para gravá-las em vídeo, pelo celular ou pela câmera filmadora. Naquela circunstância, de imediato, o senhor falante e sorridente retirou da pasta a divulgação de uma festa que seria realizada no próximo sábado, no período noturno, ali naquela praça. Era um baile – bingo – dançante. Caso não pudesse comparecer, poderia também assistir a um documentário sobre a Igreja da Penha, a ser exibido na terça-feira à tarde, na Biblioteca do bairro. E, ainda assim, caso não fosse possível, poderia me preparar para a apresentação do coral da Igreja, dali a duas semanas.

– A Penha é o berço da cultura carioca, você precisa saber disso. Muita gente pensa que no subúrbio não tem nada. É mentira – acrescentou.

Aquele senhor alto, de cabelos lisos e grisalhos, olhos levemente puxados e voz com entonação de locutor de rádio da Era de Ouro seguiu com a prosa emendando vários assuntos, desde suas memórias de infância na área do condomínio dos industriários, o IAPI<sup>19</sup> da Penha, até as aflições mais recentes, vividas naquela praça. Já nessa primeira conversa notei que se tratava de um dos reconhecidos articuladores culturais do lugar. Enquanto ele não firmou na roda, Chinelli não deu continuidade à resposta de uma pergunta que fiz, logo no início da conversa:

– Como instalaram essa feira aqui?

A questão não se esgotou em meu segundo dia de trabalho de campo. Pelo contrário, ela foi repetida inúmeras vezes desde então. Havia, por trás daquele cartaz de inauguração que “segui” internet afora, uma história de luta cuja versão foi costurada depois de dois anos de convivência, algumas entrevistas realizadas e da confirmação de documentos, notícias, páginas da internet. A novidade anunciada guardava consigo algo além do alimento “sem veneno”.

---

<sup>19</sup> IAPI é a sigla para Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, órgão criado no Estado Novo que fomentou a construção de conjuntos habitacionais – voltados a trabalhadores do setor secundário – em cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Salvador, Porto Alegre e Campinas. Sua extinção ocorreu na década de 1960, quando da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atualmente Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Fonte: Decreto Lei nº 72/1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10072.htm)> Acesso em: 2 fev. 2017.

## 1.2. Pedra fundamental

“Um traço de união entre Olaria e Penha”. Assim Mestre Jonas costuma apresentar a praça. Ele guarda essa frase em um papel plastificado, cortado no formato de um marcador de livros, como se fosse o seu cartão de apresentação (imagem 3). “Não se esqueça disso: a praça não é uma divisa, é um traço de união”, insistiu, certa vez, em uma de nossas conversas, na tentativa de mudar os rumos de um lugar que, para o próprio, nunca fora sinônimo de harmonia, mas que, muito recentemente, passou por uma situação definidora de novas possibilidades.

### Imagem 3 – Marcador de livros feito por Mestre Jonas



Fonte: Acervo pessoal

Foi em agosto de 2011. A chuva anunciada chegou naquele cruzamento entre bairros trazendo uma surpresa. O fato foi narrado por meus interlocutores cinco anos depois de ocorrido, durante entrevistas que me foram concedidas entre janeiro e maio de 2016:

– Botaram tapumes em volta da praça, arrancaram os brinquedos das crianças, foi uma covardia sem nome – relembrou Chinelli, que desde o seu nascimento vive em uma vila com entrada pela Rua Leopoldina Rego, Penha, bem em frente à praça (a mesma onde mora Chico, aquele artista com quem conversei no dia da inauguração da feira).

– Foi um choque para a maioria dos moradores, pois foi sem ninguém esperar – completou Silvio Luzes Cardoso, que há 40 anos reside em um dos prédios de quatro andares da Rua Professor Plínio Bastos (assim como a vila de Chinelli e Chico, em frente à praça e também na área da Penha).

– De longe vi o movimento de fecharem parte da praça com tapumes. Fiquei chateada com aquilo – confirmou Mirian de Oliveira Barbosa, moradora da Rua Dr. Nunes, em Olaria.

– Aquela praça, para mim, foi um choque. Eu passava sempre ali, para ir ao centro da cidade ou para ir ao supermercado. Um belo dia, quando vi, estava cercada. Então pensei: ‘vão fazer reforma na praça’ – disse Maria Zélia Dourado, a Zelinha, que vive em uma vila cuja entrada está na Rua Engenheiro Edmundo Régis Bittencourt, para o lado de Olaria. Assim como ela, muita gente se perguntou: seria aquilo algum tipo de obra, manutenção?

E o burburinho foi se intensificando:

– O pessoal desceu do prédio perguntando o que ia acontecer, pensando ser uma reforma na praça. E não tinha placa, não tinha nada falando o que era. Até que botaram um contêiner ao lado, com material de construção, e disseram que seria uma UPA. Então o pessoal se reuniu, foi aquela gritaria – continuou Sylvio.

– Quando é outro dia, passo de novo e vejo um movimento que já era dos moradores. Me falaram: aqui vai ser uma UPA. Aí eu fiquei doente, fiquei com vontade de chorar. Uma praça virar UPA? Como pode? As pessoas têm de cuidar da saúde e não da doença – opinou Zelinha, seguindo com as lembranças.

Tratava-se da consequência de um decreto que o ex-prefeito Eduardo Paes assinara determinando a alteração do uso do espaço de “comum” para “especial”, com o propósito de construir no local uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA)<sup>20</sup>. Em termos práticos, a vigência desse decreto significaria a retirada de árvores e equipamentos públicos de lazer e descanso do local – ou seja, a extinção da praça – para a construção de mais uma estrutura intermediária de urgência e emergência da rede básica de saúde<sup>21</sup>.

A notícia foi considerada um problema, uma afronta, pois representava a eliminação de um lugar caro à população, um dos poucos redutos de área verde e de possível convivência entre os dois bairros. Assim, uma série de questionamentos passou a fazer parte das conversas do lugar:

– Tentaram fazer a covardia de acabar com uma praça dessas que tem mais de dez árvores frutíferas, que é o respiradouro do bairro, para colocar uma UPA. Nós nunca fomos contra a UPA, somos a favor da praça. São coisas distintas. Acho que a UPA poderia ser feita em outro lugar. Desculpe, mas é de uma imbecilidade tal você acabar com um recanto desse verde, área de lazer para os moradores, para as crianças, para tentar colocar uma unidade de saúde que a gente sabe que não funciona. Seria bom, até precariamente? Seria. Mas, nós temos um posto de saúde ao lado da praça<sup>22</sup>. É só melhorar o que já existe e voltar com a nossa emergência. Nós tínhamos emergência nesse posto, era fantástica, os médicos iam atender em

---

<sup>20</sup> Decreto N° 34.311, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro do dia 19 de agosto. Na ocasião, outros quatro decretos, alegando “interesse público”, deram o mesmo fim para mais quatro praças da cidade, situadas nos bairros de Madureira, Senador Camará, Campo Grande e Rocha Miranda. Disponível em: <<http://www.radaroficial.com.br/d/6062726>> Acesso em 5 dez. 2015.

<sup>21</sup> Na capital fluminense existem 14 UPAs administradas pela prefeitura municipal e mais 29 de responsabilidade do governo estadual, que desde 2015 vêm sendo gerenciadas por Organizações Sociais (OS) e, à beira de um colapso, já passam por um debate acerca de uma possível municipalização. Uma dessas UPAs está a pouco mais de dois quilômetros da Praça Marechal Maurício Cardoso, no Parque Ari Barroso.

<sup>22</sup> Menção do entrevistado à Policlínica José Paranhos Fontenelle, cujo endereço é Rua Leopoldina Rego, n° 700.

casa. Muitas vezes atenderam minha mãe, meu pai. Mas, por que acabaram com isso? – indagou Chinelli.

– Um dia, encontrei uma moça daqui do bairro que é assessora política de uma vereadora. Falei com ela: ‘Poxa, não dá para você conversar com a vereadora? Em países evoluídos as praças são patrimônios, não podem ser destruídas. Ali é lugar onde as pessoas se encontram’. E ela me disse: ‘Vai ser melhor assim, pois uma UPA é muito boa, você corre lá se estiver sentindo dor e já toma logo uma injeção, se precisar ser internada, vai na hora...’ Desse jeito, sabe? Como se tudo fosse muito fácil. Fiquei mais triste ainda – descreveu Zelinha.

– Se tirassem esse verde daqui, não sei como ficaria isso. Essa praça é o único espaço que nós temos – complementou Sylvio, com os olhos timidamente marejados.

Pensando em, de algum modo, evitar o empreendimento, Sylvio, Chinelli, Jonas e outras pessoas criaram o Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso. Como gostam de dizer seus integrantes, trata-se de um “movimento social” não registrado, não formalizado enquanto entidade, cujo objetivo principal é garantir o “uso comum” da praça, ocupando-a das mais diversas formas. A primeira providência desse grupo foi realizar reuniões diárias no lugar. Nesses encontros, eles desenvolveram seus argumentos. Por que eram contra a criação da UPA? Em primeiro lugar, porque não queriam sacrificar a única área verde e de lazer dos arredores. Em segundo lugar, porque não reconheceram na construção da UPA uma reivindicação vinda da própria população.

Das reuniões diárias saiu uma lista contendo 120 nomes. Foram formadas comissões para atuar nas frentes de “mobilização” e “divulgação” da causa. Ao lado dos tapumes, entre duas árvores, no encontro da Avenida Professor Plínio Bastos com a Rua Leopoldina Rego, foi estendida uma faixa de 4,5 m x 0,7 m contendo a seguinte frase: “UPA sim, na praça não”. Era a demarcação do território. Mirian e Zelinha, nessa ocasião, já acompanhavam a movimentação, mas ainda não haviam se encorajado a participar diretamente. Elas entrariam em ação em outro momento, que será relatado mais adiante.

Houve também realização de eventos culturais no local, fabricação caseira de panfletos, criação de páginas e perfis nas mídias sociais da Internet (Twitter, Facebook, Youtube – canais alimentados sem regularidade) e busca por cobertura midiática. A notícia foi veiculada nos jornais O Dia (imagem 4), Extra, O Globo, Rio Suburbano e nas emissoras TV Record e rádio Band News FM. Em cada uma delas, foi enfatizado um aspecto. Na nota publicada em O Dia, por exemplo, o destaque foi para o corte de árvores que, segundo os moradores, não chegou a ocorrer.

## Imagem 4 – Nota publicada no Jornal O Dia

### O VERÃO já bate



UPA está acabando com  
área verde de Olaria

O Dia 6 Dec 2011



■ Moradores de Olaria estão indignados com a derrubada das árvores da Praça Marechal Maurício Cardoso. Vão instalar uma UPA. Mas precisam acabar com a única área verde do bairro? Era só escolher outro terreno. É um crime matar tantas árvores.

Fonte: Jornal O Dia

Uma advogada que à época morava no mesmo prédio de Sylvio, hoje falecida, orientou o grupo a entrar com uma ação junto ao Ministério Público Estadual. Foi montado, assim, um processo que chegou a ser encaminhado à 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital (CRAAI) para apuração<sup>23</sup>. Desta forma, o Grupo de Amigos buscou compreender a legislação vigente, discutindo do Código Civil à Lei Orgânica do Município e levantando os termos da lei que os resguardariam.

Seguindo o clima de debate, foram realizadas audiências com representantes da prefeitura e da Câmara Municipal. Sonia Rabello, figura pública que se apresenta como jurista e professora<sup>24</sup>, na ocasião vereadora pelo Partido Verde (PV), foi uma das convidadas, por indicação de Mestre Jonas. Ela foi tida como alguém que poderia “interceder junto ao poder público” – como ele disse. Outro nome que surgiu nos relatos a mim concedidos é o de Rosa

---

<sup>23</sup> Processo nº 2011.01408871, conforme o que consta no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 11 de dezembro de 2011. Disponível em: <[http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view\\_pdf.php?ie=MTYxNDk=&ip=MQ==&s=MjQ1ZTJmOTUxYWVmOTNIOWFIY2I0YmZmZGMxMDg2Mjg=>](http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=MTYxNDk=&ip=MQ==&s=MjQ1ZTJmOTUxYWVmOTNIOWFIY2I0YmZmZGMxMDg2Mjg=>)> Acesso em: 8 abr. 2016.

<sup>24</sup> Conforme o perfil apresentado em seu blog pessoal, disponível em: <<http://www.soniarabello.com.br/perfil/>> acesso em: 8 abr. 2016.

Fernandes (PMDB), moradora de Irajá e atuante na zona Norte, que foi secretária do Meio Ambiente entre 2006 e 2008, na gestão de César Maia. Ao que é narrado pelos Amigos da Praça, as duas compareceram a esses encontros, não necessariamente juntas, e saíram com posicionamentos divergentes. Não demorou muito, elas polarizaram uma disputa: Praça *versus* Município; Sonia *versus* Rosa.

Sonia passou a incluir em seus discursos e escritos uma defesa às praças do Rio de Janeiro que, segundo ela, estavam “em vias de extinção”<sup>25</sup>. Na Câmara Municipal, articulou aprovação de outro decreto para sustar as decisões do prefeito. Enquanto isso, Rosa tentou convencer os moradores de Olaria e Penha da urgência da UPA. Começou aí a confusão. “Ela fez uma reunião aqui com a gente e apresentou um abaixo-assinado com nomes de pessoas de outros bairros, ninguém aqui assinou aquela lista”, disse um. “Ela queria impor essa UPA, disse que de qualquer jeito seria construída”, afirmou outro. “Ela quis esvaziar a praça, dizer que estava abandonada”, acusou uma terceira pessoa. “Ela não dá o braço a torcer e não vai desistir dessa ideia”, julgou um quarto interlocutor.

“Ela”, a Rosa, passou a ser antagonista da história. Seu nome foi pronunciado em muitas rodas de conversa e quando alguém não queria falar diretamente, se referia à “vereadora mais votada”<sup>26</sup> – o que já dava a entender de quem se tratava. Na versão dos moradores de Olaria e Penha, o que estava acontecendo não era somente uma decisão administrativa com vistas a um suposto interesse público de implantar uma unidade de saúde na região. Por trás do decreto do prefeito, segundo eles, havia uma articulação política de cunho eleitoreiro.

Porém, um ano depois do acontecido, nas eleições de 2012, quem ganhou votos no lugar foi Sonia, que conquistou o apoio do Grupo de Amigos. Um perfil existente na mídia social Twitter.com que leva o nome da praça<sup>27</sup> chegou a publicar no dia seis de outubro, véspera do início das eleições municipais, o seguinte pedido (aqui convertido na imagem 5): “Amigos, não esqueçamos da vereadora Sonia Rabello (...) pois ela nos ajudou a evitar a destruição da praça (...)”.

---

<sup>25</sup> Conforme texto disponível em: <<http://www.soniarabello.com.br/pracas-publicas-em-vias-de-extincao-2/>> Acesso em: 8 abr. 2016.

<sup>26</sup> Em 2016, Rosa venceu a sexta eleição consecutiva para a Câmara Municipal e nos pleitos de 2012, 2004 e 2000 foi a mais votada da cidade.

<sup>27</sup> Perfil criado em 4 de dezembro de 2011 cuja última publicação é de 27 de maio de 2014, véspera da inauguração da Feira Orgânica da Leopoldina. Apesar de estar em nome da praça, muitos moradores dos arredores não sabem de sua existência. O dono da conta não foi identificado. Disponível em: < [https://twitter.com/praca\\_m\\_cardoso](https://twitter.com/praca_m_cardoso)> Acesso em: 12 nov. 2016.

### Imagem 5 – Publicação no perfil da Praça Marechal Maurício Cardoso



Fonte: <[https://twitter.com/Praca\\_M\\_Cardoso](https://twitter.com/Praca_M_Cardoso)>

Questionado sobre o interesse do Grupo de Amigos em reeleger uma vereadora e não outra, Chinelli apresentou sua explicação:

– Aqui é o seguinte: quer fazer pela praça, ótimo, faz, vai ter nosso reconhecimento nas urnas. Mas, não pode ficar trocando benefício por voto. Aqui não é lugar de barganha. A gente não tem isso aqui. Agora vem um político e diz: “vamos fazer isso e aquilo”. Ótimo. Somos obrigados a votar, não é mesmo? Vamos votar de qualquer jeito. Então podemos dar o nosso reconhecimento nas urnas para aquele que beneficiou a gente.

Sylvio apresentou-me outro ponto de vista. Para ele, há uma disputa política na praça que gira em torno não somente das definições de seu uso, mas de sua manutenção. Isso, segundo ele, teria relação direta com o zoneamento urbano que separa os bairros, para fins de gestão, em subprefeituras e Regiões Administrativas:

– É uma característica negativa porque aqui tem a 11a. Região Administrativa, que pertence à Penha, e tem a 10a. Região Administrativa, que pertence a Ramos. E agora também tem a subprefeitura da Ilha do Governador que abrange parte da Leopoldina, mas vai só até Olaria, não pega a Penha. Você vai na 11a. Região Administrativa solicitar algum serviço, eles dizem que a praça “não é deles” [Sylvio faz com as mãos o sinal das aspas], mas que vão tentar fazer alguma coisa. Aí atrás do subprefeito tem sempre um político. Você acha que está solicitando um serviço para a Região, mas não está, porque a Região sempre vai consultar o político “responsável” [novamente, o gesto das aspas]. Nisso, fazem alguma coisinha e somem. Aí você vai na outra Região. A mesma coisa. E você vai na subprefeitura. A mesma coisa. E logo vêm as Regiões reclamarem, dizendo que a área “é delas” [idem]. No final, é uma briga

tremenda. Na 10a. Região entrou uma nova direção que parece estar querendo nos dar um apoio. Então nós estamos batalhando atrás, mas como sempre já veio um vereador também acompanhando. Sempre esse caminho. Você na verdade não pede à Prefeitura, você pede ao vereador. Sempre por trás tem um interesse político. E por isso a praça fica ao deus-dará.

De todo modo, o que está presente nas falas de Chinelli e Sylvio é a ideia de troca. Para eles, melhor é eleger alguém que os “ajudou” – como dizem. Apesar desse esforço, Sonia não se reelegeu vereadora. Em dezembro de 2012, já se despedindo do mandato, ofereceu moção de congratulação ao Grupo de Amigos<sup>28</sup>. Um ano antes, em 15 de dezembro de 2011, como desfecho do conflito Município *versus* Praça, a Câmara Municipal publicou decreto legislativo sustentando o decreto executivo<sup>29</sup>. O processo que tramitava no Ministério Público foi arquivado em 2013. O risco de perder a praça para a UPA deixou de existir, *a priori*, mas foi aí que o Grupo de Amigos ganhou força para seguir atuando.

Em abril de 2012, foi organizado por associações de moradores de diversos bairros o Fórum de Debates da Grande Leopoldina. Neste espaço deliberativo da sociedade civil, habitantes de Triagem, Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria, Complexo do Alemão, Penha, Penha Circular, Braz de Pina, Cordovil, Parada de Lucas e Vigário Geral passaram a se reunir para discutir políticas públicas destinadas às suas áreas. Nesse contexto, o Grupo de Amigos passou a levar para o coletivo as demandas da praça, buscando sugestões gerais sobre o que promover em seu espaço.

Em um desses encontros, Teo Cordeiro, recém instalado em Olaria, apresentou a proposta de promover no espaço da praça uma feira orgânica. A ideia foi acatada de imediato, muito embora parte dos integrantes do Grupo de Amigos nunca tivesse ouvido falar nisso:

– Nunca havia tido uma feira orgânica aqui. Achamos fantástico – confidenciou Chinelli.

– Eu já atuava nos movimentos de saúde coletiva e de agricultura urbana há um tempo. Percebi que quase que a totalidade desses grupos atuavam em ambientes universitários e/ou nas zonas Sul e Central da cidade. Na zona Oeste há um grupo antigo e abrangente, mas é um movimento de agricultores que já plantam há séculos, é diferente. No subúrbio tinha pouca coisa. Foi então que conheci o movimento da praça, em 2011. Cheguei aqui no olho do furacão

---

<sup>28</sup> Disponível em:

<<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/0710c430d6b4ab83832566ec0018d823/cb5dc2de6403439103257ac30061e36a?OpenDocument>> Acesso em: 24 mai. 2016.

<sup>29</sup> Informação disponível em:

<<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/71c4987ac5af71e503257959005cd223/c9d6fa8a7d2289e60325796000682cb1?OpenDocument&ExpandSection=-3>> Acesso em 5 dez. 2015.

e comecei a me mobilizar com os moradores para preservar esse espaço. Como eu já tinha a ideia de trazer a discussão da agroecologia para a Leopoldina, surgiu a questão: por que não criamos uma feira orgânica? Uns anos atrás isso era algo muito utópico porque não sabíamos muito bem como mobilizar, com quem falar, como organizar – narrou Teo, também por ocasião de entrevista.

O moço não estava sozinho. Na ocasião, Thaís Rocha, produtora cultural e moradora de Olaria, já participava dos debates sobre as formas de ocupação do bairro. Os dois haviam se conhecido em uma mobilização anterior feita na Rua Engenho da Pedra, que começa em frente à estação do trem e segue até a Avenida Brasil. Por ali passaria o BRT<sup>30</sup>, o que transformaria a paisagem e o uso do espaço. Ali também houve formação de grupo de moradores para protestar contra ao projeto.

– Nunca vi as pessoas tão mobilizadas e trabalhando para mudar aquilo. Elas começaram a correr atrás de informações que embasassem sua indignação e descobriram que não havia fundamento para manter aquele projeto, desfazer as casas, transformar o local em passagem. Conseguiram preservar a rua, mas o corredor foi para o bairro de Ramos. E isso gerou problemas também. Dentro dessa história toda, surgiu uma informação de que fariam uma UPA na praça que fica em frente ao posto 11. Mesmo a gente tendo poucas opções de lazer, ainda iam tirar a praça, com aquela performance toda que ela tem. Então também passei a me envolver esse movimento da praça. A partir desses projetos ambiciosos da prefeitura, os moradores de Olaria começaram a debater e a decidir como se apresentariam enquanto bairro. Em uma das reuniões, propusemos a criação de uma feira orgânica. A gente começou a falar da importância de ter um lugar para um consumo diferente e ter como opção não somente as feiras livres e os mercados – contextualizou Thaís, quando entrevistada, em março de 2016, à época vivendo em um apartamento térreo em Santa Teresa.

Thaís e Teo passaram a percorrer as outras feiras que já existiam para compreender como funcionavam, quem as regulava, quem as implantava, como deveria ser solicitada a criação de mais um mercado etc. Entraram em contato, assim, com a Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio), uma das entidades responsáveis por garantir certificação orgânica aos agricultores do estado e também por organizar boa parte do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

---

<sup>30</sup> *Bus Rapid Transit* ou Transporte Rápido por Ônibus, sistema de transporte rodoviário integrado e de alta velocidade, que circula por um corredor exclusivo nas vias da cidade. No Rio de Janeiro, foi inaugurado em 2012 o corredor TransOeste, que liga a Barra da Tijuca a Campo Grande. Em 2014, a via TransCarioca entrou em funcionamento, ligando o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim à Barra da Tijuca. No contexto a que se refere Thaís, tudo indica que ela está se referindo à construção do segundo corredor.

– A gente começou a frequentar as feiras... a gente já frequentava, né? Mas começou a percorrer o Circuito com o intuito de conversar com agricultores, comerciantes e gerentes. Foi uma aproximação no sentido de perceber quem poderia compreender a nossa necessidade e apresentaria a disposição de fazer isso acontecer, de fato. Nessa época, grande parte ou quase que a totalidade das feiras orgânicas desse eixo, tirando a zona Oeste que já tem outra história, era gerenciada pela Abio. Então, nessas conversas que eu tive, a Abio se colocou muito disposta a querer estender esse Circuito para a Leopoldina, para Olaria. E começamos a pensar nessa parceria. O que acontece com a maioria das feiras orgânicas é que elas vão para um local sem necessariamente identificarem uma articulação local, sem terem um anfitrião. As feiras chegam, escolhem um local e se instalam. Aqui foi diferente, pois já se tinha um movimento de base local. De certa forma, foram os moradores que produziram esse espaço propício para a feira acontecer – esmiuçou Teo.

Da Abio a interlocução passou para o Município que, por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário (extinta em 2016), regulava o Circuito desde 2012. Lembra Teo que o processo burocrático, embora tenha demorado em razão da troca de secretários, não foi difícil. E o mesmo Município que em 2011 era “vilão”, tornou-se parceiro, ainda que indiretamente.

– Depois de passado tudo, o próprio subprefeito da área, numa reunião com a gente, pediu desculpas em nome do prefeito pelo equívoco de querer acabar com uma praça dessas. Isso está gravado – lembrou Chinelli, como quem não perde um detalhe do que passou.

– Que nada! Apenas aturam a feira aí! – opinou Jonas, desconfiado.

O resultado, ainda assim, foi comemorado. E com a inauguração da feira muita gente que antes não frequentava a praça se aproximou. Caso de Mirian e Zelinha, vizinhas em Olaria, que despertaram para as mobilizações depois de ouvirem falar que ali se instalaria uma feira orgânica. A primeira recebeu a informação da página que Sonia Rabello alimenta no Facebook. A segunda, coincidentemente, havia conhecido Teo em uma atividade no bairro do Grajaú, que a convidou para somar na organização da festa de inauguração.

– Aquilo [postagem de Sonia Rabello no Facebook] me chamou a atenção e eu vim. Aí que eu conheci o Téo, os senhores aqui e comecei a me envolver. Marcaram a data, falaram como ia ser. Eu disse que fazia mandalas. E como estavam programando um acontecimento para o primeiro dia da feira, chamando pessoas que quisessem expor alguma coisa, me candidatei. Foi assim que comecei a saber mais das coisas que aconteciam aqui, conhecer as pessoas – descreveu Mirian.

– Ele [Teo] me convidou para vir para uma reunião. Só que nesse dia choveu muito. Eu não fui, mas eles estavam tão empenhados que a reunião aconteceu. E nisso ficou certo que iriam convidar o Circuito Carioca para implantar a feira orgânica. Aconteceu depois de conseguirem essa licença da prefeitura e nós fizemos um movimento no bairro – retomou Zelinha.

As duas vinham de uma trajetória pessoal de busca por outras formas de se alimentar e foram atraídas pelas ideias que giram em torno da comida “sem veneno” (saúde, bem-estar, equilíbrio ambiental etc.). Elas tinham o costume de frequentar a feira da Glória – a mais antiga do ramo, com quase 30 anos de existência – mas se disseram “aliviadas” com a chegada de um mercado igual àquele nas imediações de suas residências. Passaram, então, a contribuir com um evento que é realizado concomitantemente, sempre no segundo sábado de cada mês, chamado Leopoldina Orgânica. Nisso, Mirian começou a expor o artesanato que faz em casa e Zelinha ganhou uma barraca exclusiva para ministrar oficinas de culinária aproveitando os alimentos ali comercializados.

Os casos de Mirian e Zelinha me fizeram suspeitar que a praça, antes do episódio da UPA, era um local de passagem e não necessariamente de encontros. Com as mobilizações, as pessoas do entorno passaram a se reconhecer e a, de fato, conviver. Os integrantes do Grupo de Amigos, por exemplo, já se conheciam e se cumprimentavam, até trocavam uma ideia ou outra, mas não faziam parte da rotina uns dos outros. O motivo para a mudança de comportamento foi, justamente, o conflito e a tentativa de solucioná-lo. As palavras de Chinelli confirmam tal possibilidade e contribuem para esta narrativa:

– A vida nos oferece certas situações... muitos moradores aqui eu não conhecia. São pessoas que até moram perto, sempre moraram. Um mora na vila, outro no prédio, outro na outra rua. Mas foi através dessa situação que acabamos formando o grupo e criando uma camisa, um *slogan*. É um legado que nós queremos deixar para nossos filhos, nossos netos. Aqui houve uma luta, houve uma resistência para preservar um local que é de comum acordo para todo mundo.

\*\*\*

– Filme a placa, é importante! Filme a placa! – Ordenou Mestre Jonas, certa vez, quando estava com a câmera digital nas mãos, uma GoPro Hero4 Silver, bem pequena e fácil de manusear. Levei quase dois anos para ligar o aparelho. Tomei essa decisão já no início de 2016, na ocasião em que entreguei aos interlocutores um termo de consentimento para um eventual

uso de nomes e imagens. Em seguida, comecei a realizar as entrevistas de longa duração. Liguei o aparelho e, ao contrário do que imaginava, ninguém se incomodou com isso. Depois da filmadora, passei a ser solicitada para gravar as cenas mais cotidianas da praça. Filmar a placa, por exemplo, era algo que caberia a mim fazer. No modo de pensar de Mestre Jonas, era “para deixar registrado”.

Não que ele gostasse do nome dado à praça. Nem que desgostasse. Somente que as pessoas poderiam tê-lo escolhido:

– Dizem que Marechal Maurício Cardoso foi homenageado porque foi um grande brasileiro. Ninguém é contra a personalidade dele, mas a comunidade não votou, né? Não se vota nada. Então as pessoas colocam um nome em função de um governo, mas talvez se a comunidade fosse ouvida, não seria esse nome. Deveriam ter democratizado essa escolha – refletiu o entrevistado, diante da câmera. A praça foi construída em 1966, segundo ele, mas a placa está ali desde 2015, tendo sido encomendada pelo Grupo de Amigos e autorizada pela 11<sup>a</sup>. Região Administrativa.

– Diga-me, que lembranças você tem desse lugar? – Lancei tal pergunta para os três integrantes do Grupo de Amigos que entrevistei. Queria saber o que havia ali antes do episódio da UPA e tinha comigo que eles poderiam me ajudar, afinal, estão na Penha desde a infância. Chinelli nunca saiu da vila em que vive. Sylvio é de Teresópolis, mas se mudou para o IAPI da Penha aos três anos. E Mestre Jonas nasceu na Rua do Riachuelo, na Lapa, deu seus primeiros passos em Vila Isabel e por volta dos oito anos já estava instalado com a mãe e seus cinco irmãos em um dos apartamentos do IAPI. Eles narraram detalhes de suas trajetórias e, com isso, tentaram reconstruir na paisagem atual o que até a década de 1970 ficou conhecido como campo da boiada:

– Tinha um pessoal com cavalo trazendo a boiada lá da Lopes Júnior até o Matadouro da Penha. Então o gado vinha caminhando e eles atrás. Fora o trem que trazia, parava perto do matadouro, o pessoal jogando no campo de futebol e de vez em quando um animal escapava do trem. Eram mais de dez campos de futebol que tinha aí, e um ou outro escapava... correndo, para se livrar. Do meu prédio até lá na frente, nessas casas todas, isso tudo aqui era o matadouro. Tinha um brejo aqui e outro lá perto da Avenida Brasil. Depois lotearam o terreno e construíram essas casas – comentou Sylvio.

– Os bois vinham dali [apontando para o sentido norte, rumo à Igreja da Penha] e o trem atravessava naquele lugar onde está aquele prédio ali [apontando para o sentido sul, rumo à divisa entre Olaria e Ramos]. Os bois, às vezes, soltavam e invadiam aqui até a vila que eu morava. Era uma confusão danada – concordou Chinelli.

– Aqui, bem pertinho onde nós estamos, passava um trem. Logo ali atrás tem a estrada de ferro, a Leopoldina [apontando para a linha férrea, em funcionamento no mesmo lugar]. Aqui tinha uma entrada e o trem que passava era o cargueiro. Ele despejava um montão de bois, cabritos, cavalos, éguas, carneiros, todos os tipos de gado. E era cercado. Era um pântano muito verde, daqui até lá embaixo, onde tem hoje o Mercado Megabox, tudo isso aqui era o campo da boiada – definiu Jonas.

Na fala dos interlocutores é possível identificar dois elementos em comum: os trens e a boiada. Tais termos contribuem para a compreensão sobre a ocupação territorial da região, freguesia rural até a primeira década do século XX. O campo da boiada era o pasto que contornava um matadouro criado em 1892 pelo comerciante Custódio Nunes, que na ocasião conseguiu concessão distrital para abater algumas cabeças de gado por semana e comercializar a carne em seu próprio açougue. Tal autorização foi revista ano a ano e, em 1902, já proprietário de boa parcela da chamada Grande Fazenda da Penha, situada na freguesia de Inhaúma, Nunes fez sociedade com o abatedouro São Diogo, de Santa Cruz<sup>31</sup>. Com o auxílio da malha ferroviária, existente na região a partir de 1858, quando da inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II, a família Nunes expandiu tanto seus negócios quanto o raio de alcance do matadouro. O campo da boiada, assim, cresceu conforme aumentou o comércio de carne na cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1920, foi inaugurado o Curtume Carioca, que funcionou até 1998 e chegou a ser o maior produtor de couro da América Latina.

Nas décadas de 1950 e 1960, tempo em que Chinelli, Jonas e Sylvio eram crianças, a área do pasto ia, mais ou menos, do lugar que atualmente é a Fazendinha da Penha (Área de Proteção Ambiental existente atrás dos condomínios do IAPI) até a entrada da estação ferroviária de Olaria. Para Mestre Jonas, o fato desse lugar ter sido depósito de animais é um “marcador espiritual” para a região:

– Todos os bois que vinham para cá eram usados no Matadouro da Penha. O couro ia para o Curtume Carioca e a carne era colocada em carros de tropeiros e mandadas para os açougues da região e do centro da cidade. Então, todo dia morriam bois aqui, transformados em alimento para a população. Vinham trens lotados. Esses bois vinham de Minas Gerais, Espírito Santo... todos os tipos de gado. O povo sempre foi carnívoro, né? Só que isso acarretou um trauma na aura do bairro, que começou a ficar muito pesada. Depois que veio esse Matadouro

---

<sup>31</sup> Informações obtidas no Armazém Digital do Instituto Pereira Passos:

<[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2_bairro.htm)> Acesso em 25 jan. 2017.

para cá, várias coisas estranhas começaram a acontecer. Como o caso da menina Taninha<sup>32</sup>. Fiz uma pesquisa pessoal para saber porque aconteciam coisas estranhas na Penha e a causa que os bramânicos diziam era que a aura do bairro estava marcada pela mortandade diária de gado. A falta de progresso de Olaria, da Penha e de toda a Leopoldina é provocada por isso.

Porém, segundo o próprio, o sentimento guardado, ainda assim, é de nostalgia:

– Quando vi pela primeira vez, vi a boiada em lugar de pasto, achei lindo. E não eram só os animais do matadouro que ficavam aqui. Havia muitos tipos de pássaros, muitas árvores diferentes, borboletas de montão, à noite, os vagalumes. Esse lugar aqui, apesar de quase que abandonado pelas pessoas, era para nós, crianças, um lugar especial, pois estava repleto de natureza. Aqui a gente pegava boi, andava a cavalo, de charrete, subia em árvore, brincava de tudo o que você imaginar. Era no campo da boiada e na Fazendinha. Tinha todo o tipo de fruta. Eu comia muito na rua, a cada esquina tinha carambola, saputi, laranja, limão, amêndoa, manga, era só esticar o braço e pegar. A gente comia até rã e cobra – continuou Jonas.

Chinelli, nascido em 1952, sete anos depois de Mestre Jonas, vivenciou essa transição e partilha sentimentos semelhantes aos do amigo:

– O trem vinha lá do Matadouro, passava aqui onde é hoje o Extra e entrava ali onde é aquele prédio grande. Eu tenho 63 anos, lembro bem. Nessa época, era menino. Tive uma infância boa porque nós tínhamos espaço para jogar bola, bola de gude, soltar pipa, rodar peão. Isso aqui era tudo mato e campo de futebol. Fizeram 12 campos de futebol aqui. E não tinha tanto carro, essa via principal aqui, a Leopoldina Rego, era mão dupla, e não tinha transporte tão acessível como hoje. Nada disso aqui existia. Aí no final dos anos 60 fizeram o loteamento, foram construindo as casas, foram acabando os campos, acabando. Para ser sincero contigo, você pode até me achar um pouco matuto, eu preferia do jeito que era na minha infância. Mas as coisas evoluem, você tem de acompanhar o progresso, né?

O “progresso” e a “evolução”, na opinião de meus interlocutores, converteram o campo da boiada em lotes, prédios, casas e logradouros públicos. O cenário mudou com a expansão imobiliária e a reconfiguração das zonas industriais da cidade. As fábricas de tijolos que deram nome ao bairro de Olaria foram desativadas e a vocação agropecuária do bairro da Penha cedeu espaço a novas moradias e outras atividades econômicas do setor secundário e terciário (comércio e serviços).

---

<sup>32</sup> Tânia Maria Coelho de Araújo foi assassinada em 1950 por Neyde Maria Lopes, que ficou conhecida como “A fera da Penha”. Seu corpo foi encontrado, justamente, no campo da boiada.

Na década de 1960, já loteado, mas ainda pouco construído, o campo da boiada deu lugar ao improvisado de campos de futebol onde Chinelli jogou bola. Nesses campos, ele fez a sua história particular, aqui revelada pelo amigo Jonas:

– Uma coisa marcante foi o projeto Craque na Bola, Craque na Escola, feito pela TV Excelsior, com Eli Coimbra, Luciano do Vale, com os grandes desportistas da época. Eles escolhiam meninos que fossem bons de bola e também na escola. Esses seriam homenageados. Por incrível que pareça, a pessoa que ganhou esse prêmio eu conheço e você também conhece, essa pessoa deixou o Zico no banquinho, chama-se Carlos Chinelli. Chinelli trazia públicos imensos para presenciar os jogos de futebol que eram transmitidos pela televisão aos domingos.

Mas e a praça? O que os moradores dos arredores narram é que, antes de ter o nome do oficial do Exército, teve outros títulos: “praça dos garis”, praça do tobogã” – esta última, em razão de um brinquedo instalado pelo pai de uma figura conhecida como Marcos Bolé. Dizem também que a configuração atual da praça foi dada aos poucos, conforme os esforços próprios da população. Esforços estes que, nas palavras de meus interlocutores, têm relação tanto no que diz respeito à solicitação de benfeitorias ao poder público quanto no que tange ao fazer com as próprias mãos. Ainda conforme se relata no local, a inauguração da praça, no final da década de 1960, teria sido impulsionada por uma reivindicação feita pelo pai de Chinelli:

– Era um programa que passava na televisão. Todos os domingos eles escolhiam uma praça, traziam um time de garotos da zona sul e faziam um campeonato na praça. Então cada vez faziam um esporte. Normalmente era o futebol. Não tinha vôlei, basquete, nada disso. Era só o futebol mesmo. O que aconteceu? Trouxeram naquele domingo, eu estava com 15 anos, e pediram que fizéssemos um time aqui. E nós tínhamos feito um campinho, que eu capinei, botei baliza. Então era chamado "campo do Chinelli". E o cara perguntou: vocês têm um time aqui para jogar contra esse? E filmou. E passou na televisão. E ele me elegeu como o melhor jogador. E eu fui mesmo, aquele dia eu fui, sem modéstia. E ele disse: no final quero te entrevistar. E eu muito envergonhado, cabeça baixa, garoto. Aí o apresentador falou: faz um pedido aí. E meu pai chegou mais perto e falou: “tenho vontade que isso aqui seja transformado em uma praça”. E a partir daquele programa foi dado início à construção. Primeiro, com os bancos de areia, um esboço. Depois, o restante. E foi melhorando aos poucos, até a praça que está hoje.

Para os Amigos da Praça, o “progresso” e a “evolução” não necessariamente trouxeram bons resultados à região. Além da nostalgia que os afeta, eles dizem sentir falta de árvores, frescor, ar puro, sombra.

– Deveriam programar uma grande campanha de plantio de árvores aqui nesse local, não permitindo cimento nenhum, repensar essa praça com mais árvores e muito mais árvores

frutíferas. Sempre pensei o seguinte: quem planta uma árvore frutífera reza e canta três vezes em nome do Pai, do Filho, do Espírito Santo, Amém! A gente precisa plantar muitas e muitas árvores frutíferas aqui. Dane-se quem não quiser – exclamou Jonas, que pensa que da Fazendinha até a Serra da Misericórdia<sup>33</sup> deveria haver somente plantas.

A necessidade de Jonas é a mesma de muita gente. Nos dois anos de feira orgânica, o movimento estabelecido na praça, composto pelo Grupo de Amigos e pelo coletivo Leopoldina Orgânica, chegou a realizar mutirão de plantio de mudas no local. Houve até mesmo colheita de algumas plantas alimentícias, como mandioca e taioba. Acontece que há uma controvérsia quanto ao cultivo no local. Em outubro de 2014, aproveitando a movimentação da feira orgânica, um grupo de servidores e estagiários da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro visitou a praça no momento da feira e distribuiu panfletos que tratavam da contaminação do lençol freático no lugar, em razão de anos de atuação do Curtume Carioca (imagem 6). Esse material, apresentado como educativo, narrava em breves linhas como era a atuação da indústria de couros antes das legislações ambientais e expunha porque poderia ser arriscado o uso da água na região. Tal panfleto alertava para que apenas a água encanada fosse usada e que, portanto, a população evitasse: perfurar poços artesianos, nadar nos córregos e rios, plantar árvores frutíferas ou produzir hortas.

Tal visita foi feita juntamente com o Monitorar Rio – Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar. Jovens geógrafos e biólogos vinculados ao Centro de Educação Ambiental da Prefeitura do Rio de Janeiro distribuíram cartilhas voltadas ao público infantil (e conseqüentemente adulto) que ensinavam como evitar a poluição no cotidiano (imagem 7). Havia sugestão de, por exemplo, não queimar pneus usados, não usar combustíveis adulterados nos automóveis, conservar as áreas verdes do bairro e dar preferência a alimentos produzidos na própria região. Os dois grupos foram bem recebidos no local, apesar das orientações se contradizerem. Na demarcação municipal, Olaria e Penha se encontram na Área de Planejamento 3, onde há a maior densidade demográfica da zona urbana<sup>34</sup>, a menor área verde por habitante<sup>35</sup> e os mais baixos índices de qualidade do ar (GUIA, 2016). Muito embora não saibam das estatísticas exatas, de alguma forma, os moradores dos arredores têm noção disso. Ainda assim, a campanha do não uso da água para cultivo de plantas não vingou.

---

<sup>33</sup> Maciço rochoso que também é parte desse mapa narrativo e será apresentado mais adiante.

<sup>34</sup> 2,5 milhões de habitantes ou 40% da população do Rio de Janeiro.

<sup>35</sup> 3,5 m<sup>2</sup> por habitante, enquanto que as Nações Unidas indicam um mínimo de 8 m<sup>2</sup>/h e em alguns bairros da zona Sul essa medida chega a 55 m<sup>2</sup>/h (GUIA, 2016).

Chinelli e Sylvio também demonstraram o desejo de que mais plantas (alimentícias e ornamentais) sejam cultivadas na praça e em seu entorno. Porém, para eles, há algo que é urgente e igualmente importante: os equipamentos públicos. Além dos bancos, das grades entorno do jardim e dos brinquedos infantis, eles querem aparelhos de ginástica para a terceira idade. Algo que já viram em muitas praças do Rio de Janeiro e que consideram também um chamariz para que mais pessoas frequentem o espaço.

Por fim, o que foi dito pelos três Amigos da Praça, e também por Mirian e Zelinha nas respectivas entrevistas, é que a presença de moradores de rua – que vez ou outra aparecem, dormem debaixo das árvores, nos bancos, nos canteiros, e usam os banheiros construídos na praça – é indesejável. Sylvio sugeriu que as grades existentes na praça (que ficam entorno das plantas e também dos brinquedos) tivessem uma altura mais elevada. Jonas, por sua vez, chegou a dizer que os policiais militares que fazem plantão no local poderiam se responsabilizar pelo “problema”. Esse incômodo vai de encontro ao discurso de pluralidade e democracia que muitos fazem no local.

### Imagem 6 – panfleto sobre poluição das águas subterrâneas no entorno no Curtume Carioca (frente)



Fonte: Acervo Pessoal

**Imagem 6 – panfleto sobre poluição das águas subterrâneas no entorno no Curtume Carioca (verso)**

Os anos anteriores a todas essas conquistas acabaram não tendo leis claras e políticas efetivas sobre as questões ambientais, como poluição e contaminação. Assim, algumas práticas poluidoras do passado podem ter efeitos, hoje, sobre nossas vidas.

E é sobre isso que queremos conversar com você agora, especialmente sobre os perigos do uso de água subterrânea.

**Por que não utilizar a água subterrânea?**

Ela pode estar contaminada e, assim, prejudicar a saúde de quem a utiliza.

O solo tem a importante função de armazenar água. Seus poros funcionam como uma esponja; é assim que as raízes de árvores e plantas "sugam" água e nutrientes. Essa água retida se movimenta lentamente em direção aos rios, lagos e lençóis d'água subterrâneos. Assim, quando um poluente entra em contato com a superfície do solo, ele pode ser absorvido e levado para suas camadas mais profundas. A partir daí, poderá ser absorvido por plantas ou "carregado" para outras regiões.

O processo de tratamento do couro tinha várias etapas. Por exemplo, os banhos químicos tratavam o couro bruto com produtos tóxicos e não havia controle sobre o descarte desses produtos no meio ambiente. Dessa forma, o solo, as águas subterrâneas e os córregos da região eram contaminados.

A figura abaixo ilustra como o solo e a água subterrânea são contaminados por produtos químicos.

Atividade poluidora (Indústria, posto de gasolina, etc)

Produtos químicos contaminaram o solo

Poços de água

Água foi contaminada por produtos químicos

O bairro da Penha tem sua história escrita há muito tempo e você é parte disso.

Tudo começou na Igreja da Penha, há três séculos, quando fléts passaram a ser moradores da região. Com a chegada da ferrovia no início do século XX, o bairro cresceu, e a construção da Avenida Brasil, nos anos 40, acelerou ainda mais o seu desenvolvimento, ampliando o comércio local e o número de habitantes.

No entanto, com esse crescimento também surgiram diversas atividades (como indústrias, postos de gasolina, oficinas) potencialmente poluidoras, capazes de prejudicar a qualidade do solo e da água subterrânea.

É aqui que entra o Curtume Carioca, uma antiga e já fechada fábrica de couro, cuja história está totalmente costurada ao bairro da Penha. Ao seu bairro.

A região se tornou referência nacional na produção e tratamento de couros. Até fechar suas portas, em 1998, o Curtume chegou a empregar mais de três mil funcionários, dos quais muitos ainda vivem por aqui, como você sabe. Foram quase 80 anos de história.

Uma coisa que talvez você não saiba é que a produção e o tratamento de couro pelo Curtume envolviam o uso de produtos químicos poluidores do solo e da água subterrânea. E durante muito tempo, até a década de 1970, tais atividades foram realizadas sem que houvesse leis ou políticas que protegessem o meio ambiente da poluição, ao contrário do que existe hoje.

Por exemplo, em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Iboje, IBAMA) e, em 1975, foi criada, no Estado do Rio de Janeiro, a FEEMA (hoje, INEA). Ainda em 1975, este Estado criou uma pioneira norma de prevenção e controle de poluição, o Decreto-Lei nº 134. Anos depois, em 1981, promulgou-se a Lei nº 6.938, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, símbolo histórico do tema. Em 1988, a Constituição consagrou a importância das questões ambientais.

Fonte: Acervo Pessoal

**Imagem 7 – ilustração educativa na cartilha do Programa de Monitoramento do Ar**

**Dicas para MelhorAR**

Não utilize combustíveis adulterados.

Abasteça o veículo à noite. Isso evita que os vapores do tanque reajam e se transformem em gases poluentes com a ação dos raios de sol.

Utilize transportes coletivos.

Denuncie queimadas de áreas verdes, lixos e pneus.

Não queime lixo e pneus. Destine-os corretamente.

Encaminhe pneus para reciclagem nos postos da Comurb.

Em vez de queimar folhas secas e resíduos orgânicos, aprenda a fazer adubo (compostagem) e você terá uma ótima terra para as plantas.

Observe a vida útil do filtro de ar e do óleo.

Faça a manutenção do seu carro. Um veículo desregulado consome combustível em excesso.

Em trajetos curtos, caminhe ou use a bicicleta.

Dê preferência a produtos de sua região! Isso ajuda a reduzir os custos de transporte e a emissão de poluentes para que um produto chegue até você.

Programa um sistema de carona solidária com vizinhos e colegas.

ConsERVE as áreas verdes do seu bairro.

Fonte: Acervo Pessoal

### 1.3. Leopoldina Orgânica

Mencionado algumas vezes neste texto, Leopoldina Orgânica é o nome de um evento realizado todo o segundo sábado do mês na praça Marechal Maurício Cardoso, no mesmo horário da feira orgânica. Foi criado para dar continuidade ao clima que contagiou a praça no dia 31 de maio de 2014. Aconteceu antes mesmo disso, com o encontro de pessoas que tinham alguma aproximação com o bairro de Olaria, já atuavam (ou tinham vontade de atuar) em grupos de defesa do espaço público, proteção ambiental, agricultura urbana ou agroecologia e se reuniram, primeiramente, para viabilizar a feira e, em segundo lugar, para planejar a sua festa de inauguração. Uma vez bem-sucedidas tais empreitadas, Leopoldina Orgânica passou a existir enquanto evento e enquanto grupo que o realiza.

A princípio, o grupo não tinha um nome específico e era composto por Teo, sua companheira Danielle Costa, integrante da organização PermaRio<sup>36</sup>, e seus amigos Rafael Carvalho, biólogo e ex-integrante da organização Verdejar Socioambiental<sup>37</sup> e Thaís, aqui já apresentada. Eles se conheceram mais ou menos por volta de 2011, quando Teo e Dani se mudaram para Olaria, e identificaram uns nos outros, como diz Thaís, “uma compatibilidade maior de ideias e de percepções”.

Thaís, formada em Turismo, fez uma especialização em Educação Ambiental e assim passou a questionar seus hábitos diante da alimentação, do uso da água, do acúmulo de lixo, bem como todas as suas relações com e diante do mundo. Dani e Teo, depois de passarem uma temporada na Bahia, retornaram para o Rio de Janeiro com o objetivo de atuar de modo autônomo e sustentável. Rafael, ao cursar Biologia, entrou em contato com os grupos de agroecologia existentes no estado e “descobriu” o movimento em defesa da Serra da Misericórdia. Tais experiências representaram, para cada um ao seu modo, a absorção de “novas ideias” diante de um mundo conflituoso, injusto e contraditório. Representaram, portanto, a

---

<sup>36</sup> Organização criada por Danielle e Teo que se apresenta como “coletivo de permacultores, naturais do Rio de Janeiro, que caminha, semeia e divulga conhecimentos permaculturais nos quatro cantos da cidade”. A permacultura é um modo de intervir na natureza que cria sistemas de sobrevivência (produção de ferramentas, construção, plantio, captação de água etc.) em consonância com a biodiversidade, reaproveitando materiais. Fonte: Página da Perma Rio no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Perma-Rio-534220226611845/>> Acesso em: 10 dez. 2016.

<sup>37</sup> Entidade da sociedade civil situada no Engenho da Rainha, fundada em 1997 por um personagem conhecido como Luiz Poeta, com o objetivo de proteger o patrimônio natural, cultural e social da Serra da Misericórdia e de seu entorno. Fonte: Estatuto do Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo. Disponível em: <<https://www.verdejar.org/estatuto>> Acesso em 21 set. 2016.

oportunidade de novas escolhas, a partir de antigas buscas, como é perceptível em seus depoimentos:

– Fui fazer a pós em Educação Ambiental e achei que aquilo poderia ser incorporado na minha vida diária. O curso era uma filosofia. Eu tinha dificuldade, por exemplo, de olhar nos olhos. A gente não tem esse hábito. E daí outras coisas que foram me dando esse alerta: “aí tem uma vida, sabe disso? São vários órgãos que fazem você ser tudo o que você é”, pensava. Assim passei pela alimentação, pela espiritualidade, pela troca de energia que tive com as pessoas e por uma porção de coisas que fortaleceram esse corpo. Foi um pouco isso, de reconhecer. Não adianta falar que sou a favor dos índios ou dos quilombos e ir no supermercado e comprar um produto da Nestlé, da Unilever. Porque essa é a briga, né? É uma galera que quer ter o domínio do mercado, das terras, das vidas das pessoas e passam por cima mesmo de qualquer coisa, devastam tudo e aí então é você tentar buscar uma ética. Você ser coerente com o que diz e como age. Não estou dizendo que sou perfeita e já cheguei lá, mas estou em busca, tenho um milhão de coisas para aprender – explicou Thaís.

– Peguei a primeira folga no trabalho e fui para a Bahia fazer uma vivência. Era um feriado prolongado. Lá pude experimentar, através da Permacultura, outra forma de sociabilidade, de interação entre as pessoas e um pouco de contato com a terra, com a natureza. Porque numa vida urbana é muito fácil você se não deixar levar, está tudo muito à mão, a coisa da praticidade dos serviços. Como eu morei muito tempo na zona sul do Rio, isso é mais sedutor ainda. Porque você dá um passo e tem o banco, a farmácia, tem o mercado que funciona 24 horas. Então a qualquer momento você pode chegar lá e comer uma pizza, um sanduíche. A relação que se estabelece com a alimentação é outra porque você entra naquela roda-viva de que tem pouco tempo para fazer as coisas e vai tentando acelerar todos esses processos e economizar tempo no seu deslocamento, no preparo do alimento. Esse contato com a permacultura me permitiu sair da roda-viva. Quando voltei, pensei: “existe outra forma de viver a vida”. A partir disso eu e Teo ficamos fazendo vários cursos de permacultura. Ele já estava num movimento de querer voltar para o Rio para pôr em prática o que aprendeu lá. E a gente começou a pensar no que poderia fazer. Aí começamos as atividades do PermaRio, cursos, oficinas, e também a fazer as nossas experiências num apartamento, que é onde a gente mora – relatou Dani, sentada no banco da praça Marechal Maurício Cardoso, em uma manhã chuvosa de abril de 2016.

– Nesse processo de estudar Biologia conheci, em 2007, o grupo Verdejar e, assim, descobri a Serra da Misericórdia, que é a última área verde do subúrbio da Zona Norte do Rio. Percebi que eu tinha vivido quase 20 anos aqui [em Olaria] e nunca tinha ouvido falar em Serra

da Misericórdia, um lugar importantíssimo. Aí comecei a me voluntariar no Verdejar e tanto lá como na faculdade conheci a agroecologia e comecei a me encantar pela terra. Eu sempre fui muito urbano, tinha pouco contato com o meio rural e foi nesse momento que eu me aproximei mais dessa história de orgânico e agroecologia. Comecei a curtir muito isso, estudar mais e me engajar na militância pela Serra da Misericórdia e pela Agroecologia. Depois conheci o Teo e ele me falou que teria essa feira orgânica aqui. Aí a gente resolveu se organizar, teve uma reunião aqui na praça e nessa reunião que eu fui conhecer todos os integrantes do movimento dos Amigos da Praça. Resolvemos ser apoiadores da feira.

Se, de um lado, os Amigos da Praça se uniram para conservar o que já tinham, por outro, o Leopoldina Orgânica passou a existir a partir de um desejo de transformação. O que houve em comum entre esses dois grupos, no momento de sua formação, foi a vontade de ocupar o espaço da praça e, como disse Rafael, “apoiar” a continuidade feira. Para os Amigos da Praça, isso era necessário para manter o ponto de encontro e lazer. Para o Leopoldina Orgânica, no entanto, a oportunidade era de atuar de forma pública e propor mudanças para o universo social e cultural do subúrbio.

– Desde o início a gente reconheceu que a feira não poderia se limitar ao consumo de alimentos orgânicos. Esse lado da cultura, do fazer arte, da democratização da informação e do alimento saudável, deveria estar na praça também, junto com a feira. A feira faz mais sentido se ela vem atrelada a outros segmentos e outras abordagens que incluam as práticas das pessoas. O artesanato, por exemplo – comentou Thaís.

A partir dessa ideia de somar forças com práticas locais, o Leopoldina Orgânica passou a dialogar com Mirian e Zelinha, vizinhas em Olaria, que também possuem histórias de ruptura em suas vidas. A primeira passou a levar suas mandalas para vender<sup>38</sup> e a segunda montou uma “barraca da conversa”, como ela gosta de dizer, para falar sobre alimentação e culinária<sup>39</sup>.

Também passaram a colaborar com o grupo Ana Paula Souza e Marcelo Silva, integrantes da Rede Carioca de Agricultura Urbana do Rio de Janeiro (CAURJ) que, ao conhecerem Teo em uma das reuniões da Rede, foram convidados a participar da feira. Eles cultivam uma agrofloresta na Serra da Misericórdia desde 2012 e, em 2014, já produziam alguns alimentos, mas ainda não tinham certificação para garantir sua distribuição. Ao iniciarem sua participação na feira, Ana e Marcelo dividiam espaço com a barraca da PermaRio, comandada

---

<sup>38</sup> Juntamente com Mirian, outras pessoas moradoras da região passaram a expor seus artesanatos, o que gerou, em 2015, a abertura da Feira de Artesanato da Leopoldina, paralelamente à feira orgânica.

<sup>39</sup> Zelinha trabalha profissionalmente com a Alimentação Viva, uma forma de preparar a comida que ela própria explicará como funciona em outro tópico.

por Dani, que também está uma vez por mês na praça. Eles levavam exemplares de sua produção e passavam boa parte da manhã conversando e explicando ao transeunte que alimento era aquele, quais suas propriedades, qual sua utilidade etc. Em 2015, o CEM conquistou o documento necessário via Sistema Participativo de Garantia, se associou à Abio e passou a ter sua própria barraca no mercado.

A escolha do nome Leopoldina Orgânica se deu pelo fato de os bairros de Olaria e Penha estarem situados na região simbólica – pois não existe enquanto demarcação administrativa – da Grande Leopoldina ou do subúrbio da Leopoldina. Esse nome, por sua vez, é atribuído aos bairros que acompanhavam a antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II, que a partir de 1889 passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil e, na virada do século XIX para o XX, passou a ser administrada pela empresa inglesa *Leopoldina Railway Company* – gerenciadora da Estrada de Ferro Leopoldina, responsável por unir Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Leopoldina é também o nome da rua que faz divisa com os trilhos do trem. Rua Leopoldina Rego é homenagem à filha de João Gilberto Nabor Rego, o Noca Rego, proprietário de terras no século XIX, dono de um arrozal e das fábricas de tijolos que deram nome ao bairro de Olaria<sup>40</sup>. Leopoldina Rego recebeu parte do nome de Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda de Habsburgo-Lorena, ou Maria Leopoldina da Áustria, que desembarcou no Brasil em 1817, junto à caravana real, após um casamento por procuração, acordado entre reinos, com Dom Pedro I.

Apesar de muitas serem as personagens do nome Leopoldina (região do subúrbio, estrada de ferro, filha de fazendeiro e realeza), na página que o grupo possui no Facebook<sup>41</sup>, a imagem representativa (8) é a da imperatriz. Ela tem uma enxada nas mãos, um fone de ouvidos na cabeça (neste há o detalhe de um pentagrama vermelho) e batom nos lábios. Está situada em um cenário de arbustos que tem a igreja da Penha (com sua escadaria) aos fundos. Trata-se da adaptação (ou intervenção) do grupo a um retrato feito de Leopoldina em 1817 (imagem 9), quando de sua passagem pela Ilha da Madeira, e existente no acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (MHNRJ)<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Noca Rego abriu as primeiras ruas do bairro, todas com nome de pessoas de sua família: Joaquim Rego, Antônio Rego, João Rego, Nabor Rego, Joana Rego e Clementina Rego.

<sup>41</sup> Na página, Leopoldina Orgânica é descrita da seguinte maneira: “coletividade, cultura, espaço de convivência, diversão, música, com o intuito de transformar a praça em um ambiente ainda mais plural”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Leopoldina-Org%C3%A2nica-1477727872537871/>> Acesso em: 9 mai. 2016.

<sup>42</sup> Informação disponível em: <<http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria11/mh-g11a011.htm>> Acesso em 11 jan. 2017.

**Imagem 8 – Imperatriz Leopoldina na visão do grupo Leopoldina Orgânica**



Fonte: Página do grupo Leopoldina Orgânica no Facebook

**Imagem 9 – Retrato de Maria Leopoldina exposto no Museu Histórico Nacional**



Fonte: Acervo virtual do MHN RJ

De acordo com Thaís, o nome e a personagem foram escolhidos para trabalhar com a autoimagem e o sentimento de pertença das pessoas que habitam a região. Assim poderia,

segundo ela, haver um “resgate da memória e da identidade” do lugar. Na imagem 3.8 é possível perceber o interesse do grupo em trabalhar elementos visuais que representam o passado e o presente: a igreja da Penha, a imperatriz, a estrada de chão batido, a enxada nas mãos, os fones de ouvido, o batom. A imperatriz da Leopoldina Orgânica parece ativa, como o próprio grupo, que se preocupa em, sobretudo, “movimentar” culturalmente os bairros de Olaria e Penha. Nestas palavras, Thaís explica as intenções do grupo ao se reunir:

– Estávamos pensando em maneiras de mexer esse caldo da região, sair do comodismo, do ostracismo e abrir a janela para as coisas novas que o mundo apresenta. Nós tínhamos uma utopia de que poderíamos, pelos eventos da praça, contaminar com nosso desejo toda a região da Leopoldina. Queríamos congregar mais bairros, abrir diálogos com outros bairros.

Em maio de 2016, Thaís, Teo, Rafael e Ana publicaram um texto no jornal de bairro Rio Suburbano<sup>43</sup>, convidando o leitor para o segundo aniversário da feira orgânica e apresentando as propostas do grupo. Na matéria, os autores se apresentam como um “coletivo” ou “movimento” denominado “Leopolda” que contribui para a circulação de ideias e pessoas na praça.

Neste dia 28 de maio, comemoraremos também os dois anos do coletivo Leopoldina Orgânica, o Leopolda, que promove sempre aos segundos sábados do mês momentos de cultura, esporte, culinária, artesanatos e conversas sobre o mundo contemporâneo. Mais recentemente, o debate sobre nossa frágil democracia não ficou de fora e pudemos ouvir e dialogar o grave cenário de ataques da nova direita ao que restou de direitos sociais arduamente conquistados. Em tem novidade. O Leopolda lançará na festa o projeto “Botânica Leopoldinense”, que visa identificar a diversidade de árvores da nossa região para servir de estímulo às ações de proteção e plantios nas nossas ruas e praças (ROCHA, CORDEIRO, CARVALHO, SANTOS, 2016).

O modo como o Leopoldina Orgânica, ou Leopolda, vem atuando na praça é, como já foi dito, por meio dos eventos mensais, quando são realizados debates, shows, exposições de filmes, apresentações de dança e teatro, sorteios, oficinas, palestras, festas, plantio de mudas etc. Esse é o momento em que os dois grupos aqui apresentados costumam se encontrar, quando outras personagens aparecem e uma teia de falatório é entrelaçada ao mercado de orgânicos. É o momento em que o microfone está aberto.

---

<sup>43</sup> ROCHA, Thaís; CORDEIRO, Teo; CARVALHO, Rafael; SANTOS, Ana. Feira Orgânica da Leopoldina. Jornal Rio Suburbano, ano XVII, nº 202, mai. 2016. p. 13.

#### 1.4. Microfone aberto

Um microfone e uma ideia na cabeça: é parafraseando Glauber Rocha que contarei como Leopoldina Orgânica e Amigos da Praça iniciaram a fase do debate na Marechal Maurício Cardoso. Logo no segundo sábado de junho de 2014, foi decidido pelos dois grupos criar, durante o evento mensal que acompanharia a feira orgânica, um momento destinado a conversas sobre assuntos considerados de interesse público. Assim, seria escolhido um tema e, ao longo de toda a manhã, intercalando com as apresentações artísticas, o microfone estaria aberto para qualquer intervenção: discurso, bronca, poema, declaração, exposição de pontos de vista, trocas diversas.

A ideia que se tinha em mente era, em primeiro lugar, ocupar a praça. Porém, nenhum pensamento é solto o suficiente para ser solitário. Então a tempestade de ideias feita entre Amigos da Praça e Leopoldina Orgânica começou a lançar mais finalidades para o microfone aberto. Para Chinelli, por exemplo, isso contribuiria para “divulgar a feira” e, conseqüentemente, atrair mais visitantes. Thaís, por sua vez, muito antes de pensar na propaganda, queria que a feira fosse mais do que um local de compra e venda de produtos. Ela desejava um local de encontros e reflexões sobre os temas que a feira representa: alimentação, agricultura, consumo, modo de vida, meio ambiente.

Nas palavras de Teo, o momento seria interessante para “dar voz à agroecologia”. Dar voz pode ser o mesmo que deixar que falem. De fato, se não fosse essa movimentação, muita gente por ali não ouviria falar de alimento orgânico ou algo semelhante. Mas, conforme Rafael, falar de agroecologia seria, na verdade, pensar a sociedade e, portanto, discutir qualquer assunto que interfira direta ou indiretamente na vida das pessoas:

– Isso é uma coisa inédita na cidade, já que as outras feiras orgânicas existentes no Rio de Janeiro são somente um comércio. Há ali o produtor/feirante e os consumidores. As pessoas, claro, adoram a feira, mas não há esse movimento de agregar ao bairro. E a gente, que já era do movimento agroecológico, quis fazer isso aqui, tentando pautar os temas da agroecologia. Apesar da feira orgânica ser muito importante, o movimento agroecológico vai além na questão política, na questão social. A agroecologia pensa a sociedade como um todo, tendo os agricultores no centro da questão. Então, não se limita a discutir tema algum – explicou.

Para viabilizar o combinado, os Amigos da Praça fizeram um rateio e compraram microfone com fio, pedestal, caixa amplificadora, mesa de som. Esse equipamento, útil tanto para que músicos, bandas e artistas se apresentassem quanto para que os debates fossem realizados, foi guardado na casa de Chinelli – local que, por ser o mais perto da praça, é tido

como um “QG” para eventos. Ao mesmo tempo, Leopoldina Orgânica “costurou” a realização da festa mensal e dos debates junto à organização da feira, no caso, a Abio.

Em cada mercado gerenciado pela Associação, há uma pessoa responsável por recolher a mensalidade das barracas, fiscalizar assiduidade e conduta dos feirantes, receber novos visitantes, divulgar o trabalho feito pelo grupo no Circuito Carioca, além de resolver problemas de relacionamento que porventura surjam no cotidiano. Na ocasião da inauguração da feira, uma moça de nome Fernanda, que trabalha diretamente para a Abio, era tal encarregada. Ela autorizou a realização dos eventos, desde que a Abio não necessitasse arcar com as despesas ou outra natureza de responsabilidade.

Ficou combinado que os apoiadores da feira preparariam o evento. Sylvio, Chinelli e Antônio – aquele senhor que cheguei a apresentar no início deste capítulo – passaram a madrugar na praça para varrer o espaço, limpar os banheiros e montar a mesa de som. Eles optaram por armar uma tenda azul em frente a uma das mangueiras, em um ponto da praça que fica ao lado do corredor de barracas – mais perto, especificamente, das bancas de Joana e do GP –, e debaixo dela montar a aparelhagem<sup>44</sup>.

Na divisão de tarefas, a Leopoldina Orgânica se encarregou de divulgar os eventos nas redes sociais e nas ruas da região, bem como fazer convites para os debates ou para atividades físicas e/ou lúdicas. A equipe do Programa de Monitoramento do Ar da Prefeitura, por exemplo, aqui já mencionada, compareceu ao local atendendo a um chamado de Thaís. Nesse bojo, as atribuições de Zelinha e Mirian, desde o início, foi prover suas barracas. Zelinha passou a preparar sementes e alimentos para exibir e oferecer degustação gratuita. Também passou a levar livros que para ela foram importantes no aprendizado sobre sua atual especialidade, a Alimentação Viva. Já Mirian passou a produzir mais mandalas de lã e madeira, algo que até então ela fazia por *hobby*.

O lugar onde o equipamento de som foi instalado é uma parte do centro da praça, entre a feira – localizada em uma faixa da esquerda, para quem estiver posicionado diante da Igreja da Penha – e o parquinho das crianças. É um semicírculo de chão batido que fica um ou dois degraus abaixo do restante da praça. Ali bate muito sol no período da manhã, o que fez com que as pessoas buscassem se posicionar em frente à tenda, em postura de escuta a quem estivesse de posse do microfone, porém, no lado oposto, onde há outra mangueira, dois bancos e uma sombra volumosa.

---

<sup>44</sup> Até o segundo aniversário da feira, último dia de observação na praça, tal disposição permanecia a mesma.

Nesse teatro de arena improvisado, desde o primeiro dia, foi formada uma roda de conversa paralela, que tanto prestava atenção nos debates quanto proseava a respeito de outros assuntos. Essa roda foi composta por homens, integrantes do Grupo de Amigos, do Leopoldina Orgânica, moradores dos arredores e convidados. Vez ou outra alguma mulher se aproximou – não sem passar despercebida ou ileso de gracejos indesejados.

Entre 2014 e 2016, ao acompanhar o desenrolar da feira e da festa, notei que sua dinâmica, em geral, se dava mais ou menos assim: a feira durava de 7h às 13h; as pessoas começavam a chegar por volta de 7h30; o som era ligado às 9h; antes, aconteciam aulas de ioga, alongamento, respiração, relaxamento ou dança; o debate começava; tinha uma pausa para dar espaço às apresentações artísticas da ocasião; continuava intercalando as atividades agendadas para o dia, como as receitas que Zelinha dava em sua banca ou eventuais oficinas de plantio de mudas, compostagem, sabão caseiro, orientações nutricionais; tudo isso podia ser interrompido a qualquer instante por informes ou por anúncios da presença desse ou daquele colega que acabara de chegar. Paralelo a isso, a roda de conversa dos homens ficava a postos. E nas barracas seguiam as vendas de alimentos e conversas sobre o clima, a estação do ano, a vida, as receitas, os chás, a qualidade da couve, da alface, do caqui e do tomate. Diversos diálogos eram travados ao mesmo tempo. Olhares e gestos compunham um ambiente de falatório. .

Poucas foram as mulheres que vi ao microfone. A mais corajosa era uma moça bem magra, com nome de Flor, estatura mediana, voz potente, cabelos curtos e cacheados. Ela era amiga dos integrantes do grupo Leopoldina Orgânica, comparecia vez ou outra à feira e quando tomava a palavra era com muita força. Rafael, em alguma ocasião, congelou uma conversa para apreciá-la. Seu olhar era de admiração diante da mulher, que falava algo sobre política em tempos de golpe. Mestre Jonas me emprestou um livro organizado por ela cujo título era “Grãos imastigáveis”<sup>45</sup>. Na oportunidade, ele disse, com orgulho: “Leia quando puder, é um trabalho aqui do subúrbio”. A coletânea reunia textos de moradores de Manguinhos desenvolvidos a partir de uma oficina de escrita. Sua proposta era produzir uma poesia antropofágica e política chamada por seus autores de “favelofágica”. O livro me mostrou que se tratava de uma ativista da palavra que carregava consigo a ânsia da expressão, algo que sai mesmo da boca.

Outras duas mulheres que vi com mais frequência na posição de falantes foram Carmem, que se apresentava como jornalista, e Angélica, nutricionista. Ambas passaram a frequentar a feira em 2016. Carmem parecia ser mais próxima ao Grupo de Amigos, não se intimidava ao

---

<sup>45</sup> EUGÊNIO, Felipe & TARUMIN, Flora (org). *Grãos imastigáveis: contos favelofágicos*. Rio de Janeiro: Bando Editorial Favelofágico, 2015. 1ª. Ed.

emitir sua opinião nos debates, mas fora do microfone era de pouco assunto, sorriso limitado e tímida aproximação. Já Angélica protagonizou cenas únicas naquele espaço, uma vez que chegou a abandonar o microfone aberto dos debates para adquirir o seu próprio. Ela conseguiu um espaço em uma barraca e passou a ministrar palestras sobre sua área de estudo carregando em sua cintura um microfone portátil acoplado a uma minúscula caixa de som movida a pilha. Angélica caminhava pela feira, interpelava as pessoas, fazia enquetes, convidava compradores e comerciantes a testarem cheiros, gostos e texturas e em seguida palestrava sobre as propriedades dos alimentos, o que escolher e como comer de forma saudável. Seu tempo de fala ia aumentando a cada sábado e em algum momento, talvez sem perceber, a nutricionista já estava a concorrer com as atrações do evento, digamos, “oficial”, a Leopoldina Orgânica. As pessoas que se concentravam mais no espaço dos debates pareciam não se importar. Os feirantes, porém, que já se incomodavam com o barulho de modo geral, demonstraram algum tipo de irritação. Algo também passageiro que não impediu a festa de seguir em volumes variados.

Pois bem. Um dos primeiros temas de debate que acompanhei foi sobre consumo de alimentos sem agrotóxico. Teo e Rafael abriram a conversa explicando o que são agrotóxicos, como eles são usados nas plantações e o que isso provoca no organismo humano. Em seguida, falaram sobre o alimento orgânico, comentando o porquê de, muitas vezes, ele ser mais caro do que o produto convencional. A partir disso, o debate foi conduzido para o preço. Quer dizer, falaram mais sobre “por que alimento orgânico é mais caro do que o convencional” e menos sobre “quais são os efeitos dos agrotóxicos na vida das pessoas”. Outros se pronunciaram e até desviaram do assunto proposto. Lembro quando Antônio pediu a palavra para denunciar o supermercado que existe em frente à praça:

– Vocês reclamam que o orgânico é caro, mas no supermercado aí em frente há alimentos com custo ainda maior. Sem contar que essa rede não nos ajuda em nada aqui na praça – provocou.

O momento serviu para revelar uma tensão existente ali entre a praça e a feira. A preocupação com o preço dos alimentos foi algo que não chegou a ser listado como “discutível” em momento algum, mas emergiu no comentário de Antônio e, em seguida, n’outros, n’outras ocasiões. Foi algo que se tornou recorrente por ali, independentemente do tema tratado.

No mesmo sentido, outro tema bastante abordado foi a presença de moradores de rua na praça. Os mais jovens não se incomodavam e defendiam o direito dessas pessoas de estarem ali, afinal, um espaço público. Já os mais idosos reclamavam um tanto e até consideravam ser

caso de polícia. Nesses argumentos, a ideia de conservação da praça era usada seguida da narrativa de luta contra a UPA, ou seja, de defesa do território.

O microfone foi aberto para a reforma agrária, o feminismo, o combate ao racismo, o direito à cidade, a Serra da Misericórdia, a arte pública, a escassez de água, as eleições municipais de 2016, a cultura do estupro, impedimento ou golpe, corrupção, entre outros assuntos da política. O tema escolhido a cada mês tinha relação com alguma efeméride ou algo que estava sendo discutido na mídia convencional e nas redes sociais. Em muitas dessas discussões pude reparar que o contraditório vinha à tona, inevitavelmente. Sobretudo, quando o assunto eram os costumes, a sexualidade, os modos de pensar e a política partidária.

– Teve um evento que foi polêmico, mas bom para enxergarmos a praça como uma arena, um espaço de debate. Foi o dia em que discutimos homofobia e direitos LGBT. Foi tenso, teve embate – comentou Marcelo.

As opiniões iam do anarquismo ao ultraconservadorismo de direita e, no dizer dos integrantes do Grupo de Amigos e do Leopoldina Orgânica, a divergência seria compreensível e respeitada. Ainda assim, houve episódios de censura no espaço.

– Estava tendo um movimento na cidade que era o “Voa, Juventude”, se não me engano. Então resolvemos fazer um arraial contra a redução da maioridade penal. Aí o negócio desandou, fomos boicotados pela gerência da feira e não nos deixaram realizar o evento. Disseram que iria envolver o nome da feira e da Abio e que pareceria que a Abio estava se posicionando sobre o tema. E a Abio é neutra. Então quem é neutro está a favor do inimigo, não é? Está a favor do opressor. Estar neutro, para mim, é o pior dos mundos. É uma escolha que pende para um lado. Então diga que é a favor da redução da maioridade penal e vamos fazer o debate aqui na praça. É a favor do trabalho infantil na roça? Então tem que falar. Essa é uma realidade do movimento orgânico agroecológico – relatou Rafael, em tom de desabafo.

O rapaz também se lembrou da tentativa de se discutir a descriminalização das drogas, que igualmente não foi levada até o fim:

– Um dia veio aqui na feira um núcleo de um partido. Foi armada uma barraca distante da feira. Lá tinham panfletos sobre a Marcha da Maconha e tal. A gerente antiga da feira ficou desesperada, dizendo que a Marcha da Maconha ia vir para cá. Foi uma coisa absurda e isso gerou um conflito desnecessário, uma coisa chata. Teve um cunho religioso também. Imagina a gente discutindo a legalização do aborto aqui? Nem tentamos, não chegamos a tanto. Mas um dia vamos conseguir – anunciou.

Sylvio se lembrou desse dia, mas apresentou uma versão diferente:

– Nós não queríamos negócio de politicagem dentro da praça. Nosso negócio era fazer os eventos aqui, fazer a feirinha, mas sem muitos problemas de política. Inclusive, teve um dia que os amigos do Teo trouxeram... não sei qual é o partido... Mas eles ficaram explicando o negócio do uso da maconha. Depois nós chamamos a atenção deles, dizendo que não seria uma boa para a praça. Ninguém tem nada contra a maconha, mas chegar aqui e fazer apologia, é uma coisa assim meio... explicar o uso da maconha? Esse foi um dos problemas que tivemos aqui. Mas foi resolvido. Conversando, nos entendemos.

Pois então. Nas palavras de Rafael, o problema da censura no evento Leopoldina Orgânica era causado por Fernanda, a primeira gerente da feira, que não queria associar a marca do Circuito Carioca e da Abio a determinados assuntos. Mas, conforme a versão de Sylvio, não havia propriamente uma censura e sim um discernimento do que poderia ou não ser dito na praça. Para Sylvio, que tem mais de 60 anos, falar sobre maconha é apologia. Para “os amigos de Teo”, que têm entre 30 e 40 anos, é uma tentativa de quebrar tabus. Isso evidenciou para mim duas questões relativas ao espaço: a) visões de mundo diferentes nem sempre eram aceitas como as pessoas queriam crer que fosse; b) além do embate entre Fernanda e os promotores do microfone aberto havia também um conflito geracional entre os Amigos da Praça e o coletivo Leopoldina Orgânica.

Em relação ao último ponto, é possível dizer que não há solução senão a convivência. Já no caso “a”, o problema foi resolvido quando Fernanda, em meados de 2015, saiu da Leopoldina para assumir a Feira Orgânica do Méier, a segunda do subúrbio. Em seu lugar, assumiram Ana e Marcelo, da barraca do CEM, eleitos pelos apoiadores como “representantes legítimos” de todas as “forças” do lugar. Ana é organizada e tem facilidade para conversar com as pessoas. Marcelo é parcimonioso e paciente. No entendimento das pessoas com quem conversei, essas qualidades fizeram com que o casal reunisse condições de mediar a feira, o evento, os ânimos.

Deu certo. Em 2016, por uma articulação feita por Ana e Marcelo, a Abio autorizou que, junto com a feira, fosse realizado um mercado local de artesanato. Esse mercado havia sendo idealizado desde 2015 por um diálogo estabelecido entre Mestre Jonas e as costureiras de Olaria, Penha e arredores. Outra modificação feita na feira, por meio da gestão do CEM, foi quanto à frequência dos eventos, que passaram a ocorrer semanalmente.

A música e o debate feitos todos os sábados perturbaram Joana, produtora da região de Itaipava, Petrópolis, que sempre reclamou do barulho que sai da caixa de som. No carnaval de 2016, Antônio levou simplesmente a bateria de uma escola de samba para tocar na praça. Aí o volume do som ficou até maior do que o da caixa amplificadora. Joana ficou muito nervosa,

discutiu com Marcelo e decidiu não mais frequentar a feira. Seus filhos, que já revezavam no atendimento desta e da feira do Bairro Peixoto, em Copacabana, passaram a trabalhar na Leopoldina todos os sábados.

Os casos de Fernanda e Joana renderam um certo “leva e traz” nas conversas. A fofoca é algo onipresente, ainda que não seja reconhecida pelas pessoas que frequentam a feira e a praça. Quem vai pela primeira vez, é muito bem recebido e pode ter facilmente a sorte de se tornar personagem de música composta por Mestre Jonas. Porém, se alguma coisa contraria o clima aparentemente amistoso do lugar, inevitáveis se tornam os olhares, os comentários, as muitas versões para determinado acontecimento, os julgamentos.

– Temos um problema aqui na feira que é essa senhora que vende mel. Você conhece ela, né? Ninguém a aguenta. Essa senhora não gosta que bote som alto. Mas, no meu entender, o som não fica tão alto assim. E você trazer eventos no horário da feira é importante pois você começa a trazer outras pessoas, inclusive, para conhecer a feira. Os outros barraqueiros adoram a festa. Mas ela cria o conflito porque a barraca dela fica justamente atrás de onde fica o som. Então ela diz que não pode conversar com o cliente, que atrapalha. Toda hora manda abaixar o volume. Está difícil dela aceitar – afirmou Sylvio, em uma tentativa de refutar Joana.

Por um tempo lamentei não ter conversado com Fernanda e Joana, que certamente contribuiriam com outras versões para os conflitos em que se envolveram – ou em que foram envolvidas. O que aconteceu foi que, pelo fato de elas terem deixado a feira de modo repentino, perdi seus contatos. A partir disso fiquei atenta ao sinal de que, em todas ou boa parte das desavenças, desde a construção da UPA à época do decreto municipal até o mais corriqueiro dos problemas, as mulheres estavam envolvidas e eram vistas como antagonistas e/ou motivadoras da discórdia.

De forma quase acidental e quiçá amadora, também me envolvi em um evento desses em que me tornei “a culpada”. Foi em abril de 2015, por volta das 10h. Em frente à barraca de Joana encontrei Emanuel Cavalcanti – morador de Olaria, figura pública, ator do Cinema Novo, um dos protagonistas de *Terra em Transe* (1967), atualmente alcançando os 90 anos. Ele pediu minha mão, ao que estendi para cumprimentá-lo cordialmente, e puxou meu dorso até sua boca. Sem pensar muito nas consequências de meu ato, recusei o beijo, puxando a mão de volta para mim. Ele insistiu, ao que mantive a recusa. Assim começaram meus problemas de relacionamento na feira. Emanuel ficou extremamente irritado e, gritando, me disse:

– Não? Por que não? Sua cavala! Atrasada! Ridícula! O beijo na mão é o mais singelo dos galanteios e você não aceita? Cavala! Atrasada! Ignorante!

Fiquei sem reação, inicialmente, mas preferi não revidar, uma vez que o senhor se pusera muito nervoso. Passei para o outro lado da banca de Joana, tentando puxar assunto com ela e ignorar o homem. Ele seguiu atrás de mim, gritando os mesmos xingamentos. Nisso, meu companheiro, Pedro, já conhecido dos Amigos da Praça, que no dia me acompanhava, entrou em cena e passou a discutir com Emanuel.

Foi uma briga muito estrondosa que mobilizou toda a feira e a praça. De longe, a cena podia ser resumida na imagem de um homem de trinta e poucos anos prestes a agredir um idoso debilitado. Pedro gritava insistindo que o senhor não poderia me chamar de cavala. Emanuel rodava sua bengala para o alto e quase perdia o equilíbrio dos pés. Pedro ficava vermelho e apontava o dedo indicador para frente. Emanuel ameaçava ir até sua casa buscar o revólver. “Vou matar vocês”, ameaçou. Não senti medo, apenas vergonha. Me pareceu tudo muito delirante. Tentei apartar a briga e logo os Amigos da Praça vieram ver o que estava a acontecer. Eu só conseguia explicar que recusei o beijo. “Mas por quê?”, me perguntaram.

O “natural” da situação seria aceitar o beijo. E por que rompi com essa ordem? Com quase 12 meses de convivência no lugar, trazia comigo o sentimento de não ser respeitada pelos homens da praça, sobretudo os de mais idade. Para me situar ali, precisava conversar com todos e todas. Por isso, tentava ser simpática, doce, sorrir, ser receptiva, abrir o canal de escuta. Foi assim, dando abertura, que ouvi muitos desabafos vindos dos idosos e também gracejos, cantadas, insinuações. Quando perguntavam sobre mim, eu contava. Quando quiseram conhecer Pedro, ele passou a me acompanhar. Tentei ser transparente e passar para meus interlocutores alguma confiança. Mas isso foi interpretado de forma equivocada e me rendeu piadas, insinuações, galanteios e até essas tentativas de tocar em partes do meu corpo.

– Vou te falar uma coisa, minha filha, mulher não presta. Algumas prestam, mas a maioria não presta – me disse, mais de uma vez, Chico, aquele senhor das pinturas em aquarela – e me diga uma coisa, onde está Pedro? – indagava depois de proferir a sua desqualificação. Ir à feira sem Pedro era ir como “mulher que não presta”, entendi.

Quando recusei o beijo de Emanuel, o fiz de forma espontânea, mas já com vontade de fazer. Depois, passei a questionar se foi a postura mais prudente e que limites eu deveria ter imposto desde o início. “Foi só um beijo na mão”, ouvi de alguém. Será? Como saber? Estava eu diante de meu primeiro dilema de relacionamento no cenário da pesquisa de campo.

Por que decidi narrar esse fato? No mesmo dia da confusão, veio à tona meu incômodo com o comportamento dos homens. Para explicar o que acontecera entre Emanuel e Pedro, tive de conversar com Mestre Jonas, Antônio, Teo e Rafael sobre as microscópicas formas de assédio que poderiam existir no lugar. Mais tarde, conversando com Ana, ela me disse que

outras mulheres se incomodavam com isso, mas não tinham coragem para dizer. Eu mesma reparei, em outras ocasiões, que as mulheres eram forçosamente abraçadas, tocadas, beijadas e que os galanteios e piadas não cessavam.

Bom, no dia da discussão, como ia dizendo, repassei aos organizadores da festa Leopoldina Orgânica o que ocorria ali sob o meu ponto de vista. Era algo ora descarado, ora sutil e silencioso, mas que poderia ser repensado. Trazia comigo uma visão formada por algumas leituras feministas, de modo que cheguei a ficar em dúvida se isso acabou moldando meu olhar e me trazendo, também, alguns preconceitos. Mas, uma vez recusando o beijo na mão, era preciso ir até o fim. No que partilhei meus sentimentos e percepções sobre o modo como as mulheres eram tratadas – não com uma violência direta, mas com desprezo e objetificação – Mestre Jonas quis saber:

– Mas quem fez isso? Diga os nomes! Aponte quem são!

E Teo lançou sua dúvida:

– Engraçado, mas a Dani [sua companheira] é bonita, jovem, está aqui na feira todos os sábados e ninguém mexe com ela. Por quê?

Eu, sinceramente, não soube responder, não cabia a mim falar sobre outra mulher. Mas fiquei bastante intrigada com sua comparação. Rafael, por sua vez, lembrou:

– Ainda no mês passado [março de 2015] fizemos um debate sobre feminismo que foi muito elogiado, todo mundo participou. Como isso pôde acontecer?

E Teo, finalmente, protestou:

– Na minha feira não há machismo! Aqui não vou aceitar isso.

Ao que alguém cuja feição não posso distinguir, no calor das emoções que estava, ainda arrematou:

– Não se importe com isso, é coisa de suburbano.

Coisa de suburbano. Isso reverberou em minha mente. Aquele círculo criado entre a praça e a feira era motivo de orgulho para as pessoas. Durante as entrevistas, a praça foi citada como “o lugar dos intelectuais” que vivem entre Olaria e Penha. Mestre Jonas defendeu essa ideia. Zelinha também. A juventude do Leopoldina Orgânica, ainda que não explicitamente, da mesma forma chegou a afirmar a existência de uma certa vanguarda que promove encontros, conversas, enfim, momentos de reflexão. Mas o ocorrido foi com a figura de Emanuel, um exemplar do Cinema Novo, pessoa elevada à alcunha de intelectual. Como, então, explicar ou justificar seus gritos? Eis que recorreram ao rótulo de “suburbano” do modo como outras vezes o recusaram, em tom pejorativo. Como isso poderia ser compreendido sem mais preconceito e sem mais julgamentos?

Todos nós estávamos envolvidos em um misto de espanto e vergonha. Eu e os homens. As atitudes foram desde me culpar pelo ocorrido até responsabilizar outras pessoas pela postura de assédio. Naquele dia fui embora para não voltar. Passei três meses distante e decidi retornar, realizar entrevistas, seguir com a pesquisa e ir além da feira, construir um mapa narrativo, visitar agricultores, feirantes, consumidores em outros lugares. Foi esse episódio que me redirecionou em campo. Quando retornei, em agosto, o limite estava posto. Algumas pessoas nunca mais voltaram a conversar comigo. Outras, não gostaram de me ver novamente por ali.

Um senhor disse a Ana, com entonação acusatória:

– Ela é a culpada! Ela trouxe o grandalhão aqui para brigar com a gente. Fez de propósito.

E que relação teriam todos esses comentários com o “microfone aberto”? O episódio me fez pensar sobre como aquele cenário propício aos debates era importante para que as ideias circulassem e que tanto os temas tratados poderiam estimular práticas como os conflitos oriundos de gerações, visões de mundo e comportamentos diferentes poderiam promover conversas. Depois do ocorrido, Mestre Jonas, Teo, Rafael andaram a fazer falas ao microfone tratando do respeito às mulheres. Flora, aquela moça da literatura, também se pronunciou em outra ocasião sobre outra questão de gênero, como a homofobia. E quando alguém mencionou a Marcha das Vadias, em tom de crítica, houve outra mulher que rebateu, explicando o que significava tal manifestação.

Ainda assim, é preciso reconhecer que algumas práticas dificilmente serão repensadas entre um evento e outro, ainda que haja propensão ao diálogo. Ainda que as conversas ocorressem ao microfone, era delicado apontar o dedo para os atos das pessoas que travavam em diversos âmbitos uma luta por espaço, por identidade, por convivência, por afeto, por sobrevivência. Pensei muito se devia escrever sobre isso ou se o fato era irrelevante para o meu trabalho. Optei por sua narração apenas por enxergar a potência que os conflitos têm para tornar públicos determinados temas até então encastelados.

Em junho de 2016, quando do escândalo de um estupro coletivo sofrido por uma adolescente na zona Oeste do Rio de Janeiro, fato que estremeceu o país como um todo, a juventude da Leopoldina Orgânica promoveu conversa sobre “cultura do estupro”. Não acompanhei esse momento, por ter decidido parar de frequentar a praça quando a feira completasse dois anos, ou seja, em maio. Mas, achei por bem registrar que o tema voltou a circular, com todo o seu potencial de expor contradições.

Por meio desse relato tento concluir que o microfone aberto (imagem 10) não diz respeito somente aos debates realizados durante a festa Leopoldina Orgânica. Na verdade,

microfone aberto é uma metáfora para o que ali foi criado, ambiente de exposição e controversas. A questão que ficou para mim foi se esse intervalo entre a praça e a feira, de algum modo, estaria aberto ao diferente. Afinal, por ali passam personagens que em outro espaço não estariam.

**Imagem 10 – Microfone aberto na Leopoldina Orgânica. Fevereiro de 2015**



Fonte: Acervo pessoal

## 2. SERRAS

### 2.1. Pé lá, outro cá

“Se eu pudesse comprar para mim, se pudesse ter um pedaço de terra...”. Esse é o sonho de Álvaro Pinheiro Pinto, um senhor baixo, parrudo, negro, cabelos grisalhos, barba por fazer, olhar sereno, mãos pequenas e quadradas, cheias de marcas da vida. Ele gostaria de voltar a viver no campo, mas não em qualquer condição. O ideal seria não trabalhar para outrem:

– Eu tinha vontade de voltar. Plantar e trabalhar lá. Que fosse uma região da Serra que tivesse bastante água, cachoeira para tomar banho, que eu gosto muito. Porque aqui onde eu moro, na cidade, não é bom não, hein? Eu moro na rua de asfalto e de noite é uma correria de moto, um barulho que tira a minha paz. Eu gosto mais do interior. Porque lá tem mais paz, mais sossego, o ar é puro.

Seu desejo foi revelado em uma manhã quente de fevereiro de 2016, enquanto ele atendia sua clientela na barraca do Grupo Itaboraí. Enquanto falava, olhava para cima, sorria largamente e deixava as covas despontarem na bochecha, como se estivesse puxando da mente a imaginação. Aos 69 anos, se aposentou como jardineiro, mas voltou a trabalhar como feirante para contribuir em casa e, como disse, também para se distrair.

– Eu ajudo a colher laranja na sexta-feira, lá na roça, ajudo a carregar as caixas e trazer para cá no sábado. Então trabalho sexta em Itaboraí e sábado venho para cá. Estou gostando porque estava parado em casa – explicou. A roça, no caso, é o sítio de Zélio, quem Álvaro costuma chamar de “o chefe das feiras”, um dos associados mais antigos da Abio que, atualmente, representa e gerencia o Grupo Itaboraí.

Zélio é sobrinho de sua esposa e foi por intermédio dele que Álvaro chegou em Olaria. “Ele morou cinco anos lá em casa, hoje é o chefe das feiras. Vim em outubro de 2015. Nunca tinha trabalhado em feira, só em lavoura. Pretendo ficar enquanto a Sarah quiser”, falou, em tom de brincadeira, olhando para a moça que divide o serviço com ele. Sarah, por sua vez, é filha de Carlos, aquele feirante que no início desse relato eu chamei de “jornalista” e que depois foi para a feira do Méier, e sobrinha de Alzélio, que se casou com a irmã de sua mãe. Todos estão ligados por um meio parentesco ou certo vínculo territorial, consanguíneo, afetivo – algo comum entre os grupos que visitei.

A fala mansa de Álvaro costuma emendar um assunto no outro até alguém se dar conta de que não se sabe mais o rumo que a prosa tomou. Ao mesmo tempo em que falava sobre sua vida, escolhia os tomates mais maduros, identificava os tipos de laranja e dava o troco para a

freguesa. Às vezes a prosa tinha de ser interrompida e eu ficava com a câmera ligada, esperando ele voltar. Ao que ele, de repente, sem constrangimento, voltava: “Mas hein, se fosse para trabalhar para patrão na roça, eu não queria mais. Só esse trabalho aqui mesmo, que é leve”.

Na feira, Álvaro observa os hábitos das pessoas e admira o fato de os frequentadores comprarem “com gosto”, ou seja, com empenho, dedicação, entusiasmo. “Mas, também, tudo nosso aqui é coisa boa, fresquinha, não tem agrotóxico, é natural”, propagandeou. No trato com a clientela ele descobriu uma variedade de folhas e leguminosas que até então não conhecia. “Por exemplo, rúcula, nunca vi aquilo. E tem uma que é igual uma cenoura, só que é branquinha, que eu nunca tinha visto também, vim conhecer aqui”, exemplificou. Já que Álvaro acenou para a ideia de transformação, aproveitei para perguntar-lhe se, assim como a rúcula era novidade para ele, havia algo que desapareceu do mercado.

– Sim. A lavoura de café que antes eu trabalhava nela, hoje não vejo mais, acabou, desapareceu. Tudo mesmo. Arroz, a gente também plantava muito. E acabou. Arroz, feijão... milho ainda existe por aqui, mas arroz, feijão, cafeeiro, não tem mais.

Sua história, em mais que brevíssimas linhas, é a seguinte. Até os 16 anos, Álvaro viveu em Trajano de Moraes, nas serras do Norte Fluminense, onde nasceu e trabalhou em lavouras de arroz e café. “A gente plantava e colhia 150 sacas de 50 quilos por ano”. Saiu da roça ainda jovem e passou a trabalhar na cidade. “Desapeguei pra Macaé”, confirmou. De Macaé partiu para a Baixada Fluminense. Ainda hoje, vive em São Gonçalo, como descreveu, em uma rua movimentada que o ruído provocado pelos motores dos automóveis, às vezes, não o deixa dormir. Por isso é que, sempre que pode, arruma a mochila e volta para Macaé ou Trajano, onde ainda tem parentes.

– Amanhã mesmo eu vou partir para Macaé e só volto na quarta-feira. Tomar banho de cachoeira, pegar uns peixinhos no anzol na água doce, fritar, comer. Você sabe o que é piaba? Lá tem muito. Costumo levar frigideira, óleo, sal. Já levo tudo e faço a piaba fritinha. Gosto muito. A minha vontade é ficar lá. Às vezes eu cochilo sentado em casa e sinto que não estou no meu corpo, estou na roça. Dizem que nosso espírito sai do corpo e vai andar, não é? Então. Quando eu sonho, eu estou aqui, mas na verdade estou lá – confidenciou.

\*\*\*

A família de Henne da Silva de Oliveira vive na estrada. Seu tio e sua mãe fazem feira às terças, quintas e aos sábados. Ela colabora com o serviço aos finais de semana e a esposa de seu avô contribui em uma feira especial realizada no Tribunal de Justiça, a cada 15 dias. Seu

avô fica por conta do cultivo e da colheita em um sítio localizado entre os municípios de Itaboraí e Tanguá. Henne estuda durante a semana, na tentativa de terminar o Ensino Médio. Todos os dias, acorda às 5h para esperar o ônibus que a leva a Cachoeira de Macacu, onde estuda. De sexta para sábado, tem de estar de pé mais cedo ainda, às 2h, para carregar o caminhão que segue para o Rio de Janeiro. Assim que acaba a feira, partem de volta para Itaboraí. Esse é um dia que Henne não almoça, pois não dá tempo. O cansaço do corpo é recuperado somente no domingo, quando passa o dia dormindo.

Assim como fez Álvaro, Henne me contou sua rotina entre uma venda e outra. Ela cuida sozinha da barraca que a família dispõe em Olaria. No início, o tio ia junto. “Mas aí fui pegando o jeito, fui perdendo a timidez. Aprendi coisas novas e conheci muita gente”, declarou, ainda séria, deixando o sorriso vir aos poucos, e aproveitando para embrulhar as mexericas encomendadas por um cliente, pelo WhastApp. “Ele já deve estar para chegar”, explicou, confirmando ser corriqueiro o recebimento de pedidos por telefone. A moça negra, de 17 anos, cabelos crespos, magra, estatura mediana, unhas sempre grandes e pintadas, calça jeans e blusa decotada, disse que se cansa bastante ao levar essa rotina de trabalho. Por isso, vislumbra outro futuro. “Não ficarei aqui por muito tempo. Quero prestar concurso para Marinha ou Exército”, acrescentou.

Ao mesmo tempo em que ela está em Olaria, sua mãe vai para Niterói e seu tio para o Jardim Botânico. Nos dias em que não estão nas feiras, eles assumem junto com o pai as tarefas de plantar, colher, embalar. “Eu não ajudo muito, pois fico o dia inteiro fora e não posso interromper meus estudos”, lamentou. Além dos bairros já citados, a família está também na Barra da Tijuca, na Tijuca e no Arpoador. Eles produzem limão, laranja, mexerica, maracujá, jabuticaba, quiabo, berinjela, jiló, mandioca, inhame, tomate, cebola e pimentão, tudo certificado pela Abio. “A gente sempre procura ir melhorando. Botando coisas diferentes na banca. Mas o que sai de lá é tudo o que tem aqui mesmo”, resumiu, quando perguntada sobre o que a família produzia.

O negócio nas feiras orgânicas começou cinco ou seis anos atrás, quando um vizinho do avô de Henne trouxe notícias sobre a feira da Glória, onde trabalhava. O avô, que já plantava e tinha dificuldades de comercializar os alimentos, se entusiasmou e mudou para a produção orgânica. Foi nessa ocasião que a mãe e o tio resolveram somar forças. “Quando começou a mexer com feira, todo mundo se juntou. Tinha já as coisas plantadas. Mas quando começou a feira, ampliaram as coisas”, informou. Desde então, a família faz parte do Grupo Cachoeira de Macacu.

Henne é uma das poucas feirantes que está em Olaria desde 31 de maio de 2014, ou seja, desde a inauguração. A maioria chegou depois ou foi embora em pouco tempo. Para ela, o principal da convivência no local é um certo espírito de colaboração que circula no mercado. “Todo mundo aqui é colado. A gente é quase uma família. Fizemos um laço. Ninguém tenta ser melhor do que ninguém, vender mais. É um ajudando o outro”, reforçou.

Não pude ir até o sítio de sua família, pois a estrada, segundo Henne, estava sempre difícil, com muitos buracos e atoleiros. Agendamos algumas vezes, mas a resposta final era sempre essa: “você não vai conseguir passar, só de caminhão”. Quando a chuva dava trégua, eu tentava de novo, ao que ela argumentava: “é muito longe”. Cheguei a ir ao encontro de Rosa, mãe de Henne, em outra feira, a da praça Afonso Pena, na Tijuca, que acontece às quintas. Rosa me propôs de esperar o mês de junho, quando acontecia no sítio uma festa junina. Assim combinamos, mas não aconteceu, por mim e talvez por elas. Resolvi respeitar nossos desencontros.

Sempre que falava com Henne, ela dava a entender que morava em um lugar muito isolado e de difícil acesso. “Lá é deserto, muito distante da cidade. Ônibus demora a passar. Parece uma floresta”, disse. A sensação que Henne me passava era a de que seu maior anseio era por proximidade. Mas, ela via algumas compensações e até chegou a comentar sobre isso. “Quando eu paro para pensar, vejo que tenho tudo na mão. Quero um limão, pego. Quero uma laranja, pego. As pessoas da cidade queriam estar aqui. Aí quando eu penso assim, paro de reclamar”.

\*\*\*

Ele trabalhava em uma fábrica de ração para animais existente no município de Petrópolis. Passava 14 horas no chão da fábrica. Em 2015, largou o emprego para trabalhar no sítio de um vizinho, no Brejal, onde nasceu e sempre viveu. Tão logo se adaptou, foi escalado para trabalhar como feirante na Leopoldina. Leandro Gomes da Silva, 28 anos, diz ter feito opção por qualidade de vida. “Onde eu trabalhava era muita poeira de medicamento. Agora tenho mais contato com a natureza e tenho mais tempo para viver. Se saio de casa às 7h, às 17h já estou de volta”, explicou.

Leandro é um rapaz que sempre viveu no campo, mas nunca teve experiência com produção de alimentos. Quando precisa de informações sobre uma planta que não conhece, recorre à Zelinha na “barraca da conversa”, que pacientemente explica do que se trata e para que serve. Quando o entrevistei, a única feira do Circuito que ele conhecia era aquela em que

estávamos. Me contou que estava mais aliviado com a nova vida. “Tenho aprendido a viver bem. Antes, não tinha isso de preservar a saúde”. Entre as coisas que aprendeu, foi que há uma planta, saião, que pode ser um bom elixir contra a gripe. “Isso antes eu não conhecia”.

Decidido a levar a vida leve, em um sábado de março, quando da participação de uma roda de capoeira no evento Leopoldina Orgânica, Leandro deixou seu posto na banca para jogar. Entrou na roda, saiu direto para outra feira. Foi transferido para a Glória, onde não há festa e a circulação de pessoas é infinitamente maior. “Leandro está precisando conhecer o que é realmente o Circuito”, me disse um funcionário do GP – Grupo de Produtores do Brejal, por ocasião de minha visita ao lugar, dois meses depois do ocorrido.

## **2.2. Conversa atravessada**

Álvaro anotou em uma tira de papel o telefone do sobrinho de sua esposa, quem ele chamou em sua entrevista de “o chefão das feiras”. É, melhor dizendo, Alzélío da Conceição Mata, que também atende por Zélío, representante do Grupo Itaboraí. Entrei em contato de imediato e pedi que me indicasse o endereço de agricultores associados da Abio e vinculados àquele grupo. Queria encontrar quem possivelmente produz as laranjas que Álvaro escolhia com experiência para a freguesia.

Zélío atendeu de pronto ao meu pedido, mas disse que iria junto, para mostrar o caminho. Ele propôs de visitarmos determinada família. Nos encontramos em um posto de abastecimento de automóveis da BR-101, logo depois de São Gonçalo, antes de alcançar Itaboraí. Marcamos às 7h30, para estar no sítio da família pontualmente às 8h. “Não precisa ser mais cedo do que isso. É bom dar um tempo para o dono da casa cuidar dos animais”, recomendou. Hora “de pico” no sítio é por volta das 5h, quando se ordenha as vacas leiteiras e se alimenta as galinhas.

Do posto, seguimos para Tanguá, município de cerca de 30 mil habitantes emancipado de Itaboraí na década de 1990. Zélío, um homem de quase 50 anos, alto, careca, negro, usando óculos e vestido à vontade com bermuda azul, camiseta cor de rosa e chinelos, dirigia um carro branco cujo modelo não consegui identificar. Eu estava de carona com Pedro, que topou ser condutor nas “idas a campo” cujos trajetos não me permitiriam ir a pé, de ônibus, bicicleta ou trem.

O representante do Grupo Itaboraí nos ofereceu carona, caso quiséssemos deixar nossa condução no estacionamento do posto. Porém, optamos por segui-lo e, assim, aprender o caminho. Ele passou Itaboraí, entrou na cidade de Tanguá, parou em uma padaria para tomar

café da manhã, comeu pão na chapa e leite com café, saiu do perímetro urbano, seguiu rumo ao distrito de Posse dos Coutinhos, cumprimentou conhecidos em frente a uma agência dos Correios, percorreu mais alguns quilômetros de estrada de chão, cortou ponte e mata-burros, parou diante de uma porteira de madeira, pintada de branco. Era uma quinta-feira, véspera de feriado.

Um senhor apareceu. Izidório Guimarães Coutinho, o dono da casa. Acenou para Zélio e abriu a porteira, deixando-nos passar. Sua pele, um tanto fustigada pelo sol, fazia contraste com os olhos esverdeados. Os cabelos castanhos e lisos, quase raspados, destacavam a testa franzida e o nariz comprido. Seu semblante era de tranquilidade, quietude, além da pouca ou nenhuma surpresa em relação às visitas desconhecidas. Ele vestia uma calça de moletom cinza com barras dobradas até os calcanhares, camiseta branca e chinelos. Entramos, apeamos dos automóveis e Zélio nos apresentou:

– Esse é Izidório, agricultor.

– Muito prazer!

– Essa é aquela moça lá do Rio de Janeiro que quer fazer uma entrevista com você, Izidório.

Apertamos as mãos.

Estávamos em frente a uma casa de alvenaria recém-reformada – três quartos, dois banheiros, sala, copa, cozinha e área externa – e com fachada pintada de branco. No que Izidório nos convidou para entrar, caminhamos menos de trinta metros até os fundos, onde havia uma espécie de alpendre. O anfitrião nos sugeriu que sentássemos. Havia uma mesa e uma cadeira encostadas na parede cor de cimento, um vaso de planta, um banco de madeira, duas gaiolas de pássaros, roupas no varal, uma pequena estante de metal, dois tanques, algumas bacias no chão e uma mureta baixa ao redor. Lugar feito para as visitas, ali nos acomodamos.

Zélio era o mediador daquele encontro. Sabendo disso, desde o início se pôs a falar mais do que o homem que nos recebia. Tão logo chegamos, iniciou um discurso: “Tirei a manhã para estar aqui com vocês. Penso que é importante fazermos esse intercâmbio da cidade com o campo. Assim, as pessoas podem ter noção de como é o nosso trabalho”. Fiz sinal de concordância com a cabeça e me volvei a Izidório, para puxar assunto, querendo saber sobre sua rotina, sua produção, sua vida.

Comecei com perguntas aleatórias – “o que o senhor planta aqui? Há quanto tempo produz para vender nas feiras orgânicas do Rio?” –, e Zélio achou de me responder antes mesmo que o dono da casa pudesse pensar no que dizer. Não havia um silêncio apaziguador que fosse por parte do mediador. E quando Izidório chegava a pronunciar algo, o fazia em volume muito

baixo. Tive de pedir repetição. E de novo. Tive também de retornar perguntas. Mais uma vez. Até que olhei muito enfaticamente em uma única direção e disse: “mas hein, seu Izidório”. Não que Zélio estivesse impedido de falar. Pelo contrário. Ele tinha muita desenvoltura e estava bastante à vontade, o que facilitaria – e facilitou – aquela conversa. Sem contar que era interessante conhecê-lo, ouvi-lo e ter acesso à sua percepção sobre o mundo. O problema é que Zélio era, até então, o único a se pronunciar. Como quebrar o silêncio de um sem cercear a espontaneidade de outro?

Pedro me lembrou de ligar a câmera. Já estávamos na casa há uns 20 minutos. Pouco tempo, mas parecia mais. Não conseguia deixar de me preocupar com a condução daquela conversa, do modo como as coisas começavam a se encaminhar. Os dois concordaram com a máquina ligada. Pensei que isso inibiria ainda mais o interlocutor principal daquela cena, mas Izidório não mudou de fisionomia. Permaneceu como estava: olhar sereno, voz inaudível, matando os mosquitos que sobrevoavam sua pele, às vezes, cabisbaixo.

Noêmia saiu de casa em seguida, pela porta da cozinha, a nos cumprimentar: saia jeans na altura dos joelhos, cabelos presos, óculos de lente grossa, blusa estampada, pés no chão. Ela enxaguou dois panos de prato que estavam de molho em uma bacia de plástico vermelha, posta em cima do tanque. Sugeriu que ficássemos à vontade. A esposa de Izidório, Noêmia Sobral Coutinho, é bastante sorridente e acolhedora. Fez um bolo para nos esperar em sua cozinha de cerâmica fria. Me pareceu mais solta na conversa e mais direta nas ações, apesar da timidez e de levar a mão à boca sempre que sorria. Tão logo pôs os panos de prato para escorrer no varal, se sentou no parapeito do alpendre junto às visitas (imagem 11). Dera outro tom àquela tentativa de diálogo.

**Imagem 11 – Conversa com Noêmia, Izidório e Zélio**



Fonte: Acervo Pessoal

A casa de Noêmia e Izidório fica quase no pé de uma serra, de onde se vê outras cadeias montanhosas e, no horizonte, o distrito de Posse. Ao redor de toda a residência há incontáveis árvores frutíferas, sobretudo três ou quatro tipos de laranja, limão e mexerica, acompanhadas de “pés disso e daquilo” que, intercalados, garantem o sustento da família. Daquele terreno se tira, além das frutas cítricas, feijão, guandu, mandioca, inhame, hortaliças variadas, tomate, cebola, quiabo, maracujá, amora, jabuticaba, goiaba, manga, cajá-manga, acerola, pinha, graviola. Durante muito tempo a produção predominante, no que diz respeito à quantidade e à frequência, era de guandu, hoje, é mais de laranja.

– O que é guandu – perguntou Pedro, espontaneamente, sem temer a obviedade de sua questão. Foi uma boa deixa. A partir de então, os pássaros cantaram, Noêmia disparou o brilho do olhar, Izidório sorriu com o canto da boca e Zélio relaxou. Guandu: *Cajanus indicus*, leguminosa arbustiva muito cultivada em Tanguá, Itaboraí e arredores, conhecida também como “ervilha-de-angola”, “ervilha-de-sete-anos”, “ervilha-do-congo”, “feijão-de-árvore”, “guandeiro”, “guando”. No sítio de Noêmia e Izidório, há vários “pés” da planta que eles definem como “um tipo de feijão que não é rasteiro”. Guandu é também nome de um rio que nasce na Serra do Mar, finda na Baía de Sepetiba e abastece boa parte da população da Região Metropolitana. Palavra, som, alimento, sustento, elemento importante de mediação. Guandu acabava de entrar na conversa.

– Sempre teve guandu por aqui. Tem que ter. Eu já peguei e descasquei muito guandu nessa vida. Para colher e debulhar, tem que ser vagem por vagem. Onde trabalhava antigamente, em um sítio lá em cima, no morro, íamos até uma hora da manhã descascando o guandu. Quando a gente namorava [apontou para Izidório], ele chegava lá em casa e estava aquele monte de guandu para descascar. Formamos nossas filhas professoras só com negócio de guandu – disse Noêmia.

– Para descascar dez quilos de guandu, você sofre. Tem que ser um por um. E tem que vender descascado, escolhido, bonito – acrescentou Izidório.

– Dá trabalho, mas é bom. Você toma um café, faz um lanche, conversa. É uma diversão para descascar.

– Rapaz, o momento de descascar esse guandu é uma festa – interferiu Zélio.

– É, mas agora tem pouca gente para ajudar. Não é toda a vizinhança que vem descascar o guandu, como era antes. Nos reuníamos de noite e essa era a diversão. Eu ia na sua casa e você vinha na minha. Hoje é cada um por si. Se você colhe o guandu de dia, tem que descascar

de imediato, porque só de noite não dá, já que é pouca gente. Qualquer um que me chamar eu vou, mas as pessoas não pensam mais assim – relatou Izidório.

A colheita do guandu ocorre em maio e, como disseram meus interlocutores, é bastante volumosa, exige trabalho em conjunto, depende do encontro e da disposição. Por isso é que, quando foi preciso falar do guandu, Noêmia, Izidório e até mesmo Zélio mudaram suas feições: era falar de uma parte importante de suas vidas, a parte que conjuga trabalho e confraternização.

– Antes de existir celular, a gente já mexia os dedos e conversava, descascando o guandu – brincou Izidório, já descontraído. Também me acalmei, deixando a prosa seguir seu próprio rumo.

O casal vive em uma área de meio alqueire, herança da família de Izidório – a extensão total do terreno é de três alqueires e meio, que foi dividido entre os irmãos. Também habita o sítio a filha caçula (a mais velha se casou recentemente), que naquela ocasião estava grávida de três meses. Quando perguntei se o sobrenome Coutinho, que acompanha o casal, é o mesmo da Posse dos Coutinhos, Izidório respondeu, sorratamente: “Não somos parentes próximos”. Coutinho, então, é um sobrenome comum na região? “Sim, mas não somos donos da Posse”, brincou.

Izidório e Noêmia são agricultores. Ele nasceu ali naquele chão que até hoje cultiva e nunca pensou em outro ofício. Ela foi criada na Posse e se mudou para o sítio quando do casamento. Desde os dez anos está na lavoura, intercalando a lida com os afazeres domésticos. Pela longa experiência, o casal decidiu abandonar o uso de agrotóxicos por completo. Em verdade, produtos químicos sempre foram caros, de modo que a família nunca pôde usufruir com frequência de pesticidas, fungicidas, adubos e outros “investimentos”. Somou-se a isso a notícia de um conhecido com câncer. E depois outro lá mais longe. E mais um cá perto. Muitos vieram a falecer, o que fez com que o casal refletisse a respeito.

– A saúde da pessoa é outra. Você vai ter o negócio mais fácil, mas vai se acabar – opinou Izidório.

– Na verdade, antes dos agrotóxicos, não tinha esse nome de orgânico, era produzido com a mesma pureza, mas não era orgânico – complementou Zélio.

No que diz respeito à técnica, Izidório e Noêmia não chegaram a passar por uma transição do modo convencional para o modo ecológico de produção de alimentos, uma vez que nunca aderiram ou tiveram total acesso às soluções mágicas da bioquímica. Isso facilitou a entrada do casal no mercado de orgânicos que, como Zélio bem destacou, é um nome, um rótulo para algo já praticado por muitas famílias.

Para alimentar as plantas, o próprio Izidório prepara o adubo, deixa os animais circularem pela plantação, sobretudo os pássaros, mantém as folhas secas protegendo o chão e as raízes. Para combater as pragas, usa urina de vaca, calda bordalesa ou fumo de rolo. Soluções simples e já conhecidas do povo camponês, muitas vezes passadas de geração em geração, que nos últimos vinte ou trinta anos ganharam o reconhecimento e a recomendação também de biólogos e agrônomos. “Muitos vêm aqui para aprender, não para ensinar”, continuou Zélio, com Izidório movimentando a cabeça em sentido vertical, concordando.

Algo que também facilita o trabalho de Izidório e Noêmia na lida com as plantas e os animais é a observação. Eles se guiam por dias de plantar, dias de colher, dias de debulhar, descascar, embalar, proteger. A lua, a estação do ano e o clima os ajudam nisso:

– Tudo depende da lua. As pessoas pensam que é besteira, mas não é. Época de lua minguante é para plantar guandu, feijão. Se plantar em outra lua, o guandu fica todo bichado – receitou Noêmia.

– Já o enxerto da laranja se faz na lua nova de janeiro – prosseguiu Izidório – assim ele dura muitos anos, o pé de laranja cresce e o enxerto fica até morrer.

– Aipim é nova ou crescente. Abóbora, não pode plantar na cheia.

– Lua cheia é melhor para colher. Lavoura pequena, por exemplo, não serve para a lua cheia. Se o tempo passar controlado, com chuva direitinho, se bobear aquela planta que você plantou você vai colher o ano inteiro, porque plantou na época certa.

– Mas, é bom lembrar que faz parte da natureza você perder algo para o solo e para os animais. E você vai ter uma boa colheita também. Claro que o produto não vai ter aquela beleza, mas vai ter mais sabor. Se você for a um sítio convencional, vai ver as frutas grandes e bonitas, mas não um passarinho e uma abelha. É injusto com a natureza. Deus deu aquilo ali para você dividir – defendeu Zélio.

– O remédio ajuda por um lado e prejudica por outro. Quando usava, via que não dava tão certo assim. O solo também não aguenta, fica raspado. E no orgânico até o que você perde, pode aproveitar depois e fazer compostagem. A terra faz muito se você souber cuidar dela – prosseguiu Izidório.

O entendimento de agricultura de Noêmia e Izidório se dá em relação às respostas da natureza e às experiências que eles adquiriram ao longo da vida. Há sete anos, ao se associarem à Abio, foram incentivados a diversificar ao máximo a produção. Assim, organizaram em volta de casa um pequeno sistema em que plantas, humanos e animais convivem juntos. E quando é tempo de laranja, maracujá ou pinha, têm para vender. Se der quiabo, inhame ou tomate, podem substituir.

– Sempre trabalhei nisso, quando não era na plantação, era na poda ou então trabalhava para os outros. Depois de um tempo foi que parti mesmo para trabalhar só dentro do sítio. Mas, a gente vendia antes para atravessador e os caras compravam barato para vender em outros lugares. A gente não sabia nem para onde ia o produto. Hoje é diferente – disse Izidório, tocando em um ponto delicado de sua realidade.

– Antigamente meu pai vendia no posto. Aí depois o posto acabou e fomos vendendo para fora, desse jeito que o Izidório está falando, com o atravessador – complementou Noêmia.

“Atravessador” é aquele personagem que compra a mercadoria para revender na cidade e, muitas vezes, paga valores irrisórios ao produtor de alimentos. É uma peça do escoamento. Essa figura foi muito lembrada ao longo deste trabalho, no campo e na cidade, por agricultores, feirantes e articuladores do movimento agroecológico. Muitas vezes, o “atravessador” é apresentado como uma sombra, alguém que trabalha em um sistema desigual para explorar determinada parte da cadeia produtiva. Mas, quando conversei com Izidório, percebi que o verbo “atravessar” era usado com frequência e como sinônimo de “entregar a mercadoria”. Havia mais de um sentido na vigência da fala. “Atravessador” é negativo, “atravessar” nem sempre.

– Vendíamos para outras pessoas aqui mesmo, que comercializavam e levavam para outros mercados aí ou para a Ceasa, não sei. Tem um comprador na região que ainda faz isso, atravessa de outras pessoas que plantam por aí, não sei se é orgânico ou não. Mas eu, hoje, só atravesso com o Zélio. E se sobrar vendo para quem passar por aqui e quiser comprar direto de mim. E quando junta muito guandu, tenho que vender na feira convencional também – comentou Izidório.

Nesse momento, Zélio demonstrou desconforto com o que disse o dono da casa e, recusando esse papel de “atravessador”, retrucou:

– Izidório é um associado da Abio, ele participa das decisões coletivas, vai nas reuniões. Venho aqui, busco a mercadoria dele, mas não atravesso, como ele disse, a gente combina o preço e a quantidade antes. Eu faço isso com todos os integrantes do Grupo Itaboraí. Represento essas famílias nas feiras orgânicas, pois muitos não querem ou não podem ir para fazer a venda direta.

Fazem parte do Grupo Itaboraí 14 famílias. A cada semana, Zélio percorre, além de Tanguá – onde estávamos – e Itaboraí – onde ele vive –, os limites de Cachoeira do Macacu, Araruama e Conceição de Macabu, recolhendo as mercadorias de cada sítio. Esses alimentos serão distribuídos em nove feiras realizadas às terças, quintas e sábados, em Ipanema, Barra da Tijuca, Leblon, Tijuca, Olaria, Meier, Ilha do Governador, Glória, Jardim Botânico,

Copacabana (Bairro Peixoto) e Niterói. O valor adquirido na comercialização, segundo Zélio, é usado para pagar os vendedores, custear o transporte e remunerar os agricultores. E não é toda semana que sai produção de todo lugar. Há um escalonamento.

– Por exemplo, se tem 20 quilos de quiabo, nós combinamos e dividimos entre as feiras. Porque o quiabo não pode deixar na roça. Já a laranja não, dá para ter um controle, porque a laranja dura uma semana ou até um mês no pé. Outras coisas são perecíveis. Tem que colher e vender logo. O quiabo, que já usei de exemplo, você colhe segunda, quarta e sexta. Se você deixar passar um dia dessa colheita, fica um quiabo grande e duro.

– O aipim, assim como a laranja, já aguenta esperar – emendou Izidório.

– Às vezes não pega de todos os produtores de uma só vez. Tem que ter um controle de plantio. Se Izidório planta quiabo aqui, não tem necessidade de mais dois plantarem o mesmo quiabo em outros sítios. Porque senão você vai ter uma feira só de quiabo e não vai ter para quem vender. Então, faz um plantio coletivo. Um aqui planta inhame, outro lá planta aipim. Assim por diante. Aí cada um leva uma coisa. Por isso que o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas foi bom. Porque a gente consegue ir revezando e há vários lugares para vender. Tem muita gente do grupo que hoje em dia trabalha na feira. A gente pergunta: vai abrir uma feira, vocês querem ir? Aí quem quiser vai. Ninguém é obrigado a ficar só na produção e ninguém é obrigado a trabalhar só para uma pessoa. No dia da reunião que a gente faz, a gente decide isso. Só não pode ter dois do mesmo grupo na mesma feira. Mas pode cada um ter a sua barraca. Podemos nos associar ao representante que estiver na feira. As coisas são feitas às claras. A gente tem que prestar contas. Ele tem que saber quanto vale o produto dele lá na ponta também. Ele tem de estar de acordo – reforçou o representante do Grupo Itaboraí.

O Circuito Carioca completa sete anos em 2017, mas Zélio está inserido na comercialização de alimentos orgânicos desde 1995. Ele começou como barraqueiro na Feira da Glória, à época com apenas um ano de existência, auxiliando o trabalho de Marco Antônio, um tal Japonês, seu patrão, hoje falecido. Na ocasião, poucos eram os produtores biológicos do Rio de Janeiro e a maioria se concentrava em Nova Friburgo, onde havia feira desde 1984, onde tudo começou. Zélio foi acompanhando a consolidação desse mercado, foi se envolvendo com os atores que o criaram e o impulsionaram e, assim, fez também sua clientela, definindo seu raio de atuação. Mas, ele não conhecia os produtores e, portanto, teve de retornar para o campo, se associar à Abio e procurar possíveis parceiros. Foi assim que conheceu Izidório.

– Tive sorte, pois muitos vizinhos de Tanguá já não queriam trabalhar mais com remédio.

Zélio acompanhou o esforço da Abio e outras entidades para construir o Circuito. Até 2007, além da feira da Glória, a tentativa de escoar a produção se dava por meio de supermercados ou eventos e feiras pontuais. A partir de então, teve início a articulação para formação do Circuito, que se concretizou em 2010 e foi regulamentado em 2012.

– Um tempo atrás, tinha produto e não tinha para quem vender. Aí foi que surgiu o Circuito, um achado para a gente. Muita coisa ficava pela roça ou você vendia no convencional. Você fazia um trabalho bonito de se ver, todo orgânico, mas não tinha para quem vender. Acabava tudo indo para o supermercado mesmo. Hoje não. Já faltam alguns produtos, não tem para todas as feiras. Algumas coisas não conseguimos mais suprir. De repente você vai em uma feira, vê uma coisa, e vai em outra e não tem. Aí você pergunta: por que não tem isso aqui nessa feira? Mas é que a produção não dá conta – revelou.

Como é possível notar, a conversa foi seguindo para o tema da comercialização. Essa era a vontade de Zélio desde que chegamos. Começamos falando da vida na roça, de como Izidório e Noêmia plantam, do guandu, mas quando o verbo “atravessar” surgiu, o assunto mudou. E Zélio retomou a palavra com propriedade. Não porque ele é “atravessador” – se ele não se considera, não é – mas porque tem experiência com as vendas e assume um papel de liderança na intermediação. Foi então que aproveitei a oportunidade para perguntar sobre a Feira Orgânica da Leopoldina.

– Bem que já vi mesmo muitos clientes reclamando que não encontram alguns produtos na feira. Então é por isso? Não chega até lá...

– Chegar chega, mas em menor quantidade.

– Nunca vi guandu em Olaria.

– É porque tem coisa que lá não sai, as pessoas não compram.

– Muita gente reclama do preço, diz que é caro.

– É uma matemática simples de fazer. O valor do orgânico é 30% mais caro do alimento convencional. Por quê? Porque aqui você está vendo como são as coisas no interior. Aqui ainda é o homem que faz. Aquilo que o homem leva dois dias para fazer, no convencional a máquina leva uma hora. Se você for numa lavoura de tomate convencional, por exemplo, ele pulveriza veneno com máquina e perde muito pouco dos alimentos. Já o produtor orgânico perde muito. Perde até 60% do produto porque está tentando tratá-lo de forma natural. Isso torna o produto um pouco mais caro. Mas tem coisa no convencional que já está ficando caro. É que muita gente não tem consciência. A pessoa vai no supermercado, vê uma promoção e acha que a feira tem que fazer a mesma coisa. Não tem como. Se fizer isso, você vai matar o pessoal da roça. Para a mídia, o que mais interessa é vender veneno. A maioria das matérias na mídia é criticando

orgânico. Quando fazem matérias falando bem da gente, nosso negócio cresce. Mas tem uma tal de Monsanto que controla todo o mercado dos venenos. Então a Monsanto tem que vender, por isso que o orgânico não é incentivado. O interesse que é valorizado é o interesse das fazendas grandes. Isso é totalmente diferente do nosso trabalho aqui – argumentou, fazendo suas associações no pensamento.

A mídia surgiu em vários depoimentos durante a construção desse mapa narrativo. Foi recorrente as pessoas mencionarem as matérias sobre orgânicos que saem na televisão e em jornais no momento em que estávamos conversando sobre o preço dos alimentos. Há uma associação direta ao trabalho jornalístico quando se fala em construção de valor para o produto orgânico. Se sai no Jornal Nacional algo que seja positivo, há procura, logo, o preço pode se manter ou até subir. Se sai no Globo Rural, mas é negativo, a feira pode perder freguesia. Esse é o raciocínio exposto com mais frequência. Foi também o de Zélio. Izidório e Noêmia concordaram, movimentando a cabeça.

– Para mim, o que interessa é o justo – arrematou Izidório, sem mais.

Já passava das 10h, Noêmia nos convidou para fazer um lanche. Fabricação própria. Adentramos sua cozinha, onde a mesa estava posta em uma toalha quadriculada em tons de azul e laranja. Partimos pequenos pedaços do anunciado bolo de laranja e fomos mastigando devagar enquanto tomávamos café, suco de caju e seguíamos a prosa.

Trabalho pequeno. Esse é o trabalho de Zélio e Noêmia: bem pequeno, em ritmo próprio, imbricando fazer com viver. Mas a produção parecia ser um assunto menor. O casal queria mesmo era falar sobre o vizinho que se endividou, outro que morreu, outro que abandonou a casa, outro que está “atravessando” com “aquele rapaz”, outro que foi embora. Enquanto comíamos e conversávamos, Izidório dava notícia de muita gente dos arredores. A maioria que não suportou e foi para outras fazendas. Ou para a cidade. Estudou. Mudou de trabalho. Tive a impressão de que essa seria uma preocupação real para ele.

– As coisas aqui acabaram muito. Cada um foi para um lado. Eu tenho dois irmãos na Posse, uma irmã que mora mais ali e outro irmão mais perto.

– Já a minha família não está mais aqui. Só tenho um irmão na Posse. Tem uma que está em Itaboraí, outra que foi pra Saquarema. Tudo espalhado – informou Noêmia.

– Onde eu nasci também dá vontade de chorar. Chama-se Perobas, fica no sentido de Maricá. A única casa que está de pé lá é a da minha avó, nem a casa que eu morei existe mais. A evolução veio, mas com ela também veio o período de que os pequenos produtores também não aguentassem. Só ficaram mesmo aqueles mais antigos que têm outra noção de vida. Se você tem um filho, tem que fazer de tudo para que ele consiga alguma coisa na cidade. Não vai ter

como. Você tem que sobreviver e dar um conforto para o seu filho – opinou Zélio, em um momento mais autoexplicativo.

– E vocês, já pensaram dessa forma? – Aproveitei o embalo.

– Ah, não! Esse aqui então... eu brinco com ele assim: ‘vamos juntar um dinheiro e comprar uma casa na cidade’. E ele diz: ‘ah, daqui eu não saio’ – respondeu Noêmia, apontando para Izidório e sorrindo.

– Para mim não dá. A gente acostuma com a vida. Eu não consigo ficar em meio de barulho de jeito nenhum. A gente tem nosso lugar. E gosta de ter os bichos da gente, ter uma coisa ou outra plantada. Pode ser até ali na Posse que é perto, mas não acostumo. Todo mundo fica junto, vendo o que você está fazendo, isso é muito ruim.

Fim do lanche. Partimos para o terreiro, a conhecer as árvores. Izidório andou uma por uma, apresentando cada planta para as visitas. Explicou como cuida delas e quais suas principais características: as folhas, os galhos, as sementes, os frutos. Noêmia correu para cuidar da filha, com sucessivos enjoo, depois foi fazer o almoço, coisa de todo dia. Ao final da manhã, nos fez um convite: “voltem para descascar o guandu”. E retornamos à cidade, onde Izidório não quer estar, na expectativa de um dia retornar.

### **Imagem 12 – Izidório e Noêmia no alpendre**



Fonte: Acervo Pessoal.

### Imagem 13 – caminhando pelo laranjal de Izidório



Fonte: Acervo Pessoal.

### 2.3. Cordel do retorno

Dia dezesseis de maio  
de 62. Num frio mês.  
Como foi meu nascimento  
vou contar para vocês.  
Lembrar de um tempo ido  
misto de alegria e escassez.

Dona Cecília e Seu Zezinho  
tinham a vida apertada.  
Trabalhavam no pesado  
pra sustentar a filharada.  
Até minha mãe pegava  
na foice e na enxada.

Cinco filhos já tinham  
antes de eu nascer.  
Alguns já trabalhavam  
pra ajudar sobreviver.  
Já conheciam o sufoco  
que eu viria a conhecer.

A casa de pau-a-pique  
com luz de lamparina...  
Galinhas pelo terreiro,  
um cãozinho de perna fina,  
porquinhos lá no chiqueiro,  
um cavalo já sem crina.

Dona Cecília e Seu Zezinho

entre montanhas moravam.  
No interior de Petrópolis  
com progresso nem sonhavam.  
Os familiares na época  
no roçado trabalhavam.

A família realmente  
quase nada possuía.  
A casa mal acabada  
a um fazendeiro pertencia.  
Neste paupérrimo cenário  
este poeta nasceria.

Devido as dificuldades  
de acesso ao local  
que por ter lama demais  
tem o nome de Brejal.  
Na época raramente  
alguém nascia em hospital.

Portanto nasci na Posse  
na casa da minha avó  
que era a maior parteira  
com ela não tinha nó  
fazia muitos partos  
trabalhando sempre só.

Depois minha mãe voltou  
para a vida rotineira:  
Cuidar da filharada  
espalhada numa esteira.  
A turma sempre brigando  
por qualquer uma besteira.

Fui o último a chegar  
completando a grande prole.  
Muito cedo eu percebi  
não ser a vida mole.  
A dor que a pobreza impõe  
não há nada que console.

José Carlos, o mais velho,  
junto com o Oldemar  
trabalhavam feito burros  
sem direito a reclamar.  
Renaldo tomava conta  
do Anésio e da Dagmar.

Eu ficava em um caixote  
segundo mamãe falou,  
destinada a verduras  
que meu pai improvisou.  
O meu berço era um balaio  
de taquara que secou.

Às duras penas meu pai  
um casebre adquiriu.  
Também de pau-a-pique  
de madeira muito vil,  
nos mudamos para lá

e a família até sorriu!!!

O meu pai arava terra  
de modo rudimentar:  
Dois bois e um arado,  
filho na frente a candear,  
uma canga unindo os bois  
e ele gritando sem parar.

Desse trabalho cruel  
nenhum irmão escapava.  
Renaldo o mais rabugento  
era o que mais reclamava.  
Quando voltava da escola  
para mim também sobrava.

O terreiro de chão batido  
Era nossa diversão.  
Nem sonhávamos na época  
em adquirir televisão.  
Me lembro de uma vitrola  
que só pegava uma estação.

Apesar de tudo isso  
tenho saudade dessa casa,  
do nosso fogão a lenha,  
também do ferro a brasa,  
da chaleirinha de café,  
da canequinha sem asa.

Junto com meus colegas  
eu sempre que podia  
pegava minha sacola  
adorava uma pescaria.  
Pegava bagre de noite,  
E muitas piabas de dia.

Pra jogar bola de gude  
eu fui sempre um fracasso.  
Perdia e ficava chorando  
era mesmo um palhaço,  
brigava com o vencedor  
fazendo um estardalhaço.

No futebol também  
eu era uma negação.  
Somente me convocavam  
se faltasse opção.  
Somente como gandula  
consegui uma aprovação.

Na escola me destacava  
boas notas em obtinha.  
Muitos colegas de classe  
ficavam de picuinha  
com despeito, é claro,  
do destaque que eu tinha.

Eu levei um duro golpe  
da crua realidade.

Eu que tanto sonhara  
frequentar uma faculdade.  
Só fiz o primeiro grau  
e o segundo pela metade.

Morando no interior  
o meu sonho foi podado.  
Saí da escola para  
enfrentar duro roçado.  
Faculdade faço a da vida  
onde sou quase formado.

No meu primeiro emprego  
fiz trabalho de jumento.  
Carreguei pesados postes  
feito de ferro e cimento  
atolado até a cintura  
em um brejo lamacento.

Quando o salário chegava  
até chorava de tristeza.  
Era uma reles micharia  
que nem dava pra despesa.  
Deus, que triste lembrança,  
que passado de dureza!!!

No meu segundo emprego  
eu quase fiquei maluco.  
Na fazenda Zacarias  
do doutor Joaquim Nabuco  
onde tinha um encarregado  
que por certo era caduco.

Era um tal de seu Antônio  
que logo me dispensou.  
Voltei para mesma fazenda  
que de encarregado mudou.  
Esse também me demitiu  
pouco tempo me aturou.

Era o Francisco Lima  
conhecido por Chiquinho.  
Que sem querer me ajudou  
a encontrar melhor caminho.  
Minha vida então mudaria  
da água para o vinho.

Certo dia estava triste  
parecendo um Jaburu,  
pés no chão, bolso vazio  
na praça do Piraju.  
Estava eu ficando verde  
de tanto comer chuchu.

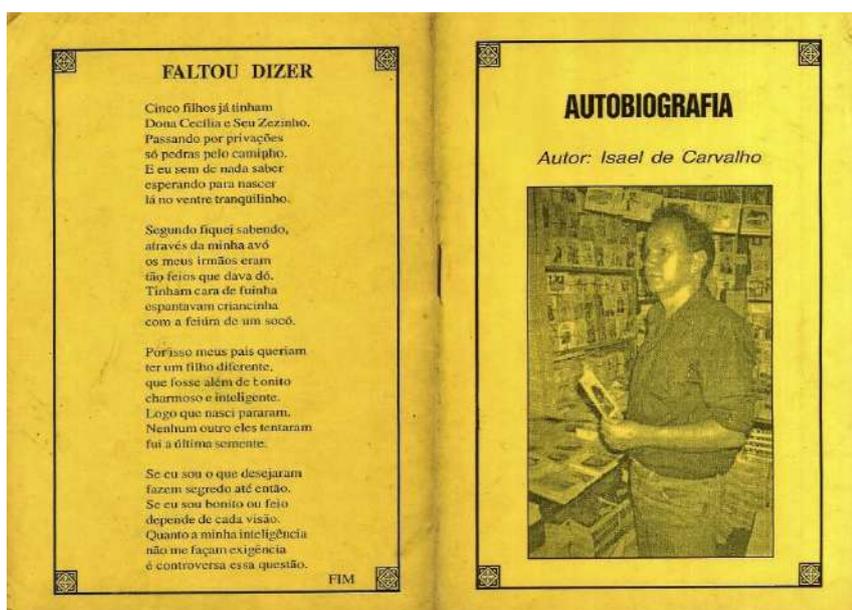
Mas Deus todo-poderoso  
a um filho não desampara.  
Tia Julieta e tio Pinguelo  
sentiram dó desse cara.  
Levaram-me para trabalhar  
na Editora Guanabara.

Fui servente de pedreiro,  
fui mensageiro, fiz faxina.  
Com o meu irmão Anésio  
já fui sócio de cantina.  
Hoje faço pesquisas  
sobre óleo e gasolina.

Pra contrariar invejosos  
levo vida de artista.  
Com o apoio do Gonçalo  
sou do povo cordelista.  
Agradeço sempre a Deus  
por toda essa conquista  
(CARVALHO, 2003).

Esta é a história de Isael de Carvalho, “um cabra polivalente”, intitulada Autobiografia (imagem 14). Foi escrita em fevereiro de 2003, seguindo a rima e a métrica de um cordel, técnica que aprendeu aos 40 anos com um amigo, no bairro de São Cristóvão, e que nunca mais abandonou. Além de cordelista, artista e comunicador popular, como gosta de se apresentar, ele é freelancer de institutos de pesquisa, trabalhou na construção civil, foi atendente de lanchonete e comerciário. Isael vive atualmente no bairro de Rocha Miranda, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, mas como é possível inferir da trajetória descrita em cordel, nasceu e passou parte da vida no Brejal, distrito de Petrópolis, Região Serrana. Isael conheci na Praça Marechal Maurício Cardoso, onde ele e seu irmão, Anésio de Carvalho, trabalham aos sábados como feirantes.

#### Imagem 14 – capa e contracapa do cordel feito por Isael



Fonte: Acervo pessoal

Ambos aposentados, os irmãos atendem desde 2015 na banca de um sobrinho, Josemar Carvalho. Eles foram para Olaria quando a família conseguiu espaço em mais dois mercados do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. O contexto, em breves linhas, era o seguinte: Josemar começou a produzir orgânicos por sugestão de seu sogro, um ano antes de a feira da Leopoldina ser inaugurada. Foi naquele espaço a sua “estreia”. De início, o rapaz atendia só. Trazia hortaliças de seu quintal e também morangos da estufa de um vizinho. Em menos de dois anos, o negócio cresceu. Josemar, então, além de contratar os tios para atender na Leopoldina, convidou seu primo Giovani Vieira de Carvalho para ser seu sócio na plantação e comandar a barraca do Méier. Desta forma, ele se tornou responsável pela banca de Niterói, a maior feira do Circuito, e logo a família conquistou também outra barraca na praça Afonso Pena, Tijuca, às quintas-feiras.

Os Carvalho passaram um tempo desacreditados da lida com a terra (para fins de sobrevivência). Se dividiram, foram em parte morar no Rio de Janeiro, assumiram outras tarefas. Mas, nada como uma geração após a outra para recuperar um desejo antigo. Josemar e Giovani, que nunca quiseram sair do Brejal, embarcaram na boa onda dos orgânicos e, desde 2013, encabeçam uma recente retomada. Algo sonhado pelos tios, por exemplo. Sobreposta ao que Isael narra em seu cordel, a história que contarei aqui é a do retorno da família Carvalho à agricultura. Guiada pelo artista, fui até o Brejal e tentei dar continuidade, na medida do possível, ao conteúdo de sua Autobiografia.

\*\*\*

Na parede branca do cômodo miúdo, inúmeros retratos nos transportaram a momentos de outrora. Ela montada em um cavalo, calçada com botas no joelho e os cabelos castanhos escuros, curtos. Ela com o marido, em um ambiente de festa, sorriso e batom vermelho na boca. Ela e os filhos, no quintal de casa, ao lado de um galinheiro. O mais velho. O mais novo. O neto. O vizinho. Outro neto. A neta. A sobrinha. A cunhada. Gente que nasceu, gente que morreu. Cada rosto merecia uma moldura e uma tinta diferentes, decorando o papel filme daquelas vidas eternizadas.

Passava em sua mente, com isso, uma película das bem delicadas, porém duradouras, reunidas por filigranas. Ela: mãe, avó, bisavó, viúva, 87 anos, dona de casa, agricultora, aposentada. Viveu para reunir tantos objetos saudosos em uma sala de teto baixo, madeira nas portas e nas janelas, duas grandes estantes cheias de bibelôs, vasos de plantas, flores de

plásticos, animais de pelúcia, sapatinhos de crochê e fotos, mais fotos. Uma televisão, uma vitrola, dois sofás e uma mesa redonda de jantar, acompanhada por quatro cadeiras e um caminho de rendas, indicavam que aquele ambiente também era usado no cotidiano, para distrações e encontros. Havendo ou não visitas, ali é, sobretudo, lugar de recordação.

– Esse é o Carlinhos, meu mais velho, que já está bem velho – brincou, segurando um porta-retratos com moldura plastificada. Esse é Isael, parecido com o pai – prosseguiu – e esse é Gilmar, filho de Anésio, que vai lá na feira de vez em quando. Aqui ele tinha quatro anos, hoje tem onze.

Cecília de Barros Carvalho, moradora do Brejal, quis me levar para conhecer essa parte da casa que fica separada dos outros cômodos, ao lado da varanda e dos quartos (imagem 15). Muitas daquelas pessoas haviam sido mencionadas por ela na manhã ensolarada de abril em que passamos conversando, comendo bolachas de água e sal com margarina e tomando café açucarado que ela passou no coador de pano.

**Imagem 15 – Cecília mostra seu primogênito, José Carlos, no retrato**



Fonte: Acervo pessoal.

Cheguei em sua casa às 8h, tendo saído às 6h da Central do Brasil, juntamente com Isael, que tirou uma terça-feira para me acompanhar. No momento em que víamos as fotografias, já passava das 12h30. Não fiquei para o almoço, mas fiz em quatro horas e meia um traslado entre o passado e o presente da família – a partir do que me permitiram escutar e conhecer. Josemar não pode me receber, pois levava a filha recém-nascida para fazer o teste do

pezinho no Posto de Saúde de Petrópolis, mas Cecília, Isael e Giovane falaram sobre a vida que levam hoje e a de outros tempos, comparando percepções, exprimindo pontos de vista. Não hesitaram em afirmar que, atualmente, é “menos dureza”. Por outro lado, não abandonam a história da família e sequer alimentam sonho de estar em outro lugar. “Sei que a cidade precisa do agricultor para sobreviver”, opinou Cecília.

Eles moram todos na mesma propriedade, deixada por Zezinho como herança, mas construíram casas separadas. Cecília está sozinha em uma casa branca de seis ou sete cômodos, situada em um terreno acidentado, no alto de um morro. Ao entrar no sítio, é a primeira casa que se avista. Mais ao fundo e ao lado, emparelhadas, formando um quintal compartilhado onde todos podem se ver, estão as residências de Josemar, Giovani e outra neta. Em outro nível do solo, morro abaixo, está a casa de Isael, alugada temporariamente para um conhecido. Esta terra, por um bom tempo, estava registrada em nome do cunhado de Cecília. Zezinho conseguiu adquirir uma parte, deixando ainda o maior pedaço para a família de seu irmão. “Essa família do tio não vem aqui, mora fora. Por isso, estamos tentando arrendar para aumentar a plantação”, explicou Giovani.

Cecília nasceu na fazenda Santa Matilde, em Petrópolis, propriedade de uma família para quem seu pai, Marcílio de Barros, trabalhava. Sua avó materna era parteira, dizem que trouxe ao mundo mais de 400 pessoas. Seu pai, além de peão da fazenda, levava as cocadas que uma vizinha fazia para vender na feira. “Sempre fui pobre, mas sempre fui feliz. Graças a Deus. Não tinha barraco para morar. Hoje em dia eu tenho”, reforçou.

Aos 15 anos, no que ela considera sua “maioridade”, se mudou para o Brejal e se casou com Zezinho. Teve José Carlos, a quem ela chama de Carlinhos, Oldemar, Renaldo, Anésio, Dagmar e Isael. Morou na casa da família Carvalho até conquistar seu próprio chão. Semeou, colheu, limpou, criou, cozinhou, educou. Lembra-se do tomate, do pimentão, do milho, do chuchu e do café plantados no quintal. Lembra-se de tirar o leite da vaca e fazer queijo, de passar roupa em ferro a brasa, acender a chama do lampião, cozinhar em fogão a lenha, fazer feira.

– A vida foi toda aqui no Brejal, criando os filhos e os netos na roça, trabalhando. Às vezes a gente colhia 100 caixas de chuchu por semana. Vendíamos no Rio, na Ceasa, na feira, onde fosse possível.

– Aí ó, esse aqui é meu pai – interrompeu Isael, com um retrato grande nas mãos.

– Quem começou essa bagunça foi ele. Esse aí trabalhou até mais de 80 anos, até quando morreu – completou Giovani, com os olhos marejados e brilhantes, respiração lenta, semblante saudoso. Filho de Renaldo, ele foi criado pela avó e pelo avô.

– Sim, trabalhou até seus 84 anos – endossou Cecília.

– Aqui nesta foto ele já tinha mais de 70 anos e ainda cavalgava – disse Isael, orgulhoso.

– Sim. Ele andava a cavalo, juntava boi no pasto. Teve uns tempos que ficou tirando leite também, tomando conta de gado, empregado. Nos vizinhos aqui em volta. Sempre trabalhou. Nessa época tanto fazia, tinha lavoura e tinha gado. A terra aqui era do irmão dele, não era dele. Ele trabalhava para o irmão dele. Ele tirava leite, fazia queijo. E quando Zezinho saía para a feira, eu fazia os queijos. E o queijo vendia no armazém do irmão dele. O irmão dele era dono dos bois e dava leite para os seus camaradas – confidenciou Cecília.

– Como era o Brejal nessa época?

– Não tinha estrada. Era só caminho. A gente, para ir lá para fora, tinha de ter cavalo. Todo mundo andava a cavalo. Aí depois o Avelino de Carvalho e Hidelbrando Teixeira começaram a fazer estrada. Faziam na enxada. Todo mundo cavoucando lá, os empregados dele, meu sogro, os filhos dele. Então a estrada foi da Posse até aqui no Brejal. Meu sogro era o Avelino de Carvalho. Ele é que trabalhava, é que puxou o colégio pr'aqui também.

– A escola tem o nome dele: Avelino de Carvalho – lembrou Giovani.

– É. Até na rua tem uma placa: Avelino de Carvalho. A rua que entra para cá, sai do asfalto e entra na estrada de chão. Ele é que movimentava o Brejal, era um homem que tinha um pouquinho de posse para poder movimentar. Os outros era tudo pobre e sem dinheiro. Era ele que dava serviço para a turma toda.

– Mãe, conta para ela como a gente se lascava para chegar na escola – sugeriu Isael.

– O Isael ia daqui até a Posse a pé. Ia e voltava. Sete quilômetros. Saía daqui às 8h para estar lá ao meio dia. Na volta, subia a pé. Quatro horas subia por esse morro acima tudo e chegava em casa suado e cansado. Anésio estudou em Areal. Aí tinha um carro que levava, uma Kombi da prefeitura. Nesse tempo que criei meus filhos era bem difícil. Eles iam para a escola descalços, não tinha nem mochila para levar os cadernos. A gente não tinha dinheiro para comprar. Eles tomavam chuva, pegavam sol forte. E a gente não tinha condições de nada, nem de pagar passagem e nem de comprar sapato. Eles pegavam os cadernos, botavam em uma saca de arroz e pronto. Ou eu fazia bolsinha de pano para eles levarem os livros. Mas, sobreviveram. Todos eles fizeram a vida deles. Não tenho que reclamar de filho nenhum, graças a Deus. Meus filhos e netos são uma benção. Criei os netos com sacrifício também, mas eles me valem, moram todos perto de mim.

– Ela teve seis filhos e criou dois netos. Eu e o Josemar fomos criados com ela. Eu fui desde um ano criado com ela, meu pai se separou... desde um ano – interferiu Giovani.

– Mas na Posse não tinha nada – continuou Cecília –, tinha umas três casas só. Agora tem muita coisa lá. A luz quem puxou por aqui foram Amaral Peixoto e Celina Vargas. E o asfalto mesmo só chegou no ano 2000. Antes, era um atoleiro só para chegar até aqui. Não tinha nada de médico, nada de hospital, vacina. Meus filhos nunca foram vacinados, nunca foram criados fazendo exame e indo a médico. E quando precisava muito, íamos para Areal, que hoje é município, mas antes era distrito de Petrópolis. Mas eles se criaram todos. E também não tinha as doenças que tem hoje. Dava era chá em casa. Quando criança pequena ficava doente era chá de erva cidreira, erva doce...

– Teve um loteamento da fazenda Piraju. Aí veio gente de fora – acrescentou Isael, dando continuidade à história do lugar.

– De primeiro era só o pessoal daqui mesmo. Depois, com esse loteamento, é que veio mais gente. Acho que do Rio.

– Mas é gente que vem só de veraneio. Ninguém mora e planta aqui não – seguiu Isael.

– É. Vem fim de semana só e vai embora – concordou a matriarca.

– Vem gente de fora querendo comprar a terra de vocês?

– De vez em quando vem. Tem vizinho que vende. Mas nós não vendemos. Aqui vai ficando para filhos e netos, é usufruto. E não temos muito, só um quarto de terra. Lá para cima é do meu cunhado.

– Os vizinhos vendem? Para onde vão?

– Alguns saíram daqui, mas não todos. Saíram mais os filhos, que foram nascendo, criando, estudando e foram lá para fora. Os daqui mesmo ficaram até morrer.

– Mas parte da família de vocês também se mudou?

– Foram Carlinhos, Anésio, Isael e Dagmar. Enjoaram daqui e foram para o Rio. Só ficaram dois filhos. Um trabalha em lavoura, lá com a Vivi. E o outro é motorista de ônibus. Trabalhou no ônibus, no caminhão, agora aposentou também. Os outros quatro foram para a cidade. E foi bom. Eles foram ganhar a vida. Se tivesse ficado aqui na roça, talvez não daria.

– Antigamente aqui era brabo. Agora que está melhorando. Agora dá para ganhar a vida aqui. Está tranquilo. Mas antigamente não dava não – afirmou Giovani.

– É, antigamente era duro. Carlinhos foi para o Rio novo, com 17 anos.

– Eu fui com 19 anos – informou Isael.

– E quem levou vocês para a cidade?

– Foi meu tio. Me levou para fazer concreto.

– Meu cunhado sempre vinha aqui e via meus filhos sem trabalho...

Tomei aqui a liberdade de reproduzir a conversa do modo como ela foi acontecendo, ou seja, da forma como meus interlocutores preferiram conduzi-la. Ao sentar para conversar com Cecília, Isael e Giovani, não me preocupei em seguir uma ordem de perguntas, apenas queria ouvi-los. Quando Cecília citou alguns nomes de pioneiros, incluindo o seu sogro, entendi que Brejal era terra de poucos donos, porém de muitas famílias que, por certo, viviam com dificuldade e dependência. Por isso a partida para a cidade, por isso ressaltar tanto o antes e o agora. Por isso lembrar das durezas.

Na medida em que a família Carvalho desenhava sua trama, conseguia retomar em minha mente a primeira entrevista que fiz com Anésio, ainda na feira de Olaria. Ele foi o primeiro com quem tive contato. Josemar eu também conheci, mas logo ele saiu da feira. Isael foi o mais amistoso, o que mais queria falar, deu entrevista gravada em vídeo duas vezes – pois em uma delas eu estava sem o microfone de lapela e isso para ele não era válido. Entretanto, foi com Anésio que eu percebi que por trás daquela banca, na feira, tinha uma história de retirada e retomada.

– Olha, na roça, na nossa época, era mais difícil. Era enxada, a nossa mão ficava cheia de calo. Hoje não, tem trator, é diferente. Mas na nossa época... era difícil, não tinha caminhão para trazer a mercadoria para o Rio. Meu pai tinha de vender para outros para trazer o que a gente plantava para a Ceasa. Quem tinha caminhão é que trazia. Aí já viu, né? Meu pai mandava muita carga mesmo e recebia pouca coisa. E eu quis vir embora por isso. Porque era difícil. Vim aos 20 anos. Hoje está mais fácil, tem mais recurso para trazer a mercadoria direto para a feira. Hoje vendemos tudo e o que sobra leva de volta e fica lá com os parentes e os vizinhos. Meu maior sonho é voltar para lá. Mas não posso porque minha esposa ainda está trabalhando. Eu gosto mesmo é de lá, o clima, as matas, o verde, a natureza, bem melhor.

Os Carvalho ficaram 20 anos sem ter horta ou lavoura próprias pelo fato de não conseguirem se sustentar. Nesse interim, os que ficaram na terra, mais precisamente Renaldo, Giovani e Josemar, só tinham como opção trabalhar para os grandes proprietários, como agricultores contratados ou jardineiros de temporada. Giovani começou a trabalhar aos 15 anos. Após a morte do avô e a aposentadoria do pai, foi trabalhar de carteira assinada como lavrador. E só saiu para ser sócio de Josemar. Muita gente de sua geração fez o mesmo ou foi trabalhar em Itaipava e Petrópolis, onde abriram fábricas e um pungente setor de serviços associado ao turismo. “Tem gente que trabalha como pedreiro também. Mas há quem esteja voltando a plantar”, disse. Para o neto mais novo de Cecília, o que contribuiu para que sua família e outras retomassem o cultivo de alimentos “por conta própria” foi o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, que é o que lhes dá alguma segurança nas vendas. A Associação dos Produtores do

Brejal, entidade que existe há 20 anos, também é algo, para eles, importante. “Nós descemos com o caminhão da Associação e pagamos uma taxa fixa para o combustível e o motorista”, explicou.

– E como vocês tiveram a ideia de recuperar a plantação no sítio?

– Josemar começou levando a mercadoria do sogro até o Rio de Janeiro. Assim ele arrumou um ponto na feira. E voltou com a lavoura. Está aumentando. Ele arrendou outra terra aqui. E vai começar em outra terra mais ali para frente também. Aí tem que arrumar funcionário, outra pessoa para ser sócia. Assim entrei. E vai aumentar bastante a produção daqui a algum tempo.

– Aqui tem o que o pessoal chama de agricultura familiar – acrescentou Isael.

Antes de sentar com Cecília em sua varanda, Giovani passeou comigo pelo sítio (imagem 16), mostrando-me a horta e o antigo pasto que aos poucos se transforma em chão adubado para lavoura. Foi então que vi o curso do rio modificado para irrigar o cultivo e um conhecido trabalhando como contratado. “Esse aí é gerente da Coca-Cola, trabalha aqui conosco para fazer um bico. Para ganhar um pouco mais tem que pegar em dois lugares, né?”, apontou Giovani.

Anésio falou em sua entrevista, a família de Tanguá também havia mencionado, então resolvi perguntar se a figura do “atravessador” era algo ainda incômodo para os produtores do Brejal. Giovani confirmou que sim, mas sem dar muita bola, pois, no seu modo de perceber, o problema do intermediário que lucra sobre o produto do agricultor é comum no ramo dos alimentos convencionais. “Eles ficam mais lá dentro da Ceasa”. O mercado de orgânicos, a seu ver, teria superado essa etapa.

Essa sensação é possível porque Josemar conseguiu espaço nas feiras. E quando falta produto para vender ou quando a plantação da família não vinga – a depender do clima, da lua e do tempo, isso pode acontecer – é ele quem “atravessa” ou pega produtos dos vizinhos para vender. “Mas aí é um para um. Se o produto no Rio vale dois, aqui a gente compra ou vende por um, que é o justo”, explica Giovani. Isso é o que lhes permite manter as contas em dia, muito embora nenhum deles diga o quanto vende por semana ou por mês.

– A gente planta de tudo, está vendo? Quiabo – mostra Giovani, passando pela plantação –, isso aqui foi tudo quiabo que saiu. A gente vai tirando, tirando e ele vai crescendo até a ponta, até a essa altura [aponta para a altura de 1 metro, mais ou menos]. Está vendo esse tomate? Deu doença. Por causa da chuva. A gente ia fazer uma cobertura e não deu tempo. Choveu muito e o tomate não vai crescer. Esse aí eu perdi. Agora é só cortar, tirar e plantar outra coisa. Esse aí

não colhe nada. A gente pica ele na terra, sai cortando e mistura tudo na terra. E planta outra coisa. A terra fica adubada. Aqui já é a cenoura.

### **Imagem 16 – Giovani na produção de mudas de rúcula**



Fonte: Acervo pessoal

Passamos também por couve, pera, banana, coentro, rúcula, abacate, rabanete, inhame, espinafre, alface crespa, alface roxa, alface americana, alface lisa, cebolinha, brócolis, salsinha, alho poró, pimentão, couve-flor, berinjela, ora pro nóbis, taioba, folha de louro, boldo, alfavaca, manjeriço, jabuticaba, café, laranja. Ao que Giovani refez as contas e conseguiu descrever, mais ou menos, a quantidade de produtos que consegue levar para o Rio de Janeiro, seguindo a rotina de colher todas as quartas e sextas-feiras e de plantar a cada 15 dias. “Em um sábado, por exemplo, fazemos três feiras. Então levamos, para cada feira, uns 80 pés de alface, 100 molhos de couve, 30 molhos de rúcula. E o restante depende da procura”.

Eles estão satisfeitos. Cecília está perto dos netos e bisnetos, como disse, e os irmãos que foram para a cidade se estabeleceram. Isael e Anésio, por exemplo, por mais que sintam saudade do ar fresco de Petrópolis, reconhecem a vida que têm. Isael, por exemplo, é um curioso nato que prefere a condição de mobilidade entre o “lá” e o “cá”.

- Mas o sonho da senhora não era morar em Copacabana, mãe?
- Não, nunca foi. Nem de passeio gosto de ir ao Rio.

– Isso em Jornalismo se chama provocação, não é? A pessoa fala uma coisa contraditória para provocar uma resposta – disse Isael, olhando para mim, aguardando uma confirmação.

– Eu vou lá para ver meus filhos. Mas não troco meu ranchinho por nada. Vou sair daqui quando morrer.

\*\*\*

Isael sempre gostou de escrever. Diz ele que escrevia desde menino, mas não mostrava a ninguém. Ora guardava bem escondido, em alguma mala ou gaveta, ora amassava o papel, rasgava, jogava fora. Até o momento em que conheceu a Academia Brasileira de Literatura de Cordel, situada atualmente no bairro de Santa Teresa, cidade do Rio de Janeiro. O contato com esse universo, sensível, popular, profundo, rebuscado, singelo, crítico e ao mesmo tempo capaz de se replicar com facilidade, lhe despertou um sentimento de identificação que facilmente foi convertido em vontade de mostrar seus escritos ao mundo. Fez então cordel sobre tudo, sua vida, vida de outrem, por encomenda, sobre a situação política do país, sobre a economia, alguma tragédia ou piada. E passou a frequentar todos os domingos a Feira de Tradições Nordestinas de São Cristóvão. Nascido em 62, há 14 anos convive com os cordelistas do Rio, que na verdade são do Brasil inteiro, sobretudo do Norte e do Nordeste. “Essa também é minha família e hoje sou considerado um bom artista”, reforçou.

Segundo nosso personagem, o cordel o aproximou de seu próprio percurso de vida. Foi por meio dessa literatura que ele passou a reivindicar para si as identificações de “caipira”, “sertanejo”, “pessoa do interior”, sem depositar nesses termos um tom pejorativo:

– O cordel é um caso parecido com aquele do filme Dois Filhos de Francisco, sabe? Por que aquele filme fez tanto sucesso? Porque é a história de milhares de pessoas. Muita gente viveu aquela trajetória, né? E o cordel é assim também, encanta porque é a história de milhões de brasileiros.

– Mas, para você, quem vem da roça é caipira?

– No Nordeste é matuto. Aqui é caipira. Mas o conceito de caipira agora mudou. O pessoal da roça agora tem acesso às coisas todas. Eles conhecem as gírias do Rio de Janeiro, sabem o modo de se vestir. Na minha época você via um cara da roça na rua e já identificava logo, pois ele estava igual ao Mazaropi, ao Tônico e Tinoco, com a calça toda caída, uma camisa desabotoada, com pano xadrez. Hoje em dia não, você não sabe mais quem é da cidade e quem é da roça.

– Mas dizer que alguém é “matuto” ou “caipira” é ruim?

– Depende da forma que você encara. Eu não acho pejorativo o termo. Antigamente chamavam de caipira a pessoa que morava na roça e não tinha acesso às coisas da cidade. O modo de se vestir era diferente, o modo de falar. A questão do Português. As pessoas não podiam frequentar a escola, porque era longe. Mas depende do modo de ver as coisas.

Com o seu livre trânsito entre o campo e a cidade, entre Brejal e Rocha Miranda, Isael fez parada em Olaria. Depois da visita que fiz à sua mãe, ele me presenteou com a sua Autobiografia. Nela percebi que as narrativas dos entrevistados coincidiam em um aspecto: o movimento. Partida, chegada, retorno, retomada. Isso está na vida da família Carvalho, que agora se entende “melhorando de vida”.

Para dar continuidade às suas rimas e ao meu trabalho, propus a Isael que fizesse um novo cordel, sobre a Praça Marechal Maurício Cardoso, a feira da Leopoldina e as pessoas todas que ele conheceu por lá. Ana, da barraca do CEM, que faz a gerência da feira junto com Marcelo, ficou animada. Esse seria o primeiro registro sobre aquele espaço. Quase dois meses depois de minha ida ao Brejal, estava nas mãos do artista sete páginas de texto. No prelo.

#### **2.4. “Empreendedores do campo”**

Não fiquei para o almoço de dona Cecília, nem para ver mais fotografias, ainda que quisesse, porque já havia marcado uma visita ao Grupo de Produtores Orgânicos do Brejal, o GP, que também está na Feira Orgânica da Leopoldina. Atualmente, essa é a maior cooperativa do ramo no estado do Rio de Janeiro. Seu representante, Paulo Roberto Lima de Andrade, é também presidente da Abio, reeleito em 2015. Na direção do GP, ele atua em parceria com Geraldo Ferreira Pimentel, o sogro de Josemar, coordenando a produção de cerca de 30 famílias.

Tanto o GP como os produtores “independentes” – aqueles que não pertencem a grupos, tais como Giovani e Josemar – compõem a Associação dos Agricultores do Brejal. Esta entidade reúne ainda os produtores “convencionais”, que por ali são minoria, mas ainda existem e/ou passam por um processo de transição. Isael, em sua entrevista, comentou: “Por causa dos orgânicos, o Brejal está em voga”. De fato. A região vive um bom momento e está em todas as feiras do Circuito Carioca. Está também no interior do Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em lojas especializadas e restaurantes.

– O Brejal sempre teve característica de produção, sempre produziu foliosas porque o clima é propício a isso. E a agricultura orgânica encaixou perfeitamente aqui, pois além do clima favorável, há água com fartura e terra boa. Como a agricultura orgânica hoje é uma

agricultura familiar, acaba se encaixando em pequenas propriedades. Tivemos muitos momentos difíceis no Brejal, mas as famílias conseguiram se organizar e ter qualidade de vida, com um produto e um trabalho mais valorizados. Uma coisa interessante é que o produtor hoje já semeia sabendo quanto vai vender e quanto vai receber. Antes, no sistema convencional, não era isso. Você plantava, às vezes nem vendia ou vendia muito barato. No orgânico não. Você tem um preço fixado e que muda somente uma vez por ano – explicou Paulo Roberto em entrevista.

Quando o contatei, ele quis mostrar exatamente isso: a fartura do Brejal. “A agricultura orgânica não tem crise”, afirmou. E me explicou que havia um “ritual” pelo qual o visitante deveria passar para compreender isso: entrar no caminhão e acompanhar um dia na rotina produtiva do grupo. A cada ano, isso é feito para cerca de 200 pessoas, que vão sozinhas ou em caravanas – comigo não seria diferente.

O GP trabalha atualmente com 120 variedades de plantas, entre folhas, raízes, legumes, ervas, temperos, medicinais, flores comestíveis, frutas da estação etc. A estimativa é que, por ano, um montante de R\$ 2 milhões passem pela contabilidade do grupo. Esse valor é usado na folha de pagamento dos trabalhadores da cooperativa, para manutenção da estrutura, pagamento de contas e combustível e, enfim, rateado entre os produtores. Ao final de cada ano, assim como nas empresas privadas, o GP faz uma confraternização e divulga um ranking de quem mais produziu e mais ganhou.

Disse Paulo Roberto que o GP “nasceu da dificuldade”, com seis famílias reunidas e dispostas a “disputar” o mercado da capital fluminense. Experientes no que diz respeito à prática da agricultura orgânica, uma vez que já produziam sem agrotóxico desde a década de 1980, essas famílias fixaram que 30% da produção seria repassada à cooperativa, para que ela se estruturasse. Em pouco mais de oito anos, o grupo aumentou e construiu uma sede que, atualmente, é a maior da região – quiçá de todos os grupos de orgânicos do estado do Rio de Janeiro.

A área do terreno não foi calculada, mas é algo suficiente para abrigar um escritório, uma cozinha, dois banheiros, um galpão coberto para armazenar cargas e um estacionamento aberto. A fachada da parte construída, assim como o portão de entrada, é pintada em dois tons de verde, um claro e outro escuro. No topo do galpão é possível identificar a grande logomarca do grupo – presente também em carros, camisetas e mídias sociais – formada pelas letras G e P. A sigla foi convertida em marca publicitária, manuseada nas ruas e nas mídias sociais (a exemplo da imagem 17, que recupera um vídeo institucional gravado em 2014).

**Imagem 17 – Propaganda do Brejal em um canal da mídia social YouTube**



Fonte: Canal do GP <<https://www.youtube.com/watch?v=uDAZluAv7-E>>

\*\*\*

Depois do sítio da família Carvalho, morro acima, virando na segunda curva à esquerda e, em seguida, primeira à direita, na mesma estrada de terra, passando por um armazém de fachada azul e por uma pousada de janelas cor-de-rosa, me deparei com um portão verde, fechado. Dez minutos depois, chegou uma moça e dois rapazes. Um deles eu conhecia, era Elias, que vez em quando atende na feira de Olaria. Paulo Roberto veio em seguida, com suas filhas e outros trabalhadores do galpão.

Às segundas, quartas e sextas dois veículos saem entre 13h e 13h30 para recolher os alimentos produzidos nos sítios. Eles seguem um roteiro pré-estabelecido, conforme as planilhas organizadas pela contabilidade da cooperativa. No galpão é montada uma operação para receber, organizar, separar e embalar a mercadoria. Nos dias posteriores, por volta das 3h da madrugada, condutores e feirantes saem rumo ao Rio de Janeiro. Isso envolve, no mínimo, 20 pessoas em uma divisão de trabalho quase industrial, que exige velocidade e atenção. Era essa dinâmica que eu iria acompanhar.

Naquela tarde, estavam todos um tanto apressados, dado o adiantado da hora. Até todos se organizarem, já passava das 13h30. Mal me apresentei e fui chamada para entrar no caminhão. Vamos lá. Carreguei comigo um caderno, uma câmera, uma garrafa de água e uma pera que ganhei na casa de Dona Cecília. Um rapaz de nome Jorge seria o condutor e Paula, uma adolescente de 14 anos, sua auxiliar.

Ao acionarem os motores, me explicaram como seria o trajeto: passaríamos por seis lugares e em cada um desses pontos buscaríamos mercadoria de dois ou três vizinhos que vivem perto um do outro. Em algumas casas, poderíamos parar, em outras, talvez não daria tempo. “Hoje até que o caminho é menor, pois não é todo dia que temos que buscar mercadoria em todos os lugares. A previsão é que até umas 17h estejamos de volta ao galpão”, anunciou Jorge. Além desse, haveria outro veículo, dirigido por Elias, a cumprir uma segunda rota.

Fomos os três pelas estradas do Brejal (imagem 18), morro acima, morro abaixo, poeira nos olhos, trilhas estreitas, verde ambulante, folhas e galhos batendo na janela do automóvel, meus cicerones muito desinibidos na conversa, perguntando sobre mim, falando sobre si. Paula me contou que é a filha caçula do patrão. A mais velha trabalha no escritório. “Mas eu gosto é desse movimento aqui”, afirmou. Ela estuda de manhã e pela tarde, quando não tem de fazer tarefa ou estudar para a prova, ajuda no carregamento das mercadorias. Jorge é genro de Geraldo e concunhado de Josemar. Aos 33 anos, tem um filho de 12 e outro de 5. Desde muito jovem faz esse serviço de transporte de mercadorias. Também filho de agricultores.

Sentei no canto direito do carro, mas logo notei que deveria ceder o lugar à Paula. A cada porteira para abrir, eu descia do caminhão e subia de volta com muito mais lentidão. Não era isso, definitivamente, que meus companheiros precisavam. Com muita delicadeza, Jorge pediu: “Você poderia sentar no meio?”. Entendi e aceitei. Paula era, além de dinâmica, conhecedora daquele terreno e do exato momento de abrir e fechar as portei­ras. Ela também era ágil para carregar as caixas de plástico vazias e trocar por outras já cheias de hortaliças e legumes. Segui contribuindo com o carregamento, claro, mas senti certa impaciência da dupla para com a minha desenvoltura atrapalhada. “Pode deixar”, dizia Paula, sorrindo. Nos entendemos nisso também e seguimos até o fim da viagem da seguinte forma: eu ajudava e ao mesmo tempo tentava não atrapalhar.

A primeira parada foi em um sítio onde estava boa parte da família Andrade. Paula me situou: “Essa chácara era do meu avô, ele vendeu e agora meu pai tenta recuperá-la. Meu tio está morando aqui, a gente aluga”. Assim que paramos e saltamos do carro, Alessandro Lima de Andrade, irmão mais novo de Paulo Roberto, veio me receber com entusiasmo. Perguntou se queria almoçar, era comida feita em fogão a lenha. Tinha feijão e peixe. Recusei por saber que meus condutores estavam com pressa, mas tive vontade de aceitar. “Vem cá para conhecer o rancho. Essa é a casinha onde fomos criados. Saí daqui com seis anos. Depois que meu pai vendeu, por motivo de doença, esse terreno passou por cinco donos. Agora estamos recuperando de novo”, comentou Alessandro, tratando de me apresentar sua irmã, sua cunhada, seus sobrinhos e todo o espaço.

### Imagem 18 – a bordo do caminhão do GP



Fonte: Acervo pessoal.

Enquanto Jorge e Paula buscavam as hortaliças do vizinho ao lado, Alessandro me mostrou os cômodos da pequena casa de taipa, o lugar de uma plantação de milho, aipim, inhame, abóbora e mamão, a mina d'água, o recipiente de 70 mil litros, a represa, o galinheiro, a quadra de futebol do vizinho. Na medida em que íamos mudando de ambiente, ele explicava algo diferente. “Isso aqui era tudo do nosso pai. Na verdade, ali já pertence ao dr. Manoel Franco, o qual é dono da fazenda que você viu aí embaixo. Por onde vocês passaram tem também uma fábrica que mexe com farinha de osso e faz graxa, você viu? O fiscal veio e fechou. Mas a gente recebeu a notícia de que vai ser reaberta. Isso é muito ruim, polui, dá fumaça, faz mal às crianças. Nós vamos ao Ibama reclamar pois queremos ter uma vida saudável. Aqui é a represa. Essa água é muito limpa. Aqui é onde criamos as galinhas. Dá trabalho produzir frango orgânico. Elas comem o que sobra da plantação. E a ração é orgânica, vem de longe”, falou Alessandro, de uma só vez.

Jorge veio me chamar. Alessandro seguiu com a prosa. Ele queria falar como a vida no Brejal melhorou depois dos orgânicos. Pediu para Jorge dar opinião. Os dois ficaram listando como as pessoas tinham mais comida à mesa, tinham condições de comprar carro e moto. E o GP também era responsável por isso, segundo Alessandro. O assunto da prosperidade é recorrente por ali, sobretudo, quando chega alguém de fora. Jorge deu sinal de partida, novamente. Nos despedimos.

O segundo lugar onde paramos foi o sítio de José Nilton (imagem 19) um terreno de 3,5 hectares dividido entre ele, a esposa, os filhos e os netos. “Ali é do meu filho. Já ali quem cuida

é meu genro. Ao todo, são quatro famílias morando aqui”, mostrou, apontando para horizontes opostos. Ele produz salsa, bertalha, couve china, coentro, espinafre, couve mineira, seis tipos de alface, rúcula, cebolinha, alho poró, tudo orgânico, desde 1982. “E lá no morro tem outro tanto desse ou mais, né?”, indicou. No total, são 35,9 mil metros plantados e um pequeno criatório de peixes. Contando brevemente sua história, o agricultor revelou que trabalhou 12 anos “fora”, em um supermercado, mas não suportou.

– Não tinha outro meio de vida e tinha que trabalhar no supermercado. Mas, quando pude, voltei para a roça. Na roça tem de saber trabalhar. Mas, não é difícil. É melhor. Até, vamos supor, se eu pegar um funcionário hoje para trabalhar comigo, precisa que ele saiba trabalhar na roça. Se ele for funcionário de supermercado, ele não vai saber. Eu não. Eu fui gerente de supermercado aos 28 anos, mas eu sabia trabalhar na roça. Igual pedreiro, eu sei trabalhar de pedreiro. No tempo que trabalhei de empregado, aprendi a trabalhar de pedreiro. Essas casas todas fui eu que fiz [apontou para a sua casa e para as casas dos filhos]. A lavoura precisa de força de vontade para aprender. Ter paciência. Eu gosto mais de viver na lavoura. Gosto de viver assim, com o pé no chão. Trabalhei 12 anos calçado, com calça comprida. Horrível, né?

José Nilton comentou que o modo como trabalham no GP o agrada pois ele pode intercalar os 35 tipos de alimentos que vende e tem retorno garantido com o que entregar ao caminhão. Isso, para ele, se deve a uma organização da cooperativa no escoamento dos produtos, mas também a uma especialização do Circuito, que atende a um público específico. “Se eu tirar mil molhos por semana, sei que vou vender e que é pouco”, afirmou. No tempo em que trabalhou com a agricultura convencional, antes mesmo da experiência no supermercado, seu destino eram as Centrais de Abastecimento S/A e, assim, sua concorrência ia além dos limites do Rio de Janeiro. “Na Ceasa nós disputamos com todo mundo”. Conversa interrompida, Jorge já ligava o caminhão. Até breve!

Pegamos um trecho mais longo de estrada, até chegar no terceiro ponto de coleta de alimentos. O motorista me contou um pouco de sua rotina, que é também de feirante. Às segundas, quartas e sextas ele trabalha de 13h às 17h. Dorme cedo para, às terças, quintas e sábados, despertar à 1h. Sai do Brejal às 3h, chega no Rio e se instala em uma das feiras às 5h30 ou 6h. Costuma tirara um cochilo no caminhão, enquanto o mercado acontece. Ao fim da manhã ajuda na contagem das vendas e na organização do lugar. Vai embora. O restante do tempo, dorme. “É um trabalho que cansa, exigem muito da gente, mas é muito gostoso de fazer. Temos contato com as pessoas, falamos daquilo que estamos plantando e colhendo. É muito bom”, opinou.

### **Imagem 19 – José Nilton planta sem usar agrotóxicos desde 1982**



Fonte: Acervo pessoal.

Chegamos em uma casa azul de portas vermelhas, localizada em uma baixada, na beira do curso de um rio, em meio a árvores de todos os tipos e ao canto das cigarras. Uma moça veio nos receber. Ali moram ela, o filho, o pai e a mãe. Nessa casa o caminhão recolheu couve, cheiro verde, bertalha, cebolete, taioba, capim limão e hortelã. Entrei para conhecer a família. Me ofereceram doce de banana. Essa mulher me levou para conhecer a horta. Havia coentro, manjericão, rúcula, taioba, brócolis, fruta-pão, jabuticaba, trapoeraba, melão silvestre, jiló, cará, “peixinho da horta”, salsinha, bertalha, inhame, couve, cebolete, cebolinha, espinafre, chuchu, acelga, mamão, banana. Era muita variedade em um espaço muito pequeno de terra. “Mas aqui é assim, a gente aproveita todo o espaço que tem”, disse.

A conversa foi ainda mais rápida do que em outros lugares, mas tive tempo de pisar em um formigueiro. Me ofereceram jabuticaba e a moça me levou para conhecer a bucha vegetal que seu tio plantou e cresceu junto com a parreira. “Eu nunca vi bucha ficar desse tamanho”. Seu pai nos acompanhava. Sua mãe preparava a janta. Seu filho, uma criança de cerca de 10 anos, foi atrás de Paula para apanhar mais jabuticaba. A família vive no mesmo lugar há mais de 40 anos. “Deixo as plantas crescerem junto com as árvores, não tiro nada”, explicou a moça. Não anotei seus nomes e parti guiada apenas por uma primeira impressão e algumas imagens feitas na câmera.

Quando chegamos na casa de Maria, a quarta a nos receber, já havíamos conversado bastante. Jorge e Paula me queixaram da forma como as pessoas da cidade enxergam os agricultores, sobretudo os familiares. “Não há valorização”, disse Jorge. Ele chegou a essa conclusão depois de ver, inúmeras vezes, as pessoas nas feiras reclamando dos preços dos

orgânicos. “Dizem que é caro, mas nós provamos que não é”. E desenvolveu argumentos sobre a dificuldade de plantar, colher e comercializar, sobre os sacrifícios que faziam etc. “Você vê que as pessoas aqui não são ricas, todo mundo trabalha pesado”. Maria é uma dessas. “Se eu te contar minha vida, dá um livro. Você tem que ficar mais tempo aqui comigo”, convidou, assim que me conheceu. “Ela gosta de dar entrevista”, completou Paula. Maria e sua filha entregaram inúmeros molhos de brócolis, couve e couve flor. Ela ainda não tinha colhido toda a lista de produtos que deveria colher. Levaria no galpão até às 17h. Me disse que havia passado muita dificuldade tempos atrás, mas que... “graças ao orgânico”... e repetiu discurso semelhante ao que foi feito por Paulo Roberto, Alessandro e José Nilton (sem contar a família Carvalho). Eu precisava mesmo de mais idas ao Brejal e mais tempo para compreender tudo aquilo. Não consegui.

As próximas paradas foram em uma plantação de folhas muito miúdas e depois no Cafundó. Este último lugar é parte da fazenda de Celina Vargas arrendada por um produtor associado ao GP. De lá saiu o maior volume de hortaliças e legumes daquela tarde. Como se contasse um segredo, Jorge disse, em voz mais baixa, que por ali passou Bela Gil, apresentadora de programa de culinária na TV. “Ela e a equipe dela ficaram três dias aqui e interditaram tudo, eles até recolhiam a mercadoria para a gente, não deixavam a gente passar dessa porteira”. O lugar, de um frescor infinito, era a maior representação da Serra: alto, frio, cheiro de mato, muito mato. Ao lado da plantação, uma casa simples com uma antena parabólica compunha o cenário. Curioso como tudo faz parte da vida.

\*\*\*

O retorno ao galpão me produziu uma sensação de que aquela foi uma volta turística, um *tour* pelas plantações. Vi como plantam, como cuidam, como fazem crescer, como convivem com os bichos, como alimentam esses bichos, como esperam, como colhem, como lavam, como entregam para o caminhão. Senti o cheiro do esterco e da seiva, a picada do mosquito e da formiga, o sol forte na testa, a poeira nos olhos. Ouvi muitas vozes e um discurso uníssono. Havia conhecido o Brejal a partir da fruição. Era como se estivesse flanando, mas não estava. Estava a bordo de um caminhão que ia a 80 quilômetros por hora no terreno acidentado das serras de Petrópolis. Uma flanagem muito rápida que não me permitia aprofundar. Sequer pude anotar o nome das pessoas. Tentei compensar entrevistando Paulo Roberto (imagem 20), que se sentou na ponta de um tronco de árvore cortado ao meio e me contou parte de sua vida, com paciência e performance.

– Não sou bom de memória. Não sou desses de ficar olhando para trás. Às vezes nas conversas com meus irmãos, no sítio, acabamos lembrando de muita coisa. Mas a vida nossa aqui no campo sempre foi muito sofrida. Muita dificuldade. Fomos privados de muita coisa, inclusive de alimentos. Da nossa casa até a escola a gente andava quase uma hora e meia a pé. E o Brejal é um lugar que fica a 1200 metros de altitude, é um lugar frio, época de junho e julho fica um gelo aqui. Então a gente sofria demais. Na nossa infância. Eu sei que meus pais não tiveram estudo, nenhum dos dois, mas deram tudo o que puderam para a gente. [Se emociona]. Eu valorizo demais. O pouco que eles deram foi o suficiente para a gente ter um nome, para a gente ser o que é hoje. Minha mãe está com 80 anos e acho que ela está feliz hoje de ter os filhos que tem. Nós saímos da linha da pobreza e hoje olhamos para trás e vemos que tudo isso que está aí saiu da cabeça da gente, do nosso jeito de administrar e conduzir as coisas. E vejo que a semente que meus pais semearam é uma semente boa, já que nossa vida é a agricultura, né? Eu acredito muito no que a gente faz. Tudo o que a gente semeia, tudo o que a gente planta, tudo o que a gente cuida a gente colhe. Ora colhe com mais quantidade, com mais qualidade, mas para mim não importa. O importante é colher o que a gente semeou. Para mim a vida da gente é isso.

A saída de seu pai do sítio onde a família cresceu é o ponto conflituoso da narrativa de Paulo Roberto sobre si. E foi por meio deste fato que ele teceu não somente a sua história, mas também a do GP e a dos orgânicos na região. No tempo em que não esteve trabalhando como agricultor, foi contratado pela indústria de café, fez cursos sobre vendas, entrou para o mundo do *marketing*. Quando retornou, propôs aos conhecidos a formação da cooperativa. Segundo ele, o que o ajudou e também ajudou ao grupo foi, justamente, sua saída do Brejal na juventude.

– No tempo em que fiquei fora, trabalhei com vendas. E tinha um único produto para vender, que era pó de café de uma pequena torrefação de São José do Vale do Rio Preto. Não era só eu chegar em uma loja e dizer que o café era bom, tive de fazer um trabalho minucioso para poder introduzir um café novo com marca nova no mercado. Na época, eu lembro, fiz um trabalho em Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Itaboraí, Magé, parte de Friburgo. Então ali foi minha faculdade. Quando a gente começou com o grupo eu já tinha as duas experiências: a do campo, da roça, saber onde é o calo do agricultor; e a da comercialização, saber conversar com as pessoas, apresentar o produto. Aí as coisas foram se encaixando. Na época que meu pai vendeu o sítio e tive de sair daqui, saí chorando. Hoje, voltei sorrindo.

Impossível dissociar, em uma única “ida a campo”, as histórias de vida das propagandas da marca Brejal. Certamente, como disse Maria, eu deveria voltar mais vezes. Havia contradições ali, assim como em toda a face da terra, ainda que todos demonstrassem satisfação.

Enquanto esperava o momento da entrevista, acompanhei os trabalhadores no galpão e os ajudei a separar e embalar as folhas. Me chamaram para lanchar, fui. Havia pão com mortadela e suco em pó. Essa era uma contradição visível.

– Mas vocês produzem tanta coisa boa e tomam suco de laranja em pó? – Questionei a um dos rapazes que lanchava comigo.

– Sim. Não dá tempo de fazer suco natural – respondeu, sem constrangimento. E não havia mesmo porque sentir-se constrangido. É o trabalho.

Apesar da dificuldade de compreender tantas vidas em apenas um encontro, guardei um comentário de Paulo Roberto que me pareceu bastante emblemática para aquela tarde. Era, basicamente, um argumento para um futuro trailer: “Não permito que nossos agricultores sejam taxados de pobre-coitadinhos, eles são pequenos agricultores, mas são empreendedores do campo, são pessoas que têm seus sonhos realizados”.

Saí da sede do GP às 18h30, de carona com um casal que toda semana sai de Juiz de Fora para comprar alimentos no Brejal. Desci no distrito de Posse, peguei um ônibus para Itaipava, de lá tomei outra condução até a rodoviária de Petrópolis. O coletivo para o Rio de Janeiro sairia às 21h. Um pouco antes da meia noite cheguei na Rodoviária Novo Rio, de onde tomei a quinta condução até o bairro de Laranjeiras. Nesse trajeto de retorno, o cansaço físico e a explosão mental me fizeram concluir que, para além de qualquer julgamento, captar a face empresarial do Brejal foi importante. Era possível que o agricultor também quisesse fazer parte de um grande mercado, muito embora os setores militantes da agroecologia que se encontram na cidade ignorem esse fato.

### **Imagem 20 – o “empreendedor do campo” em seu universo**



Fonte: Acervo Pessoal

## 2.5. O “chamado” da Serra da Misericórdia

A Serra da Misericórdia é uma cadeia montanhosa com 43,9 km<sup>2</sup> de extensão<sup>46</sup>, 17 morros e pico de 249 metros de altitude<sup>47</sup>, localizada na zona Norte do Rio de Janeiro (imagem 21). Reconhecida como Área de Proteção Ambiental Urbana (APARU) pelo Decreto n° 19.144/2000, faz divisa com a Baía de Guanabara e os maciços da Tijuca, de Gericinó e da Pedra Branca, abrangendo 26 bairros<sup>48</sup>. Os rios que atravessam a Serra fazem parte da Microbacia da Baía de Guanabara e das sub-bacias dos rios Irajá, Ramos e Canal do Cunha, conforme dados oficiais<sup>49</sup>, todos em situação avançada de poluição.

**Imagem 21 – Delimitação da APARU Serra da Misericórdia**



Fonte: Verdejar Socioambiental <<https://www.verdejar.org/o-macico>>

---

<sup>46</sup> Essa medida varia conforme o estudo de relevo adotado ou o documento utilizado. Há textos que trabalham com a extensão de 35 km<sup>2</sup> (GUIA, 2016). Porém, aqui será considerado o que consta na Carta da Serra da Misericórdia, formulada em 2001 pelo movimento ambientalista formado na região. Disponível em: <<http://www.verdejar.org/carta-da-serra>> Acesso em 04 out. 2016.

<sup>47</sup> Conforme informações do Instituto Pereira Passos (IPP) em seu Armazém de Dados, tabela 499 - altitude dos morros, com a indicação dos maciços e serras a que pertencem (2004). Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>> Acesso em 05 out. 2016.

<sup>48</sup> Abolição, Bonsucesso, Brás de Pina, Cavalcante, Cascadura, Del Castilho, Engenho da Rainha, Higiênópolis, Honório Gurgel, Inhaúma, Irajá, Madureira, Olaria, Penha, Complexo do Alemão, Penha Circular, Piedade, Pílares, Ramos, Rocha Miranda, Tomas Coelho, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos e Vista Alegre.

<sup>49</sup> De acordo com o Mapa de Bacias e Sub-bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro, documento produzido pela Gerência de Cartografia do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) em 2004. Disponível em: <[http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1316\\_bacias%20e%20sub-bacias%20hidrogr%C3%A1ficas%20-%202004.JPG](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1316_bacias%20e%20sub-bacias%20hidrogr%C3%A1ficas%20-%202004.JPG)> Acesso em 4 out. 2016.

Uma série de injustiças sociais e ambientais foram cometidas nessa região, ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro, em razão “da subordinação” da área “aos interesses de acumulação do capital”, que a relegaram a “*locus* da reprodução de atividades industriais poluentes” (GUIA, 2016, p. 129). Até o início do século XX, havia na região duas grandes fazendas, as “freguesias” de Irajá e Inhaúma, que produziam alimentos para a cidade do Rio de Janeiro e faziam fronteira com outras freguesias urbanas, como a do Engenho Novo (SIMAS, 2007). Com a construção da estrada de ferro, no fim do século XIX, o local recebeu as primeiras fábricas de tijolos e passou a produzir materiais de construção.

Reformas urbanas realizadas entre 1903 e 1906 também contribuíram para mudar a configuração dessa região, que recebeu os chamados “usos sujos” (GUIA, 2016) do centro da cidade, passando a abrigar, além das atividades agrícola e industrial, criatórios de animais, pastos, abatedouros e curtumes. Foi na primeira metade do século XX, também, que parte das favelas se constituíram nas encostas dos morros. Em decorrência de uma política de remoção de famílias para a construção de novas vias e para a “revitalização” de áreas centrais, pessoas que já viviam em condições precárias em bairros como Saúde, Caju e São Cristóvão, foram expulsas de suas casas e ocuparam as bordas da Serra.

Em 1930, os bairros suburbanos eram os mais populosos da cidade e não havia qualquer preocupação por parte do poder público em implantar políticas de abastecimento, saneamento, pavimentação, moradia, transporte etc. A atuação do Estado se limitava ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) do Distrito Federal, que drenava margens de rios e áreas inundadas com a finalidade de liberar espaço para a instalação de indústrias. De acordo com as observações do pesquisador e ativista Eric da Guia, esse é o início da transformação da Serra da Misericórdia em “zona de sacrifício” (GUIA, 2016, p. 130).

Capítulo importante nessa história é o da mineração, iniciada na Serra da Misericórdia na década de 1940, quando dezenas de empresas se instalaram em pequenos sítios (alguns irregulares) para extrair diversos tipos de pedra para uso na construção civil. Atualmente, três empresas atuam dentro da APARU. Uma delas é a transnacional LafargeHolcim, dona da marca Cimento Mauá desde 1979 e responsável por fornecer a matéria-prima utilizada nas obras dos megaeventos de 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Olimpíadas).

O negócio das pedreiras modificou intensamente a paisagem local, aterrando nascentes, devastando a mata nativa e destruindo morros inteiros. No curso de mais de 70 anos de exploração do território, as consequências para a população local, diretamente, são a poluição do ar (por meio da emissão de fragmentos de pedras), a poeira e o barulho, provenientes de detonações de rochas, e o abalo às edificações do entorno (SIMAS, 2007). No Complexo do

Alemão, por exemplo, mais de 33% dos moradores afirmam ter rachaduras em suas casas (GUIA, 2016).

Além da mineração, é possível destacar os seguintes usos da Serra: o narcotráfico, a criação de animais por moradores das favelas, a circulação de grupos religiosos pela mata, a moradia (regulada ou não pelo Estado) e a atuação dos ativistas socioambientais. Ana Paula Santos e Marcelo Silva, feirantes em Olaria, integram os dois últimos grupos. Eles chegaram em 2011, para uma atividade cultural no Parque Proletário do Grotão. Em pouco tempo, mudaram a vida por completo.

\*\*\*

O movimento socioambiental na Serra da Misericórdia teve início na década de 1990, entre outros fatores, pela chegada à região de Luiz Poeta, personagem importante para a história do lugar. Ele fundou, em 1997, o grupo Verdejar Socioambiental, situado no bairro do Engenho da Rainha, e passou a dialogar com outros coletivos e entidades sobre a manutenção da vida em um território deveras marcado pela exploração e pela violência. Na verdade, a atuação de Poeta coincidiu com o despertar do olhar da sociedade civil para as questões ambientais e urbanas, acirradas no mundo devido ao desgaste de um modelo de desenvolvimento. Em 1999, foi formado o “Grupão da Serra da Misericórdia”<sup>50</sup> que realizou um seminário sobre o território e passou a pressionar por sua demarcação e transformação em Unidade de Conservação.

Foi redigida, em 2001, uma carta que apresentou pela primeira vez um histórico da região, detalhando os seus problemas e destacando 26 ações necessárias para que a Serra fosse reconhecida, preservada, reflorestada, bem como para que sua população fosse atendida<sup>51</sup>. A carta sugeriu ao poder público, por exemplo, a desativação total das pedreiras; uma cobrança de passivo ambiental às mineradoras; recuperação de áreas degradadas e espaços públicos abandonados; arborização de ruas; incentivo à cultura local; fomento à coleta seletiva de lixo, entre outros pontos.

Na mesma ocasião, os grupos incorporaram às suas atuações a preocupação de proteger o território da ocupação desordenada e do avanço de empreendimentos em áreas verdes. Assim teve início o trabalho com a agroecologia, entendido pelos ativistas como forma de ocupar o

---

<sup>50</sup> Formado por: Organizações Não Governamentais Verdejar, Os Verdes e Bicuda Ecológica; Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema); Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina da Fundação Oswaldo Cruz (Cepel/Fiocruz); Centro de Saúde da Mulher da Penha (Cresan); e associações de moradores dos complexos do Alemão e da Penha (Simas, 2007).

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://www.verdejar.org/carta-da-serra>> Acesso em: 06 out. 2016

território e ao mesmo tempo de envolver a população. Um ano antes, um decreto municipal criou a APARU, mas não chegou a regulamentá-la. Além disso, não foi feito um Plano de Manejo e sequer foi instituído um Conselho Gestor próprios para o lugar.

Em 17 anos, alguns grupos arrefeceram, outros foram criados. O pioneiro Verdejar Socioambiental perdeu Luiz Poeta para um câncer, mas seguiu com suas atividades, incorporando pesquisadores, artistas, comunicadores populares e curiosos. Ana e Marcelo, que também tiveram contato com Luiz Poeta e ainda hoje são parceiros do Verdejar, chegaram à Serra da Misericórdia em 2011, atraídos por um colega que desejava produzir um filme com os moradores do Complexo do Alemão.

Até então, eles nunca tinham feito algo relacionado à terra. Ele, 42 anos, foi criado em Irajá, trabalhou 16 anos na área da Computação, estudou Filosofia e Psicologia por conta própria, seguiu por dois anos no curso de Cinema e, conforme me contou, sentia “um vazio” impossível de entender. Ela, 36, cresceu em Nilópolis, desde muito jovem atuou como “explicadora” na Baixada Fluminense, ensinou as irmãs e as sobrinhas a ler e escrever, foi arrimo de sua família, alimentou sempre o sonho de ser professora, mas acabou trabalhando com finanças. Foi gerente de restaurante, administradora de clínica, caixa de lanchonete e contadora de galeria de arte, mas sentia a mesma incompletude descrita por Marcelo. Por ocasião de uma primeira visita ao Grotão, ambos se encantaram e resolveram ficar.

O casal se juntou a um grupo de artistas que se fixava na sede de uma pedreira abandonada. Havia uma casa no lugar, alugada por um pastor de uma igreja evangélica. Incorporados a esse coletivo, de mais ou menos sete pessoas, Ana e Marcelo montaram uma produtora de vídeo, se inscreveram em editais públicos de fomento e começaram a realizar atividades culturais na região. Decidiram se mudar para a Serra e por um ano ficaram à procura de uma casa para morar, até encontrar o lugar onde vivem, no meio da mata, mais próximo ao Complexo do Alemão.

– O CEM nasceu nesse momento, de muitas culturas. A gente tentou abraçar várias iniciativas: o grafite, a reciclagem, o teatro. Em 2011, nós fizemos dois eventos no Grotão e trouxemos várias iniciativas de parceiros: grafite, história em quadrinhos, roda de leitura, moda sustentável, estamparia etc. Os moradores nos olhavam de um jeito desconfiado, pensando que a gente iria sumir. Eu me senti um intruso. Nessa época, tínhamos apoio de editais, mas depois acabou. O projeto foi minguando. As pessoas tinham filhos e responsabilidades. O CEM se esvaziou – narrou Marcelo.

A partir do momento em que os artistas deixaram o local, Marcelo e Ana se aproximaram dos ambientalistas. Em um mutirão realizado na sede do Verdejar, Marcelo decidiu iniciar um processo de autoformação.

– O meio ambiente precisa muito de mão de obra. Eu fui ajudar e isso acabou me seduzindo. Mudei tudo para ficar só na Serra. Sempre fui revolucionário, sempre foi das coisas me incomodarem, e vi que a alimentação é a coisa básica da revolução. Se houver uma revolução, essa deve começar pela alimentação. Um bom soldado só existe se estiver bem alimentado, do saber e da comida – defendeu Marcelo.

Nesse período de reestruturação, Rafael Cevitanes Maia, rapaz nascido e criado na Penha que também aprendeu sobre agroecologia com Luiz Poeta, se aproximou. No local onde está instalado atualmente o CEM, havia um prédio abandonado, mato colonial e algumas espécies nativas. Marcelo e Rafael foram, aos poucos, preparando o solo, localizando sementes, produzindo mudas, planejando a recuperação daquela área. Em 2015, fizeram três mutirões de limpeza e plantação. Começou a crescer, assim, uma agrofloresta. E Ana, que nunca abandonou completamente o trabalho com finanças, foi encontrando tempos e modos de estar junto.

– Quando fundamos o CEM eu me vi assim: não sei pintar, não sei tocar, não sei cantar... E aí, estamos em um espaço cultural, como vai ser? Então comecei a produzir os artistas e educadores. Comecei a fechar trabalhos em escolas da região. Isso me despertou aquele sentimento antigo de querer trabalhar como educadora. Todas as pessoas envolvidas nos projetos de grafite que foram feitos na escola Bernardo de Vasconcelos eram pessoas consideradas marginais na sociedade e hoje são reconhecidos na comunidade. Então eu fiquei muito entusiasmada com isso. Consegui de novo me ver com os meus sonhos. Em 2012, os projetos acabaram e as pessoas sumiram. Me vi tendo que fazer muita coisa em um espaço muito grande, para poder sobreviver, pois já tinha entrado de cabeça aqui. Assim cheguei na terra. Foi pela necessidade. Não posso dizer que me encantei de imediato. O máximo que eu tinha de contato com a terra era que a minha avó criava galinhas e cultivava frutas em seu quintal. Comecei a ajudar no viveiro de mudas, regando. Duas horinhas só por semana, depois por dia. Hoje tenho uma função que é cuidar do viveiro e recolher as plantas que vão para a feira – relatou Ana.

Uma vez envolvidos com o cultivo, Marcelo, Ana e Rafael se aproximaram dos grupos de agroecologia que existem no Rio de Janeiro. O primeiro deles foi a Rede CAU, que lhes apresentou Teo Cordeiro e Rafael Carvalho, bem como o universo das feiras, em especial a Feira Orgânica da Leopoldina, outros coletivos, o grupo de mulheres de Vargem Grande e a AS.PTA, além de inúmeros ativistas que depois se tornariam parceiros. “A Rede CAU foi um

abraço na gente”, disse Ana. Foi pela Rede CAU que o casal conquistou a certificação de produção orgânica, entrou para o Conselho Regional de Segurança Alimentar e fez inúmeras parcerias a partir de 2015.

O CEM (imagem 22) se define como uma “organização de intervenção socioambiental, artística e cultural não governamental”<sup>52</sup>. Possui dois membros fixos, Ana e Marcelo, e uma dezena de colaboradores e apoiadores. Além da agrofloresta que tenta manter, o CEM realiza vivências agroecológicas e ministra oficinas de plantio de mudas, música, dança, culinária, teatro, entre outras, para jovens residentes em seu entorno. O volume de atividades cresce conforme a quantidade de parceiros envolvidos. Os primeiros artistas foram embora, mas outros chegaram e ainda chegam. A rotatividade é bem alta por ali. Ana, Marcelo e outras pessoas que passam pela Serra costuma dizer que receberam um “chamado”. É uma visão mística do lugar, mas que representa bem o que eles sentiram quando decidiram subir o morro: uma espécie de arrebatamento.

#### **Imagem 22 – Entrada do CEM no Parque Proletário do Grotão**



Fonte: Acervo Pessoal

\*\*\*

Conheci Ana e Marcelo em 2014, quando o casal ainda participava como convidado da Feira Orgânica da Leopoldina e levava algumas ervas medicinais, frutas da estação e plantas alimentícias para expor – quiçá vender – na banca da PermaRio, montada uma vez por mês

---

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://grupo-cem.tumblr.com/O%20CEM>> Acesso em 3 nov. 2016

durante o evento da Leopoldina Orgânica. Conversávamos pouco, até o dia em que Marcelo me perguntou: “conhece a chaya?”. Imediatamente, me entregou um panfleto impresso em uma copiadora da Penha, produzido por ele e por sua companheira, com informações fornecidas por uma nutricionista que Ana conheceu na feira. “Pode levar para você ler”. Eles vendiam o molho de uma folha verde escura com formato de estrela a R\$ 3,00 e indicavam como fazer em casa. “Pode refogar ou ferver”. No verso do papel A4 havia o e-mail e o telefone do CEM. Na frente, uma lauda de texto um tanto apagado indicava as propriedades e as qualidades da planta.

Chaya, *Cnidoscolus aconitifolius*, é uma hortaliça arbórea de crescimento espontâneo, sobretudo em espaços onde há sol e água em abundância, temperatura média de 25° C e altitude variando entre 0 e 1000 metros acima do nível do mar. Cultivada em países da América Central e do Sul, sua estrutura pode chegar a até seis metros de altura, o que lhe fez ganhar um apelido: “espinafre de árvore”. Suas folhas fartas e intensamente verdes possuem certa semelhança à folha da mandioca e contém ácido hidrocianídrico, que em excesso pode ser tóxico para o ser humano. Por conta disso, Marcelo e Ana sempre davam ênfase em como fazer a chaya em casa. “Jamais crua, como salada”, diziam.

O panfleto explicava que, de modo geral, as folhas da chaya são mais ricas em ferro do que o espinafre, são boa fonte de potássio e cálcio, fartas em proteínas, fibras, vitamina C e caroteno. Além disso, seus nutrientes são fornecidos em níveis três vezes maiores do que os encontrados na maioria dos vegetais de folhas verdes. Sem contar as propriedades medicinais e seu potencial de evitar inflamações, disfunções hepáticas, descontroles hormonais etc. “A chaya é um superalimento”, reforçava Ana, ao conversar com as pessoas. Em um ano, mais ou menos, a planta já era um dos atrativos da feira.

Passei a acompanhar as trajetórias da chaya. Ela saía da Serra da Misericórdia rumo a Olaria e de lá partia para os mais diversos cantos. Isso, aos poucos, foi me chamando a atenção. Ana sempre me contava dos novos grupos que fez contato e das situações inusitadas que viveu porque levou a planta a determinado lugar, para as pessoas conhecerem e experimentarem. Chaya foi para muitas residências, quintais e varandas, em forma de muda. Foi também para a Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek (ETECJK), localizada no Jardim América, onde deu início a uma horta, que depois rendeu muitos pratos no refeitório. Foi para um assentamento da reforma agrária em Corumbá de Goiás, município a 130 km de Brasília, onde depois se teve notícia de que a planta cresceu e foi multiplicada em outros quintais.

\*\*\*

“Já é hora de você subir a serra, Patrícia”, insistiu Ana, em junho de 2015, depois de alguns convites feitos. De fato, era. A conversa na feira já estava repetitiva. Mas, pude ir somente em novembro. Na ocasião, o CEM realizaria uma reunião sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs). Eu não sabia do que se tratava, fui para conferir. Zelinha, a culinária da “barraca da conversa”, que acabara de fazer um curso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sobre o assunto, se interessou em ir junto e me explicou, com suas palavras: “Pancs são aquelas plantas que você pode comer, mas não sabe que pode, não conhece, pensa que é mato. É muita variedade”.

Saí do centro da cidade em uma terça-feira, por volta das 7h. Tomei um ônibus 007 na Rua Mem de Sá, Lapa, até a Central do Brasil e ao chegar na Supervia adentrei a plataforma 12, com destino a Gramacho. Peguei o contrafluxo de passageiros. Percorri seis estações, mais ou menos, até saltar na Penha. Saí pelo lado esquerdo do trem, com caminho para a Rua José Maurício, quase em frente ao Parque Shangai. Encontrei Zelinha em seguida, cheia de sacolas nas mãos. Levava mantimentos para nosso almoço e também um livro muito robusto, pesado, difícil de carregar, que ela estava a chamar de “bíblia das Pancs”. O título do livro era “Plantas alimentícias não convencionais no Brasil” e a autoria era de Valdely Ferreira Kinupp, professor do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Ele foi o responsável por dar o curso sobre Pancs na Rural e, portanto, o disparador daquele entusiasmo que Zelinha estava vivendo. Na mesma calçada esperamos o ônibus 679 para completar o trajeto. Seguimos pela Penha até o Parque Proletário do Grotão. Descemos no ponto final.

O ônibus parou na esquina da Rua Angra dos Reis. Reconheci o logradouro, era onde Marcelo disse que deveríamos seguir reto, até o fim. Passamos por uma mercearia e por um bar, casas construídas de todos os modos, com fachadas em azulejo verde, ladrilho marrom, tinta fresca branca, portão azul, algumas com plantas na porta, outras com animais. Não era uma ladeira íngreme e a caminhada com Zelinha ia bem devagar, de modo que não nos sentíamos ofegantes. Quanto mais caminhávamos, mais tinha a impressão de que estava em uma cidade do interior de Goiás. Alguma coisa ali me era familiar. Tive a sensação de que não queria chegar, queria apenas estar naquele trajeto.

Na porta do CEM havia um muro pintado com tintas de spray, apresentando as iniciais da Ong forjadas em cores cintilantes de uma arte-grafite. Ao lado, uma placa branca levemente carcomida pelo tempo fazia a recepção: “Bem-vindos à Serra da Misericórdia”. No canto direito do muro havia um pequeno portão aberto, convidativo. Olhei para cima e avistei um morro de árvores e pedras, além de alguns metros para subir pelos degraus de uma escada. Na medida em que adentrávamos, a paisagem se modificava, ganhávamos frescor e sombra – o que não

havia no asfalto. Me deparei com um prédio de três pisos pouco simétricos, construídos em meio a um terreno acidentado. No primeiro nível, janelas e portas fechadas, com uma fina teia de aranha se formando na parede deram sinais de que aqueles cômodos não estavam sendo usados. Ana saiu dos fundos, nos abraçou e pediu que continuássemos subindo, pois ela estava na cozinha, preparando um café. No segundo piso, havia um alpendre e uma entrada para três outros cômodos que estavam ocupados com dois computadores antigos, um sofá, uma cama, uma estante, cadeiras, mesa dobrável e algumas caixas de miudezas. Era ali o escritório do CEM. Subindo uma rampa, estávamos no terceiro piso, formado por um grande galpão recém-reformado, um banheiro, um espelho, e uma área de terra vermelha já totalmente coberta pela mata e protegida em suas bordas por antigos pneus de carros transformados em repositórios de mudas.

A paisagem, em poucos minutos, se transformou. Dali de cima podíamos ver, em primeiro plano, uma variedade de plantas de todas as espécies e todos os tamanhos e, em segundo plano, as casas do Grotão e da Chatuba, formando ondas com suas lajes, telhas e caixas d'água (imagem 23). Um galo ciscava aqui perto, dois cavalos pastavam longe. Um cachorro vira-latas de médio porte dormia sossegado por entre formigas, outro bem maior circulava atento entre as visitas. Senti em toda a superfície da pele a mudança de ambiente, o cheiro do orvalho, a textura dos troncos de árvore, o movimento das formigas em seu caminho. O silêncio que fazia lá em cima era reconfortante. E quando os pássaros ou as galinhas iniciavam a cantoria, era bonito. Chegou Marcelo, descalço, camiseta rasgada e calça suja de terra. Convidou-nos para dar uma volta pela mata.

Saiu na frente, guiando-nos por uma trilha já formada que em algumas partes apresentava dificuldades. Batia as mãos nos galhos das árvores de modo a afastá-los e, assim, refazer os caminhos para que passássemos. O espaço plantado, que é de menos de um hectare, tinha ipê-azul, cajá-manga, feijão de porco, banana, alfavaca, erva cidreira, quaresmeira, inhame, acerola, mamão, abóbora, açaí, ingá, jequitibá, jatobá e tantas outras espécies. As chayas, da altura de uma pessoa adulta, se misturavam às folhas de mandioca, que se agarravam ao limoeiro, que encostava na laranja-lima, que dividia o chão com a aroeira. E ele dizia: “Aroeira, que tem de monte aqui na Serra, lá fora é vendida por um preço que você nem imagina”. Estava dada a convivência naquele fragmento de floresta (imagem 24).

Marcelo nos mostrou ainda o viveiro de mudas, onde outra sorte de novas plantas – de ervas a hortaliças – vinha surgindo, o criatório das galinhas e o sistema improvisado de captação e distribuição da água. Este, vem de uma bomba controlada pelos “donos do morro” e, portanto, tem um custo mensal. Nesse instante, além de Zelinha e eu, passaram a acompanhar a

apresentação de Marcelo mais duas pessoas: Daiane Evangelista e Nádia Milena, respectivamente, professora e estudante da ETECJK, que também entravam no CEM pela primeira vez. Puxei conversa para saber como chegaram ali e Daiane me contou que Ana havia estado na ETECJK semanas antes, durante uma feira de ciências. “Ela nos mostrou a chaya e apresentou a ideia das Pancs, gostamos muito”.

**Imagem 23 – vista do pátio do CEM, no Grotão/Penha**



Fonte: Acervo pessoal.

**Imagem 24 – Espécies que convivem e sobrevivem na área da antiga pedreira**



Fonte: Acervo pessoal

Por pouco tempo esqueci o motivo da minha visita, mas, assim que chegaram dois rapazes de nome Diego Costa e Adriano Didonet, retomei a consciência. Encerramos a caminhada e descemos até o pátio do segundo piso para recebê-los. O primeiro é formado em Desenho Industrial e desenvolvia na ocasião sua pesquisa de mestrado, que teve o CEM como espaço de observação. O segundo é agrônomo, recém-chegado de Manaus, também estudante de mestrado, convidado por Diego para apresentar ao grupo o que vem estudando sobre Pancs. Adriano carregava consigo uma grande sacola de pano contendo sementes, folhas, galhos e mudas diversas. Por fim, chegaram Zolmir, integrante do Verdejar Socioambiental, Rafael, que já estava no espaço, cuidando de outros afazeres, e Cláudio, Sinara e Cauê, vizinhos do Grotão. Grupo formado, estávamos prontos para começar.

Ana trouxe café, chá de hibisco, inhame e milho cozidos, água. Zelinha tirou da bolsa os biscoitos de semente de linhaça que fez em casa e a geleia de umbu que sua irmã trouxe da Bahia. Tivemos um café da manhã farto por volta das 10h. Nos reunimos em círculo, sentados em bancos de madeira e cadeiras de plástico, nos apresentamos. Estimulados por um movimento de resgate das culturas alimentares que caminha contra o reducionismo da monocultura, Adriano e Diego iniciaram a parte “técnica” do encontro – por assim dizer –, explicando o que eram Pancs e porque haviam se interessado pelo tema (imagem 25).

Adriano fez estágio com o pesquisador Valdely Kinupp em Manaus (lembra do livro que Zelinha tinha nas mãos?), e com ele aprendeu que 20% da flora do planeta, com toda a sua constituição, têm algo a oferecer ao ser humano. Sementes, raízes, caules, folhas, frutos, flores são fontes nutricionais e terapêuticas que nossas culturas não estão acostumadas a usufruir. Kinupp foi quem passou a usar o termo Panc no Brasil. Ele fez um aprofundado levantamento e encontrou milhares de espécies que, a depender de cada região, ora são familiares na cozinha, como o jambu, ora são tidas como “exóticas”, como a própria chaya. Adriano, ao ter contato com esse universo, recebeu o seu “chamado” e se empenhou em identificar as propriedades de cada planta supostamente desconhecida. “Na verdade, não é que são desconhecidas. O conhecimento sobre elas é que está se perdendo”, explicou o rapaz.

A partir dessa introdução, o grupo concordou que o trabalho da ocasião seria, então, o de conhecer e reconhecer a flora. Foi assim que vi e provei, pela primeira vez, caruru, cariru, palma forrageira, folha da fortuna, ararutão, hortelã-pimenta, uma fruta vermelha semelhante à cereja, de nome grumixama, araçá e vinagreira. Além disso, pude me reencontrar com a taioba, o ingá e o jatobá, muito comuns no Cerrado, e experimentar outra vez a *ora-pro-nobis*, vendida nas feiras do Rio. A cada item retirado da bolsa, um universo. E Adriano ia pacientemente

detalhando a composição e as possíveis aplicações. “Muitas são nutraceuticas, ou seja, acumulam propriedades nutritivas e farmacêuticas”, afirmou Adriano.

### **Imagem 25 – Registro do 1º encontro sobre Pancs na Serra da Misericórdia**



Fonte: Acervo pessoal.

Em meio à diversidade e à especificidade das plantas, Marcelo lembrou que na Rede CAU as Pancs são chamadas de “espontâneas” pelo fato de, na maioria das vezes, terem fácil adaptação ao solo. “É verdade, às vezes você as encontra até nas calçadas”, concordou Adriano. E então Nádia Milena lançou um questionamento: “Se são tantas e se multiplicam com tanta facilidade, por que não as conhecemos?”. Essa simples pergunta gerou todo um debate que durou mais de uma hora. Afinal, será que não conhecemos? Ou, paulatinamente, esse conhecimento é desqualificado e retirado de nós?

Diego lembrou da *ora-pro-nobis*, por exemplo, muito consumida em Minas Gerais. Esta planta, apesar de atualmente ter sido raptada pelos restaurantes *gourmets* da orla da praia, é chamada de “carne de pobre” e associada a situações de miséria e fome. Em muitos quintais, foi o que sempre esteve à disposição. Cláudio concordou com Diego, apontando para o caruru: “já comi muito essa planta aqui, tinha na casa da minha mãe. E é verdade, a gente não tinha nada para comer, só isso. Hoje não como mais”. Ao que Diego arrematou: “existe todo um apelo da indústria para consumirmos determinados alimentos em detrimento de outros, como podemos combater isso?”.

A ânsia do grupo, notei, não era somente por conhecer as propriedades das plantas. Havia uma vontade de disputar o acesso ao alimento e contribuir para algum tipo de transformação local. Afinal, algo deveria estar muito disparatado no mundo – suspeitaram as pessoas, naquela conversa – para que tantas espécies da flora fossem tão solenemente ignoradas enquanto milhares de pessoas passam fome no mundo. Nesse sentido é que as Pancs foram vistas como “plantas democráticas”, fáceis de nascer e de se reproduzir. Mas, como torná-las populares? Ou como explicar a importância do caruru ou da *ora-pro-nobis* para quem simplesmente não quer mais porque retoma uma memória de sofrimento? E como fazer com que aquelas informações acumuladas por Adriano e Diego, por exemplo, a respeito dos valores nutritivos das espécies, fossem passadas adiante? Como evitar o sequestro simbólico das Pancs pela própria indústria de alimentos e pelo mercado da alimentação de elite, fetichizada, “gourmetizada”? Todas essas questões surgiram e ficaram sem resposta durante aquela conversa. O que foi bom.

Aquele encontro teve como objetivo iniciar uma rede de produtores de Pancs na Serra da Misericórdia. Mas, antes disso, foi um catalizador de angústias e desejos. Diego e Adriano tiveram a ideia, Ana, Marcelo e Rafael abraçaram sem pestanejar: eles estavam decididos a entrar nesse “ramo” da agricultura para “democratizar” o acesso à alimentação. “Muita gente não tem o que comer e não sabe identificar as plantas que crescem no próprio quintal”, opinou Diego. Nasceu assim uma utopia, uma vontade de lutar. E o CEM, que se reestruturava desde 2014, tinha mais uma contribuição à sua identidade.

Nesse sentido, o grupo decidiu realizar mais encontros, estudar o tema, produzir panfletos para distribuir na feira de Olaria, promover oficinas de culinária, organizar horta e viveiro de mudas em espaços como escolas e terrenos de outros coletivos etc. O CEM, o Verdejar e a ETECJK seriam as “bases” da militância.

Ana, Marcelo e Rafael insistiram muito na importância de mostrar aos moradores da favela do Grotão que era possível uma alimentação saudável, nutritiva e barata. Rafael sugeriu que mais almoços fossem feitos na sede do CEM, convidando os vizinhos e, sobretudo, os jovens para experimentar. Chegamos a conversar, ainda, sobre a possibilidade de realizarmos, em médio ou longo prazo, um mapeamento dos possíveis agricultores da região, uma vez que no bairro da Penha há várias hortas em quintais, espaços públicos, ocupações e em terrenos arrendados.

A comunicação a todo momento surgia como “tema” das conversas. Vinha da vontade do grupo de promover atividades que os fizessem seguir com seus propósitos ou do simples fato de ali estarem juntos, trocando experiências, desejos, ideias e sabores. Crescia, também,

nos discursos das pessoas, travestida de “divulgação”, “transmissão”, “troca de informação”, “difusão”, “estratégia”, “disputa”. Brotava de forma heterogênea. Perceber isso foi o meu “chamado”. Senti que deveria estar com eles naquela luta que não era convencional. Não era ação direta em manifestação. Não era articulação partidária ou sindical. Era apenas uma vontade de fazer, plantar, colher, comer e conversar.

De imediato, um grupo surgira no Whatsapp e uma segunda reunião fora marcada para janeiro de 2016. Na hora do almoço, o cardápio foi: salada de abacate com trevo, salsa, cebola e flor de cosmos temperada com limão e azeite; arroz com caruru; feijão com chaya; ovo com *ora-pro-nobis* e jaca frita. Todos aprovaram a “mistura”, preparada por Marcelo. Enquanto almoçávamos, outros jovens da vizinhança chegaram para experimentar. Passamos ali ainda uma boa parte da tarde, lavamos os pratos, fizemos planos para o futuro. Zelinha se mostrou entusiasmada a ensinar as pessoas a cozinhareem com as Pancs. Daiane e Nádia ficaram incumbidas de levar para a ETECJK a ideia da horta. Os olhos de Ana brilhavam tanto...

\*\*\*

Os olhos pretos de Ana brilham sempre que ela percebe um movimento de vida, qualquer que seja ele: do caule de uma futura jabuticabeira que cresce no viveiro de mudas até um empreendimento social da envergadura de uma “rede de produtores de Pancs” em vias de acontecer. A expectativa de que as coisas aconteçam a deixa animada e a faz “correr atrás”, produzir acontecimentos. Essa é uma característica forte de minha interlocutora. Ela é uma moça atenta, sensível, catalizadora de energias. Tem facilidade para conversar e costurar conversas. O que ela fez naquele novembro de 2015 foi cruzar objetivos de vida, levando pessoas de diferentes universos para um encontro sobre um assunto de suma importância para uns, desconhecido para outros. Ela fez isso pelo CEM, que precisava de mais parceiros para seguir com sua reestruturação, mas também por si mesma, por sentir necessidade de estar junto com o outro. Conscientemente ou não, seus olhos brilhavam tanto naquele dia porque ela sentiu que soube aproveitar uma oportunidade. Se a rede iria adiante, se seria formada e efetivada ou não, isso não dependia dela. Dependia, mais, dos movimentos da vida.

O ano de 2016 começou quente e ensolarado. Em conversas via Whatsapp, marcamos mais uma reunião. Planejamos para fevereiro uma vivência agroecológica mais completa, que teria a função de atrair público e sensibilizar para o tema das Pancs. A programação seria formada por uma caminhada pela mata, uma oficina de suco verde ministrada por Zelinha, café da manhã e almoço, inauguração de uma biblioteca, outras atividades que as pessoas quisessem

propor. Fiquei com a função de filmar o evento, para que depois Marcelo editasse o material e o convertesse em produto de divulgação das Pancs e do CEM. O evento foi realizado logo depois do carnaval, ao final de fevereiro. Cerca de 30 pessoas compareceram, entre frequentadores da Feira Orgânica da Leopoldina, amigos, apoiadores do CEM e vizinhos do Grotão.

No mês de março, tentamos nos reunir novamente, mas alguns contratemplos fizeram com que parte do grupo se dissolvesse. Daiane e Nádia, assim como Caroline, outra professora da ETEJK que também havia sido “adicionada” ao grupo do Whatsapp, por exemplo, estavam com as atenções voltadas à greve dos professores da rede estadual de educação. Diego estava na fase final de sua dissertação e, portanto, com as atenções direcionadas integralmente à sua escrita. Adriano estava voltado à criação de uma feira agroecológica em Macaé, onde vive, e sem condições financeiras de ir ao Rio com frequência. Zelinha seguia ministrando oficinas na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e também em locais particulares.

De março em diante, as reuniões foram simplesmente deixando de acontecer e a ideia de rede fora perdendo forças. Ainda assim, algumas ações que havíamos listado foram viabilizadas. Por exemplo, Diego fez uma proposta de design para os panfletos que seriam distribuídos na feira, contendo as informações nutricionais e farmacêuticas dos alimentos. E Ana, Marcelo e Rafael intensificaram suas conversas com os fregueses. Maria, uma psicóloga que se aproximou do CEM a partir do segundo semestre, levou adiante a identificação das pessoas que plantam ou se interessam por plantar no Grotão.

Ao longo de 2016 o CEM passou por várias transformações no que diz respeito à sua atuação. A produção da chaya aumentou e começou a ser vendida também na lista de compras coletivas de um grupo de consumidores conhecido como Rede Ecológica<sup>53</sup>. Um terceiro mercado também entrou para a lista de tarefas do CEM: a Feira Agroecológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), inaugurada em outubro de 2016.

\*\*\*

---

<sup>53</sup> A Rede Ecológica se apresenta como um movimento social. Foi criada na Urca, em 2001, com o objetivo de incentivar o consumo consciente – “ético, solidário e ecológico” – no Rio de Janeiro e contribuir para a produção de agricultores familiares do estado. Atualmente, é composta por diversos núcleos espalhados pela capital e por municípios da Baixada Fluminense que, além da lista de compras, se divide em tarefas como: “reaproveitamento de embalagens, agroturismo, representação em campanhas, grupos de trabalho e organizações envolvidas com as temáticas de segurança alimentar, agricultura urbana, agroecologia e economia solidária”. Informações disponíveis em: <<http://redeecologicario.org/>> Acesso em: 23 de mai. De 2016.

Independentemente das reuniões e das redes, continuei frequentando o CEM e mantendo diálogos com seus integrantes. Passada a euforia das Pancs, passei tardes no Grotão que me possibilitaram conhecer melhor a rotina do lugar. Uma tarde marcante foi quando da entrevista com Marcelo e Ana, realizada em março de 2016.

Cheguei às 13h, horário marcado. Ana não estava. Rafael, com a ajuda do vizinho Cláudio, capinava uma parte do terreno cujo mato avançava. Marcelo se recuperava de uma virose, tinha os olhos fundos e o corpo cansado, mas conseguiu me receber. Sentado em uma cadeira de madeira, pintada de branco, descalço, vestido com bermuda jeans e camiseta cinza, tinha consigo um prato de comida nas mãos. Ele ia almoçar. Me ofereceu. Agradei. Seguimos a conversar amenidades enquanto ele fazia sua refeição. Sentei-me em um banco azul, ao lado de uma lona pintada de verde e amarelo que a chuva derrubou. Fiquei olhando o horizonte e cheguei a comentar com Marcelo que gostava de estar ali, me sentia tranquila.

– Entendo seu sentimento, também o tenho. Mas tranquilo aqui não é.

Assim que Marcelo teceu seu comentário, entre uma garfada e outra do quibe vegetariano que fez, pude ouvir uma rajada de tiros, longe. Depois, outra mais perto. Um estalado seco, duro. O cachorro Sião, deitado em frente ao dono, não se movia, dormindo sem espanto. Marcelo demorava para mastigar e engolir o alimento. Tinha a feição abstrata que costuma apresentar. E em meio a nosso silêncio, mais tiros. Tentei conter meu espanto. Mas diante da aparência de normalidade de Marcelo e Sião, me apavorava ainda mais.

– O que está acontecendo?

– Operação policial. Começou.

Marcelo deixou o prato. Uma formiga passou miúda atrás de seus pés, carregando uma folha. Ali de cima tínhamos a sensação de estar em outro tempo. Lá embaixo, o tiroteio parecia mais perto. As marcas sonoras se faziam menos opacas, mais altas. Como eu não havia percebido isso antes? Ao descer do ônibus, na Rua Angra dos Reis, caminhei segura por saber onde estava. E não vi qualquer movimento dessa operação.

– É assim mesmo, acontece de repente.

Cláudio e Rafael, em uma pausa do trabalho, sentaram conosco e me explicaram que cada som tinha um significado. A depender do estalo, do ruído ou do eco produzido, era possível inferir o tipo de arma e de munição utilizados, bem como em que favela o tiroteio acontecia. Aquele som mais agudo, por exemplo, poderia ser na Chatuba, onde há uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O tiroteio se transformava em um código que exigia observação e constância para ser decifrado. Uma vez decifrado, esse código gerava outros que se transformavam em convenção. Ou seja, ao identificarem de onde vinha o tiro, os moradores do

Grotão podem escolher como agir para sobreviver. Assim era possível, por exemplo, acessar determinadas vias ou assumir determinada postura enquanto estivesse andando na rua ou ainda, nos ambientes privados, manter a calma. “Passe sempre pela Rua do Cajá”, me disseram. “Não demonstre medo ao ver os policiais”, recomendaram. “Pode pegar o ônibus ou a van para chegar na Penha. Usar a van é bom que fortalece o comércio local”, sugeriram.

Além daquela tarde, tive outras oportunidades para me acostumar ao código das balas. Num dia em que passei esperando por Rafael, que concordou em me conceder entrevista e depois desistiu, revezei minha atenção e escuta com rajadas e o cacarejar das galinhas. Era como se, por acidente, o estampido ao fundo fosse a percussão da agudeza do grito dessas que acabaram de chocar. O resto era silêncio. Quando havia operação policial, não havia, por exemplo, oficina de percussão. Nem adolescentes conversando no CEM, querendo aprender a fazer bolo de casca de banana, trocando músicas pelo celular. E sempre me impressionava como os cachorros não mais se assustavam.

Em outra ocasião, quando de uma reunião que Ana me convidou para participar na Clínica da Família da Chatuba, localizada em frente a uma creche e ao lado da UPP, aprendi que o melhor era estar dentro de alguma construção quando o tiroteio começasse. “Aqui a bala não chega, pode ficar tranquila”, disse uma agente de saúde. No CEM também não chegava. Na casa de muitas pessoas também não chegava. Ou ao menos era essa a sensação possível de se ter. Uma senhora que encontrei no ônibus voltando para a sua casa, em uma dessas tardes que visitei o Grotão que, por sorte nossa, estava “em trégua”, confirmou: “estou doida para chegar em casa, fechar tudo e ficar lá bem quieta, antes que comece novamente”.

\*\*\*

Um cenário cinza. Caminhávamos por entre cascalhos e pedregulhos. Nossos pés faziam no chão, a cada passo, um estouro tão seco e incômodo que até podia, em outra proporção, se assemelhar à rajada de balas que ficara para trás. Uma fina poeira subia continuamente embaralhando as vistas. Como era difícil reconhecer aquele lugar (imagem 26). De longe, bem abaixo de nós, em uma estrada forjada por maquinários, podíamos acompanhar um trator que se movia lentamente rumo a uma montanha branca de rocha fosfática. Ainda mais abaixo, ao Norte, era possível suspeitar que um monumento branco e de forma circular podia ser o estádio do Engenho e uma fila de prédios de mesmo tamanho, caixotes amarelos, poderia ser um conjunto habitacional do Engenho da Rainha. Nosso rumo era o Monte do Passaporte, um dos picos mais altos da Serra da Misericórdia.

### Imagem 26 – Vista da pedreira na Serra da Misericórdia



Fonte: Acervo pessoal

Caminhávamos a cerca de 40 minutos e levaríamos tempo equivalente àquele para chegar. Estávamos no meio do caminho. Paramos para observar, além do trator, uma estrutura de ferro que carregava pedras por longas distâncias e vastas alturas, em braços de ferro que pareciam uma enorme montanha russa. Essas pedras seguiam em tamanhos variados até o instante em que um triturador as quebrava em partes divisíveis, menores, minúsculas, iguais. Essas pedras se transformavam em britas que caíam em um recipiente e eram embaladas logo em seguida. Além do trator e dessa máquina cujo nome não consigo dar, uma caminhonete circulava naquela estrada que avistávamos de cima. Um homem sentado no banco do passageiro parecia apontar para nós.

- Não devemos ficar parados. Estamos em área privada – disse Marcelo.
- Mas eles podem nos ver daqui de cima?
- Não sei. Mas não é bom. Devemos seguir.

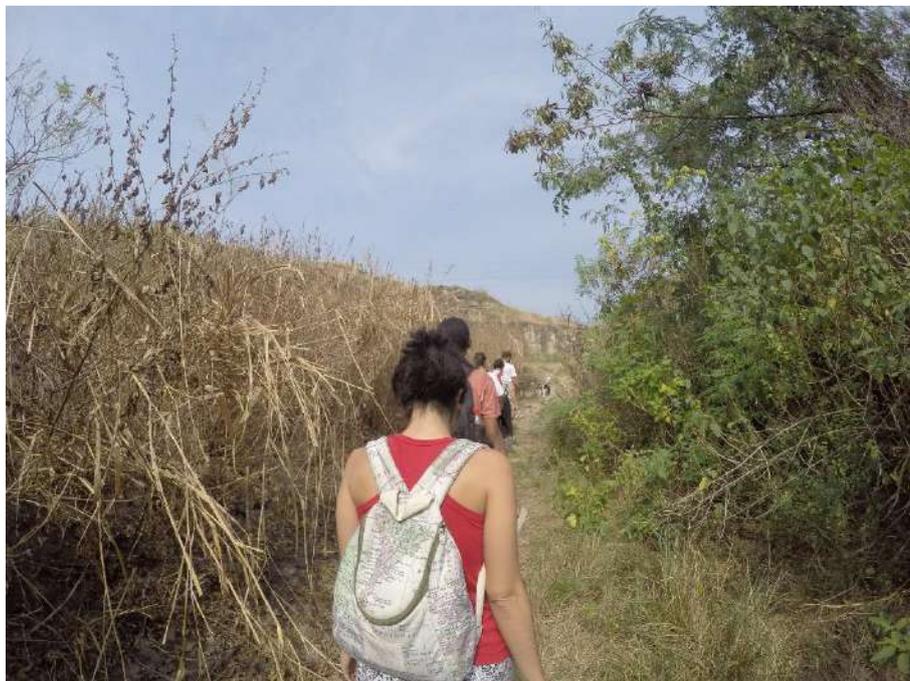
Eu queria ficar ali um pouco mais, para entender aquela paisagem. Foi, de longe, a minha “ida a campo” mais chocante em termos de estesia e experiência. Havíamos combinado com um grupo da UFRJ<sup>54</sup> de subir a Serra da Misericórdia para conhecer as formas de ocupação

---

<sup>54</sup> Grupo formado por estudantes de Belas Artes, Geografia, Psicologia, Ciências Sociais e Comunicação, no âmbito do Curso de Extensão Cidades e Produção de Subjetividade, oferecido pelo Instituto de Psicologia (IP).

que existem no local (imagem 27). Começamos pela agrofloresta do CEM, mas tínhamos como real intenção sair de seus limites para compreender o que era a ação da LafargeHolclim na região.

### **Imagem 27 – Grupo de estudantes da UFRJ em caminhada**



Fonte: Acervo pessoal

Quando partimos da sede do CEM, por volta das 9h, passamos por uma porteira com cerca de arame liso que dividia a mata da área explorada pela mineradora. Seguimos por uma trilha não muito estreita coberta por mato colonial, cana, milho, fedegoso, pata de vaca, araçá amarelo, saboia, urucum. Foi um momento de frescor no caminho, muito embora estivéssemos esperando pelos cenários acinzentados. Marcelo nos mostrou os frutos de uma aroeira, cujo óleo essencial é muito usado na indústria de perfumaria e cujo tronco se transforma em objetos valiosos de marcenaria. “Fico muito surpreso, pois essa planta aqui na Serra cresce por todo canto”, comentou.

Saímos dessa trilha passando por um chiqueiro e um estábulo abandonados. Caímos em um lixão (imagem 28) produzido por residências erguidas no alto da Serra da Misericórdia, mas também pela própria LafargeHolclim. Era um amontoado de embalagens, restos de comida e animais, sacolas plásticas, pneus, antigas estruturas de ferro, pedras, mais pedras, convivendo com sempre-vivas, girassóis, beldroegas e trepadeiras. Ao lado, à beira de um penhasco, isolada, sobrevoada por urubus, uma casa construída com tapumes de madeira fechava a

composição daquele primeiro trecho da viagem. “Uma senhora vive aí com dois cachorros. Ela recolhe o lixo dos vizinhos e aproveita o que consegue”, comentou Rafael. Segundo ele, a mineradora já teria prometido limpar o terreno e realizar benfeitorias na morada dessa senhora – o que não aconteceu.

### **Imagem 28 – Lixão da Serra da Misericórdia**



Fonte: Acervo pessoal

Pelo caminho, pedras. Na medida em que nos afastávamos da agrofloresta do CEM e alcançávamos o topo da Serra, mais a névoa acinzentada das rochas quebradas cobria o ambiente. Passamos por uma espécie de portaria (imagem 29), uma pequena construção de alvenaria, fechada. Cem metros à frente, deparamo-nos com uma máquina que transportava pedras em uma esteira. Algo semelhante ao que vimos lá embaixo. Tudo era operado por automação, sem gente. Duas curvas passadas, tínhamos a sensação de estar sendo vistos, vigiados, mas era em razão daquela caminhonete que rodava do outro lado do morro.

Ali conosco havia somente poeira e várias placas indicando: “cuidado”, “proibida a entrada de pessoas sem autorização”, “via de movimentação de veículos”, “área propícia a tremores e abalos” etc. As explosões de dinamite poderiam acontecer a qualquer momento e em qualquer pedaço da Serra. Seguimos, acompanhados de um som serial de correntes se chocando que, somado ao estampido seco do cascalho nos pés e às detonações de pedras ao

longe, produzia em mim a sensação de ter feito a passagem para outra dimensão da cidade. Talvez, uma dimensão interior.

### **Imagem 29 – Entrada da área da pedreira**



Fonte: acervo pessoal

Naquele meio do caminho estávamos, na verdade, desejando ver. Era um cartão postal às avessas cuja composição imagética apresentava, em primeiro plano, um grande buraco dividindo a Penha do Alemão; em segunda camada, vários picos da Serra partidos pela ação da mineradora; mais ao fundo, quase desfocado e em terceiro ponto, o Rio de Janeiro implodindo. Ao alcançarmos o pico do Monte do Passaporte pudemos ter a noção exata de onde estávamos: Rio, Zona Norte, Bahia de Guanabara, Serra da Misericórdia convertida em fábrica de pedras sob nossos pés. E se ampliássemos o olhar seguindo a panorâmica da grande angular, perceberíamos facilmente que essa paisagem nos circundava, envolvia. Estávamos diante de 360° de destruição – construção – destruição – reconstrução – destruição. E assim por diante.

No vão existente entre a Penha e o Complexo do Alemão, havia um morro com várias nascentes (imagem 30). Uma vez destruída essa parte da montanha, a água transbordou, se rebelou e formou um lago cristalino em meio às pedras. Foi um desastre ambiental que ficou conhecido pelos moradores do entorno como “piscinão da pedreira”<sup>55</sup>. A mineradora contornou

---

<sup>55</sup> A notícia saiu no jornal: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396440-criancas-do-complexo-do-alemao-recorrem-a-lago-em-pedreira-para-amenizar-calor.shtml>> Acesso em 21 jun. 2016.

o problema aterrando o lugar, mas dizem que volta e meia a água vem à tona. “As nascentes aqui são muitas e insistem em viver”, opinou Rafael. Ele nos levou em um ponto alguns metros abaixo do Monte do Passaporte, do lado do Engenho da Rainha, para que víssemos como a água resiste. Havia um mato colonial volumoso misturado a goiabeiras e jabuticabeiras que cobria esse canto. Atrás de nós, alguns homens passavam com fuzis nos braços. Em nossa frente, uma bica construída com um cano de PVC fazia a água da nascente cair sobre uma bacia natural, formada por um aglomerado de pedras e musgos. Essa água, comentou Rafael, era do uso comum da população e também um emblema da religiosidade local. “Muitos grupos vêm fazer oração nesse Monte e usam a água para benzer as pessoas”, explicou.

### **Imagem 30 – Nascente do Monte do Passaporte**



Fonte: acervo pessoal

Retornamos impactados à sede do CEM e durante o almoço, preparado por Ana, fizemos algumas reflexões sobre a experiência. Me lembrei de um ponto da entrevista que Marcelo e Ana me concederam em março. Os dois chegaram a me falar do modo como os vizinhos do Grotão encaravam a mata sob um viés do medo. Na opinião de Marcelo, um medo provocado pelo desconhecimento, pela falta de contato com a natureza e pela violência:

– A Serra tem uma questão muito séria. Não na Serra propriamente, né? Mas com a Revolução Industrial, vamos dizer assim, a terra ficou suja. Na Revolução Industrial pegavam o agricultor, batiam no agricultor e mandavam ele trabalhar na indústria. E aí criaram os contos

das fadas das florestas. A floresta virou um lugar de espíritos, né? De medo. Uma vez eu estava passando ali [apontou para o alto da Serra da Misericórdia] e um jovem me perguntou: você não tem medo de passar aí à noite? Eu perguntei: medo de quê? E ele respondeu: ah, de saci, mula sem cabeça. Eu respondi: não, eles são gente boa, não fazem mal a ninguém. Nós é que fazemos mal a eles, destruimos o ambiente deles. Então percebi que os moradores do Grotão têm muito medo. Da violência também. Aqui é bem estigmatizado.

Durante a caminhada, ficou muito evidente que a violência não era somente aquela que sai nas páginas dos jornais, produzida pelo tráfico e pelas operações policiais. Há uma violência física e simbólica provocada pela mineradora. Uma violência que produz poeira, ruído, tremores, lixo, falta de ar, desmanche de paisagens, aterramento de mananciais, desconstrução dos imaginários do natural. Violência socioambiental.

### **Imagem 31 – Zona Norte do Rio de Janeiro do alto da Serra da Misericórdia**



Fonte: Acervo pessoal

\*\*\*

O bairro da Penha possui área territorial de 581,13 ha, sendo 1.607.625 m<sup>2</sup> de área construída e 2.137.657,79 m<sup>2</sup> destinados à APARU. Conforme o Instituto Pereira Passos

(IPP)<sup>56</sup>, a Penha abriga 78.678 pessoas que residem em 26.403 domicílios. Destes, 9.325 estão localizados em quatro favelas e 8,97% estão abaixo da linha da pobreza. No Parque Proletário do Grotão vivem cerca de 3,5 mil pessoas (44,5% mulheres) em 863 domicílios (próprios, alugados ou ocupados) distribuídos em uma área de 103.391 m<sup>2</sup>. Não há encanamento de água e esgoto, energia elétrica e destinação adequada do lixo para 100% dessas residências, o que faz com que o poder público classifique esse território como “semiurbanizado”. A situação de vulnerabilidade é confirmada na medida em que se percebe que mais de 70% das famílias do Grotão, em grande parte “chefiadas” por mulheres, vivem com menos de um salário mínimo por mês. Há 5% de famílias que não possuem, inclusive, qualquer tipo de remuneração.

Diante desse quadro geral, percebido no cotidiano, os integrantes do CEM elaboram o seu engajamento. E o fazem na medida em que se relacionam com o lugar, em que produzem, em que têm contato com os vizinhos e tentam envolvê-los nas suas atividades, mas também na medida em que transitam pela cidade, conhecem outros coletivos, outras necessidades, novos debates. Foi por uma abertura de Ana e Marcelo que a agricultura urbana chegou na vida deles. E foi por essa abertura, também, que eles chegaram ao Grotão, ávidos por transformações – de si mesmos e dos outros – e descobriram outros universos.

– Com esse trabalho aqui na Serra nós conhecemos muitos plantadores de ervas. Uma vez uma senhora veio conversar e perguntou: vocês plantam? Aí ela contou que veio da roça, que gostaria de plantar, mas não tem espaço. A maioria das favelas é formada por migrações, pessoas que saíram do campo. As pessoas não têm mais terra, que está nas mãos dos grandes latifundiários. Então elas saíram do campo e vieram para a favela. É o lugar que cabe a essas pessoas. Porque no asfalto elas não cabem, as pessoas não são bem recebidas. Na favela todo mundo é bem recebido, tem esse aconchego do campo, é outro clima, é um dos melhores lugares para se morar. Tem um calor. Talvez isso seja do campo também. Essa relação próxima, da palavra, isso tem muito aqui. E não se dá muito valor nisso no asfalto. A favela é a junção do campo com a cidade. A Rocinha, por exemplo, tem esse nome e não é à toa. Hoje não tem mais roça lá, mas no início devia ter um roçado. E aqui é esse lugar especial – comentou Marcelo, quando perguntei como ele enxergava aquele lugar que ele escolheu para trabalhar. Enquanto ele falava, seus olhos brilhavam, os pássaros cantavam e as armas de fogo sussurravam costumeiramente.

---

<sup>56</sup> Que organiza os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por bairro da cidade do Rio de Janeiro, por meio do Armazém de dados:  
<[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm)> Acesso em: 25 jan. 2017.

\*\*\*

Meu primeiro objetivo ao visitar o CEM foi expandir a compreensão sobre o contexto da Feira Orgânica da Leopoldina. Ou seja, conhecer o que havia para além das bancas de alimentos, fazer a mesma “ida a campo” que fiz ao Brejal e a Tanguá, por exemplo. Porém, uma vez estando no contexto da Ong e no turbilhão que é a Serra da Misericórdia, me senti atraída a voltar outras vezes. Aos poucos, fui me envolvendo nas atividades propostas pelo CEM, sobretudo quando o convite partia de Ana Paula. A cada almoço, a cada evento da agricultura urbana, eu queria apenas estar ali. Não me tornei uma colaboradora fixa, com responsabilidades rotineiras, mas de algum modo me pus à disposição para eventuais trabalhos. E Ana, que assim como Marcelo é muito aberta para outrem, captou em mim também uma abertura. Ao seu modo, me convocava para a experiência.

Passamos a dialogar por telefone, mensagens via mídias sociais e também pessoalmente, aos finais de semana, na feira, e quando de minhas visitas ao CEM. Depois da reunião das Pancs, passei a contribuir na redação de documentos, projetos, cartas. Até que um dia conseguimos escrever juntos, Ana, Rafael e eu, um texto sobre a chaya e como o grupo estava usando as Pancs em seu trabalho. Durante o processo de escrita, percebi que a chaya era como uma mídia para o CEM, tinha em si um dispositivo que conduzia os agricultores urbanos a outras partes da cidade. Por que não acompanhar isso – me perguntei. O texto foi publicado na Revista Agriculturas<sup>57</sup> e encarado por Ana como uma oportunidade de novas parcerias. E eu decidi acompanhar “a trajetória da chaya” em outro bairro da cidade, o Jardim América.

As idas ao CEM contribuíram para que este trabalho fosse assumido como um mapa narrativo que se forma em movimento. A cada visita, para realizar entrevistas, almoçar, registrar vivências, conversar sobre agroecologia, caminhar, escutar e atender a mais um chamado de Ana, pude compreender um pedaço da Serra da Misericórdia, que se revelou para mim aos poucos, como uma pedra bruta. Pude conviver também com os integrantes do CEM em suas várias faces, em seus muitos humores. Não posso dizer que me aprofundei em um e outro, mas presenciei entendimentos e desentendimentos que me fizeram estar com eles como um sujeito e não como pesquisadora. Quando de um desentendimento entre Ana e Rafael, por exemplo, algo muito sério que fez Rafael se afastar das atividades do CEM e deixou Ana extremamente

---

<sup>57</sup> SANTOS, Ana Paula; MAIA, Rafael Cevidanes; BORGES, Patrícia da Veiga. A trajetória da chaya na Serra da Misericórdia. **Revista Agriculturas** v. 13. N 2. 2016. p.p. 21 – 25. Disponível em: <[http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Agriculturas\\_V13N2-Artigo03.pdf](http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Agriculturas_V13N2-Artigo03.pdf)> Acesso em 15 out. 2016.

vulnerável, tive de me posicionar. E quando de minhas inseguranças a respeito da condução desta pesquisa, outro exemplo, acabei por descobrir em Ana e Marcelo bons ouvintes.

\*\*\*

### **Imagem 32 – Conversa com Ana Paula**



Fonte: Acervo pessoal

Ana Paula (imagem 32), moça de estatura baixa, corpo franzino, pele preta, voz firme e abraço doce. Mulher de luta. Passou parte da vida vendo o pai, alcoólatra, espancar a mãe. Marcada por isso. Hoje, depois de participar de alguns grupos feministas, entende que, por essa e por outras vivências, tem sensibilidade para as questões que envolvem as mulheres. Mas há algo que ela não esquece: “Não é fácil ser mulher preta e periférica”. Essa frase Ana repete como um mantra, que serve para se acalmar e também para denunciar as dificuldades pelas quais passa. Quando, diante de uma viatura da polícia que circulava no Grotão, me assustei e tentei proteger meu rosto com as mãos, ela pacientemente me ensinou: “Se você fosse preta, esse susto ia te fazer suspeita. Na favela não pode dar bobeira”. Ana ensina a viver, vivendo.

Seu sonho era ser professora. Já em 2017, me ligou contando que está trabalhando como “explicadora” novamente, em um projeto da Escola Municipal Bernardo Vasconcelos. Nessa escola ela também está a realizar, junto aos professores de algumas disciplinas, um projeto de comunicação popular. Ana “descobriu”, melhor dizendo, reconheceu a comunicação como uma prática possível há pouco tempo.

Na verdade, ela sempre foi a pessoa das articulações, das pontes, das redes, das reuniões, dos convites e dos contatos. Na feira, assumiu rapidamente esse papel. Mas foi quando resolveu participar do curso anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) entre maio e outubro de 2016, que elaborou discursivamente sua visão de mundo.

– As novelas fazem chacota com a agricultura, com o cultivo. É sempre algo inusitado. Nos Trapalhões, por exemplo, o Zacarias era o engraçado, o caricata, o da roça. Então as pessoas não iam querer se espelhar nessa figura. A agricultura não é mostrada como uma profissão de peso, de importância social. Nos jornais, a maior fala é a da monocultura, das *commodities*, que não tem gente. Não vejo a mídia retratar o campo com valor que desperte a curiosidade de uma criança e de um adolescente no sentido de buscar uma relação com a terra. Nas redes sociais, como somos nós que fazemos, isso muda um pouco. Existem os grupos, as instituições específicas. Então a agroecologia é uma questão mais para a mídia popular.

Depois dessa temporada no NPC, quis buscar os comunicadores da Zona Norte e formar outra rede, dessa vez, de comunicadores da Serra da Misericórdia. Para disputar as narrativas da alimentação, da agricultura, da favela, da cidade, da terra. Para reunir os jovens. Para fazer. Chegamos a nos reunir com outros coletivos, entre eles o Verdejar, em uma sala da Fundação Oswaldo Cruz, no fim de 2016. Trabalho ainda por se concretizar. Mas ela não desanimou e nem desanimará. “Comunicação, para mim, é esse estar juto, olhos nos olhos, um abraço, a escuta”, definiu. Ana, comunicadora.

### 3. SUBÚRBIO II

#### 3.1. Horta Panc na escola

Jardim América é um bairro planejado da Zona Norte do Rio de Janeiro que faz divisa com Pavuna, Irajá, Parada de Lucas, Vigário Geral e com o município de Duque de Caxias. Seu registro junto à prefeitura, bem como sua delimitação oficial, é de 1981, mas seu início remonta à década de 1950, quando da implantação pelo Governo Federal do Projeto de Arruamento e Loteamento Proletário (PAL), entre a rodovia Presidente Dutra e o rio Acari, que demarcou 2782 lotes residenciais, 124 comerciais e 90 industriais<sup>58</sup>.

Sua extensão é de 197,40 ha, sendo que 1,28% desse território é considerado “não urbanizado”, 0,21% é demarcado como zona industrial e o restante é área basicamente residencial. Cerca de 25,2 mil pessoas que ali residem estão distribuídas em 8.949 domicílios. Destes, aproximadamente 10% não possuem rede de abastecimento de água, de esgoto, coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica e ainda estão abaixo da linha da pobreza, conforme informações do Instituto Pereira Passos (IPP)<sup>59</sup>.

O bairro possui cinco escolas públicas municipais, um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), uma Escola Técnica Estadual e uma creche. Quase seis mil trabalhadores se deslocam todos os dias para o Jardim América, de ônibus ou van. Não há outro serviço de transporte disponível. Não há, ainda, qualquer equipamento público de esporte, lazer e cultura. Na lista de 161 bairros da cidade do Rio de Janeiro, ocupa a 89ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano e Social (IDS).

Conheci o Jardim América em 18 de março de 2016, quando visitei a Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek (ETECJK), acompanhando as trajetórias da chaya para além da Serra da Misericórdia. Era dia de manifestação na Praça XV contra o golpe jurídico-midiático que posteriormente levou ao impedimento da presidenta eleita Dilma Rousseff. Era também momento de paralisação nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, período tenso que levou professores a realizarem atividades extraclasse para manter os alunos mobilizados. Uma das formas que a ETECJK escolheu para dar andamento à programação da greve foi recuperar a horta que havia sido cultivada em dezembro de 2015, pelos integrantes do CEM, mas que

---

<sup>58</sup>Informações obtidas no Armazém de Dados do Instituto Pereira Passos (IPP) <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main\\_Bairro.asp?bairro=JardimAmerica&area=049&tipo=click](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main_Bairro.asp?bairro=JardimAmerica&area=049&tipo=click)> acesso em 24 mai. 2016.

<sup>59</sup> O IPP faz levantamento completo de todos os bairros da cidade do Rio de Janeiro. Acervo disponível em: <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm)> Acesso em: 24 mai. 2016.

devido às férias de janeiro e ao pouco movimento dos meses seguintes havia sido tomada por mato e entulhos.

Fui convidada por Daiane Evangelista, professora do curso de Turismo e Hotelaria, quem conheci nas reuniões do Grotão, a passar o dia na escola. Aquele seria um momento especial, entre outros detalhes, porque a chaya que cresceu no terreno da ETECJK não foi comprometida pelo arrefecimento da horta. Estava grande, farta de galhos e folhas, e seria servida para toda a comunidade escolar na hora do almoço.

Parti às 7h da Praça da República, tomando o ônibus da linha 342. O veículo, vazio e se movendo aceleradamente no contra fluxo dos carros, em meia hora percorreu a avenida Brasil até a altura da plataforma 16, dobrou à direita na Rua Bulhões Marcial, à esquerda na Estrada do Vigário Geral e me deixou em um ponto da rua Jornalista Antônio Freitas, em frente à ETFJK. Atravessei a rua e me deparei com adolescentes jogando vôlei em uma quadra de esportes.

Na porta da escola já avistei um pátio amplo que abrigava algumas árvores frutíferas em fase de crescimento. O ambiente parecia contornado por prédios de um e dois andares. Havia bebedouros, bancos coloridos, murais de avisos e algumas carteiras de madeira espalhados por sua extensão. O porteiro me atendeu com gentileza e pediu que entrasse. Indicou onde estava a professora Daiane, em um auditório logo à esquerda.

Ao encontrar minha anfitriã fui apresentada a Caroline Porto, docente de Gestão Ambiental no curso de Administração. Ela coordena um projeto conhecido na escola como JK Sustentável, criado em 2009 como forma de completar a carga horária da professora e orientar os estudantes em práticas socioambientais cotidianas. Conversamos brevemente, as três, e logo elas já iniciaram a atividade com os alunos. Eram cerca de 20 jovens com idade entre 15 e 17 anos.

As professoras apresentaram as mudas que seriam plantadas e expuseram o motivo daquele mutirão – recomposição da horta. Também aproveitaram para falar sobre as Pancs, explicar o que são e anunciar que no período da tarde haveria uma oficina de sucos feitos com as folhas retiradas do jardim da escola. No entorno dos prédios da ETECJK há uma grande área com plantas ornamentais e algumas comestíveis, como taioba, trapoeraba, beldroega, folha da fortuna e hortelã pimenta, além de pés de goiaba, limão e jabuticaba. A horta foi organizada na parte de trás da escola, que faz divisa com uma rua estreita e a quadra de esportes de um colégio municipal.

Mãos à obra, quer dizer, à terra (imagem 33)! As professoras começaram roçando o solo, retirando excessos do mato que cresceu, sem, contudo, deixá-lo desprotegido. “As folhas

secas podemos deixar”, orientava Daiane. Em seguida, elas orientaram três rapazes sobre como deveriam proceder com a enxada, para que não se machucassem. Foram eles trabalhar em pontos diferentes do pequeno quadrado enquanto um amontoado de jovens ainda sem intimidade com o trabalho os seguia.

Ao mesmo tempo, duas garotas se habilitaram a cavar pequenas covas no terreno, para fazer repousar as sementes. Uma delas fazia essa tarefa com tanta concentração, mergulhando as mãos na terra com tanta intensidade, que parecia brincar com as formigas, as minhocas, as partículas de folha e pedra e cada grão de vida que despontava das profundezas dos buracos. Havia ainda outras tarefas: uma moça e dois rapazes ficaram responsáveis por pintar pequenas placas de madeira com o nome das plantas que ali cresceriam; mais dois jovens recortavam garrafas de plástico reciclável para construir um pequeno viveiro de mudas. Assim a meninada foi se intercalando, se envolvendo, vendo o tempo passar. Algumas saíram antes do mutirão terminar e outras chegaram para somar.

Curioso foi notar um mocinho espigado, com sorriso no canto da boca, posicionado de longe, desconfiado. Ele não quis ajudar os colegas, tampouco saiu de perto. Ficava lá, à espreita, fazendo piadas. Em algum momento, teceu o seguinte comentário: “Agora entendo aquele samba da Vila Isabel, esse é o trabalho da roça”. Ele estava a se referir ao enredo da escola de samba que em 2013 fez uma homenagem aos trabalhadores da agricultura no Brasil, com patrocínio da empresa alemã Basf<sup>60</sup>. Por que ele fez essa associação? “Olha, não sei te dizer... Talvez, porque muitos desses alunos nunca tenham tido contato com a natureza. Então eles conhecem somente pela mídia. Todo mundo tem uma ligação com a terra, mas de qualquer forma isso fica submerso no meio da montanha do urbano”, comentou Caroline.

Por volta das 10h30 o mutirão acabou e nos encaminhamos à cozinha do laboratório de Hotelaria para a oficina de suco. Nesse momento, outra turma se aproximou e uns 40 estudantes se juntaram para observar e, depois, provar. Daiane comandou o processo, juntamente com quatro auxiliares. Elas lavaram bem as mãos e depois picaram maçãs, desfiaram folhas, bateram em liquidificadores, coaram, serviram. A curiosidade maior era com relação ao gosto do suco. Alguns estranharam, muitos gostaram. “Fiquei surpresa porque até repetiram”, falou Daiane.

Na hora do almoço, a surpresa: chaya refogada (imagem 34), arroz, frango desfiado com cenoura cozida, feijão e salada de alface com tomate. “A chaya veio em boa hora e reforçou o cardápio. Acho que os estudantes gostaram, pois não sobrou”, destacou a chefe das cozinheiras.

---

<sup>60</sup>A sexta maior vendedora de agrotóxicos do mundo, segundo a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, composta por 70 entidades, que na ocasião entregou uma carta à Vila Isabel em repúdio à parceria estabelecida. Fonte: < <https://www.brasildefato.com.br/node/11797/>> Acesso em 28 jul. 2016.

“Com essa coisa da crise, não sei como vai ficar essa questão do almoço. Hoje a comida estava boa, mas não sabemos do futuro. Então, se já temos aqui uma horta, temos um reforço”, complementou Daiane, fazendo menção aos cortes orçamentários do Governo Estadual.

No período da tarde os alunos se distribuíram em outras atividades e as professoras puderam reservar seu tempo para uma conversa mais detalhada. Queria saber como e porque elas decidiram fazer uma horta naquele espaço e tornar o cultivo das plantas parte do trabalho escolar. Meu disparador para estar ali foi o CEM, onde conheci Daiane e recebi o convite para visitar a ETECJK. Entendi esse contato como uma oportunidade para conhecer a cidade sob outros ângulos e estender as linhas do rizoma narrativo que estava a construir. Ao final das mais de duas horas que passei com elas, estavam traçadas linhas que me levaram a conhecer tanto o trabalho realizado na escola como o bairro e, ainda, suas trajetórias pessoais, seus anseios, o que as uniu naquela experiência.

**Imagem 33 – Mutirão na horta da Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek**



Fonte: Arquivo Pessoal

**Imagem 34 – Chaya refogada na panela do refeitório**



Fonte: Caroline Porto

\*\*\*

Caroline se formou em Biologia em 2002 e no ano seguinte começou a trabalhar em uma Organização Não Governamental que atuava com “gerenciamento” de resíduos, reciclagem de lixo etc. Lá ela permaneceu por oito anos e adquiriu a experiência que lhe serviu a partir de 2011, quando chegou na ETECJK. O projeto JK Sustentável existia há dois anos e passou a ser coordenado por ela. Sua convicção era de que, para realizar um trabalho socioambiental real e eficaz, deveria iniciar as atividades de extensão pelo “gerenciamento” de resíduos, um dos principais agravantes em qualquer espaço pela situação universal de excessiva produção de lixo.

– Existem outros pontos a serem trabalhados, como a economia de luz e água, mas na maioria dos casos isso envolve recurso, fazer obra, mexer na instalação. São coisas mais complicadas. Com relação à questão do resíduo, além de ser bastante agravante, é mais autônomo. Com conhecimento e parceria se consegue fazer com que as coisas aconteçam. Outra coisa: o que dá errado em projetos de sustentabilidade, normalmente, é começar pelo fim. Por exemplo, começar disponibilizando para o público-alvo uma destinação, colocando as lixeiras coloridas e separadas por tipo de material [orgânico, vidro, plástico, papel]. O problema disso é que quando começam a separar o lixo, não há o que fazer com ele. Para onde levar? A base

da cadeia é que você precisa deixar bastante sólida para que o projeto possa prosseguir – explicou a professora.

Durante 2011 e 2012, o JK Sustentável ficou reservado à reestruturação. Foram firmadas parcerias com cooperativas, sucateiros e empresas, garantindo que o material reciclável, quando recolhido, fosse aproveitado. Uma dessas aproximações foi com uma entidade que processa resíduo orgânico, o que fez com que a ETECJK parasse de depositar esse lixo no aterro sanitário e o aproveitasse na produção de adubo, que pode retornar para a instituição.

Em seguida, e paulatinamente, foram agregados ao “gerenciamento” de resíduos a coleta de papel, garrafas pet, lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias e óleo vegetal. Em 2013, o grupo do JK Sustentável foi convidado a participar de um programa da UERJ chamado Elos de Cidadania. Isso fez com que o projeto fosse ampliado para além do lixo.

– Quando nossa base estava mais consolidada, comecei a formar turmas para o Elos e assim o JK Sustentável se tornou uma disciplina extracurricular da grade do curso de Administração. Em seguida, recebemos também os estudantes de Turismo e, aos poucos, toda a escola foi se aproximando – relatou Caroline.

Foi neste momento que Daiane passou a somar forças:

– Entrei no concurso junto com a Carol, em 2011, e fui para o Turismo. Estudei Gestão Ambiental na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em Piracicaba, e a disciplina que passei a ministrar aqui foi Turismo e Sustentabilidade. Turismo tem a ver com deslocamento de pessoas, então isso envolve gestão do meio ambiente. A partir disso fui tentando me aproximar da Carol. Ficava perto, de olho, perguntando, tentando me envolver. Até que ela me convidou para participar do Elos. Recentemente fizemos uma proposta de criação de um novo curso aqui na escola, de Meio Ambiente, mas ainda não sabemos se será aprovada – complementou Daiane, formada em Turismo e vinda do interior de São Paulo, onde trabalhava como turismóloga no Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

A ideia do Elos era propor uma ação de intervenção no bairro, sobretudo, em relação aos rios Acari, Cachorros e Pavuna-Meriti, que atravessam o Jardim América e seguem para a Baía de Guanabara. Acontece que esses mananciais já estão deveras poluídos. Então o Elos tomou outros rumos, conforme narrou Caroline, de forma holística:

– Começamos a olhar para o nosso entorno. Fizemos um diagnóstico socioambiental e observamos que os rios são altamente poluídos, sem vida já, infelizmente. O que acaba com a vida do rio é o esgoto. E não tínhamos como intervir nisso. Vamos forçar a CEDAE [Companhia Estadual de Águas e Esgotos] a vir aqui? Na teoria a gente aprende que o Brasil tem dois sistemas de coleta, o pluvial e a rede de esgotos. Aqui no bairro não temos isso. Só existe uma

rede. Só temos uma rede coletora que serve tanto para o esgoto quanto para a canalização da água pluvial. Vai tudo para o rio em todo o seu curso. Diante disso, nos propusemos a desenvolver dois trabalhos: realizar um documentário, entrevistando buscando fontes para denunciar o que acontece com esses rios e uma campanha para a coleta de óleo vegetal usado. Porque esses óleos, sabendo que não há rede coletora, são contribuintes também dessa poluição. Começamos coletando em uma gincana interna do colégio. Os alunos coletaram óleo vegetal pelo bairro inteiro. No final, foi uma surpresa: tínhamos quase 5 mil litros de óleo vegetal usado, garrafas mais garrafas. Vendemos o óleo e arrecadamos quase três mil reais. Assim, criamos um curso preparatório, um pré-técnico, na Escola Municipal que está aqui do lado. Como estávamos bastante imersos no contexto do Jardim América, identificamos que as pessoas se ressentem muito por não conseguirem acessar a ETECJK. Que é uma escola que você faz prova para entrar. O ensino público, muitas vezes, é fraco e os alunos do bairro não conseguem passar para a escola. A maioria dos alunos é de outras partes da cidade e até de outros municípios. Passamos, assim, a preparar 30 jovens moradores do bairro para fazer a nossa prova. O custo que tivemos foi a remuneração dos professores, uma professora de Português e outro de Matemática. A professora é moradora do bairro, foi estagiária aqui da escola, dialoga com eles de igual para igual. E o professor é ex-aluno nosso, atualmente estuda na UERJ. Então a venda desse óleo viabilizou isso. E a coleta se tornou permanente.

A partir dessa cadeia de ações, que contribuiu para a formação de uma turma coesa e engajada, Caroline e Daiane começaram a pensar em aproveitar os espaços não construídos da ETECJK para cultivar uma horta. Ao mesmo tempo, uma estudante, Nádia Milena, que havia conhecido Ana em uma feira de ciências realizada na escola, começou a se interessar pelas Pancs. Depois de uma visita ao CEM, feita por Daiane e Nádia em novembro de 2015, as três conversaram e resolveram pôr em prática a intenção.

– A horta era um desejo, mas não tínhamos tempo e orientação para fazê-la. Quando a Ana veio aqui pela primeira vez, que foi quando Nádia e Daiane a conheceram, ela deixou uma mudinha de chaya. Plantamos, cuidamos e ela cresceu. Foi justamente essa planta que comemos hoje no almoço. No final do ano passado tivemos uma reunião com o Rafael, lhe mostramos o espaço e ele então nos orientou a fazer o mutirão. Ficou meio complicado, pois era final de ano. Ele trouxe espécies mais resistentes e mesmo assim as plantas sofreram um pouco por falta de cuidado, férias, etc., aí o mato tomou conta. Sem contar que depois das férias veio a greve e todo esse contexto político que não está nada favorável. Aí hoje fizemos o segundo mutirão e a reconstrução da horta – recuperou Caroline.

– Ana foi convidada por uma professora do curso de Análises Clínicas, a Rosália [frequentadora da Feira Orgânica da Leopoldina], para falar sobre alimentos orgânicos. Era uma exposição, havia várias barraquinhas. Em uma delas estava o CEM com a chaya e em outra estava a Zélia, de Olaria, com os docinhos [feitos pelos métodos da alimentação viva]. Conheci as duas nesse dia, passei a frequentar mais a feira e logo quis visitar o projeto no Grotão – detalhou Daiane.

Iniciadas as conversas, as professoras, que já se interessavam pela agroecologia e seus temas (alimentação, cultivo sem veneno, valorização da sociobiodiversidade, respeito aos saberes locais etc.), muito facilmente optaram pelas Pancs. Decisivo nesse processo, segundo elas, foi o contato com o CEM. Como a horta era mais uma atividade do JK Sustentável, elas precisavam de cultivar plantas de fácil crescimento e que não exigem excessivos cuidados.

– Seria mais difícil cultivar alface e rúcula, por exemplo. Teríamos de ter outra estrutura e mais tempo no dia a dia para dedicarmos à horta. Por isso optamos pelas Pancs. Além disso, temos a chance de mostrar aos alunos que existem mais possibilidades de produção de alimentos que não somente as que eles já conhecem. Há também uma quantidade de insumos que as plantas convencionais iriam precisar. Uma couve não ia suportar o que a chaya suporta. Para você ver, um pezinho de chaya que cresceu a gente conseguiu servir no almoço da escola. Se fossem uns quatro pés de alface, mesmo assim, não ia dar para todo mundo. Tem essa relação com a produtividade: não dá para ser somente uma horta pedagógica para o aluno ir lá, mexer e descobrir como nasce uma alface. É importante que a gente possa trazer para servir aqui, que dê para introduzir na alimentação deles. Sabemos que não são todos os alunos da escola que vão se envolver diretamente com a horta, mas alguns vão se interessar. Já a alimentação é para todos. Claro que alguns não comem, mas a maior parte come. A gente já fica feliz por isso – explicou Daiane.

\*\*\*

Caroline, 35 anos, tem uma calma que contagia. Fala compassadamente, respira, segue num contínuo, pronunciando todas as sílabas de cada palavra. Daiane, 28, é radiante, alegre, fala alto, um pouco mais acelerada, decidida. As duas possuem sotaque paulista. Daiane faz cursos de Permacultura nas horas vagas. Caroline já participou ativamente dos mutirões da Rede Ecológica, hoje o tempo permite que sua dedicação seja “somente” à educação – do filho e de seus alunos.

As duas professoras possuem histórias de vida que se entrelaçam. Relato aqui um pouco disso porque saí da ETECJK naquela tarde compreendendo que a trajetória da chaya e a reconstrução da horta Panc na escola eram resultado, justamente, desse encontro entre ambas. No mais, houve um encontro delas com o CEM e, naquele dia, também com a narradora que aqui se manifesta. Formamos juntas, em uma sala ampla, branca, de paredes de acrílico, sentadas em cadeiras de ferro e amparadas por uma mesa de fórmica, mais um traço deste mapa narrativo. Seus deslocamentos pessoais me levaram para outros lugares.

Daiane nasceu em Praia Grande, município litorâneo da Região Metropolitana da Baixada Santista. Aos 12 anos se mudou com a família para Cataguazes, na Zona da Mata, Minas Gerais. A decisão foi tomada pelo pai, que acabara de se aposentar e queria criar animais em um sítio. Ele foi convencido por um cunhado de que o lugar era bom de investimento. Porém, não chegou a cultivar a terra e sequer ver o gado engordar. Faleceu um ano depois, vítima do alcoolismo.

Caroline nasceu em Resende, de onde vem sua família. Passou o início da infância na capital do estado e aos oito anos se deslocou para São Paulo. O pai foi em busca de oportunidades de trabalho e lá se estabeleceu, comprou casa na praia, viveu até falecer, em 2016. Aos 18 ela voltou para o Rio de Janeiro, quando de sua aprovação no vestibular da UFRRJ. Passou cinco anos tomando o ônibus para Seropédica todos os dias. Depois de formada, circulou pela cidade como executora de projetos no Terceiro Setor e também por meio de sua militância na agricultura urbana. Hoje é moradora de Vila Isabel, é casada, tem um filho de quatro anos que gosta de comer frutas e verduras.

Daiane permaneceu até os 18 anos em Cataguazes, quando partiu com a mãe e o irmão mais velho para São Paulo. Na vida adulta, após a formação em Turismo, morou em Contagem (MG), Diadema (SP) e Piracicaba (SP). Ia conforme as oportunidades de emprego ou para acompanhar o então marido. Ela teve um relacionamento de dez anos com um rapaz que conheceu na adolescência e que também deixou Cataguazes para estudar e trabalhar. A mãe retornou à Praia Grande, de onde não queria ter saído.

O pai de Caroline nasceu e cresceu na zona rural de Resende, em uma família de 16 irmãos. Ele começou a trabalhar aos 12 anos, como cobrador de ônibus. Os avós paternos foram estimulados a vender a terra em que moravam e a comprar uma casa na cidade. Segundo Caroline, foi a forma como encontraram para sobreviver e educar os filhos: “Porque a vida na roça é muito dura, né? Ainda mais com 17 crianças...”. Por parte de mãe, a família também tem histórico de êxodo: os bisavós eram proprietários de terra, plantadores de café, e o avô se tornou arquiteto, criando a mãe e os tios longe da terra.

Em 2011, quando da aprovação no concurso do Governo do Estado, Daiane mudou-se para o Rio de Janeiro. Ela queria ser professora. Foi habitante do Jardim América, depois dividiu apartamento com uma colega em Vicente de Carvalho. Atualmente, está em Ramos, com o segundo marido, um jovem do Espírito Santo que tem família em Xerém e, assim como ela, tem como objetivo de vida, no futuro, morar no campo. Apesar de gostar da rotina que leva e da atual condição de vida, o casal se sente cansado da cidade.

– Tive um momento de me apaixonar pelo Rio de Janeiro e por tudo o que ele oferece. Queria fazer tudo, ir em todas as festas, shows, atividades culturais, achava tudo muito divertido. Hoje em dia já caiu naquela questão de achar a cidade grande, já tenho um pouco de preguiça, tem o problema do deslocamento, acaba sendo tudo muito longe e aí hoje em dia estou um pouco em crise com a cidade. Não necessariamente com o Rio de Janeiro, com as cidades grandes de modo geral. Não penso em voltar para São Paulo e nem para nenhuma outra capital. Então hoje em dia eu já estou nesse momento de pensar alternativas para sair daqui. Não tenho perspectivas de conseguir embora tão breve, mas já estou nesse movimento de aprender e pensar em fazer outra coisa da vida em uma cidade menor. Tenho vontade de morar na roça mesmo, de plantar. Se pudesse trabalhar e viver disso.... Não era nem morar no campo e continuar trabalhando na cidade. Eu queria conseguir viver daquilo ali. De fazer alguma coisa relacionada. É um plano futuro. A gente [ela e o companheiro] está tentando construir e ver como vai funcionar. A gente gosta, mas nunca trabalhou com isso, então é ainda um desejo. Mas existe a busca – relatou.

Caroline diz ter muito viva dentro de si “a memória da terra”. Na casa da avó paterna sempre teve quintal e horta. O pai também nunca deixou de cultivar, fosse em vasos de planta ou no lote perto da praia. “Nesse terreno ele me levava para tirar as ervas daninhas, cultivar algumas espécies... Sabe aquelas pessoas que tudo o que planta dá, tudo fica bonito, viçoso? Ele sempre teve muita prática. Tenho isso como referência”.

Daiane não enxerga em sua vida uma separação entre campo e cidade, terra e concreto. Foi criança de correr solta na rua de casa e, ao final, cair em um canal por onde passava um rio. Nadava. Subia em árvore. Comia fruta direto do pé. Em Cataguazes, caminhava quilômetros na zona rural para encontrar as cachoeiras. Sendo assim, aprender a plantar, para a professora, é um processo que vem acontecendo de forma fluida.

– Minha mãe me ensinou algumas coisas sobre plantas. Meu ex-sogro também, que tinha uma horta gigantesca na laje de casa. O Alexandre, meu atual marido, gosta muito também. A mãe dele mora em Cachoeira do Itapemirim, mas ele tem tias que moram em Xerém.

Costumamos ir para a roça e ficar andando no mato, observando, trocando informações. Por isso temos essa vontade de sair do Rio. Uma vontade nossa. Encontrei alguém que quer também.

Caroline, quando mais jovem, chegou a questionar as escolhas de seus pais e avós. Com a maturidade, conforme refletiu durante a entrevista, passou a entender que foi o melhor que puderam fazer em busca da sobrevivência.

– O meu pai... tínhamos uma relação muito forte. E ele não está mais aqui. Mas ele sempre falou muito sobre o quanto se esforçou para dar o melhor para gente. Isso foi bom para nós, mas significou para ele ter se afastado da terra. Dói um pouco saber disso – comentou, com lágrima nos olhos e a face ruborizada, pedindo desculpas pelo choro sincero de um luto ainda recente.

Ela própria não necessariamente quer viver no campo. Acostumou-se aos vasos de planta do apartamento. No entanto, reconhece algo estranho quando imagina e observa a cidade.

– Primeiro, a paisagem. A paisagem urbana me agride bastante. Eu fico cansada de ver. É muita informação, muito concreto, carro, ônibus, barulho. Então tem o diferencial da paisagem e da sensação. O urbano é muito caótico. O rural é mais harmonioso, mais tranquilo, o olhar é mais sereno. Você consegue ter mais calma, mais tranquilidade para fazer as coisas, muito embora a vida rural seja muito dura, pois não tem as facilidades que o ambiente urbano te proporciona. Tem aquele lado que desestimula um pouco a gente que está acostumada a viver na cidade e ter os recursos sempre à mão, mas o ambiente rural me agrada muito por esse contexto mais sereno, mais harmônico, de imaginar que as coisas possam acontecer de forma mais natural e menos agressiva para a saúde humana e do planeta. Não que isso vá de fato acontecer, mas é um ambiente que te proporciona mais essa relação com outros elementos vivos ou não vivos que não só a espécie humana. O campo nos faz entender que vivemos nesse sistema, somos parte dele e não necessariamente o dominamos.

Se pudesse definir as duas em uma tempestade de ideias, pensaria em três palavras: terra, pai e deslocamento.

### **3.2. Vídeo-banquetes**

“Bom dia, minhas amigas e meus amigos! Sejam bem-vindos! Esta é a barraca da conversa”. Assim Maria Zélia Dourado, culinária, chamada de Zelinha pelas pessoas que frequentam a Praça Marechal Maurício Cardoso, iniciou sua participação na Feira Orgânica da Leopoldina na manhã do dia nove de agosto de 2014. Foi a primeira vez que a viu. Ela estava de avental branco, com um faixa de chita florida na cabeça, ocupando o mesmo espaço dos

feirantes. Em sua banca, nada era vendido. Havia livros entorno do estrado de madeira, sementes dentro de potes de vidro, duas bandejas de isopor contendo terra e brotos de clorofila em fase de crescimento, alguns ingredientes separados em pires, uma bacia branca e grande no centro de tudo. “Vou ensinar para vocês como fazer um belo prato usando sementes germinadas e os alimentos frescos comprados na feira”, comentou. Tão logo explicou sua receita, distribuiu o que fez com os visitantes, para que provassem.

Ganhei uma “trouxinha” de alface crespa recheada com berinjela, pimentão, semente de soja orgânica germinada, broto de girassol, lascas de cenoura e manjerição. Elogiei a receita e ela aproveitou para perguntar: “Você sabe como plantar clorofila em casa? E germinar os grãos?”. Antes mesmo que eu respondesse, Zelinha já reuniu outras três mulheres que experimentavam o petisco e seguiu com os ensinamentos. “As sementes são cápsulas de energia que precisam de contato com o ar, com a água e com terra para liberar o que têm de melhor. Essa é a base para uma alimentação saudável, a alimentação viva”, explicou. Desde então fui envolvida no mundo de Maria Zélia.

A “barraca da conversa” está presente na feira uma vez por mês, quando acontece a festa da Leopoldina Orgânica. A ideia de Zelinha foi usar o espaço para atrair visitantes ao pequeno mercado, contribuindo com sua promoção:

– Falo da importância da alimentação natural e da importância dos orgânicos na nossa vida, na nossa saúde. Para mim, foi um presente aquela feira. Eu ia para longe, para a zona sul, fazer compras. Não é tão longe, mas é um pouquinho demorado. A gente depende muito do trânsito. O que faço na barraca da conversa, então, é para que cada dia mais pessoas frequentem a feira. Falo muito para a minha vizinhança, para as pessoas irem conhecer e prestigiar os feirantes que vêm de longe com os seus produtos. Eles saem às 3h de Petrópolis, Teresópolis. E a gente às 7h já tem esse produto fresquinho. Muita gente não dá essa importância. Muita gente não compra porque não conhece, infelizmente. No mundo que a gente vive hoje... a gente é cercada de supermercados, aqui em Olaria existem três grandes supermercados, todos perto um do outro. Aí as pessoas falam: eu vou ao supermercado porque lá tem tudo. Mas elas não sabem dos venenos que estão ingerindo – explicou Zelinha, quando me concedeu entrevista.

Durante a Leopoldina Orgânica, Zelinha aproveita o momento que tem as atenções para si e discorre também sobre alimentação viva, especialidade com que trabalha. Trata-se, *grosso modo*, de uma maneira naturalista de usufruir dos alimentos em sua forma crua, considerando que a verdadeira nutrição dos seres é garantida pela força vital dos elementos da natureza e não

pela matéria em si mesma<sup>61</sup>. Naquele primeiro contato que tivemos, a culinária iniciou sua explicação pelas sementes pois elas são, justamente, a base desse estilo de comer.

– Alimentação viva é uma alimentação muito cheia de energia. De onde vem essa energia? Vem principalmente dos brotos. Os brotos que a gente joga na terrinha têm mais vitalidade que uma semente que a gente só germina no ar. Quando eu como um broto, uma semente, que estão na explosão da vida, aquilo tudo vem para mim em forma de energia. As minhas células recebem isso. Sem falar na parte da limpeza, que a gente come fibra, muitas vitaminas, minerais, tudo o que contém num broto. Então aquilo enriquece muito. E vi tudo isso acontecendo comigo, tenho uma vitalidade enorme.

No fim da década de 1990, Zelinha trabalhava no setor de Recursos Humanos de uma empresa localizada na Avenida Presidente Vargas. Permanecia até o início da noite no escritório e, no intervalo de almoço, se conseguia comer um sanduiche da rede *fast food* mais próxima, já se dava por satisfeita. Seu ritmo era bastante acelerado – quem vê hoje nem imagina. Até que adquiriu uma intensa gastrite. Foi coisa séria, conforme conta, a ponto de um médico lhe dizer que o risco era de câncer. Esse foi o motivo que a fez mudar de hábitos alimentares e depois de emprego.

– Enquanto estava tentando melhorar dessa gastrite, conheci um médico na Bahia que me abriu a mente. E ele disse: “Zélia, quando você chegar no supermercado, não pare nas prateleiras. As coisas mais bonitas estão nas bancas. As coisas vendidas nas prateleiras têm muito condimento, produtos químicos, conservantes”. Eu me vi tomando sopa de abóbora à noite, muitos chás. Aí, pronto, não precisei fazer endoscopia e comecei a melhorar. A parte ácida do meu organismo foi se transformando. Meu estômago ficou mais alcalino. Hoje sou uma culinária, uma *ecochef*, como se diz, porque gosto muito das coisas naturais.

Em 2001, dois anos depois de ter mudado os hábitos alimentares, conheceu o projeto Terrapia, da Fiocruz, fez curso de culinária e aos poucos começou a fazer quitutes para vender. Fez um blog, depois um site, entrou para as mídias sociais e hoje tem uma “marca” chamada Bufet Vivo, que atende por encomendas e ministra oficinas. Duas delas, ambas ministradas na casa da vizinha, Mírian, participei. É um encontro de alunos do Terrapia com pessoas que ela convida. Esses convites partem, muitas vezes, da barraca da conversa, na feira.

Zelinha é mulher pequena, magra, expansiva, cuidadosa e boa de estabelecer trocas. Uma vez que viajou para a Bahia, me trouxe geleia de umbu. Outra vez que fui eu para Goiás,

---

<sup>61</sup> Informação retirada de uma coletânea organizada virtualmente pelo Projeto Terrapia da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). SILVA, Maria Luiza Branco Nogueira da. Livro Vivo – alimentação viva na promoção da saúde e ambiente. Disponível em: <<http://www.terrapia.com.br/apresentao>> Acesso em: 14 set. 2015.

me pediu semente de baru. Me deu biscoito, receita, uma bebida chamada kombutcha, almoço, ensinou a cozinhar e também me pediu um favor curioso a ponto de se tornar uma história deste mapa: em abril de 2015, precisava de ajuda para gravar um vídeo. Fora convidada a participar da primeira edição de um seminário virtual chamado Semana da Alimentação Viva e precisava de uma videoaula pronta até a semana seguinte. “Patrícia, vá para a minha casa depois da feira, passe o sábado comigo. Vou fazer um prato bem gostoso para a gente filmar”. Ela me propôs essa troca e eu topei sem imaginar que isso depois seria parte deste trabalho.

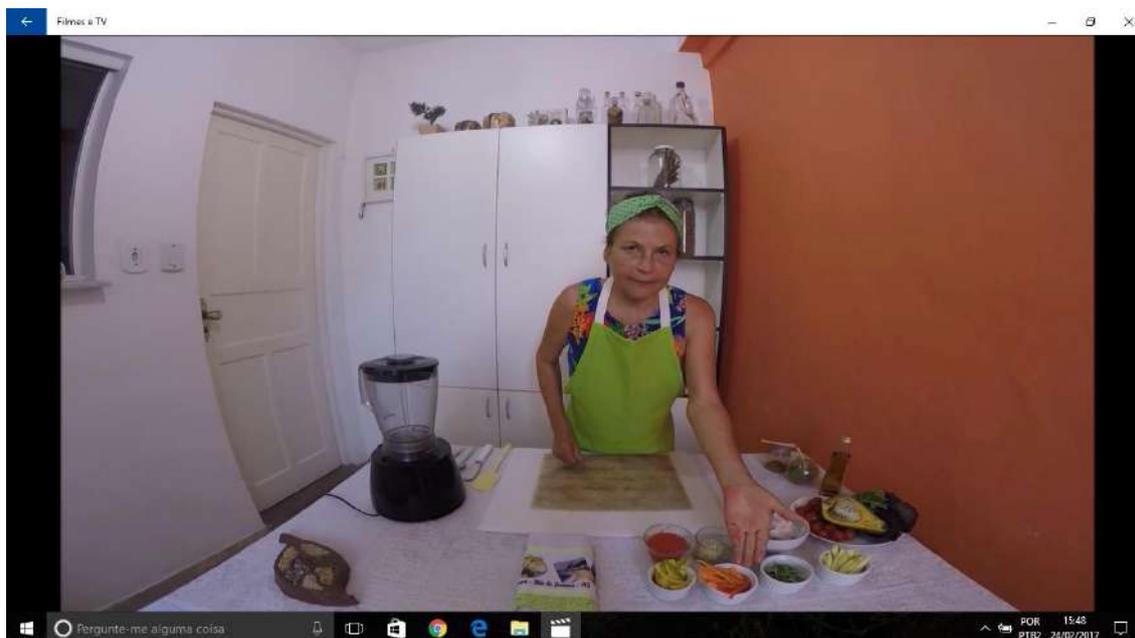
Sua casa fica em uma vila localizada nas imediações da Fazendinha. É um lugar fresco e arborizado, formado por residências germinadas e prédios baixos que contornam uma pequena praça e seguem por uma rua fechada por portões. No dia da gravação, cheguei por volta das 9h e Giana, colega de Zelinha no Projeto Terrapia, já estava com uma câmera *cybershot* nas mãos. Zélia explicaria como usar as propriedades do repolho para produzir um chucrute vivo. A moça sugeriu que o som direto fosse gravado do meu celular, enquanto que as imagens seriam captadas pelo seu aparelho. Concordei. Passamos o dia entre tomadas, repetições, ensaios. Editamos o vídeo de forma caseira e simplificada, no software *Moovie Maker* que conseguimos instalar no computador de Zelinha. Finalizamos no mesmo dia, às 20h, e enviamos para a plataforma da Semav<sup>62</sup>. Exigente, a nossa protagonista não gostou do resultado final. “Não ficou igual o programa da Rita Lobo”, comentou. Ainda assim, nos encheu de agradecimentos e biscoitos integrais de linhaça feitos em um desidratador.

Em 2016, Giana havia mudado de cidade e coube a mim produzir e editar a mesma videoaula (imagem 35). Isso me demandou certo esforço. Mais até do que imaginava. Passei duas semanas gravando, editando, submetendo à aprovação de Zélia, voltando para casa à noite com comida que ela fez enquanto gravávamos. O resultado ficou razoável, mas também não foi o esperado. “Não ficou como o da Bela Gil”, disse. Senti, então, que precisávamos conversar sobre como são feitos os programas de TV, que equipe eles demandam e em quais condições são produzidos. Ela entendeu, mas no fim não quis submeter sua aula à plataforma virtual. “Desisti da Semav, estavam me exigindo muita coisa”, informou, sem entrar em detalhes. Não insisti, pois para mim mais importante foi aquela experiência dos videobanquetes.

---

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://semav.com.br/>> acesso em 15 set. 2016.

### Imagem 35 – Zelinha no set de filmagem improvisado em sua cozinha



Fonte: Acervo pessoal

### 3.3. Hannah Cassy Potiguar

Na Praça Marechal Maurício Cardoso, uma mulher franzina, com idade entre 40 e 50 anos, pele cor de jambo, cabelos lisos e olhos puxados é conhecida como “a índia”. Seu nome é Edimilza Januária de Sousa. Ela começou a frequentar o lugar em 2015, quando soube por Ana, durante uma reunião da Rede Comunitária da Penha “Tamo Junto”<sup>63</sup>, que ali havia uma feira onde as pessoas se reuniam. Sua intenção não era, necessariamente, consumir os alimentos orgânicos. “Quase não compro aqui”, assumiu, sem constrangimento, uma vez que quem cuida da comida em casa é sua sogra. Edimilza queria, na verdade, expor sua arte.

“Meu marido viu no jornal Rio Suburbano que as pessoas se apresentavam aqui”, indicou. Assim ela teve notícia de que o grupo de teatro Tá na Rua, dirigido por Amir Haddad, passou pela praça. Quis logo ver. E se expressar, pois a índia dança. Há anos faz aulas e se aventura a montar suas próprias coreografias para se apresentar nas ruas da cidade. “Sempre gostei de dançar”, afirmou.

Certa ocasião, fez performance uma escola da Penha e pediu para as crianças escolherem um nome artístico. Eis que surgiu Hannah Cassy. Foi um resultado aleatório, segundo ela, da imaginação deles, mas que depois fez sentido. “Sabe o que quer dizer Hannah Cassy? Cheia

---

<sup>63</sup> Grupo de associações de moradores da Penha, suas favelas e arredores.

de graça! Tem tudo a ver comigo”. O sobrenome Potiguar veio depois, quando Edimilza resolveu homenagear os povos indígenas do lugar onde nasceu:

– Sou da Paraíba, de Cachoeira dos Índios, que fica no município de Baía da Traição. Lá existem os indígenas potiguares. Potiguar quer dizer “aquele que vigia seu povo”. Não nasci na aldeia, quando era criança já morávamos todos nas casinhas, mas sou potiguara – afirmou.

Seu sonho é ser artista. Já trabalhou na televisão. Fez figuração na novela *Perigosas Peruas*, exibida pela TV Globo na década de 1990. Participou como bailarina do programa do Raul Gil, por volta dos anos 2000, na emissora Rede TV. Queria encontrar alguém que a ajudasse a dançar na abertura da Copa do Mundo, em 2014, ou das Olimpíadas, em 2016. Não conseguiu. Passou dias chateada, mas foi adiante. “Sei que as pessoas gostam de mim e que tenho vocação”, declarou, incentivando-se.

Hannah Cassy Potiguar conseguiu espaço na Leopoldina Orgânica, no primeiro sábado de maio de 2016. Na véspera, me telefonou:

– Olá, sou Edimilza, “a índia”. Ana do CEM foi quem me passou o seu número. Vou dançar na feira, você pode filmar e depois me entrevistar? – Concordei, de imediato. Lembrei-me dos momentos em que fiz vídeos para Zelinha, gravei Mestre Jonas cantando suas músicas e registrei, a pedido de Sylvio, um grupo de capoeira que fazia roda na praça. Ligar a câmera passou a ser minha função diante do grupo.

Chegou o dia. Hannah Cassy Potiguar apresentou quatro coreografias de 5 a 7 minutos que manifestavam narrativas de um mesmo tema: meio ambiente. Em uma das danças, denunciava as queimadas. Em outra, falava dos costumes indígenas. Também tratou da seca e da poluição das águas doces. No processo criativo, usou como fonte de inspiração o grupo peruano *Alborada Sinfônica* (imagem 36).

– Escolhi dançar as músicas do *Alborada* porque me lembram os Jesuítas. Se passarmos as letras para o Português, o grupo fala coisas bonitas. Os movimentos fiz em libras, para as pessoas que não falam e não escutam. Fiz os gestos do fogo, da água e dos alimentos, da caça e da pesca, da terra, da semente (imagem 37). Também tem *Manancial*, uma música que fala sobre a água que está acabando, os rios que as pessoas estão destruindo. Aqui no Rio de Janeiro tem muita água, mas já está suja. As pessoas não tomam banho no rio, elas fazem bagunça, fazem aquelas necessidades nas árvores, acendem vela, deixam pegar fogo na mata. Seria muito bonito se vivêssemos uma vida como nos vídeos do *Alborada*. Mas, não vivemos. Tem também a *Diáspora*, uma música que eu danço e que significa a procura. O pássaro é que viaja à procura de outra floresta, porque a dele pegou fogo. As pessoas estão soltando muito balão na mata.

Em sua expressão, conforme destacou, há também elementos de sua infância na Paraíba:

– Guardei muita história que minha mãe contava. A gente fazia panela de barro, artesanato, meu pai trazia preás da caça. Tem também a flauta que eu tocava quando era criança. Eu lavava roupa no rio e botava para clarear e secar no mato, tinha a pedra anil que a minha mãe botava na roupa, para ficar cheirosa. Aí quando a gente botava a roupa para secar eu tocava a minha flautinha e a gente comia castanha que caía das árvores.

### **Imagem 36 – Grupo peruano Alborada Sinfônica, inspiração de Edimilza**



Fonte: YouTube < <https://www.youtube.com/watch?v=esXYdX0yZ1U>>

Para compor o figurino, sua sogra lhe ajuda na costura e ela se encarrega do desenho e do molde. Às vezes também recorre aos serviços de outras costureiras. “Umás quatro diferentes”. Edimilza disse preferir usar as roupas compridas, forradas, de cores fortes, franjas nos braços e pernas, detalhes bordados. Por isso, busca como exemplo a vestimenta dos indígenas equatorianos, mexicanos ou estadunidenses que vê na Internet. Sobretudo, os que aparecem em videoclipes e filmes. Com base no seu imaginário, ela estabeleceu uma diferença entre “índios do Brasil” e “índios das Américas”:

– Não gosto de dançar como os índios daqui. Eles batem muito os tambores e dão uma impressão de macumba. Outra coisa diferente é a roupa. Se eu fosse dançar uma música do índio do Brasil, ia ter de dançar pelada. Mas, não quero. Sou católica e danço muito para a Igreja.

**Imagem 37 – Hannah Cassy Potiguar dançando na Feira de Olaria**



Fonte: Arquivo Pessoal

Para Edimilza, que foi catequizada ainda menina, muitos elementos da cultura indígena são “feios” e “imorais”. Os instrumentos musicais, o corpo, a linguagem, por exemplo. Ainda assim, ela sente que precisa “ajudar” seu povo: “Quero dar uma força para os índios. Quero mostrar que o índio tem capacidade, é inteligente. Há muita discriminação”.

Edimilza passou a infância no sertão da Paraíba. Desse período, guarda lembranças que me relatou em fragmentos: a casa isolada, entre pastos e mata; Cajazeira, a cidade mais próxima que, ainda assim, era difícil de alcançar; o pai trabalhando na roça ou indo à caça; a mãe fazendo infusões com ervas; uma caminhonete “Rural” que buscava os trabalhadores para levar para outras plantações; os chinelos que não tinha; a fome; os rituais de seu povo, reproduzidos mesmo que já não estivessem todos em um único território. As plantas: cajarana, cajá, seriguela, amendoeira, banana da terra, manga, caju, juá, catolé. A Igreja.

– O povo indígena é assim: fala com a nossa mãe lua, fala com o sol. Quando tem alguém perdido, a gente pede ao sol. Quando minha mãe queria receber uma notícia, lia o fogo. Ela fazia xarope para as pessoas carentes. Entrava no mato e entendia o que a gente podia comer. Ela trazia uns coquinhos, macaúba, que a gente gostava de comer. Trazia um preá para assar, para gente comer, para dividir com todo mundo. Meu pai trazia um pão grande no bolso que ele usava, de couro. A gente ficava tudo ansioso, esperando o que ia comer. Minha família sempre foi católica. O índio tem muitas histórias com católico, desde o Padre Anchieta.

Aos oito anos, Edimilza foi doada para uma espanhola, alguém que aprendeu a chamar de tia. Se afastou dos pais e sofreu bruscamente uma mudança de vida. Se viu no Rio de Janeiro, em uma casa branca e grande da Tijuca, onde viviam a tia, o marido da tia, as filhas da tia, a irmã da tia. Ela era a agregada, com deveres a cumprir: limpar, cozinhar, lavar, passar, engomar. A oportunidade de estudar chegou tarde, na adolescência. Descobriu que queria ser artista depois que um padre – alguém que aparece com frequência em suas recordações – lhe apontou a “vocação”.

– Minha mãe deu o documento para ela e eu vim, tudo registrado. Só que nessa casa em que eu morei não me deixaram estudar. Só fui para a escola quando uma pessoa fez a denúncia para o juizado. Por isso é que às vezes a gente não estuda, porque a gente vai morar e trabalhar na casa dos outros. E os outros não dão oportunidade para a gente. Aprendi a ler com 14 anos. Achei interessante. Me botaram em uma escola, Mobral, dentro da Igreja. O Mobral não gostei muito, era para pessoa bem atrasada. E eu peguei rápido. Não estudei aquelas grandes coisas, mas aprendi rápido. Aí fui para outra escola e estudei mais um pouquinho. Na igreja, era trabalho voluntário das professoras. Na escola, já tinha mais coisa para aprender. O Padre Honório, da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Ordem Terceira, da Tijuca, me ajudou muito. Ele comprava roupa para mim, pois eu era a mais pobre da comunidade. Ele pedia para a minha tia me deixar dançar. Eu sempre me amarrei em dança, em ser artista, e ele percebeu isso.

Quando Edimilza chegou na cidade do Rio de Janeiro, estranhou. “Só gostava de andar de barca, mais nada”. Hoje, se sente carioca. E explica que o termo quer dizer “casa do índio”. Quando conheceu seu marido, um português, que também se apresenta como ator, se mudou para a Penha. Ao se afastar da família que a criou, se sentiu livre para levar os sonhos adiante.

– Conheci meu marido no Largo da Carioca, filho de português, você viu? Branquinho. O vi pela primeira vez saindo da Igreja de Santo Antônio. Depois que vim para a Leopoldina, fiquei mais à vontade. Eu gosto de dançar, tem tudo a ver comigo.

Ao dançar em praça pública, naquela manhã de maio, Hannah Cassy Potiguar trouxe ao microfone aberto da Leopoldina Orgânica a temática indígena. Deu visibilidade ao que lhe afeta, como queria. Porém, havia em sua figura algo que só pude compreender no momento da entrevista. Em suas falas, declarações, memória e trajetória, reverberavam uma tentativa de branqueamento de si, por meio da religião e da vida artística. Algo, talvez, que lhe tenha sido oferecido a vida inteira. Algo promovido pela “ideologia do embranquecimento” (SODRÉ, 1999) com a qual sempre teve de lidar e negociar. Em seus olhos, a ambiguidade do racismo

ardia e doía, afirmando e ao mesmo tempo negando sua própria história. Essa era a real problemática que vinha “a índia” nos trazer.

### **3.4. Nos jardins da Saara**

Tomou um táxi na Rua Dr. Nunes, Olaria. Ofereceu-me uma carona. Tinha consigo uma sacola cheia de verduras e hortaliças que comprou na feira. Já passava das 12h e estava apressada, pois ainda faria o almoço da família. Deixou-me na altura de Bonsucesso, esquina da Avenida Brasil com a Avenida Paris, pois ali eu tomaria um ônibus da linha 485, rumo ao centro da cidade. Seguiu viagem até sua casa, a algumas quadras adiante. Havíamos passado a manhã na residência de Mirian, em uma oficina sobre “alimentação viva” ministrada por Maria Zélia. A oficina foi anunciada semanas antes, na Feira Orgânica da Leopoldina. Era final de 2014. Foi assim que conheci Eutaníria Procópio dos Santos.

Naquela tarde de sábado, ela estava bastante entusiasmada com o que aprendemos: germinar sementes, fazer suco de clorofila e queijos vegetais. Ia comemorar seu próximo aniversário em abril de 2015 e já sonhava com uma festa “toda natural”. Nos meses posteriores, tivemos outros encontros na feira. “Ainda não terminou essa reportagem?”, me perguntava em tom de brincadeira, sempre que me via. Eu respondia que isso só aconteceria quando conseguisse entrevistá-la. Sorríamos. Continuávamos a conversar sobre qualquer assunto relativo àquele universo que nos circundava. “Levei uma muda de chaya e plantei em um vaso, lá em casa. Você precisa ver, está enorme”, confidenciou, certa vez.

Eutaníria sorri com facilidade, tem o olhar atento, gosta de plantas, se preocupa com a alimentação, quer evitar os agrotóxicos. Na feira, observei que ela se animava com qualquer conversa e trazia junto à sua lista de compras uma série de perguntas para fazer aos feirantes. “Quero saber tudo, para que serve, como planta, como aproveita”, relatou. E se eles não sabem a resposta, ela pesquisa e retoma o assunto na outra semana. “Observo como é a planta, a cor, a forma. E faço a pesquisa no Google. Por exemplo: ‘verdura com o talo grosso’. Aparecem várias imagens e eu vou procurando até identificar alguma. Aí vejo mais ou menos qual é e levo de volta”, explicou.

No tempo em que passei observando as relações na Praça Marechal Maurício Cardoso, ela foi uma das freguesas mais assíduas e participativas. Além de frequentar as oficinas de Zelinha, quis também conhecer a rotina dos agricultores. Em uma oportunidade que teve, foi com uma excursão ao Brejal. “Levei meu filho, que nunca tinha visto brócolis, couve-flor e

cenoura na terra. Ele adorou e depois dessa visita até passou a comer mais verduras e legumes”, comentou.

Quis entrevistá-la não somente para “terminar a reportagem”, como ela dizia, mas também para conhecer melhor sua história e os motivos de ela estar na feira de forma tão empenhada. Por escolha dela, pensando em sua própria rotina, marcamos esse encontro fora do ambiente ao qual estávamos acostumadas a nos ver. Já era 2016. Combinamos às 7h30 de 11 de abril, segunda-feira, na Rua Buenos Aires, em frente ao Campo de Santana e ao lado do Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde ela trabalha. “Entro às 9h, quero comprar algumas coisas no Saara. Você aproveita e vai comigo”, sugeriu. Paramos em uma lanchonete localizada ao lado de uma loja que vende produtos para jardinagem e paisagismo artificial. Com a mesma gentileza que me ofereceu aquela carona em 2014, Eutaníria me convidou a tomar café da manhã, pão na chapa e pingado. Aceitei de bom grado e liguei o gravador.

– Como você conheceu a Feira Orgânica da Leopoldina?

– Moro em Bonsucesso, sou da região. Já tinha ido naquela praça duas vezes para levar meu filho e minha mãe na vacinação do posto de saúde [Policlínica José Paranhos Fontenelle]. E agora meu filho começou a fazer natação no clube Olaria, então passo mais vezes ali. Mas a feira eu conheci por meio da Abio, que fez um trabalho no Tribunal. As pessoas vinham toda semana vender verduras e legumes. Não era uma feira, era um balcãozinho. E começaram a divulgar o Circuito Carioca. Eu já tinha hábito de comprar alimentos orgânicos em um site. Onde moro, não tenho acesso às coisas naturais. Quer dizer, tudo é natural, né? Digamos assim, ao que é menos tóxico. Na Zona Sul você já tem a opção de escolher se quer o produto com agrotóxico ou sem agrotóxico. Mas em Bonsucesso não há essa opção. A primeira vez foi agora com essa feira de Olaria. Foi a primeira feira da Zona Norte. Depois é que abriram as do Meier e do Grajaú.

– E como você se interessou por orgânicos?

– Foi mesmo por me conscientizar dos efeitos dos agrotóxicos. Quando eu tive o meu primeiro filho, o Victor Hugo, eu não me preocupava muito com a alimentação dele, não tinha tempo. A minha mãe cuidava dele e eu tinha de trabalhar. Com o meu segundo filho, o Iuri, que eu passei a me preocupar mais com essa questão da alimentação. E eu tinha o maior trabalho quando comprava a verdura no supermercado e vinha com agrotóxico. Tinha de deixar no cloro, aquele negócio que é caríssimo, ou no limão. Esse processo todo já vai demorando e o tempo está cada vez mais corrido.

Imediatamente Eutaníria se lembrou do aniversário “natural” que fez em 2015. Ela havia me falando dele em 2014, quando nos conhecemos. Um desejo realizado, que me contou em

detalhes. “Foi em homenagem à feira orgânica”. A festa foi de comemoração aos seus 53 anos e aos 12 de seu filho caçula. O lugar escolhido foi o Parque Shangai, ao ar livre, com decoração sustentável e um banquete preparado por Zelinha. “ Fizemos tudo sem forno”, reforçou. No cardápio, ela se lembra de servir suco, churrasquinho de frutas, chips de banana etc. “Minha família reclamou porque não tinha cerveja, nem refrigerante. Mas, de resto, todo mundo adorou, principalmente as crianças”, declarou. “Esse ano não fiz festa, as coisas estão mais caras”, contextualizou.

– Mas, me diga, nesse tempo que você frequenta a feira, o que tem observado?

– Antes eu chegava lá ao meio dia e encontrava muita coisa. Hoje tenho que ir mais cedo, se não acaba. Isso pode ser um sinal de que pessoas estão procurando mais os orgânicos. Por outro lado, a feira também está ficando mais pobre. Um rapaz me falou que é a safra que não está boa. Por isso tem pouca coisa nas bancas. Mas, vejo que tem gente que não vai mais. A moça do suco, por exemplo. Ela deve ter ido para outra feira. Porque se tem um suco que custa R\$ 10,00 e um refrigerante que custa R\$ 3,00, é mais fácil comprar o refrigerante, né? Muita gente foi para o Méier. O Antônio também não tem ido. Ele era biólogo ou engenheiro florestal, não sei. Não o vejo mais lá.

Antônio, segundo Eutaníria, foi alguém que ela conheceu na praça e que lhe forneceu orientações sobre como cuidar de suas plantas, como fazer as mudas crescerem e como organizar um sistema caseiro de irrigação – usando somente garrafas de plástico reciclável. Ao longo da conversa, ela mencionou seu nome por, pelo menos, quatro vezes. “Ele me incentivou muito e hoje tenho manjerição, alfavaca, chaya”, enfatizou. Foi alguém importante que a fez despertar para um desejo antigo que era o de cultivar. “Hoje tenho ‘melhoral’, ‘penicilina’, tudo no quintal... [risos]. E quando fico doente procuro primeiro as plantas para depois procurar um médico”.

A conversa, cheia de amenidades, chamou minha atenção para o apreço que Eutaníria demonstrou pelo que estava a chamar de “o natural”. Algo que parecia ir além dos elementos da natureza. Esse “natural” eram as plantas, os alimentos sem agrotóxicos, o suco verde, as sementes germinadas, mas também um significado que brotava em sua fala de forma não linear, conduzindo-nos aos cantos de sua memória. Se atualmente Eutaníria tem em sua casa um jardim de vasos de plantas cujas mudas em boa parte levou da feira de Olaria – e foi o que ela quis destacar durante sua entrevista –, isso se deu graças a pessoas que conheceu na praça Marechal Maurício Cardoso, tais como o mencionado Antônio, e graças, ainda mais, a um desejo renascido dentro dela.

Eutaníria morou em um apartamento conjugado de Copacabana por certo tempo. Não precisou quantos anos ou décadas. Talvez, até conseguir comprar a casa de Bonsucesso, para onde foi no início dos anos 2000. Não tinha espaço, não tinha tempo. Porém, sua mãe sempre gostou de plantas e isso sempre foi para ela uma referência. Uma das lembranças mais marcantes de sua infância, por exemplo, é a mãe mexendo na terra:

– Quando éramos crianças, éramos muito pobres. Ela plantava para a gente comer. Não tinha como comprar comida. Então a gente comia tomate, abóbora e mato. Não sei se você percebeu, mas sábado, na feira, comprei caruru. As pessoas acham que é capim. Assim como a beldroega e a trapoeraba. São plantas que muita gente acha que é mato. Minha mãe plantava para nós. Hoje compro e boto no suco, faço salada. Tenho uma planta em casa que é a *ora-pro-nóbis*. Existem vários tipos. Essa planta está na feira também. Ela tem muitos nutrientes, substitui a carne.

Na visão de Eutaníria, nesse período de sua infância, apesar das dificuldades materiais, sua família levava uma vida saudável e com razoável qualidade:

– A nossa casa era de madeira, mas era tudo arrumadinho. Não tinha esgoto aparente. E tinha um pedacinho de terra, minha mãe plantava ali. Desde os cinco anos ela trabalhou na roça. Veio da Bahia para o Rio de Janeiro aos 19 anos com esse hábito de plantar. No interior as pessoas plantavam para poder comer e trocar entre si. Não tinha esse negócio de comprar. Trocavam milho por arroz, por feijão. Minha mãe contou que veio conhecer dinheiro aqui no Rio de Janeiro – lembrou.

O chão fértil a que Eutaníria se refere ficava na Ilha das Dragas, onde ela morou até os nove anos. Essa foi a primeira favela a ser extinta dentro de um programa de remoções encampado na cidade do Rio de Janeiro a partir de março de 1969 pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), autarquia do Governo Federal criada em 1968 (PERLMAN, 1976). Localizada nos arredores da Lagoa Rodrigo de Freitas, em frente ao que hoje é conhecido como Parque da Catacumba, a favela era habitada por cerca de 430 famílias (CHISAM, 1969), ou 2,5 mil pessoas (VALLADARES, 1980), que foram levadas para os bairros Cidade de Deus e Cordovil. Dois meses depois da remoção da Ilha das Dragas ocorreu um incêndio na Praia do Pinto, onde está localizado atualmente um conjunto de edifícios de classe média alta conhecido como “selva de pedras”. Tal evento foi sentido e entendido pelos moradores do lugar como um incidente e, mais do que isso, como um aviso para outras favelas removidas depois de 1970, como a Catacumba (BRUM, 2012; VALLADARES, 1980).

A mudança da Lagoa para a Cidade de Deus operou transformações na vida de Eutaníria:

– Morávamos na beira da Lagoa Rodrigo de Freitas, em frente ao Sítio-Libanês. Agora aterraram tudo por ali. Nos tiraram de lá e nos levaram para a Cidade de Deus, para ficar bem longe de tudo. Eu tinha nove anos. Lá até dava para a minha mãe plantar, mas a gente foi morar em uma triagem. Era uma casa germinada. Uma do lado da outra. Você já viu aquele filme Cidade de Deus? Não tinha umas casas enfileiradas, parede-meia? Então. Era assim. A gente foi morar nesse lugar que era um quarto e sala com banheiro. E minha mãe precisava trabalhar. Então ela saía e deixava a gente com uma vizinha, cuidadora. E meu irmão era muito rebelde, não aceitava ninguém, ele era cinco anos mais novo. Então chegou um tempo que eu já era mocinha e ela me deixou cuidando dele. Só que eu não cuidava dele, eu era moleca igual a ele. Nós corríamos pelo meio da rua, deixávamos a casa uma bagunça. E começou a ter assalto na Cidade de Deus. A rua começou a ficar perigosa. Chegaram a entrar na casa de uma vizinha para roubar as coisas. Entraram lá em casa também. Mas lá pegaram um liquidificador. A gente não contou para a minha mãe. Eu e o meu irmão tínhamos pacto de não aborrecer a minha mãe com nada. Minha mãe nunca bateu na gente. Meu irmão não tem estudo porque minha mãe não forçava. Ela falava: já que seu anjo da guarda não quer, não precisa estudar. E eu gostava de estudar. Eu ia para o colégio, adorava tirar nota boa. A gente fazia tudo em função da minha mãe, queria fazê-la feliz. Só que um mês depois assaltaram a vizinha e esfaquearam ela. Aí minha mãe ficou sabendo do que estava acontecendo no bairro e botou a gente em um colégio interno. Eu fui para Botafogo e meu irmão foi para um colégio em Paquetá.

Os casos de violência na Cidade de Deus fizeram com que sua mãe tomasse a decisão de se afastar dos filhos. Quando tinham folga, Eutaníria e seu irmão saíam do colégio interno direto para uma casa onde a tia morava, em Copacabana. Sua mãe se mudou para o complexo da Maré. Na juventude, já inserida no mundo do trabalho, Eutaníria decidiu acompanhá-la. A penúria foi maior, o que também a fez tomar decisões:

– Minha madrinha trabalhava numa casa de família em Copacabana. Em todas as minhas folgas minha madrinha me levava para a casa dessa família. Quando eu saí do colégio interno já fui morar com eles. Não sei o que minha mãe fez com essa casa da Cidade de Deus. Mas aí minha mãe já tinha uma casinha na favela da Maré e eu fui morar com a minha mãe. Era um casebre. Aquelas palafitas, sabe? Passava o esgoto bem debaixo do nosso assoalho. Passava o esgoto e a gente em cima daquilo para dormir, para comer, para tudo. Desse tamaninho assim. Não tinha nada. Tinha um fogãozinho pequeno, que nem era fogão, era uma lata que ela usava para esquentar água e fazer a comida. E tinha uma poltrona que a gente dormia nós duas. Meu irmão, nessa época, ainda estava no colégio interno. Não era mais em Paquetá. Era aqui na Saúde. Um projeto que tinha do Pequeno Jornaleiro. Eles vendiam jornal na cidade inteira, tinha

um uniforme azul, uma boininha azul. Lá eles estudavam, tinham natação, tudo. Meu irmão é muito inteligente, ele mexe tudo na internet, sabe de tudo, tem uma letra bonita, ele que me ensina tudo. Mas, não tem estudo. Não terminou o primeiro grau. Eu falo para ele voltar, mas ele não quer. Ele fala que não tem mais idade. Eu falo: tem sim, eu terminei a faculdade com 42 anos. Eu fiz Contabilidade.

Eutaníria conquistou profissão, estabilidade, família, companheiro, filhos, casa própria. Demonstrou orgulho de sua história, narrando seus fragmentos de recordação de forma muito tranquila, entre um gole e outro do café. Ao falar de sua mãe, imediatamente retomou o assunto da alimentação e das plantas:

– Minha mãe tem 90 anos e mora comigo, com meu marido e meus filhos. Falamos que é por causa da alimentação que ela vive tão bem. Ela não tem nenhum problema de pressão, não tem dor nos ossos, essas coisas que idoso tem, ela não tem. Ela cozinha a própria comida. Não come carne. Só come frango e peixe. A cabeça do peixe principalmente. Ela não janta. Cuida do cachorro, das plantas, briga comigo que eu não cuido. Ela junta todas as cascas de frutas e verduras para que depois eu bata no liquidificador e jogue na terra. É para as plantas crescerem adubadas.

Sua mãe a incentiva a cuidar das plantas, que estão todas suspensas, nos vasos. Curiosamente, em sua casa, atualmente, não há local que não esteja cimentado. O motivo, segundo ela, é a força da natureza atravessada pelas intempéries da cidade, que invade sua casa em dias de temporal:

– A cidade é uma selva de pedras, né? É pedra para tudo quanto é lado, você não vê terra. Eu, quando comprei minha casa, queria ter terra. Mas aí não pude por causa da enchente. Tive que tirar toda a terra e botar cimento porque lá onde eu moro tem esse problema da enchente, pois o rio Faria-Timbó passa perto. Em 2013, meu muro inteiro caiu porque o rio transbordou. Alagou minha casa toda. E eu não posso ter nada assim de terra porque a água infiltra. Ela passa por baixo e entra dentro de casa. Então tive de vedar tudo o que eu pude. Tive de adaptar a casa, botei válvula de retenção, comporta. Na rua dá dois metros de água e lá na minha casa dá um palmo. É uma lama preta bem suja, a água fica empoçada ali. E não cuidam do rio. Não sei o que acontece. As pessoas não têm consciência, jogam lixo na rua. E lá em casa já ficamos preparados.

Além da miséria e do esforço para sobreviver, o lixo, o esgoto e a ideia de “sujeira”, de “impureza” apareceram bastante na narrativa de Eutaníria. Na conversa que tivemos, ela confrontou seu passado com o presente e estabeleceu uma contraposição muito evidente entre o “artificial” e o “natural”, a “contaminação” e a “saúde”, o “orgânico” e o “inorgânico”, o

resquício de campo que tinha na favela da Lagoa e a cidade atual, de pedra. A lama da Maré, o concreto da Cidade de Deus e a terra fértil da Ilha das Dragas transbordam, tal como o Faria-Timbó, de sua memória para as práticas cotidianas e para o que anseia.

– Você tem vontade de ir para o campo? – Perguntei, ao final da conversa, diante do que me contou.

– Nunca tive contato com o campo. Fui só para um lugar ou outro, a passeio. O campo é vida. Você tem terra. Você tem a chuva. Você aproveita tudo isso. Deixa molhar. A chuva e o sol fazem parte da vida. Falta isso na cidade. As pessoas até podiam plantar mais. Uma árvore frutífera. Eu até plantei na praça que tem em frente à minha casa. Mas as pessoas vão lá e arrancam. Não tenho tempo de ficar lá olhando, cuidando. Mas as pessoas que moram ali em frente podiam cuidar também. Na porta da minha casa tem uma pitanga, uma carambola e um flamboyant. O vizinho reclamou que caia muita flor na casa dele. Então tive de cortar o flamboyant. Uma pena, mas ele reclamou e eu não queria incomodá-lo. Eu arranquei, matei o flamboyant, não teve como. Então se as pessoas colaborassem mais nos espaços, teríamos mais verde, mais plantas.

O campo, para Eutaníria, é um lugar imaginário, o oásis em meio à “selva de pedras”, mas não necessariamente para onde ela se mudaria. Ela quer a natureza por perto, sobretudo, em razão de suas condições na cidade. E essa parece ser uma de suas lutas constantes, em casa, na vizinhança, na feira.

Encerrou a conversa, pois antes de iniciar seu trabalho no TCE queria ir até a loja que vende produtos de jardinagem. Fui junto, era bem ao lado da lanchonete onde passamos aquela última hora e meia. Estávamos na Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (Saara), ambiente do Rio de Janeiro que mescla tempos, texturas e sentidos. Na loja, folhas, galhos, sementes, pedras, flores, caules, tudo era plastificado. “Venho aqui sempre que quero enfeitar alguma planta”, explicou. No caso, ela tinha três mudas de manjeriço em casa e queria dar de presente para três amigas diferentes. “Está faltando alguma pedra ou palha, vou ver aqui o que combina mais”. Saímos de nossa conversa diretamente para um jardim sintético. Circulamos por entre suas colunas e estantes durante vinte minutos. Ela fez suas escolhas, foi ao caixa, pagou e antes de sairmos fez uma pose e pediu (imagem 38):

– Tire uma foto minha bem aqui no meio dessas plantas. Essa é a natureza da cidade. Ponha isso na sua reportagem, para terminar. E vá almoçar lá em casa qualquer dia desses!

**Imagem 38 – Eutaníria nos jardins da Saara**



Fonte: Acervo pessoal.

#### 4. PISTAS DE UM CAMINHAR

*“Caminante, son tus huellas / el camino y nada más; / Caminante, no hay camino, / se hace camino al andar” – Antonio Machado*

*“...o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” – Riobaldo/João Guimarães Rosa*

O “meio da travessia” é uma instância indefinida, um intervalo, um entremeio. É, ao mesmo tempo, “o que” gera movimento, “onde” se troca o pé que aperta – ou afrouxa – o passo, “quando” se escolhe o rumo a seguir. Havia um ponto de partida, bem ou mal haverá um fim. Mas somente o meio, com suor e cansaço, está marcado. Da chegada, é possível olhar para trás e reconhecer todo o trajeto. Em uma postura de revisão, se nota a surpresa: o próprio caminho. Uma vez alcançado, aquele fim se tornou outro, lapidado no fazer. O meio, ou a ação de percorrer, transformou a travessia em resultados do viver. Este capítulo aconteceu “no meio da travessia”: foi pensado, literalmente, em movimento e escrito em postura de revisão. Ou seja, uma metodologia passou a existir enquanto tal durante o processo investigativo.

Ancorada na abordagem comunicacional proposta por Muniz Sodré (2013; 2014), que defende a “superação das barreiras disciplinares” (2013, p.70) e me permite articular correntes teóricas distintas, esboço a seguir as pistas do trabalho empírico: i) modos de enveredar, ii) modos de fazer, iii) modos de agir e iv) modos de escrever. A ideia é descrever como foram, respectivamente, os processos de delimitação do território pesquisado, de escolha das práticas teóricas a seguir como método, de realização procedimental da pesquisa empírica e da definição de uma forma de redigir e apresentar o texto.

Ao recorrer à ideia de “modos de...”, faço alusão ao trabalho de Michel de Certeau que apresenta a “bricolagem” (1994, p. 92), recurso identificado nas práticas cotidianas, como ferramenta possível também para o trabalho científico. Os “modos de...” das pessoas “ordinárias” constituem um jogo de “estratégias e táticas” inserido nos usos da cultura vigente que subvertem a ordem social a seu modo e produzem como resultado a emblemática “sucata”, um produto forjado em “trajetórias” diversas (CERTEAU, 1994, p.p.91 – 106). Nesta pesquisa, “modos de...” tem esse caráter artesanal e de aproveitamento. É a exposição do que fiz e de como fiz, com base no que pude estudar. Talvez, as ideias originais dos autores aos quais recorri sejam mais completas e profícuas, certamente o conteúdo não se esgotará aqui, mas esta foi a maneira encontrada para dialogar.

#### 4.1. Modos de enveredar

No princípio, era um tema nas mãos e um território desconhecido a percorrer: “mundos do rural” no Rio de Janeiro. Como começar? Em uma fase “exploratória” ou “prospectiva” (ISER, 2006; ALAMI, et. al., 2010) desta investigação, escolhi como pano de fundo tudo o que estava relacionado a agricultura urbana, agroecologia e agricultura orgânica. Passei a “seguir” grupos, projetos, movimentos, entidades e eventos anunciados nas mídias sociais e, ao mesmo tempo, percorrer espaços diversos da cidade – e quiçá do campo – até delimitar um possível “objeto” de estudo. Assim, meu ponto de partida foi a cidade, minha condicionante foi estar à deriva – tanto no fluído da rede mundial de computadores quanto no concreto das ruas – e minha primeira ação foi caminhar.

Quando o corpo humano se movimenta, dando um passo à frente de outro e ao mesmo tempo equilibrando-se, invariavelmente se modifica, pondo-se em contato com outros corpos, espaços, intervalos, intersecções e uma gama de sensações. Essa ação produz percepções novas que podem ser exploradas, elaboradas e reconstruídas, dada a atividade do mundo exterior. Caminhar é isso. Presença de mundo. Um se deixar afetar, aguçar as percepções, se perder, desviar por outras rotas, viver a liberdade de não saber as horas. “Caminhar não é um esporte”, advertiu Frédéric Gros (2010, p. 10). É a oportunidade de não depender de resultados, de romper com determinadas regras de convívio (onde carros não passam, por exemplo, um pedestre pode perfeitamente passar), de sair do lugar com consciência. “Tudo o que me liberta do tempo e do espaço *me aliena à pressa*” (GROS, 2010, p.12).

Caminhar é experiência e diálogo com o mundo. Tanto que, ao longo da trajetória da humanidade, muitas das decisões foram tomadas, muitas das histórias foram contadas e muitos dos lugares foram descobertos graças ao deslocamento físico e psíquico provocado pelo movimento e pelo nomadismo (CARERI, 2013). Na modernidade, associada ao sentido de “errância”, a ação tornou-se um modo de ser, ver e dizer, ou seja, uma poética (JACQUES, 2005; CARERI, 2013), adquirindo lugar cativo nas manifestações do pensamento humano: a literatura, a filosofia, a arquitetura, as artes etc. Kant, Rousseau, Nietzsche, Rimbaud, entre outras figuras, caminharam (GROS, 2010).

Quando os hábitos burgueses e as cidades industriais se consolidaram no mundo ocidental, caminhar sem rumo era uma prática de ociosos e excêntricos encarada com um quê de mistério e admiração. A palavra *flânerie*, em francês, foi cunhada por Charles Baudelaire, na obra *O Pintor da Vida Moderna* (1863), para descrever uma espécie de sobrevoos do corpo e

dos olhos por um mundo exterior repleto de gente. Na ocasião, Baudelaire apresentou o que lhe parecia mais peculiar na obra de um artista que retratava prostitutas, soldados, mendigos e boêmios: a deambulação. Como forma de valorizar o trabalho de Constantine Guys, um homem considerado à frente de seu tempo, o autor apresentou a *flânerie* como um modo de buscar inspiração, um procedimento de captação de modos de vida. A dádiva do artista estava, para Baudelaire, justamente, em “desposar a multidão” sem se envolver, lançando-se pelas ruas sem pressa, averiguando feições, buscando sensações (BAUDELAIRE, 2010, p.29).

Antes de Baudelaire, Edgar Allan-Poe, em Londres, escreveu sobre algo semelhante, dando ênfase, contudo, à perturbação. No conto *O homem da multidão* (1840), o narrador-personagem persegue incrédulo um senhor maltrapilho de cerca de 65 anos que não tem parada. Na ficção, ele caminha atrás do “velho” por uma noite e um amanhecer, percebe suas reações – que ora são de cansaço, ora se reanimam – e não consegue compreender de onde vem ou para onde vai aquele homem. Antes de notá-lo, porém, esse narrador observa as pessoas do conforto de um café e parece estar muito seguro de suas análises. Primeiro, se atém a quem está dentro do recinto e, em seguida, pela janela, acompanha quem está no calçamento, a andar. Até se deparar com o “velho”, ele parece não se surpreender com os tipos humanos que descreve: aristocratas, funcionários, jogadores, militares, mulheres sem pares, mendigos etc. Todos parecem ter uma finalidade naquela cena e naquela sociedade, menos o “velho”. E é justamente essa falta de rumo que surpreende e abala o narrador-personagem.

O lugar do caminhante nessas duas obras, bem como em outras do florescer do século XIX<sup>64</sup>, foi comentado por Walter Benjamin (1995) que, na década de 1930, se propôs a estudar a vida moderna e o seu sujeito. Benjamin elegeu como “alegorias” de suas reflexões vários elementos da cidade de Paris (ORTIZ, 2000)<sup>65</sup>, entre eles o *flâneur*. Personagem das ruas e da literatura, o tipo foi considerado o “botânico do asfalto” (BENJAMIN, 1995, p. 38), alguém

---

<sup>64</sup> A partir da década de 1840, surgiu uma variedade de textos descritivos que falavam sobre pessoas e espaços urbanos, criavam cenas cotidianas e catalogavam os possíveis perfis de habitantes das cidades, demarcados pelo trabalho e pela sua crescente especialização. Essa natureza de literatura, frequente em suplementos literários, foi classificada como “fisiologista” e “panorâmica” (BENJAMIN, 1995, p.p. 37 e 38), estando muitas vezes aproximada da caricatura.

<sup>65</sup> Ortiz (2000) associa o uso que Benjamin fazia de “alegorias” à prática de investigação e análise social inaugurada por Georg Simmel no início do século XX: “A estratégia benjaminiana privilegia, portanto, os ‘pequenos’ objetos. O que lhe prende a atenção são o traçado e os nomes das ruas, as catacumbas, as edificações, como as pessoas se vestem, comem e vivem. Há algo de Simmel neste olhar posicionado ao lado dos indivíduos e da paisagem. As relações sociais são captadas no fluir do dia a dia. Pode-se entender o estilo de Benjamin como uma proposta de contraponto a uma forma mais abstrata de trabalhar os laços sociais, ponto de vista que privilegiaria o que muitos historiadores denominam atualmente de ‘vida cotidiana’” (ORTIZ, 2000, p. 14). Essa relação será retomada mais adiante, por intermédio de reflexões de Fortuna (2010) acerca da atitude *blasé*, do *flâneur* e das possibilidades de deambulação nas megacidades do século XXI.

que investiga, observa, nota e anota impressões sobre uma nova fauna e flora: a cidade e suas aglomerações<sup>66</sup>.

Debruçado sobre tal “alegoria”, Benjamin viu na deambulação de Baudelaire algo diferente da caminhada sem rumo desvelada por Poe. A primeira foi delimitadora de espaços, pois mostrou a face dos sujeitos anônimos, retirando-os da vida privada e revelando-os a outros anônimos, ao mesmo tempo em que deu ao *flâneur* autonomia para manter-se escondido, à espreita, resguardado em pleno espaço público. A rua e, sobretudo, os bulevares (ou “passagens”), uma vez pavimentados e iluminados pelas lamparinas a gás, deram a devida segurança ao caminhante, que triunfou identificando um novo ambiente interno. “A rua transforma-se na casa do *flâneur*, que se sente em casa entre as fachadas dos prédios, corno o burguês entre as suas quatro paredes”, escreveu Benjamin (1995, p. 39).

Já a segunda forma de deambular, a de Poe, correspondeu, para Benjamin, a uma ação incômoda que, na verdade, revelou uma personagem (o “velho”) pouco adaptada ao seu espaço, inquieta com a vida cotidiana, “administrada” e mediada pela produção (BENJAMIN, 1995). Somava-se a isso o fato de que o caminhante de Poe guardava consigo o mistério da vida marginal e dos caminhos desconhecidos na cidade, o que o tornou, além de perturbado, indecifrável. “Poe esbate deliberadamente a diferença entre o marginal e o *flâneur*. Um homem torna-se tanto mais suspeito quanto mais difícil de encontrar” (BENJAMIN, 1995, p. 50). A caminhada na (e diante da) multidão não foi, então, um andar qualquer, mas sim pista para um arriscado labirinto.

A comparação de Benjamin entre as duas obras trouxe à tona, ainda que esse não fosse o seu objetivo principal, o caráter ambivalente da *flânerie*<sup>67</sup>, uma ação multifacetada que, ao ser retratada pela arte e pela literatura, foi convertida em narrativa e revelou parte da complexa estrutura física e psíquica das grandes cidades. Tão fugidia quanto o *flâneur* era a mentalidade social, ou a “vida do espírito” da metrópole, analisada por Georg Simmel e apresentada em conferência de 1903 (2005). Ao observar as transformações na Berlim do início do século XX, Simmel concluiu que a convivência dos sujeitos nas cidades produziu na alma humana novos estímulos, novos mecanismos de defesa e imagens mentais antes não elaboradas. A vida teria sido organizada de modo a ser mediada pelo dinheiro e pela linguagem dos números, gerando uma acelerada objetividade entre as relações pessoais.

---

<sup>66</sup> Tangenciada pela produção de mercadorias e consumidores, por novas formas de vigilância, novos modos de vida e por uma recente delimitação entre espaços públicos e privados, a cidade era, em si mesma, uma novidade.

<sup>67</sup> Ambivalência essa que tanto revelava os rostos como escondia seu perfilador; que sustentava o fascínio pela rua ao mesmo tempo em que alimentava o medo do desconhecido.

Deste modo, a grande consequência da vida nas urbes foi a formação de indivíduos com uma atitude *blasé*, uma espécie de dispositivo psíquico que, para se proteger, não mais esboça reações diante da imprevisibilidade, não mais se motiva perante as novidades. Na leitura de Simmel, cuja obra tornou-se um “cânone urbano” (FORTUNA, 2011, p. 380 e 381), esse mecanismo de defesa, entretanto, não seria capaz de consumir por completo o ser humano que, por sua vez, na rebordosa da racionalidade técnica, passou a vivenciar um contínuo conflito entre sentimentos, apegos, expectativas e frustrações.

Ainda que nunca tenha mencionado a *flânerie*, Simmel abordou a ambiguidade do comportamento humano perante as novidades da aglomeração urbana. De modo que é possível estabelecer a seguinte associação: o *blasé* evita reagir diante das novidades; o *flâneur* circula sem se envolver; ambos se escondem com a mesma ênfase que buscam os fragmentos de vida. Isso foi o que fez com que o pesquisador português Carlos Fortuna (2011) relacionasse um tipo e outro a partir da postura de Franz Hessel, escritor berlinense da virada do século XIX para o XX. Conforme Fortuna, Hessel conviveu com os dadaístas de Paris, circulou pelas capitais europeias juntamente com Benjamin e praticou a *flânerie* sob o prisma simmeliano, buscando sobreviver às não-reações do comportamento *blasé* e usando as ressalvas de seu conterrâneo para fruir com consciência.

A mesma cautela que proclamara Simmel para prevenir os habitantes da metrópole de uma atitude resguardada, capaz de controlar os ímpetos psicossensoriais perante o bombardeamento a que ficam expostos os nossos sentidos, serve agora a Hessel para decifrar com competência emocional e reserva avaliativa os sinais contraditórios da estética urbana. Berlim que, lamenta Hessel, “não tem sido suficientemente amada” (Hessel, 1997, p. 212), está disponível para se deixar conquistar pelos seus residentes, bastando para isso que estes se entreguem à sua devoção plena e dos seus segredos recantos. Tal pode ser tanto mais reconfortante, insiste Hessel, quanto “caminhar devagar pelas ruas cheias de gente proporciona um prazer invulgar”. Por isso declara: “Todos nós, berlinenses, temos que habitar mais a nossa cidade... Concedei à cidade um pouco mais do vosso amor...” (ibid., p. 212). (FORTUNA, 2011, p. 386)

O romantismo da *flânerie* e a gelidez dos que se conservaram na atitude *blasé* podem ter alcançado a temperança com esse convite ao engajamento feito por Hessel. O “amor à cidade” e a descoberta dos signos urbanos por meio da caminhada foram muitas vezes apropriados e reformulados no século XX, sempre considerando a ironia da deambulação e as propostas de transformação do espaço construído, vivido e imaginado. Isso foi o que perdurou no sentido de derivar: produzir, a partir da ação de caminhar, outras paisagens.

No Brasil, o artista plástico Hélio Oiticica foi um entusiasta das caminhadas sem rumo. Ele fez uso desse procedimento em diversos dos seus processos criativos. Na década de 1960, andava pelas ruas do Rio de Janeiro até se cansar. Quando isso acontecia, tomava qualquer linha

de ônibus que ia até o ponto final. Passou a errar sobre rodas. De tantas vezes que errou o caminho, foi parar no Morro da Mangueira onde se instalou. Juntamente com os moradores da localidade, produziu um carnaval ambulante, que desceu o morro e foi parar nas ruas de São Paulo. Em 1978, quando apresentou a performance *Delirium Ambulatorium*, fez um convite para lançar o olhar ao inusitado, ao esquecido, ao deformado, ao rotineiro, à cidade morta pela própria vida, sem considerar que tudo não passa de efemeridade. O artista deu, assim, sua versão para a caminhada:

O poetizar do urbano – as ruas e as bobagens do nosso *daydreamdiário* se enriquecem à vê-se que elas não são bobagens nem *trouvailles* sem consequência – são o pé calçado pronto para o *delirium ambulatorium* renovado a cada dia (OITICICA, 1978 IN: JACQUES, 2005).

Oiticica havia lido nos textos do movimento francês da Internacional Situacionista que a deriva poderia ser um modo de redescobrir a cidade e promover a participação das pessoas no espaço público (JACQUES, 2005; 2013). Em busca de confrontar o que foi considerada uma “cidade-espetáculo”, ou seja, uma cidade convertida em imagens, não mais palco da participação ativa dos cidadãos, apenas um lugar a ser visitado conforme os interesses de um mercado do entretenimento (JACQUES, 2003; 2005), os situacionistas caminharam errantemente pela Paris da década de 1960, marcada pelo urbanismo funcionalista e pelos empreendimentos imobiliários das moradias populares. Eles queriam descobrir qual era o lugar possível das pessoas nas cidades. Para isso, se movimentaram, criaram as próprias regras, teceram seus próprios mapas “psicogeográficos”, inverteram outras tantas cartografias, produziram jogos, ou “situações”, e deixaram como legado para as gerações futuras uma gama de possibilidades de ação e interpretação (JACQUES, 2003; CARERI, 2013). Escreveu Guy Debord:

Uma ou várias pessoas que se dediquem à deriva estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar (DEBORD, 1958 In: JACQUES, 2003, p. 87).

A produção situacionista foi herança, em partes, das deambulações surrealistas, que buscavam lidar com as próprias experiências psíquicas, e dos dadaístas, que simplesmente queriam retirar do museu o lugar da exposição. As três experiências tiveram como ponto em comum as sensações produzidas pela caminhada. As três gerações interpretaram e reformularam, ao seu modo, o ato de flunar.

Massimo Canevacci (2004) também caminhou. Pela São Paulo da década de 1980, ele se perdeu para ir em busca da cidade que se esconde. Essa foi a condição do antropólogo para estranhar um território previamente imaginado e, assim, iniciar uma etnografia de como um espaço se comunica. A errância, neste caso, foi tornada método para confrontar e destrinchar uma megalópole turva, de difícil mobilidade, que se apresenta em camadas e escancara múltiplos contrastes. Para o autor, cada disposição e forma, entre prédios, pessoas, vias, viadutos, canais e esquinas, escondia uma “polifonia” de signos que deveria vir à tona.

Estou convencido de que é possível elaborar uma metodologia da comunicação urbana mais ou menos precisa, com a seguinte condição: a de querer *perder-se*, de ter prazer nisso, de aceitar ser *estrangeiro, desenraizado e isolado*, antes de se poder reconstruir uma nova identidade metropolitana. O desenraizamento e o estranhamento são momentos fundamentais que – mais sofridos do que predeterminados – permitem atingir novas possibilidades cognitivas, através de um resultado “sujo”, de misturas imprevisíveis e casuais entre níveis racionais, perceptivos e emotivos, como unicamente a forma-cidade sabe conjugar (CANEVACCI, 2004, p. 15).

Diante de tantos exemplos, vale a pergunta: como e para que caminhar, no caso da pesquisa que aqui se apresenta? Primeiramente, para estimular os sentidos e iniciar uma compreensão sensória do espaço urbano. Em segundo lugar, por suspeitar que, muito embora as estatísticas administrativas indiquem um Rio de Janeiro “100% urbano”, as marcas de ruralidade ressurgem em qualquer esquina e a todo instante. Por fim, para delimitar o território a ser observado.

Caminhei pelas ruas do centro da cidade, estreitas, quentes, com brisa no rosto e odor de esgoto mesclado com sal e gás; fui seguida por pombos; senti o sol mais forte nos bairros da Zona Norte; já na Zona Sul, as feiras orgânicas eram um frescor com suas viçosas folhas de manjericão. Tomei barca, caminhei na Ilha de Paquetá e também em Niterói, voltei. Identifiquei, seguindo rente na antiga rua Mata Cavalos, atualmente Rua do Riachuelo, o sentido de antigos engenhos, matadouros, brejos e até mesmo do dito “sertão carioca” (CORREA, 1936) – cujo ônibus apanhado no Campo de Santana leva até Santa Cruz ou Jacarepaguá.

Concomitante à caminhada, outra forma de estar à deriva foi utilizada: a errância pelo espaço virtual, por sites, mapas, perfis públicos, mídias sociais<sup>68</sup>, cliques, digitações, uso de dados, senhas, localizações e toda ordem de rastros que se deixa na Internet. Foi assim que tive

---

<sup>68</sup> Conforme informações do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, ancoradas na publicação *The Mobile Consumer* (2013), 69% dos usuários de smartphones no Brasil usam com mais frequência os aplicativos de redes sociais e, destes, o Facebook é o mais instalado e acessado.

acesso às agendas de feiras, festas, palestras, mutirões e dias de campo; que passei a seguir inúmeras páginas de articulações, movimentos e organizações; e tive acesso aos debates de um grupo chamado Mutirões Agroecológicos do Rio de Janeiro<sup>69</sup>. Nesta plataforma, tive notícias de que seria inaugurada a “primeira feira orgânica do subúrbio” em uma praça localizada entre Olaria e Penha. Tomei o ônibus da linha 497 e optei por experimentar outros “modos de...”.

## 1.2. Modos de fazer

Ao visitar a Praça Marechal Maurício Cardoso com certa frequência, comecei a observar, fui observada, passei a interagir, a conhecer, me tornar conhecida, a marcar encontros e a tecer conversas. Estava lidando diretamente com vidas e isso começava a fazer diferença. Já não era mais como estar à deriva. Ao contrário, começava a me instalar, me reorientar e me territorializar. Recorri, assim, à etnorreportagem, recurso já utilizado pelo laboratório ao qual estou vinculada. Trata-se de uma “reportagem com o olhar do etnógrafo” (AMARAL FILHO, 2006, p. 120) que privilegia a vivência para elaborar uma narrativa sobre sujeitos, grupos, modos de vida e lugares de alguma maneira silenciados (ou representados de forma enviesada) pela mídia.

Ao estudar sobre remanescentes quilombolas da Amazônia e perceber que o discurso dos jornais publicados no Pará era bastante diferente da maneira como os moradores dos quilombos se viam e se representavam, Nemézio Amaral Filho (2006; 2011) se propôs a realizar uma “ida a campo” (2006, p. 120) para compreender os sujeitos pesquisados e demonstrar o que não estava estampado nos jornais. Isso implicou em um exercício dialético de se manter na prática jornalística para realizar uma crítica ao jornalismo tradicional e, ao mesmo tempo, absorver a sensibilidade do etnógrafo na apreensão de uma certa “experiência”.

...acreditamos que são instrumentos metodológicos que estão se reconstruindo enquanto ciência e enquanto ofício em meio às demandas de um mundo (...) com necessidades subjetivas cada vez maiores, mais voláteis, e, sem dúvida, mais exigentes com as instituições públicas e privadas que insistem em afirmar que representam, que explicam, este mundo (AMARAL FILHO, 2006, p.120).

Como argumento para tal empreitada, Amaral Filho se valeu, em primeiro lugar, da constatação de uma “crise de credibilidade” do jornalismo tradicional, que há pelo menos três

---

<sup>69</sup> Este grupo “existe” ou está “localizado” na rede social Facebook, possui mais de 1,7 mil membros e troca informações de várias naturezas, desde “como germinar sementes” até “que evento será realizado no próximo fim de semana”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/239558096066035/>> Acesso em 19 abr. 2014.

décadas vem perdendo leitores e financiadores. Em segundo lugar, retomou o que foi outrora comentado por James Clifford (2008) a respeito do questionamento da “autoridade etnográfica” que, a partir da década de 1960, sobretudo com a ascensão dos movimentos de negritude, forçou a Antropologia moderna a repensar suas bases e seus métodos.

Um longo debate acerca do colonialismo, dos relativismos e da alteridade foram travados nessa e em outras disciplinas, fazendo com que a descrição de culturas e povos passasse a ser feita por não etnógrafos e por não europeus, ganhando outros olhares, outras ferramentas interpretativas, outros valores, novas leituras possíveis. Assim como Clifford, Amaral Filho enxergou na ideia de “crise” uma possibilidade profícua de criação. O primeiro advertiu aos pares que se preparassem para “um mundo de etnografia generalizada” (2008, p. 19) e o segundo traçou como objetivo metodológico daquele trabalho em específico dar outro formato e uma nova sensibilidade ao trabalho jornalístico.

A etnorreportagem, no entanto, não é uma etnografia. Seria, conforme o próprio autor que a defende, uma “quase” etnografia (AMARAL FILHO, 2006, p. 118; 2011, p. 108). Por quê? A etnorreportagem atua no campo comunicacional de forma a comparar as representações feitas pela mídia ao modo como vivem as pessoas e os grupos. Entende como “interlocutores” tanto sujeitos com discursos midiáticos. Sua ação é a de ir a campo e apreender determinadas vivências para depois relatá-las e compará-las ao conteúdo das mídias, sem a pretensão de “traduzir” (CLIFFORD, 2008, p. 21) modos de vida e/ou partilhar rotinas. Não é uma negativa da convivência, mas sim a ciência de seus limites de “tradução” até mesmo por estar impregnada também da prática jornalística, que se confunde ao senso comum. A etnorreportagem, segundo Amaral Filho, seria um texto comunicacional que usa a forma etnográfica e toma de empréstimo o “olhar” do etnógrafo, ou seja, sua abertura para com a alteridade.

Considerando, por exemplo, o que Urpi Montoya Uriarte (2012) e Mariza Peirano (2008; 2014) defendem, a etnorreportagem teria razão de existir somente enquanto reportagem. As antropólogas compreendem que a etnografia não é somente um método que possa ser empregado em toda e qualquer disciplina, ao gosto do pesquisador, mas sim um fazer que existe em conjunto com a teoria antropológica, que não pode ser dissociado desta. É, portanto, uma “teoria vivida” em constante diálogo com a Antropologia. Uriarte insiste que:

... as propostas metodológicas estão sempre inseridas numa disciplina (por mais indisciplinados que possamos ser), isto é, na forma como uma disciplina se desenvolveu. O método etnográfico – suas virtudes e vicissitudes – se entende apenas conhecendo como ele se desenvolveu dentro da Antropologia. O método cartográfico, dentro da Geografia. Assim como a proposta do “urbanista errante” só se entende

dentro das limitações das formas tradicionais de enxergar a cidade por parte do Urbanismo (URIARTE, 2012, p. 3).

Seguindo essa reflexão, seria válido dizer que ainda que se proponha a realizar um estranhamento e uma comparação diante da vida representada pela mídia, a etnorreportagem jamais teria condições de dialogar com a tradição antropológica a contento. Aliás, se cada disciplina deve resguardar seus métodos, seria possível inferir que todo trabalho feito na Comunicação deveria se valer dos produtos midiáticos concebidos na prática jornalística, publicitária, editorial, de relações públicas etc.. Mas quando fizemos pesquisa usando somente como referência os trabalhos da própria Comunicação e quando essas referências foram unicamente de e sobre Comunicação? Por outro lado, quando a Antropologia não dialogou com Sociologia, Geografia, Filosofia, Psicologia etc.?

É aceitável o que as pesquisadoras reivindicam na centralidade de seus ofícios, sobretudo porque há um multívoco, difícil e polifônico debate a respeito das proximidades e separações entre etnografia e antropologia (INGOLD, 2011). Algo que aqui não se pode dar conta. Mas, vale lembrar que o fazer etnográfico só se institucionalizou como fazer da Antropologia na medida em que, na virada do século XIX para o XX, surgiu a figura do pesquisador de campo profissional, em substituição paulatina a missionários, viajantes e comerciantes. A etnografia fundiu-se ao estudo dos seres humanos na medida em que os etnógrafos foram se profissionalizando e inserindo técnicas e valores científicos aos seus trabalhos. Assim começaram a ser formados os antropólogos que se definem como tais e discutem suas teorias antropológicas com base no trabalho etnográfico. Escreveu Clifford que: “...antes do final do século XIX, o etnógrafo e o antropólogo, aquele que descrevia e traduzia os costumes e aquele que era o construtor de teorias gerais sobre a humanidade, eram personagens distintos” (CLIFFORD, 2008, p. 25). Tal fusão abriu caminho para um infundo debate sobre teoria e prática, teoria *versus* prática, teorias da prática, práticas teóricas. Debate este que hoje perdura e corre para definir correntes de trabalho e filiações acadêmicas (DAMATTA, 1981; SIGAUD, 2007) das quais seria impossível, nesta tese, mencionar em sua totalidade.

Não gostaria, por isso, de reivindicar o fazer etnográfico em si mesmo, abolindo o uso da etnorreportagem. Ao mesmo tempo, não gostaria de abandonar a “bricolagem” (CERTEAU, 1994) à qual me propus. Nesse sentido, para solucionar este impasse aqui forjado, diria que fiz uma reunião de etnorreportagens (idas a campo), mas me envolvi com meus interlocutores a

ponto de viver a experiência etnográfica<sup>70</sup>. José Guilherme Cantor Magnani tem uma definição ampla e interessante da qual me aproprio:

... a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

A partir desse entendimento de experiência enquanto troca e partilha (e não somente afetação e/ou interpretação), a etnorreportagem poderia ser, sim, um tipo de etnografia. E nós repórteres poderíamos tomar de empréstimo do etnógrafo não somente o seu olhar de estranhamento diante do corriqueiro da vida, mas sua postura de escuta, de autocrítica, desapego e de reflexão a partir do vivido. Poderíamos nos esforçar para demonstrar que estivemos lá:

Os etnógrafos precisam convencer-nos (...) não apenas de que eles mesmo realmente “estiveram lá”, mas ainda (como também fazem, se bem que de modo menos óbvio) de que, se houvéssemos estado lá, teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram (GEERTZ, 2009, p. 29).

De acordo com Geertz, esse é um desafio muito mais da escrita do que do método em si<sup>71</sup>. E é nesse ponto que sugiro, como contribuição e tentativa de dar continuidade ao esforço de Amaral Filho, que a etnorreportagem seja entendida como um texto construído com o olhar e com a postura do repórter imbricados ao olhar e à postura de um aprendiz de etnógrafo, seguindo não uma forma etnográfica propriamente dita, mas sim uma forma jornalística que está disposta se rever e a experimentar.

O jornalismo ocupa, na contemporaneidade, um lugar de mediação social, dispondo de um conjunto de normas e valores que atua como componente de uma “grande narrativa” dos tempos atuais (PAIVA, 2006). Porém, seu código e gramática próprios, formulados com base em uma lógica de mercado, têm se aproximado cada vez mais da fragmentação e da

---

<sup>70</sup> Assumi o compromisso de acordar às 7h todos os sábados e, quando necessário, em alguns dias de semana; passei a partilhar com as pessoas da feira, da praça, dos subúrbios e das serras momentos da rotina; aprendi a cozinhar, a plantar, a diferenciar folhas, a escolher alimentos; abri parte de minha vida, escutei desabafos, presenciei brigas, até mesmo participei de indisposições. Na prática, me misturei ao campo e temi, muitas vezes, por ser injusta com as pessoas no processo de escrita. Três anos se passaram desde as primeiras relações que estabeleci na Leopoldina e, na ação de olhar para trás, noto que, sim, fiz trabalho de campo no sentido de conviver e converter isso em texto.

<sup>71</sup> O autor, na verdade, discute o estar lá como uma forma de fazer a crítica ao trabalho de Bronislaw Malinowski, pioneiro na construção de um método detalhado e rígido que depois é “desmentido” por diários póstumos. Ao discorrer sobre o “estar lá” em *Vidas e Obras*, Geertz cita como exemplo dois trabalhos etnográficos que tornam explícitas as “marcas do autor”, assim como Malinowski (GEERTZ, 2009; SIGAUD, 2007).

espetacularização, da representação de um mundo incompleto. Isso é um paradoxo que deve ser encarado por meio de uma reinvenção dos modos de fazer do jornalismo, dentro de suas “vísceras”, ou seja, em suas etapas de formulação. Para Paiva, são “expressamente necessárias a pesquisa e a experimentação em direção a um jornalismo relacional, interativo com a realidade atual e em benefício da agregação de valor humano à ordem social” (PAIVA, 2006, p. 63). A etnorreportagem, sendo assim, é uma possibilidade.

### **4.3. Modos de agir**

Por “modos de agir” considero os procedimentos seguidos para realizar este trabalho, quando três ações se intercalaram: a) errância; b) observação participante; c) entrevista. A primeira consistiu em caminhar sem rumo por espaços físicos e virtuais. Na segunda prevaleceu o jogo entre fruir, ouvir, conversar informalmente, tomar nota e registrar em imagens as situações vivenciadas. E a terceira foi necessária para que houvesse aproximação e melhor compreensão das pessoas com quem me relacionava no trabalho de campo. Enquanto as entrevistas aconteciam, voltei a caminhar e a observar, fazendo dos procedimentos algo móvel.

A mobilidade foi também uma escolha. Uma vez percebendo que o contexto da “primeira feira orgânica do subúrbio” não contemplaria somente o espaço onde o evento acontece, decidi ir em busca de outros territórios e outras rotinas que, em razão das trajetórias de feirantes, consumidores, articuladores e produtores de alimentos, se cruzavam, se confrontavam e se complementavam.

Estimulada pela “errantologia” de Paola Berenstein Jacques (2012), que identificou nas narrativas de flanagens, deambulações e derivas da modernidade uma postura em comum que fazia frente ao planejamento urbano hegemônico e à espetacularização das cidades – de Charles Baudelaire a Hélio Oiticica, de Walter Benjamin a João do Rio, de André Breton a Guy Debord – passei a trabalhar com o que a arquiteta e urbanista sugere como “dinâmicas processuais”: desorientação, ao invés da orientação por mapas, setas e guias; lentidão, para contrapor ao tempo acelerado de relógios, máquinas e prazos, bem como para perceber os corpos alijados do processo produtivo; e incorporação, para sentir novamente o corpo do outro, sendo esse outro qualquer ser vivo ou inanimado (JACQUES, 2012, p. 263 – 318). Fiz um teste pelo centro do Rio de Janeiro (ANEXO 1), tentando apreender como isso se manifestaria sobre o corpo – ferramenta de investigação.

Essa prática inicial serviu como um disparador para que pudesse caminhar e viajar por qualquer espaço dentro e fora da cidade. Foi o estímulo para ir até Olaria em um sábado de

maio de 2014 e para seguir traçando o meu próprio mapa afetivo (JACQUES, 2003; 2012) ao longo da pesquisa. Também me levou a andar por espaços de natureza, municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e a pensar sobre as possibilidades da errância no campo. Caminhei pelas ruas do município de Rio das Flores (RJ), na agrofloresta de uma sítante em Magé (RJ) e cerca de 170 quilômetros por entre veredas e estradas do Vale do Rio Urucuia, a noroeste de Minas Gerais<sup>72</sup>.

A errância foi um procedimento válido para aguçar percepções, reconhecer espaços e corpos, imergir em novos territórios. Mas, foi necessário reunir informações sobre o campo a ser pesquisado e, assim, passei a praticar outra deriva: uma de tipo virtual. Na internet, visitei páginas e mídias sociais em busca de anúncios relativos a festas, feiras, mobilizações sociais e demais eventos realizados por grupos, movimentos, entidades, associações, igrejas e/ou administrações municipais. Valia de tudo nesse momento, qualquer pista. Foi então que visitei festas populares na região do Vale do Café, turismo de aventura em Visconde de Mauá e, por fim, comecei a frequentar os eventos da agricultura urbana promovidos no Rio de Janeiro e arredores. Ao ir pela primeira vez nos locais cujas indicações e referências encontrava nas mídias sociais, não estabelecia contato com os envolvidos, apenas tomava as coordenadas mínimas para chegar e, uma vez no local, escutava, observava e anotava impressões e sensações.

Fiz isso, por exemplo, nas feiras orgânicas que visitei na Zona Sul: Glória, Flamengo, Laranjeiras, Botafogo. Havia (e há) nelas um aspecto estético marcante: as barracas iguais, todas as pessoas de avental, pouco ou nada de lixo nas ruas. Isso me parecia tão higienizado que passei a suspeitar de uma tentativa do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas de se diferenciar dos mercados de alimentos convencionais (seja os “livres” ou os montados em galpões). A chegada na feira de Olaria e a decisão de ficar me orientou no sentido de iniciar, de fato, uma observação participante. A princípio, tomei como referência as sugestões de Isabel Travancas (2011) e Ruth Cardoso (1986) de tentar manter um equilíbrio entre objetividade e subjetividade, buscando não me exceder na apreensão de uma suposta neutralidade, nem promover uma entrega completa de meus ânimos e humores aos sujeitos que encontrei em campo.

Mas a Praça Marechal Maurício Cardoso é um lugar que te cobra estar por inteiro, independente de quem você pense que é ou do que você esteja a fazer por ali. Nas primeiras visitas já me tornei “a goiana”, “a estudante”, “a jornalista” e isso não me pressupunha um

---

<sup>72</sup> Tais caminhadas não foram relatadas nesta tese por não estarem diretamente vinculadas ao ponto central do trabalho de campo, que é a Feira Orgânica de Olaria.

afastamento. Pelo contrário. Inúmeras situações que descrevo no mapa narrativo – tais como o conflito com os idosos ou um envolvimento um pouco mais militante na favela – me fizeram perceber que, na prática, a observação participante é um esforço constante de manter limites, algo que se dá em relação – como bem descreveu William Foote-Whyte em seu “treinamento” junto aos homens jovens que jogavam clandestinamente em Cornerville (1980). Ademais, como defende Cremilda Medina (2008, p. 67): “Não há gramática positivo operante que dê segurança ao ato relacional”.

Ao final de 2015, me preparei para entrevistar as pessoas, por sentir que somente a convivência na praça e na feira não seriam suficientes para alcançar meu real objetivo: o de acessar o “rural” das pessoas, fosse esse uma vivência, uma lembrança, um sonho ou uma expectativa. Tomei por base a ideia de que a entrevista desenvolve um tema a partir do diálogo e da disposição humana de informar, opinar, falar sobre percepções, revelar subjetividades, sendo seus objetivos associados, justamente, “ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema” (DUARTE, 2011, p.63). De forma menos pragmática, entendi a entrevista como um “diálogo possível” (MEDINA, 2003; 2008), uma oportunidade de encontro, “descoberta” de uma relação mais profunda entre quem escuta e quem diz.

Foi então que iniciei novas viagens e caminhadas em Olaria, Penha, Jardim América, Tanguá e Petrópolis. Para registrar os momentos, contei com o auxílio não somente das notas dos cadernos ou do gravador do celular, mas também de uma câmera filmadora GoPro Hero4, pequena, simples, amadora, leve e fácil de ser transportada. Essa câmera fez diferença em dois termos: a) o registro do olhar – muitas vezes pude recorrer ao material gravado para lembrar de fatos, cenas e cenários; b) a relação das pessoas com a câmera – de posse desse equipamento passei a ser “convidada” com mais frequência aos eventos, para registrar determinadas situações.

Iniciei as entrevistas com um questionário semiestruturado (DUARTE, 2011, p. 66 e 67), apontando questões que me ajudariam a compreender a relação dos sujeitos com a feira e com a praça, bem como o que tinham em mente sobre os alimentos orgânicos e como imaginavam ou viviam o “mundo rural”. Esse questionário foi seguido nas primeiras entrevistas, feitas com articuladores e consumidores, mas não surtiu efeito quando entrevistei feirantes e agricultores. Percebi que muitas questões que eu levantava não faziam sentido uma vez que, sobretudo os produtores de alimentos, não vivem a realidade da Leopoldina. Eles tinham uma ou outra ideia sobre a feira e seus problemas, mas apresentavam outras vivências.

Em muitos casos, como na residência de Cecília Carvalho, deixei as pessoas falarem à vontade tentando, na conversa, estabelecer relações com o meu tema.

Os momentos das entrevistas foram ricos para o trabalho de campo e também para que outra ordem de sensibilidade, neste corpo como ferramenta, fosse despertada. Uma não mais estésica, mas de solidariedade, de perceber o outro e me identificar com suas limitações e seus aprendizados. O choro de Caroline, a dor de Ana, a revolta represada de Edimilza, a alegria de Eutaníria, a melancolia de Chinelli e os sonhos de Thaís, por exemplo, tinham uma razão de ser somente apreensível por meio de seus dizeres e por meio daquele contato. Ao ouvir as pessoas era possível, ainda que não com a mesma intensidade de suas próprias experiências, senti-las. Por vários momentos me emocionei e saí dos lugares visitados com a sensação de que outras pessoas também poderiam se envolver com aquelas histórias, desde que elas fossem contadas.

No processo de transcrição, travei continuações imaginárias dos diálogos que tive, tentando perceber o que fugiu ao roteiro, o que faltou perguntar e também o que estava subentendido mediante gestos e silêncios. Assim, fui tentando editar as falas e rascunhando o texto que viria a seguir. O que descrevo no último tópico deste capítulo.

#### **4.4. Modos de escrever**

A etnorreportagem é uma possibilidade de diálogo. Um “modo de fazer” que adota o olhar e a postura do etnógrafo sem abandonar, no entanto, o olhar e a postura do repórter. A etnorreportagem aqui elaborada, a partir de uma abordagem comunicacional (SODRÉ, 2013; 2014), “bricolou” seus procedimentos amparando-se no trabalho de campo e na oportunidade de troca entre textos de múltiplas disciplinas. Mas, no momento da escrita, prevaleceu a expressão narrativa do jornalismo, qual seja, a reportagem (SODRÉ & FERRARI, 1986). O que não significou seguir os manuais de redação das empresas de mídia e escrever conforme regras de mercado. Assumir a forma da reportagem foi experimentar o que outros jornalistas, por seus turnos, experimentaram.

Estou me referindo, por exemplo, a Tom Wolfe (2005), Joseph Mitchell (2003), Gay Talese (2004), Jonh Hersey (2002) e toda a geração do Novo Jornalismo, que criou um gênero de não-ficção dentro das redações estadunidenses. Influenciados pela Escola de Chicago e ansiosos por conquistar espaço entre os escritores realistas, eles queriam cavar os costumes estadunidenses, tornar públicas as intimidades impúblicáveis, revelar status de vida e, ainda, testar as possibilidades de uma escrita que não fosse “bege”, que pudesse atrair leitores com um “foco narrativo” – fosse em primeira ou terceira pessoa – vivo:

O que me interessava não era simplesmente a descoberta da possibilidade de escrever não-ficção apurada com técnicas em geral associadas ao romance e ao conto. Era isso – e mais. Era a descoberta de que é possível na não-ficção, no jornalismo, usar qualquer recurso literário, dos dialogismos tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar muitos tipos diferentes ao mesmo tempo, ou dentro de um espaço relativamente curto... para excitar tanto intelectual como emocionalmente o leitor (WOLFE, 2005, p. 28).

O Novo Jornalismo, que Tom Wolfe e seus colegas se recusaram a reconhecer enquanto um movimento intencionalmente criado, foi responsável pelo uso da observação participante e da história de vida em reportagens. Acompanhavam grupos e pessoas por semanas, meses, até se sentirem seguros com o volume de informações que reuniram. Entrevistas com celebridades, mendigos, sobreviventes da bomba de Hiroshima, assassinos vinham sempre acompanhadas de um romancear dos fatos, descrições de longas páginas, até mesmo a ousadia de reproduzir possíveis fluxos de consciência. Isso lhes gerou bastante críticas de todos os lados: entre os próprios jornalistas, que já vinham prezando pela técnica do telegrama em sua escrita; entre escritores e críticos literários; entre acadêmicos. Ao que Wolfe rebateu:

As coisas mais importantes que se tentava em termos de técnica dependiam de uma profundidade de informação que nunca havia sido exigida do trabalho jornalístico. Só através das formas mais investigativas de reportagem era possível, na não-ficção, usar cenas inteiras, diálogo extenso, ponto de vista e monólogo interior. Por fim, eu e outros seríamos acusados de “entrar na cabeça das pessoas”... Mas era exatamente! Entendi que essa era mais uma porta em que o repórter tinha de bater. (WOLFE, 2005, p. 38).

No Brasil, muito embora tenhamos tido escritores da alçada de Euclides da Cunha, João do Rio e Lima Barreto, que também passaram por redações e escreveram relatos igualmente reais e profundos acerca da vida cotidiana, foi entre 1966 e 1968, por meio do *Jornal da Tarde* e da *Revista Realidade*, que a experimentação do Novo Jornalismo pousou (LIMA, 2004). Entre os estudos da Comunicação, houve um esforço de reconhecer esse material, além de outros<sup>73</sup>, e compreendê-lo como parte de um Jornalismo Literário ou Literatura da Realidade, “filosofia do aprofundamento e técnica narrativa” (VILAS BOAS, 2003, p. 10).

Não me aprofundarei no Jornalismo Literário ou no debate do fazer jornalístico, uma vez que o que me interessa é explicar o que me inspirou no processo da escrita e como logrei

---

<sup>73</sup> Para citar um exemplo latino-americano independente, que não dialogou com o Novo Jornalismo, mas que produziu não-ficção e influenciou a escrita deste trabalho de campo, vale citar ainda Gabriel Garcia Marques (2006), com as Reportagens Políticas encomendadas nos tempos áureos da revolução Cubana, e Eliane Brum (2006), que quando repórter do jornal gaúcho *Zero Hora* percorreu as entranhas de Porto Alegre em busca de sujeitos “invisíveis”. Em tempos e sob condições diferentes, estas figuras assumiram distintas sutilezas.

produzir o texto. Optei por escrever esta primeira parte do texto da tese em primeira pessoa, para dar vazão ao que já circunscrevi aqui: o corpo como ferramenta. Também decidi intercalar tempos presente e passado, considerando a fluidez das vivências e dos relatos apreendidos. Buscando reconstruir imagens e aproximar o leitor dos espaços visitados, recorri à descrição de cenários, pessoas, gestos e também de sensações próprias. As falas dos interlocutores foram postas em travessão, para dar cadência ao texto e tentar produzir, assim como ensinou Tom Wolfe (2005), a sensação de que o leitor também fez parte dos diálogos. Ainda sobre as personagens da história que conto, 13 delas receberam nomes fictícios para que lhes fosse garantida a integridade, uma vez que elas não autorizaram o uso de suas identidades. Em alguns momentos, para complementar ou incrementar o texto, busquei informações em livros, trabalhos acadêmicos, páginas da internet, panfletos, jornais e produtos elaborados pelos próprios interlocutores, como o cordel do Isael.

Findado o trabalho, que foi marcado pelo movimento, notei que havia outra forma sobreposta ao texto: uma forma geográfica. Espaços e relatos de vida se coadunaram tecendo linhas que circularam a praça e a feira e saíram dispersas rumo a outros subúrbios (Olaria, Penha, Jardim América, Parque Proletário do Grotão, Bonsucesso etc.) e serras (da Misericórdia, de Petrópolis, tímidos morros de Itaboraí e Tanguá). Observei que os textos poderiam ser também um mapa. Mas não um mapa psicogeográficos conforme ensinaram os Situacionistas (JACQUES, 2003) e nem uma cartografia dos processos de subjetivação como orientaram Deleuze e Guatarri (1995), mas sim um mapa mais simples, uma reunião de trajetórias, observações, relatos, declarações e situações, um mapa narrativo. Isso foi o que deu título a esta primeira parte da tese. “Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 19).

## PARTE II – REFLEXÕES EM ANDAMENTO

### 5. CONCEPÇÕES, ESPAÇOS E DISPUTAS

*O estilo da cozinha mineira revela-se, principalmente, no complexo do milho. Desde o milho verde, cozido ou assado, ou feito em mingau, ao fubá (angu, mingau, bolo, cobu, etc.), o milho comparece vitorioso, em todas as refeições, dominando a nativa mandioca. (...) Além do milho temos a carne de porco. Impossível a criação do gado vacum dentro da cidade. O suíno, em compensação, é urbano. Todos podem ter (a despeito das posturas municipais) o seu chiqueiro no quintal. – João Camillo de Oliveira Torres.*

O excerto acima está na obra *O homem e a montanha*, do historiador João Camillo de Oliveira Torres (2011, p. 100). Publicado em 1944, o texto versa sobre a organização das cidades formadas em Minas Gerais, “no fundo dos vales, ao pé dos grandes montes” (TORRES, 2011, p. 94), e defende a ideia de que nunca houve um modo de vida predominantemente “rural” nesse estado, graças à conformação geográfica acidentada e a marcos decorrentes do povoamento, tais como a Guerra dos Emboabas<sup>74</sup> e o ciclo econômico da mineração<sup>75</sup>. A descrição minuciosa da cozinha mineira é apenas um detalhe. Ao longo do trabalho, o autor recorre a textos dos mais variados – entre narrativas de viagem, postulados positivistas, poemas, recordações afetivas, observações de seu tempo presente e relatos de outros memorialistas – para afirmar que, desde os primeiros “fogos” erguidos em Minas Gerais, às margens dos rios, a principal característica de seu povo é a vida “urbana” e a “civilidade” (TORRES, 2011, p. 181).

Um dos argumentos para tal tese, e também uma das excentricidades da obra, é a consideração feita a respeito dos tipos de propriedade da terra. Conforme a descrição do autor, o latifúndio mineiro é “urbano” pelo fato de, no período colonial, ter sido moldado por sua “profundidade” e não por sua “extensão” (TORRES, 2011, p.p. 93 – 101). Isso quer dizer que tais terrenos, quando constituídos, iam da beira dos rios até o topo das montanhas, eram estreitos, tinham vizinhança e contato com as ruas do arraial, possuíam sobrados bem

---

<sup>74</sup> Conflito entre bandeirantes paulistas e tropeiros baianos (estes, municidados pela Coroa Portuguesa) na região de Minas Gerais, no início do século XVIII, em razão da descoberta de jazidas de ouro e diamante.

<sup>75</sup> Que, segundo Torres, levaram à construção de suntuosas vilas no período colonial e à interferência direta da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica nos processos societários da região.

arquitetados, abrigavam o comércio local e mantinham um vasto quintal com hortas, árvores frutíferas e a criação de animais de pequeno porte. O contraponto do latifúndio “urbano”, segundo Torres, era a fazenda. Essa sim se formou “rural”: por ser afastada da cidade, abrigar pequenos pecuaristas e agricultores baianos e, enfim, por servir de espaço de produção de alimentos para os cidadãos.

Nascido no município de Itabira do Mato Dentro (MG) em 1915, Torres passou a infância ouvindo as histórias fabulosas de prosperidade proporcionadas pelo pico do Cauê, a “montanha de ferro”. Seu avô, Luiz Camillo de Oliveira Penna, foi personagem dessas histórias quando dono da fábrica do *Girau*, um complexo econômico composto por “forja, setores de fundição, mecânica, fornos, pilagem de carvão e de enxofre” que produzia armas e munições, “além de abrigar uma fabriqueta de artigos de couro, as casas do proprietário e dos trabalhadores e ainda atividades agropastoris de subsistência” (ANDRADE, 2011, p. 34)<sup>76</sup>. No início do século XX, as jazidas de minério do Cauê foram vendidas para um grupo de investidores estadunidenses que, em 1916, fundou a *Itabira Iron Company Limited*. Desde então, o que restou para os aristocratas decadentes do pequeno município foi a mudança para a capital e a melancolia da qual fala o poeta Carlos Drummond de Andrade, primo de Torres:

De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço: / esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil, / este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval; / este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas; / este orgulho, esta cabeça baixa... / Tive ouro, tive gado, tive fazendas. / Hoje sou funcionário público. / Itabira é apenas uma fotografia na parede. / Mas como dói! (ANDRADE, 2012, p. 10)<sup>77</sup>.

O historiador mineiro escreveu sobre “o caráter naturalmente urbano da vida mineira” (TORRES, 2011, p. 104) no momento em que algumas capitais brasileiras, entre elas Belo Horizonte, iniciavam o seu processo de metropolização (ANDRADE, 2011). Nessa ocasião, os debates acerca da construção da vida e da identidade nacional, muito alicerçados nas ideias modernistas, associavam a noção de “rural” a um modelo político-econômico patriarcal, coronelista, latifundiário e “atrasado” em relação aos arranques do capitalismo (IANNI, 2002; MARTINS, 1975). Buscando se posicionar diante dessa leitura, Torres deu forma à sociedade mineira seguindo os moldes de sua nostalgia: rica, austera, religiosa, escravocrata, cidadina.

---

<sup>76</sup> Ao que tudo indica, seu avô era um “latifundiário urbano”.

<sup>77</sup> Em *O homem e a montanha* Torres também trata do semblante do povo mineiro: introspectivo, sóbrio e desconfiado. No entanto, atribui a causa disso não às consequências da história, mas sim ao que considera uma influência “natural” das regiões de fundo de vale. Segundo ele, uma dureza na alma moldada pelas montanhas (TORRES, 2011).

Para dialogar com o seu tempo, o autor olhou para trás com vista saudosa e assumiu uma postura conservadora em busca de soluções para os dilemas de um país em vias de transformação.

Esse é um exemplo de quão escorregadia e multifacetada pode ser a tarefa de abarcar campo e cidade, pensando a sua relação. Trata-se de um exercício guiado por reminiscências que, muitas vezes, estão carregadas de emblemas dualistas que acompanham a trajetória humana “desde a Antiguidade clássica”, como bem lembrou Raymond Williams (2011, p. 11), e quiçá mais além. Ao campo está associada a origem, a paisagem natural, a terra de onde se retira o sustento; e à cidade está conferida a transformação, a comunicação, a invenção, a aglomeração e as novidades da cultura. Assim está formada a dualidade que guiou e guia boa parte das elucubrações sobre a relação entre campo e cidade, que ora está polarizada, ora é complementar, ora é contínua, mas não necessariamente contempla as diversas realidades engendradas pelas práticas sociais.

Por isso, é preciso entender campo e cidade como espaços transformados pela ação humana, que produz e reproduz suas relações dialeticamente, com suas técnicas, seus recursos, sua organização e seu conhecimento (LEFEBVRE, 2006). Espaços constituídos por uma sobreposição de tempos e formas, cujos limites se imbricam apresentando como resultado as contradições, os acirramentos, as normas, as representações humanas (SANTOS, 2006). Espaços que devem ser estudados de modo a “confrontar ideias e realidades históricas” (WILLIAMS, 2011, p. 475), não para declarar a primazia de umas ou outras, mas sim para compreendê-las como um todo.

O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio do conceito de produção e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial. Então, ele engendra um movimento dialético muito específico, que certamente não revoga a relação “produção-consumo” aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos da troca), mas a modifica ampliando-a. Uma unidade se entrevê entre os níveis frequentemente separados da análise: as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado) (LEFEBVRE, 2006, p.128).

Neste capítulo, campo e cidade serão abordados na perspectiva da produção de espaços, tendo como premissa que a ação humana gera experiências, se multiplica e se desfaz, engendra concepções e disputas. No item 5.1, se discute o que vem a ser “rural” e “urbano”, levando em consideração que se está lidando com categorias construídas entre um senso comum e um saber especializado<sup>78</sup>, fora de um único consenso e diante de muitos dilemas. No tópico 5.2, a reflexão

---

<sup>78</sup> Esse entendimento foi obtido a partir dos textos de Bourdieu (1996), Rémy (1989) Carneiro (1998; 2008; 2012) e Martins (2014).

volta-se aos espaços do Rio de Janeiro, traçando um panorama de como o estado está organizado, como se produz e/ou reproduz, e como provém as pessoas que nele habitam.

### **5.1. “Rural” e “urbano”<sup>79</sup> no debate acadêmico**

Os estudos sobre campo e cidade se dão sob variadas perspectivas. Seus pesquisadores, oriundos de disciplinas como História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Agronomia, Literatura, Urbanismo, entre outras, interrogam-se sobre o que constitui e o que é particular desses espaços, como eles se fazem e se desfazem, como duram conforme as intervenções humanas e as transformações do tempo, como podem se tornar habitáveis ou produtivos, como são narrados e descritos por suas populações etc. Tais perguntas têm elementos diferentes no foco de suas análises, tais como a paisagem, a produção, a economia, a formação de instituições e de classes, a organização e as divisões sociais, a política, a cultura, os modos de vida, o imaginário, as representações. Neste item, sem a intenção de esgotar o assunto, serão apresentadas e discutidas algumas dessas abordagens, considerando que elas estarão refletidas, direta ou indiretamente, nas práticas sociais, nas disputas por território, na forma como as instituições se organizam, no modo como o Estado formula suas políticas públicas, bem como na circulação de pessoas, fluxos de informação e mercadorias pelos espaços.

Como ponto de partida, reconhece-se, conforme propõe José de Souza Martins, que há uma ambiguidade inerente aos estudos sobre campo/cidade que diz respeito a dois modos de conhecer, ou dois “estilos de pensamento” (MARTINS, 1981, p.p. 14 e 15), responsáveis pelo nascimento dos estudos sobre o social no decorrer dos séculos XVIII e XIX: o cientificismo e o conservadorismo. O primeiro pressupõe que os postulados científicos, desenvolvidos pela racionalidade humana e pela sua capacidade de gerar conceitos, por si mesmos, explicam a realidade. Já o segundo busca reconhecer formas de vida pré-modernas que sobrevivem e/ou subsistem na modernidade. Ambos estão inseridos na lógica funcional do modo de produção capitalista e partem de uma noção de totalidade histórica para considerar os fatos produzidos pelos seres humanos em suas organizações de vida. Ambos se constituem como conhecimento porque fazem parte da reprodução social.

---

<sup>79</sup> Os termos “rural” e “urbano” vêm sendo apresentados entre aspas a partir da ideia de que são muitas as interpretações e, portanto, os sentidos atribuídos a essas palavras. Neste tópico, contudo, como se recorre a autores diferentes e buscando respeitar ao máximo a forma de pensar de cada um, não serão usadas as aspas. Os termos serão mantidos conforme consta nos textos referenciados.

O cientificismo credita ao desenvolvimento técnico-científico e ao processo de industrialização das sociedades ditas “complexas” as condições da “evolução” humana. Enquanto isso, o conservadorismo busca noções elementares pré-capitalistas para explicar os hiatos da sociedade capitalista, estabelecendo um dualismo fundamentado entre o essencialismo e a coisificação. Para Martins, a ambiguidade mencionada incide no fato de que ambos os “estilos de pensamento” estão ancorados “pela secularização e pela racionalidade” (MARTINS, 1981, p. 17). Até mesmo quando se opõem, dizem respeito ao mesmo modo de conhecer, tendo como parâmetros a sociedade em que se vive e os valores que nela estão depositados. Ou seja, os dois “estilos de pensamento” adotam como marco para suas análises os adventos da industrialização e da urbanização.

Abordagens clássicas sobre as transformações engendradas pela lógica do capital na ordem da produção, da gestão das terras e do trabalho (MARX, 2013; MARX & ENGELS, 2009) partilharam dessa ambiguidade. Leituras econômicas, por exemplo, assentaram na centralidade de suas análises a divisão social do trabalho e seus efeitos para a organização social. Assim, conferiram à atividade industrial um estágio “avançado” em relação à manufatura e à agricultura (MARX & ENGELS, 2009, p.p. 25 – 30), condição que exige dinâmicas de trabalho mais complexas em termos de divisão de tarefas, uso dos meios de produção, organização e absorção do capital. Algo que interferiria na configuração de campos e cidades.

No Brasil, essa compreensão foi um dos pontos de partida para Caio Prado Júnior, na década de 1930, formular suas ideias a respeito da constituição e dos desafios da economia nacional, a partir de uma análise crítica do período colonial. O autor discute a superação do que considerava ser a base da economia brasileira até o fim do século XIX, com resquícios no século XX: i) a “grande exploração rural” (PRADO JÚNIOR, 1996, p.122), uma combinação entre latifúndio, monocultura e escravismo; ii) as relações de dependência para com um centro externo que funcionava como o principal comprador e fornecedor; iii) e o modelo de extração e especulação de recursos naturais adotado pelos donos da terra.

O problema das escolhas do período colonial, em termos econômicos, na visão de Prado Júnior, foi que essa base não se sustentava, não demandava ampliação de recursos e bens de produção, não produzia novos bens, não superava seu estágio inicial e se reproduzia a partir de condições bastante precárias. As indústrias, nesse cenário, não passavam de manufaturas domésticas, “um simples acessório dos estabelecimentos agrícolas ou de mineração” (PRADO JÚNIOR, 1996, p. 220). Sendo assim, o mundo agrário foi considerado o oposto do que o Brasil deveria consolidar em seu futuro, sobretudo, pela exploração (da terra e de uma grande massa de mão-de-obra) que provocou.

A entrada na modernidade foi o tema principal dos debates travados nas primeiras décadas do século XX. Muitos dos integrantes da conhecida “geração de 1930” se debruçaram sobre a ideia de uma nação que deveria se constituir a partir de novos alicerces, tais como a industrialização e a urbanização (IANNI, 2004). Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda apresenta a constituição das cidades como “o mais duradouro e eficiente” (1995, p. 95) instrumento de “dominação” da natureza, colonização e consolidação de uma sociedade. Seria a organização citadina, na visão do autor, responsável por criar as instituições políticas, militares e econômicas necessárias para alavancar o desenvolvimento social. O que, em sua análise, não foi cuidado pela colonização portuguesa, pois esta não adentrou o sertão, não planejou cidades, improvisou fogos e vilas defronte às minas apenas com vistas a subsidiar, em primeiro lugar, as minas e, em um segundo momento, as grandes fazendas.

Uma das críticas de Holanda é a de que a colonização portuguesa teria priorizado a formação de uma sociedade rural, não necessariamente agrícola, preocupada menos com a produção e mais com a especulação, representada ora pela extração de recursos naturais, ora pelos lucros oriundos do tráfico de pessoas. Essa última atividade, por sua vez, combinada com o cativo, teria feito a fortuna de várias famílias portuguesas no Brasil, até o período imperial. Deste modo, as cidades coloniais não teriam uma função; seriam “inexpressivas” até o fim da escravidão (HOLANDA, 1995, p.p. 73 - 79).

Holanda busca apreender o que seria “típico” da sociedade brasileira a partir da experiência portuguesa. Seguindo a abordagem feita por Max Weber (1974) a respeito das sociedades agrárias na Europa e na América, o autor trabalha com modelos de sociedade que subsistem na medida em que guardam determinados critérios político-administrativos, econômicos e associativos. Nesse sentido, o fim da escravidão teria desencadeado uma ruptura capaz de estimular o crescimento dos centros urbanos e, assim, produzir instrumentos para a transição do tradicional para o moderno.

Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério (HOLANDA, 1995, p. 172).

As obras de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda são exemplos marcantes de como os intelectuais brasileiros, no início do século, tiveram de rejeitar não somente a herança colonial portuguesa, mas tudo o que vinha do campo. São exemplos, também, de abordagens que carregam consigo marcas ambíguas dos “estilos de pensamento” cientificista e conservador (MARTINS, 1981).

Um olhar diferenciado é apresentado somente na década de 1950 com Antônio Cândido (1972; 2010), que disposto a refutar os rótulos de “preguiça”, “indolência” e “ignorância” atribuídos aos pequenos sítiantes do interior de São Paulo, debruçou-se sobre uma atividade etnográfica a fim de compreender um modo de vida ignorado pela história do Brasil: o modo camponês. O autor descreve a existência de uma cultura “rústica”, com sabedoria única e dificuldades de adaptação ao trabalho exaustivo das transformações capitalistas. Tal cultura, denominada cabocla, seria uma modalidade étnica correspondente ao contato do português com as terras de colonização. Ou seja, o resultado da colonização e da mestiçagem<sup>80</sup>. Já o termo caipira se equivaleria ao aspecto cultural dessa vida cabocla.

Ao esmiuçar as expressões e a forma como viviam os sítiantes do interior de São Paulo, Cândido põe luz à situação de miséria em que tais pessoas se encontravam, reconhecendo tal condição como um problema do campo, gerado não somente pelo passado colonial e agroexportador, mas também pelas escolhas de seu então presente. “A posse, ou ocupação de fato da terra, pesou na definição da sua vida social e cultural, compelindo-o, frequentemente, ao status de agregado, ou empurrando-o para as áreas despovoadas do sertão, onde o esperava o risco da destruição física ou da anomia social” (CÂNDIDO, 1972, p. 56).

A sociedade camponesa é compreendida, em linhas gerais, como uma forma de vida derivada do período feudal e relativamente autônoma à sociedade global. Sua população, sua economia e sua cultura estariam centradas no grupo doméstico e este, por sua vez, estaria voltado ao próprio desenvolvimento. As relações de proximidade entre os atores sociais garantiriam uma divisão de tarefas entre os membros do grupo. O cultivo da terra, por sua vez, asseguraria uma produção diversificada e voltada para a subsistência (MENDRAS, 1976; WANDERLEY, 1996). Essa classificação, ancorada na dualidade comunidade/sociedade, orientou uma série de debates a respeito da sobrevivência de modelos societários pré-capitalistas no mundo capitalista, urbanizado e industrializado. Mais uma vez o sinal do conservadorismo, segundo Martins (1981).

Com a publicação da obra de Rui Facó, *Cangaceiros e Fanáticos*, em 1963 (2009), o camponês ganha um mito de origem adaptado ao sertão brasileiro, passando a ser reconhecido nos principais conflitos por terra e por sobrevivência desencadeados na virada dos séculos XIX e XX, tal como a guerra de Canudos. Nessa obra, Facó identifica em personagens negados ou esquecidos da história nacional, descritos até então de forma caricatural pela literatura e pelos

---

<sup>80</sup> Assim como Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, Cândido usa a palavra mestiçagem para designar o cruzamento genético entre povos que produz miscigenações culturais (FREYRE, 1980).

jornais da época, um espírito de luta que, em sua leitura, configuraria o campesinato brasileiro. A respeito do líder da resistência na Bahia, escreveu:

Procedia o [Antônio] Conselheiro de uma família de camponeses pobres que cuidava de uma pequena criação de gado nos sertões do Ceará. Seus ascendentes haviam sido vítimas de perseguição sangrenta que lhes movera uma família de latifundiários, sendo assassinado, entre outros parentes seus, nas sucessivas refregas, um de seus avós (FACÓ, 2009, p. 100).

Na França, uma leitura sobre o camponês aparece no trabalho de Henri Mendras (1976), que investiga o fim desse ator social a partir do contexto específico do Estado francês<sup>81</sup>. Conforme o pensamento do autor, essa sociedade camponesa apresentava uma forma de produzir correspondente à própria sobrevivência, alimentada pelo vínculo familiar, pela conservação da natureza e pela constituição de uma sabedoria milenar e ritualística. Ao entrar em contato com uma política desenvolvimentista que instaura no campo a lógica da industrialização e da individualização (da produção, do trabalho e do convívio), essa sociedade perde suas características e sucumbe. Para Mendras, o campo se torna um ambiente artificial a ponto de imbricar-se às zonas urbanas e o camponês é convertido em “produtor rural”, “trabalhador-operário” ou “dirigente agrícola”, perdendo sua tradição.

Vinte anos depois da publicação dessa obra, Mendras reafirma seu pensamento: “em uma geração a França viu desaparecer uma civilização milenar, constitutiva de si mesma”<sup>82</sup> (1976, p. 317). O autor lista as principais consequências do processo industrial para o campo, tais como: o êxodo rural até a década de 1970 e a inversão das rotas migratórias nos anos seguintes, com o deslocamento do “homem urbano” para o campo; a transformação da “escala da sociedade rural” a partir do desenvolvimento de meios de transporte e de comunicação, do encurtamento entre as distâncias e da formação de pequenos municípios a partir dos antigos povoados; a homogeneização das propriedades agrícolas; o surgimento de outras atividades no campo, para além da agricultura, a exemplo da mineração; a conversão das famílias em gerentes de fazendas; a especialização e diversificação da mão-de-obra; o prolongamento do tempo de vida das pessoas, o surgimento dos aposentados, a proliferação de pessoas que transitavam e residiam entre o campo e a cidade; a concentração de serviços e comércios nas vilas e nas pequenas cidades, aumentando a interdependência para com o “mundo urbano”; o fortalecimento de empreendimentos turísticos com “ideologia regionalista”; a aproximação de um “estilo de vida” urbano, na medida em que os moradores do campo passaram a ter o mesmo

---

<sup>81</sup> No pós-guerra, políticas públicas voltadas a um processo de mecanização e divisão da produção agrícola, com vistas a produzir para o mercado global de alimentos, teriam incentivado a especialização do trabalho no campo, tal como na cidade.

<sup>82</sup> Tradução livre.

conforto e seguir as mesmas “amenidades” cultivadas nas cidades (MENDRAS, 1976, p.p. 319-320). Para o autor, essas transformações indicam que a sociedade rural segue existindo, que os agricultores continuam tendo um papel importante na manutenção da vida rural e na produção de alimentos. Porém, e ainda assim, a forma de vida camponesa não teria sobrevivido.

A primazia da cidade sobre o campo, desencadeada pela produção histórica da realidade, aparece com força na concepção de Henri Lefebvre (2002), que em *A revolução urbana* trabalha a seguinte hipótese: o efeito da vida industrial teria produzido nas cidades modernas uma natureza de sociedade específica, a urbana, responsável por uma condição de vida e por um tempo próprios, diferentes do que foi conferido em cidades de períodos históricos anteriores. Essa sociedade urbana viria, mais cedo ou mais tarde, a incorporar de vez o campo e as atividades agrícolas, gerando uma continuidade no espaço social.

A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O *tecido urbano*, prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza” (LEFEBVRE, 2002, p.17).

Importante contribuição sobre a vida nos centros urbanos, exacerbados pelo capitalismo, foi dada por Georg Simmel ([1903]2005a), considerado o precursor dos estudos sobre a urbe. Diferentemente de Lefebvre, o filósofo não analisa a produção ou a configuração do espaço, mas trata de algo para além da materialidade: a “vida do espírito”, o comportamento e o ânimo sociais, aspectos também conformados pela a experiência urbana. Ao observar as transformações na Berlim do início do século XX, Simmel concluiu que a convivência dos sujeitos em grandes cidades produzia na alma humana novos estímulos, novos mecanismos de defesa e imagens mentais antes não elaboradas. Isso porque a vida estaria organizada de modo a ser mediada pelo dinheiro e pela linguagem dos números, gerando uma acelerada objetividade entre as relações pessoais. Isso, conforme Simmel, não seria experimentado em cidades menores ou na vida camponesa.

Na medida em que a cidade grande cria precisamente estas condições psicológicas — a cada saída à rua, com a velocidade e as variedades da vida econômica, profissional e social —, ela propicia, já nos fundamentos sensíveis da vida anímica, no *quantum* da consciência que ela nos exige em virtude de nossa organização enquanto seres que operam distinções, uma oposição profunda com relação à cidade pequena e à vida no campo, com ritmo mais lento e mais habitual, que corre mais uniformemente de sua imagem sensível-espiritual de vida (SIMMEL, [1903]2005a, p. 578).

Assim, para o autor, a grande consequência da vida nas cidades seria a formação de indivíduos com uma atitude *blasé*, uma espécie de dispositivo psíquico que se acomoda, que

não mais se espanta com a imprevisibilidade ou se motiva com a novidade. Na leitura de Simmel, a mediação pelo dinheiro produziu a cidade, acelerou o tempo, criou um modo de ser. Defesa semelhante fez Louis Wirth, herdeiro da Escola de Chicago. Para o sociólogo, compreender as grandes cidades seria mister para observar em que patamar chegou o ser humano em sua trajetória civilizatória. Trata-se, em seu entendimento, de um resultado de transformação da natureza capaz de produzir um ambiente próprio e um modo de vida diferente do conhecido no campo. “Em nenhum lugar do mundo a humanidade se afastou mais da natureza orgânica do que sob as condições de vida características das grandes cidades” (WIRTH, [1938]1979, p. 90).

Na concepção de Wirth, falar de um processo de urbanização não significaria apenas reconhecer o deslocamento físico de pessoas de um espaço a outro, implicando também em mudanças de sentido da vida. E as diferenças entre modo de vida urbano e rural só não seriam ainda mais acentuadas graças a um poder das cidades de influenciar o campo, com suas produções de novidades: “...podemos inferir que a vida rural levará a marca do urbanismo, à medida que sofre a influência das cidades através de contato e comunicação” (WIRTH, [1938]1979, p. 95). E o que seria mais marcante nesse modo de vida “urbano”? Para Wirth, a quantidade de pessoas reunidas em um mesmo espaço, a diversidade cultural que isso gerou, a especialização das atividades econômicas e profissionais e a heterogeneidade dos sujeitos e tipos humanos. Semelhante a Simmel, o sociólogo fez alusão ao afastamento e à frieza das relações como traços marcantes desse modo de vida citadino.

Em outro contexto, a jornalista Jane Jacobs ([1961]2011) valorizou a diversidade como principal elemento dos ambientes urbanos, em detrimento ao espaço rural. Tentando diagnosticar as cidades estadunidenses da década de 1950, algumas decadentes, ela elegeu quatro critérios indispensáveis para que uma cidade se mantivesse viva: os bairros ou localidades deveriam possuir mais de uma função comercial, fazendo com que a circulação de pessoas fosse garantida em horários diferenciados; a arquitetura e o urbanismo deveriam contar com esquinas e ruas estreitas, que se comunicassem e fizessem circular as pessoas; as edificações deveriam ser de tempos distintos e possuir usos diferenciados; os espaços deveriam possuir uma alta densidade, sobretudo de pessoas que vivem no lugar. Nessa combinação ideal de Jacobs, a ocupação e a circulação de pessoas produziriam fluxos intensos capazes de acentuar os mercados e organizar o modo de vida das cidades, dando-lhes a tão “típica” vitalidade.

Em sentido inverso, e estimulado pelo debate francês do “fim do camponês” iniciado por Mendras (1976), o geógrafo Bernard Kayser (1990) analisou pesquisas censitárias

realizadas na década de 1970 em países como França, Holanda, Itália, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, que revelaram a existência de um fluxo migratório da cidade para o campo. Com os dados em mãos, o pesquisador inferiu que se tratava de um fenômeno resultante do esgotamento produtivo industrial e de um enriquecimento da população, que regressara à sua origem. Kayser considerou que esse retorno poderia estimular a construção de novas formas de viver o “rural”. Em outras palavras, seria o surgimento de uma nova forma de uso social do espaço (o campo), envolvendo novos atores, novas formas de produção (não necessariamente vinculadas à atividade agrícola) e pressupondo a existência de uma cidadania específica. É por meio desse discurso de Kayser que os termos “ruralidade”, associado ao modo de vida, e “novo rural” (“neorrural”), associado aos migrantes citadinos, começaram a se popularizar (KAYSER, 1990, p.p.40 a 45), orientando debates, sobretudo, na América Latina (KAY, 2009).

Vale destacar o alerta que faz Maria José Carneiro, a respeito da existência de modos de vida “típicos” do campo e da cidade, separados por adventos sociotécnicos. Conforme a antropóloga, se a “modernização” do campo foi massiva e impôs à população rural um padrão de vida urbano-industrial hegemônico, isso não quer dizer que a forma como as pessoas reagiram a tal processo tenha sido única (CARNEIRO, 1998). Pelo contrário, o “urbano” não teria consumido o “rural” em um *continuum*, como se uma vida nova sufocasse a antiga, mas sim teria contribuído para outras formas de viver o “rural”, no campo e na cidade. Por outro lado, as tecnologias e a comunicação móvel, encurtadoras de tempos e espaços, teriam contribuído em certa medida para que o campo se renovasse e para que as pessoas que nele permaneceram tivessem contato com outras informações e outras culturas sem optar pela migração, enfim, se reinventassem (CARNEIRO, 2012). A pesquisadora defende que o “rural” deve ser estudado em localidades específicas, buscando enxergar as ruralidades como um processo dinâmico que reestrutura a cultura local a partir de valores, hábitos e técnicas constantemente reformulados (CARNEIRO, 1998; 2008). Há, ao invés de um modo de vida “típico” de um espaço ou de uma “evolução” em sentido único, múltiplas formas de vida a serem investigadas.

Afirmção semelhante faz Francisco Durán (1998), para quem as ruralidades não necessariamente devem ser associadas à conformação sociocultural de um determinado espaço rural, considerando que os espaços geográficos e sociais não são constituídos por paisagens e modos de vida únicos. Para o autor, é preciso superar as “velhas imagens”<sup>83</sup> associadas à

---

<sup>83</sup> As imagens, para Durán, correspondem às noções construídas pela própria ciência ao longo dos séculos XIX e XX.

modernização, à conservação de um “agro tradicional” ou, ainda, à noção de “continuum” atribuí ao campo o que falta na cidade e vice-versa. Conforme Durán,

... a ruralidade é uma construção social contextualizada em umas coordenadas temporais ou espaciais específicas. Como qualquer outra construção social, a ruralidade tem uma natureza reflexiva; ou seja, é o resultado de ações (ou está condicionada por elas) de sujeitos humanos que têm a capacidade de interiorizar, debater ou refletir acerca das circunstâncias e dos requerimentos socioculturais que em cada situação espaço-temporal se apresentam (DURÁN, 1998, p. 77)<sup>84</sup>.

Tal perspectiva se aproximada da ideia de enxergar “urbanidades” no campo e “ruralidades” na cidade. Isso parece pertinente quando, em um movimento de ida e volta, se lança um olhar sobre as metrópoles latino-americanas. Para Nestor García Canclini (2004), em primeiro lugar, é preciso rever a interpretação outrora feita da cidade, cujo cenário oposto era o campo e cuja experiência social urbana se estabelecera em contraste à vivência rural, supostamente comunitária<sup>85</sup>. O autor propõe uma postura de incertezas diante do já discutido, não se deve buscar explicações únicas sobre a vida nas cidades, sobretudo quando nos deparamos com as megacidades latino-americanas, marcadas por acirramento das diferenças sociais, migrações intensas, insegurança, esgotamento de recursos naturais, dificuldade de resolução de antigos problemas como a mobilidade e, sobretudo, pela “multiculturalidade”.

Na atualidade, mais que entender o que é específico do urbano, o que o diferencia do rural, se trata de explorar o novo rosto da multiculturalidade, a coexistência de diversas culturas em um espaço que ainda chamamos de urbano (CANCLINI, 2004, p. 62)<sup>86</sup>.

Essa “multiculturalidade” diz respeito à origem de grupos sociais distintos, que migram no interior de um país e para além de seus limites, mas também à sobreposição temporal dos usos dos espaços, que em uma urbe se apresenta desde as construções coloniais até os mais “modernos” arranha-céus, desde as expressões de grupos locais até a transmissão da TV via helicóptero que mostra como está o trânsito nas vias mais movimentadas. Assim, a história dos primórdios de uma cidade soma-se às consequências de processos mais recentes, tais como a industrialização e a emergência das redes e dos intensos fluxos comunicacionais, produzindo experiências consideradas por Jesús Martín-Barbero (2004) como “fragmentárias”.

---

<sup>84</sup> Tradução livre para: “... la ruralidad es una construcción social contextualizada en unas coordenadas temporales o espaciales específicas. Como cualquier otra construcción social, la ruralidad tiene una naturaleza reflexiva; es decir, es el resultado de acciones (o está condicionada por ellas) de sujetos humanos que tienen la capacidad de interiorizar, debatir o reflexionar acerca de las circunstancias y requerimientos socioculturales que en cada situación espacio-temporal se les presentan”.

<sup>85</sup> O autor também questiona estudos posteriores que priorizaram em seu eixo de análise especificidades como as caracterizações geográficas, os critérios econômicos e até mesmo as tensões entre racionalidade técnica e vida cotidiana (CANCLINI, 2004).

<sup>86</sup> Tradução livre para o trecho: “En actualidad, más que entender lo que es específico de lo urbano, lo que lo diferencia de lo rural, se trata de explotar la nueva face de la multiculturalidad, la coexistencia de diversas culturas en un espacio que aún llamamos de urbano”.

Martín-Barbero chega a questionar: quando se fala em cidades, sobretudo as metrópoles ou megalópoles, a referência é o seu todo ou apenas seus “fragmentos”? Para esse autor, o universo urbano não marca mais a pujança da diversidade, como outrora foi observado, mas sim suas consequências, revelando um cenário opaco e rompido pela produção de marginalidades. Tal diversidade das cidades não se resume mais a um “modo de vida”. E é para esse fato que se deve atentar. Em cada um desses “fragmentos”, em cada nova situação de estranhamento, há também “novos modos de estar junto” que dizem respeito a uma “enorme diversidade de estilos de viver, de modos de habitar, de estruturas de sentir e de narrar” (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 74)<sup>87</sup>.

Em razão de uma reorganização dos territórios por meio de redes, fluxos de informação, representações do cotidiano e uma sobreposição de imagens, o que se nota no século XXI é uma nova ordem sociotécnica, midiaticizada, que engendrou a vida como um todo, formando opiniões, produzindo sensações, capturando experiências e, em suma, gerando uma nova forma de ser: o *bios* virtual, indicador de uma vida em comum organizada pela comunicação e reordenada geograficamente pela velocidade (SODRÉ, 2006; 2014).

Se no século XX o processo de industrialização fez romper os limites entre centro e periferia, campo e cidade, na atualidade, a cidade-espetáculo alcançou seu ápice, ocupando usos anteriores dados às urbes. De acordo com Sodré (2006), uma das características da sociedade espetacularizada é a produção e a valorização das imagens, em substituição a outras formas. O sentido da visão, assim, se sobrepõe a outros sentidos e o espetáculo se torna em si mesmo uma relação social, reorientando hábitos. “O imaginário realiza-se tecnologicamente, confundindo-se com as representações humanas da vida real” (SODRÉ, 2006, p. 120). Assim sendo, como seguir falando sobre campo e cidade?

## 5.2. Dinâmicas territoriais do Rio de Janeiro

A última contagem demográfica realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registou no país a existência de pouco mais de 29 milhões de pessoas, ou cerca de 15% do total da população, vivendo em áreas rurais (IBGE, 2010). Todo o restante, ou aproximadamente 160 milhões de indivíduos, estariam instalados em cidades ou frentes de expansão urbana. Em 1960, esse quantitativo ainda pendia para o campo, mas já se

---

<sup>87</sup> Tradução livre para o trecho: “vasta diversidad de estilos de vivir, de modos de habitar, de estructuras de sentir y de narrar”.

transformava: 32 milhões de pessoas em zonas urbanas e 38,9 milhões nas rurais. Na ocasião, a taxa de urbanização<sup>88</sup> do Brasil era de 44,7%; vinte anos antes, era de 31,24%; cinquenta anos depois, alcançou os 84,36%<sup>89</sup>.

A região Sudeste, que na década de 1960 já abrigava mais habitantes nas cidades, possui atualmente o maior índice de urbanização do país: 92%. O estado do Rio de Janeiro, por sua vez, com área de 43.777,954 km<sup>2</sup> e dividido em 92 municípios, registrou no último Censo 525.690 moradores na zona rural, distribuídos em 163.361 domicílios – o que corresponde a 3% da população total do estado, que é de 16.461.173 habitantes (IBGE, 2010). Na capital, dos 6.320.446 habitantes, nenhum foi identificado como morador de zonas rurais, conforme as estatísticas oficiais, uma vez que estas não são mais reconhecidas pela Lei Orgânica do Município (RIO DE JANEIRO, 2010). Seguem os rumos de uma suposta “urbanização total” (100%) em termos de ordenamento populacional os municípios de Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Queimados e São João de Meriti, fazendo com que a Região Metropolitana tenha taxa de urbanização de 97% (IBGE, 2010).

A concentração de domicílios nas cidades, e sobretudo nas capitais, ao longo do século XX, decorrente da “modernização” dos processos produtivos e do redirecionamento da “vocação” econômica regional para os setores industrial e de serviços, o que Florestan Fernandes classificou como “mudança social” do Brasil (1979), foi acompanhada do crescimento da população e de uma transformação no perfil do trabalhador que, em busca de ofertas, moveu-se, em um primeiro momento, rumo à indústria e, paulatinamente, para o setor de serviços.

No Rio de Janeiro, desde 1940 há retração no setor primário, em termos de produção e trabalho. Em 1990, foram 37 mil empregos a menos por ano nas atividades de agropecuária. Em meados da década de 2000, o percentual da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola correspondeu a menos de 1% da PEA total do estado, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) comentados por Carneiro e Teixeira (2012). As pesquisadoras fizeram tabulações para o período de 1992 a 1999, considerando informações da PNAD relativas à distribuição da população na zona rural por atividade, por renda média

---

<sup>88</sup> Conforme a conceituação do IBGE, a taxa de urbanização corresponde à “proporção entre a população da área urbana em relação à população total”. Informação disponível em: <[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes\\_sociais.pdf](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_sociais.pdf)> Acesso em: 27/10/2013.

<sup>89</sup> Informações obtidas a partir das Séries Históricas. Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Tabela disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>> Acesso em: 11/12/2013.

pessoal e por tipo de organização produtiva da família (se agrícola, não agrícola ou com múltiplas atividades). Uma das principais conclusões foi que a PEA agrícola não somente diminuiu como também deixou de representar a PEA rural do Rio de Janeiro. Ou seja, nas áreas consideradas oficialmente rurais, conforme o IBGE, os postos de trabalho aumentaram no comércio e nos serviços (2,7% ao ano, no período estudado). Em 1999, 54 mil pessoas da zona rural fluminense estavam ocupadas no setor de serviços e 79% dessas atuavam nas sedes de seus municípios ou de municípios vizinhos como domésticas, serventes de pedreiro, serviços gerais, atendentes, motoristas etc. (CARNEIRO & TEIXEIRA, 2012, p.p.55 – 59).

Esse deslocamento dos postos de trabalho na zona rural se deu juntamente com a diminuição das áreas cultivadas e do número de propriedades rurais com atividade agropecuária de, respectivamente, 26% e 41%. O quadro foi acirrado, na década de 1990, pela extinção das políticas públicas voltadas ao setor primário. Desta forma, “o espaço agrícola fluminense vem sendo substituído, cada vez mais, por sítios de recreio, pousadas e casas de aluguel” (CARNEIRO E TEIXEIRA, 2012, p. 54). Estendendo suas análises até o ano de 2006, as autoras observaram que os postos de trabalho não agrícola em zonas rurais chegaram a empregar 161 mil pessoas, ou 69% da PEA total. O crescimento da PEA não agrícola no interior do estado do Rio de Janeiro foi quase três vezes maior do que a PEA não agrícola da Região Metropolitana. Enquanto isso, a PEA agrícola de todo o estado registrou um leve crescimento, empregando duas mil pessoas a mais do que na década de 1990 (CARNEIRO & TEIXEIRA, 2012, p.p. 63 – 66).

Recorrendo à série histórica da PNAD fornecida pelo IBGE, que compreende o período de 1992 a 2013 em todo o país, é notório que, em duas décadas, a participação da população ocupada no setor agrícola, em relação ao total da população ocupada, reduziu-se pela metade, caindo de 27,5% para 13,5%, enquanto a participação do setor de serviços cresceu de 36,7% para 45,5%<sup>90</sup>. É preciso destacar que essa é uma tendência global orientada pela etapa contemporânea do capitalismo financeiro e derivada de uma reestruturação dos mercados operada pela crise de um modelo fordista de produção, que já na década de 1960 apontava para esse crescimento do setor terciário<sup>91</sup>.

Nesse sentido, vale destacar que a participação do setor de serviços no Produto Interno Bruto (PIB) do Rio de Janeiro, em 2014, foi de 66%, com crescimento sobretudo nas áreas de transporte e armazenagem, atividades imobiliárias, serviços de informação e comércio. A queda

---

<sup>90</sup> Resultados obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática, na tabela 2269. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=2269>> Acesso em 12 mai. 2015

<sup>91</sup> A esse respeito, ver análise e quadro demonstrativo em: Harvey, 2007, p.149.

de produtividade da indústria foi de 0,6% e da agropecuária foi de 0,2% (IBGE/CEPERJ, 2015). No entanto, é preciso entender em que dinâmica produtiva o estado está inserido.

O setor secundário, que desde a crise do café, em 1929, perde espaço para a indústria nacional, mas que graças a investimentos federais feitos ao longo do século XX e no início do XXI segue com relevante participação na economia estadual<sup>92</sup> (MEDEIROS JUNIOR, 2013). E isso faz com que o setor secundário ainda opere transformações no território fluminense, de modo a promover, nas últimas duas décadas, um deslocamento da população partindo da Região Metropolitana rumo ao interior do estado<sup>93</sup>. De acordo com Medeiros Júnior, investimentos nas regiões Norte Fluminense e Médio Paraíba, onde historicamente estão consolidadas as indústrias petroquímica, metalúrgica e siderúrgica, provocaram crescimento econômico e um relativo aumento das demandas de emprego no entorno de municípios como Macaé e Campos dos Goytacazes, *locus* da bacia petrolífera, e Resende e Volta Redonda, onde estão instaladas montadoras automobilísticas. Houve aumento na arrecadação do Imposto por Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nestas localidades e também do fluxo migratório oriundo da capital e de outros municípios. Foram mais de 175 mil pessoas a mais registradas pelo Censo 2010, em relação ao Censo 2000.

É preciso destacar, contudo, que a relação entre demanda e ofertas de trabalho nem sempre é atendida nessas áreas de crescimento econômico. Medeiros Júnior constata que a única região do estado que contempla uma igualdade entre postos disponíveis e pessoal ocupado é a Costa Verde, onde há atividades do setor energético e do turismo. A combinação entre atividades secundárias e terciárias, a propósito, é o que garante mais transformações no estado. Houve um deslocamento de pessoas ainda maior rumo a municípios localizados próximos às regiões industriais e que têm vocação para o turismo, tais como Rio das Ostras, Cabo Frio e Búzios, na Baixada Litorânea, região que recebeu nos últimos dez anos mais de 250 mil pessoas. Vale ponderar, ainda, que apesar de estarmos nos baseando em um estudo que analisa os dois

---

<sup>92</sup> Relata Medeiros Júnior (2013) que investimentos federais em infraestrutura feitos entre as décadas de 1950 e 1970, na construção da Avenida Brasil, do trecho sul da Rodovia Presidente Dutra (BR-116) e da Ponte Rio – Niterói, estimulou de certa forma a retomada da atividade industrial no Rio de Janeiro, expandindo as atividades econômicas em municípios que hoje estão zoneados entre a Região Metropolitana, a Baixada Fluminense, o Médio Paraíba e o Norte Fluminense, com destaque para uma maior ocupação industrial nos municípios de São João do Meriti, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Resende, Volta Redonda, Campos dos Goytacazes e Macaé. Recentemente, em razão da descoberta da camada do pré-sal, o estado teria recebido investimentos federais iniciais na ordem de R\$ 100 bilhões para investir em extração mineral. A tese defendida pelo autor é que a indústria ainda é responsável pelo crescimento econômico do estado e, nas duas últimas décadas, tem contribuído para o deslocamento da população residente em sentido ao interior. O problema que se reconhece com esse modelo de desenvolvimento é que o setor cresce de forma sempre dependente dos repasses e das políticas de infraestrutura federais.

<sup>93</sup> A divisão territorial do estado do Rio de Janeiro compreende 8 microrregiões: Costa Verde, Médio Paraíba, Metropolitana, Baixadas Litorâneas, Centro-Sul, Serrana, Norte e Noroeste.

últimos Censos Demográficos, há um cenário de migração para o Norte e a Baixada sendo configurado desde a década de 1980 (MEDEIROS JÚNIOR, 2013).

Um panorama geral da ocupação em território fluminense, apresentado pela PNAD 2013, traça o seguinte perfil: 15% da população residente não é natural da unidade da federação e 33% não é natural do município onde reside atualmente; 62% das famílias enquadradas como economicamente ativas possuíam trabalho no período da pesquisa, sendo, desse grupo, 56,3% homens e 43,7% mulheres. Além disso, os domicílios particulares permanentes possuem água canalizada, rede de esgoto, fossa séptica, coleta de lixo, eletricidade e linha telefônica nas seguintes proporções, respectivamente: 99%, 80,4%, 12,6%, 89,1%, 99,9%, 95,7%. Bens duráveis como fogão, geladeira, televisão, máquina de lavar e filtro de água são localizados em mais de 70% das casas, sendo que em 40% dessas há aparelhos de TV Digital. Entre os moradores desses domicílios, 56,6% possuem microcomputador com acesso à internet e 59,4% possuem telefone celular ou fixo<sup>94</sup>. Uma avaliação da PNAD por uso pessoal de produtos de telefonia e informática indica ainda que, da totalidade da população do Rio de Janeiro, 80,2% possuem telefone celular para uso pessoal<sup>95</sup>.

Com essas informações, pode-se considerar que está em curso um rápido esvaziamento do campo em termos de ocupação, trabalho e produção? Não necessariamente. É preciso reconhecer que os critérios que classificam o rural e o urbano brasileiros, nas pesquisas administrativas<sup>96</sup>, são limitados ao que define o Decreto de Lei n° 311 (BRASIL, 1938), assinado por Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Tal documento atribui às legislações municipais a incumbência de declarar seus próprios limites e, inclusive, a qualidade do que é urbano e rural em sua extensão. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, a Lei Orgânica mais recente, de 1990, em seu Artigo 249, parágrafo terceiro, anuncia que, para fins de cobrança

---

<sup>94</sup> Dados disponíveis em: <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=pnad\\_2013](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=pnad_2013)> acesso em 02 mai. 2015.

<sup>95</sup> Tal porcentual compreende a 90% da população ocupada e a 69% das pessoas desempregadas no momento da pesquisa. Dados disponíveis em: <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=pnad\\_internet\\_celular\\_2013](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=pnad_internet_celular_2013)> Acesso em: 05 mai. 2015.

<sup>96</sup> “Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por lei municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados oficialmente pela Prefeitura Municipal. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Este critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural” (IBGE, 2010). Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiências. Rio de Janeiro, p.1-215, 2010. ISSN 0104-3145. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religiao\\_Deficiencia/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf)> Acesso em: 05/12/2013

de impostos, um domicílio é compreendido como parte da zona urbana quando contempla pelo menos dois dos seguintes itens:

- I - Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - Abastecimento de água;
- III - Sistema de esgotos sanitários;
- IV - Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - Posto de saúde ou escola primária a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado (RIO DE JANEIRO, 2010, p.p. 93 e 94).

Ou seja, não há esfera alguma do município do Rio de Janeiro que não seja considerada urbana, pois todas terão pelo menos dois tipos básicos de assistência do poder público: em maioria das vezes, conforme as informações da PNAD 2013, canalização de água e sistema de esgoto<sup>97</sup>. O rural, para a legislação e conseqüentemente para as pesquisas administrativas, está onde as benfeitorias não chegam e onde o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não pode ser cobrado; é o que resta do urbano.

Tal noção residual, em termos conceituais, vem sendo questionada há algum tempo (VEIGA, 2001a, 2001b, 2004; WANDERLEY, 1997). No brotar do ano 2000, José Eli da Veiga considerou ser a taxa de urbanização do IBGE um “mito” que levava em conta certa informação deveras simplificada: a quantidade de pessoas que vivem nas sedes dos municípios (VEIGA, 2001a). Para o autor, esse critério de avaliação não leva em conta as práticas sociais, as atividades econômicas, as características funcionais e sequer o próprio perfil demográfico de determinado espaço. Além disso, nem toda sede de município, a seu ver, deve ser considerada urbana. “O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma ‘cidade’ na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes” (VEIGA, 2004, p.6).

Os números apresentados por Veiga, que articula seu pensamento também por meio de estatísticas<sup>98</sup>, sugerem que 57% da população brasileira fariam parte do mundo urbano, sendo “34% em 12 aglomerações metropolitanas, 13% em 37 aglomerações não-metropolitanas e

---

<sup>97</sup> Uma contradição que aqui merece relevância: apesar da plenitude da urbanização decretada por lei, o IBGE apresenta um quantitativo de mais de dois milhões de pessoas vivendo em 1,3 mil áreas consideradas “subnormais”, ou com baixo investimento em infraestrutura, no Rio de Janeiro (IBGE, 2010).

<sup>98</sup> Sua concepção da relação cidade-campo perpassa os seguintes pontos de entendimento: i) é preciso superar a dicotomia rural-urbano nas análises; ii) conceitos e definições devem ser formulados considerando itens como a densidade demográfica e a participação da população na economia local; iii) é necessário observar se as economias locais estão alicerçadas no aproveitamento de recursos naturais, diretamente, ainda que as atividades do setor primário coexistam com elementos dos setores secundário e terciário. Isso quer dizer que os municípios que não pertencem às Regiões Metropolitanas e que têm como atividade principal a agricultura, a pecuária, a pesca, o extrativismo, a mineração e até mesmo o turismo de natureza, conforme o pesquisador, seriam “predominantemente” rurais, ainda que tivessem em suas sedes indústrias, comércio e serviços (VEIGA, 2001a, 2001b, 2004).

10% em 77 centros urbanos que não pertencem a aglomerações” (VEIGA, 2001b, p.118). Ele ainda destaca que 13% da população, vivendo em municípios de médio porte, estariam em um estágio intermediário entre campo e cidade e os habitantes de 4.485 municípios, ou 30% dos brasileiros, estariam, definitivamente, em áreas e municípios rurais.

A perspectiva de Veiga é interessante, mas enxerga a relação campo e cidade como um processo evolutivo e, portanto, pode não contemplar a complexidade do real. O problema das estatísticas, portanto, não é apenas a simplificação de entendimentos sobre o que é rural ou urbano. Há um risco de abandono da vida em si mesma, sobretudo dos seres mais miseráveis. Afinal, é por meio dos dados gerados pelo Estado que as ações de política pública são orientadas, planejadas e chegam até o cidadão. E, por outro lado, tais ações são formuladas somente se os sujeitos são localizados e classificados por meio das unidades numéricas. Quanto a isso, Wanderley faz uma reflexão pertinente:

O meio rural consiste assim [para as pesquisas censitárias] no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta deste processo é frequentemente a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal. Neste contexto, única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana, através da expansão do próprio espaço rural, ou através do êxodo para as cidades (WANDERLEY, 1997, p.92).

Desde a década de 1990 a autora vem chamando a atenção para a dificuldade de as estatísticas, em razão de seus procedimentos de análise, enxergarem, sobretudo, as camadas mais pobres da população brasileira. Em um pronunciamento recente<sup>99</sup>, Wanderley apresentou a preocupação de estarem de fora dos dados oficiais, e, portanto, das políticas públicas, pessoas que transitam entre o campo e a cidade, têm na memória de suas práticas a produção para a subsistência e, por não conseguirem responder às exigências do desenvolvimento capitalista, não são reconhecidas como agricultoras e nem como trabalhadoras urbanas. Estão na lista dos que ocupam uma espécie de “franja periférica”:

A grande maioria dos agricultores, antes considerados periféricos, reivindica o reconhecimento de sua identificação com um tipo de trabalho específico, aquele exercido de forma autônoma, em caráter familiar, através da posse e do controle dos meios de produção para isso necessários. Inclusão social, para os próprios produtores, significa o reconhecimento de sua condição de agricultor, de sua forma de trabalhar e

---

<sup>99</sup> Durante o Seminário Internacional “Políticas Territoriais e Pobreza no Campo e na Cidade”, realizado nos dias 4 e 5 de novembro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro. O evento foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) em parceria com o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA).

produzir, cujas potencialidades devem ser apoiadas pelas políticas públicas, inclusive as destinadas à agricultura (WANDERLEY, 2014, 1:39:18)<sup>100</sup>.

Os comentários de Wanderley provocam indagações que podem ser feitas à dinâmica territorial fluminense. Em primeiro lugar: com a atividade agrícola em queda, com o setor de serviços empregando boa parte da mão-de-obra disponível, com um povoamento maior na Região Metropolitana e em municípios que combinam atividades dos setores secundário e terciário, qual a configuração do espaço rural no Rio de Janeiro? Em segundo lugar: quem são as pessoas que ainda permanecem na zona rural? Por último: o que produzem essas pessoas ou o que produz esse campo?

Para fazer um mapeamento das áreas rurais brasileiras, o IBGE desenvolve o Censo Agropecuário e, desde 2006, com base na Lei nº 11.326<sup>101</sup>, o Censo Agropecuário Familiar. De acordo com as informações da última pesquisa, no país, 12,3 milhões de pessoas estão vinculadas à modalidade da agricultura familiar, habitando e/ou trabalhando em cerca de 4,3 milhões de “estabelecimentos rurais familiares” (IBGE, 2006b)<sup>102</sup>. Com área total de 80,10 milhões de hectares<sup>103</sup>, esses estabelecimentos correspondem a 24% do território nacional, empregam três vezes mais do que a agricultura convencional e produzem 70% dos alimentos consumidos nas cidades – entre grãos, leguminosas, tubérculos, frutas, hortaliças, carnes e leite<sup>104</sup>.

No Rio de Janeiro, há 58.493 estabelecimentos rurais, particulares e públicos, em uma área de pouco mais de 2 milhões de ha ou 20 mil km<sup>2</sup>, que empregam 157.696 adultos e 3.421 crianças. Desses estabelecimentos, 44.121 são identificados como familiares e ocupam uma

---

<sup>100</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8IoJEJag9D4>> Acesso em: 14 mai. 2015.

<sup>101</sup> Conforme esta lei, fazem parte da agricultura familiar pessoas que residem em áreas rurais, são proprietárias de um terreno com extensão máxima de quatro módulos fiscais e realizam seus empreendimentos de modo que a administração, a manutenção e boa parte da mão-de-obra empregada sejam de responsabilidade dos membros da própria família. Nesse bojo, são reconhecidos como “agricultores familiares” tanto os chamados “pequenos proprietários”, “pequenos produtores rurais” ou “agricultores tradicionais” como pescadores, silvicultores, aquicultores, comunidades indígenas e quilombolas que sobrevivam de atividades artesanais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em 05 de dezembro de 2013.

<sup>102</sup> É bom abrir um parêntese e destacar que 3,2 milhões desses estabelecimentos são proprietários de suas terras e as adquiriram por meio de compra ou herança. Do restante, 170 mil são “assentado sem titulação definitiva”, 691 mil possuem acesso temporário ou precário às terras, tornando-se arrendatários (196 mil), parceiros (126 mil) ou ocupantes (368 mil). Além disso, ainda há 255 mil agricultores familiares sem qualquer natureza de área para produzir (IBGE, 2006b).

<sup>103</sup> Unidade de medida usada para demarcar áreas rurais que corresponde a dez mil m<sup>2</sup> ou 0,01 km<sup>2</sup>. Nas próximas menções, usaremos a sigla ha.

<sup>104</sup> Em 2006, conforme o Censo Agropecuário, a agricultura familiar foi responsável por “83% da produção nacional de mandioca, 69,6% da produção de feijão, 45,5% do milho, 38% do café, 33% do arroz, 58% do leite, possuíam 59% do plantel de suínos, 51% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produziram 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (14%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira” (IBGE, 2006b).

área de 469.797 ha – ou menos de um quarto da área total dos estabelecimentos rurais. Entre os atores sociais identificados pelo IBGE como agricultores familiares estão 1.192 assentados da reforma-agrária sem titulação definitiva, 2,8 mil arrendatários, 3.012 parceiros, 2,9 mil ocupantes e 1912 produtores sem área (IBGE, 2006a; 2006b).

A faixa de terra designada como espaço rural do Rio de Janeiro, em termos de uso, tem sua área fracionada conforme a Tabela 2. Conforme o Censo Agropecuário 2006, as lavouras (permanentes e temporárias) produziram, no período da última pesquisa, em toneladas, banana (56 mil), café (10.605), laranja (19.563), cana-de-açúcar (3,5 milhões), feijão (2.143), mandioca (65.952) e milho (21.275). A produção de animais foi realizada de acordo com o que indica a Tabela 3. Leite e ovos, por sua vez, foram produzidos, respectivamente: por 15.032 estabelecimentos, que ordenharam 283.541 vacas e obtiveram 432.355 litros, cujo valor total de venda ficou em torno de R\$ 200 mil; por 8,4 mil estabelecimentos, que reuniram 7,5 mil dúzias e arrecadaram com as vendas um total de R\$ 7.528,00.

**Tabela 2 – Composição da terra no estado do Rio de Janeiro**

<b>Natureza</b>	<b>Área (há)</b>
Lavouras permanentes	77.450
Lavouras temporárias	193.530
Pastagens naturais e plantadas	1.290.362
Área de Proteção Ambiental ou reserva legal	178.723
Florestas naturais	102.903
Florestas plantadas	13.884
Sistemas agroflorestais com pastagem e lavoura	15.812
Tanques, lagos ou açudes	15.809
Caminhos, construções ou benfeitorias	60.742
Terras degradadas	3.171
Terras inaproveitáveis de pântano e areal	28.245

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

**Tabela 3 – Produção de animais no estado do Rio de Janeiro**

<b>Animais (grupo)</b>	<b>Produção (cabeça)</b>	<b>Estabelecimentos (unidade)</b>
Bovinos	1.924.217	30.464
Bubalinos	3.556	64
Equinos	74.910	15.997
Asininos	522	246
Muare	6.197	3.287
Caprinos	15.884	871
Suínos	113.433	7.274
Aves	12.779	14.187

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

Complementam esses números as Tabelas 4 e 5, que apresentam os resultados da produção obtida nas cerca de 44 mil propriedades rurais reconhecidas como familiares, conforme a legislação vigente.

**Tabela 4 – Produção vegetal da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro**

<b>Produção</b>	<b>Quantidade (kg)</b>	<b>Estabelecimentos (unidade)</b>
Arroz em casca	4.186.326	430
Feijão-preto	3.211.949	1.327
Feijão de cor	395.130	141
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macaçar, em grão	1.188.163	304
Mandioca	49.168.107	4.875
Milho	14.174.572	2.193
Café arábica	5.107.769	1.771
Café canéfora	345.431	111

**Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006**

**Tabela 5 – Produção animal da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro**

<b>Animais (grupos)</b>	<b>Quantidade (cabeça/litros/dúzia)</b>	<b>Estabelecimento (unidade)</b>
Bovinos	578.156	20.301
Leite de vaca	160.421.02	9.542
Leite de cabra	466.376	157
Aves	988.217	10.822
Ovos de galinha	1.839.368	10.822
Suínos	59.547	5.395

**Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006**

Nessa conjuntura, é possível averiguar se o estado do Rio de Janeiro é capaz de, de forma autônoma, produzir o seu próprio alimento? Para se ter uma resposta imediata, basta buscar pela quantidade de alimentos comercializada nas Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro S.A. (Ceasa). Somente na sede da Grande Rio, que abastece a Região Metropolitana, em 2013 e 2014, foram comercializadas, respectivamente, 30 mil toneladas e 21,4 mil toneladas de hortifrutigranjeiros (folhagens, frutos, legumes, raízes, leite, queijo e ovos). Nos dois anos a participação do Rio nessa comercialização ficou em torno de 25%, conforme as análises de

conjuntura da Ceasa<sup>105</sup>. Isso quer dizer que, além do Rio de Janeiro não ser responsável pela totalidade de seu consumo interno de alimentos, ainda há um descompasso entre a produção e o volume de vendas. “A principal característica do complexo alimentar do Rio de Janeiro é a macrocefalia do comércio atacadista e varejista. Apesar de ser o segundo mercado do país, o Rio de Janeiro quase não oferece espaços para a comercialização da produção regional” (CARVALHO, 2014, p. 26).

Por outro lado, é preciso destacar a existência de um mercado “paralelo” de alimentos que, no Rio de Janeiro, existe há 35 anos e envolve diversos atores sociais da Região Metropolitana, da Baixada Litorânea e da Região Serrana, tais como produtores rurais familiares e não familiares, ativistas ambientais, biólogos, agrônomos, Organizações Não Governamentais (ONGs), centros de pesquisa e técnicos agrícolas: o mercado de orgânicos, alimentos *in natura* produzidos conforme os padrões da agricultura biológica, ou seja, sem as intervenções químicas (fertilizantes e agrotóxicos) da agricultura tradicional. Motivado pela experiência da Cooperativa de Produtores e Consumidores de Ideias, Produtos e Soluções Naturais (Conatura), fundada em 1979, tal mercado vem sendo legitimado, sobretudo, na cidade Rio de Janeiro, por meio do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (FERREIRA, 2013; CARVALHO, 2014), que compreende 14 feiras livres realizadas semanalmente em bairros da Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste.

O mercado de orgânicos será abordado no próximo capítulo, mas de antemão seu exemplo é usado para que se possa desenvolver reflexão sobre quão complexa é a dinâmica territorial fluminense a ponto de não parecer predominantemente urbana, apesar de todas as estatísticas aqui citada e apesar da insuficiência da produção agrícola, também mencionada. Para tanto, é preciso reconhecer como o rural se renova e pode, também, renovar o urbano, estando ou não atrelado à produção primária. Além disso, é necessário considerar que as famílias que permanecem no campo recorrem a uma condição de “pluriatividade” para sobreviver, buscando seu sustento em diversificadas frentes de trabalho, e não necessariamente abandonando a prática da agricultura (CARNEIRO, 1998; 2012).

Não é o caso de se invalidar as pesquisas oficiais e se negar os processos de “urbanização”. É, sim, caso de enxergar as pessoas que estão localizadas no campo, e que transitam do campo para a cidade (e vice-versa), seja de forma fixa seja de forma transitória, levantando questionamentos sobre quem são, como vivem, o que pensam, onde trabalham,

---

<sup>105</sup> Informações obtidas em boletins informativos disponibilizados pela Ceasa em sua página na internet. Endereço: <[http://www.ceasa.rj.gov.br/ceasa\\_portal/view/ListarConjunturas.asp](http://www.ceasa.rj.gov.br/ceasa_portal/view/ListarConjunturas.asp)> Acesso em 10 de novembro de 2014.

como se relacionam e se vinculam, como dialogam com a “zona urbana” etc. É mister averiguar se há, de fato, no cotidiano dessas pessoas, uma divisão entre rural e urbano, ou seja, se isso faz sentido para elas. Ainda, e por outro lado, é importante verificar a relação que o restante da população, inserida nas estatísticas das cidades, tem com o campo: na organização espacial, no trabalho, na moradia, na alimentação, na memória, na cultura.

## 6. “RURAL” NAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO

Este capítulo discorre sobre a relação entre a comunicação e a noção de “rural”, abarcando os estudos realizados no campo da Comunicação e as aplicações dos estudos comunicacionais na agricultura. São retomadas as correntes do difusionismo e da transformação estrutural.

### 6.1. Difusão, inovação e desenvolvimento

A aproximação das pesquisas em comunicação com o “mundo rural” sucedeu, no século XX, na medida em que a informação foi reconhecida como pedra angular de uma série de processos de transformação da sociedade e, com isso, passou a despertar o interesse de instituições políticas, econômicas e científicas ao redor do mundo. Seu marco foi a década de 1950, no amplo contexto do pós-guerra e da reorganização do mercado mundial de alimentos<sup>106</sup>. À época, foram implantados, na América Latina, na África e na Ásia, programas de governo com a finalidade de “modernizar”<sup>107</sup> economias periféricas. As políticas implantadas nessas regiões, em maioria financiadas por acordos bilaterais<sup>108</sup> capitaneados pelos Estados Unidos sob a dinâmica do liberalismo econômico, tiveram como objetivo tornar o setor produtivo mais “eficiente” para o mercado externo.

Isso demandou implantar no campo, espaço considerado “atrasado” em relação às novidades do mundo industrial, procedimentos técnico-científicos, maquinários e produtos

---

<sup>106</sup> Desde meados do século XIX a produção de alimentos foi incorporada pelo capitalismo global, ou seja, atrelada às demandas de um mercado internacional e responsável por engendrar hábitos alimentares (CHONCHOL, 2005; BERNSTEIN, 2011).

<sup>107</sup> A política da modernização foi uma reorganização territorial, econômica e simbólica que contemplou campo e cidade, movendo amplos recursos e grupos sociais, mas sem resolver desigualdades produzidas pela estrutura colonial (MARTINS, 1975). Partiu de um empenho global, atendendo aos interesses do grande capital, mas foi moldada conforme as particularidades de arranjos políticos locais. No Brasil, iniciada na década de 1930 e intensificada a partir de 1964 com o Golpe Militar, a aprovação do Estatuto da Terra e a eliminação da possibilidade de o Estado realizar reforma agrária, expropriou, produziu êxodo rural e aumentou a já existente concentração de riquezas. Foi classificada como “modernização conservadora” (GRAZIANO DA SILVA apud PALMEIRA, 1989) e representou a ascensão de uma elite agroindustrial (composta não somente por fazendeiros e latifundiários, mas também por banqueiros, empresários e especuladores) que transformou seus interesses privados em pautas nacionais (MENDONÇA, 2010). Desde modo, considerando o componente ideológico que embasou toda essa operação aqui descrita, optou-se neste texto pelo uso das aspas em termos como modernizar, atraso, primitivo, tradicional, entre outros.

<sup>108</sup> Em linhas gerais, investia-se em pavimentação, redes de esgoto e água potável, alfabetização da população, higienização, urbanização etc. e, em contrapartida, pactuava-se a transformação de fazeres considerados “tradicionais”, “arcaicos” e “atrasados” na agricultura, na pecuária, na pesca e na manufatura, em modos industriais, com vistas a demandas externas. Os Estados Unidos criaram um órgão específico para cuidar dessas operações: a *United States Agency of International Development* (USAID) (BELTRAN, 2005).

químicos que agiriam diretamente na força da natureza, transformando desde a fertilidade do solo até o tempo da colheita. Demandou também “introduzir” informações e técnicas de persuasão junto às populações locais, tidas como “primitivas”, com vistas a uma alteração de comportamentos. Narra Luiz Ramiro Beltrán (2005) que, para tanto, as políticas de desenvolvimento foram alicerçadas em três eixos: “informação de extensão agrícola”; “educação sanitária”; e “educação audiovisual” (BELTRÁN, 2005, p.7).

Nessa ocasião, os Estados Unidos possuíam uma experiência de mais de vinte anos em pesquisas relativas aos “efeitos” dos veículos de comunicação na vida das pessoas – o que vale a pena retomar brevemente. Na década de 1920, o Fundo Payne, instituição privada de financiamento de investigações científicas aplicadas, fomentou uma série de estudos empíricos sobre a influência do cinema entre crianças (ARAÚJO, 2007). Em 1927, o cientista político Harold Lasswell, na Universidade de Chicago, inaugurou a corrente da *Mass Communication Research* ao publicar um estudo sobre a Primeira Guerra Mundial, o uso militar do telégrafo e do telefone na composição de estratégias de defesa e ataque, bem como a embrionária propaganda de guerra disseminada por cinema, rádio e jornais no período de 1914 a 1918<sup>109</sup>. O pesquisador concluiu ser a comunicação um instrumento de circulação de símbolos e, portanto, de persuasão. Conforme seu raciocínio e suas observações, haveria um componente nas transmissões técnicas responsável por modificar modos de pensar e agir: a informação. Esta, embutida no fluxo da comunicação de massa, atuaria em sentido único, conforme uma “agulha hipodérmica” ou uma “bala mágica”, impactando diretamente qualquer indivíduo que se pusesse em contato com as tecnologias.

Para Lasswell, propaganda rima, daí por diante, com democracia. A propaganda constitui o único meio de suscitar adesão das massas; além disso, é mais econômica que a violência, a corrupção e outras técnicas de governo desse gênero. Mero instrumento, não é nem mais moral nem mais imoral que a ‘manivela da bomba d’água’. Pode ser utilizada tanto para bons como para maus fins (MATTELART & MATTELART, 2006, p.37).

A reflexão inicial de Lasswell encontrou respaldo em estudos em voga no período, encabeçados por Gustave Le Bon e Ortega y Gasset (ARAÚJO, 2007; WOLF, 2009) sobre a conformação das multidões urbanas como “massas”, ou seja, indivíduos atomizados, reunidos fisicamente, porém isolados psicologicamente. Também serviram como referencial para o cientista político as pesquisas sobre condicionamento psicológico do ser humano desenvolvidas

---

<sup>109</sup> Trabalho intitulado *Propaganda Techniques in the World War* (MATTELART & MATTELART, 2006; ARAÚJO, 2007; WOLF, 2009).

por John Watson e Ivan Pavlov, que se basearam nas ciências naturais para desenvolver análises empíricas sobre impulsos e reações em seres humanos.

Lasswell, que considerou ser a comunicação um processo de estímulo e resposta, reviu sua interpretação em investigações posteriores, dedicadas ao perfil de lideranças políticas e à segunda grande guerra, assinalando que o processo de comunicação deveria ser compreendido não como uma via única, mas sim em camadas. Haveria, segundo o pesquisador, uma fórmula, oriunda do behaviorismo e existente nas notícias (SODRÉ, 2014), para compreender o fenômeno em sua amplitude: “quem? diz o quê? por que canal? com que efeito?”. Cada uma dessas questões sugeriu uma modalidade de estudos e buscou compreender as “influências” da comunicação de massa na sociedade. A partir da década de 1940, as universidades estadunidenses, em especial Chicago e Columbia, passaram a fazer análises sobre o controle da mídia, seu conteúdo, seus suportes técnicos e as audiências (WOLF, 2009; MATTELART & MATTELART, 2006).

Os Estados Unidos consolidaram uma vasta tradição em averiguar o conteúdo e os impactos das mídias, bem como em decifrar às esferas da política e da economia os desejos e o comportamento social. A comunicação passou a ser entendida como responsável por promover determinadas “funções” na sociedade, tais como a) vigilância das relações e das satisfações das pessoas para com o seu meio social; b) resposta aos anseios do meio social; c) reprodução das condições de vida do meio social. Na década de 1950, os sociólogos Robert Merton e Paul Lazarsfeld, da Universidade de Columbia, acrescentaram uma quarta função, que teria relação com todas as anteriores: o entretenimento (MATTELART & MATTELART, 2006).

Lazarsfeld foi responsável por desenvolver uma série de pesquisas “administrativas”, de caráter “neutro”, empírico e quantitativo, supostamente sem orientação política<sup>110</sup>, que aperfeiçoaram os métodos de averiguação das opiniões e dos níveis de consumo entre a população estadunidense. Foi então que se concluiu ser o fluxo disseminador da informação uma unidade multívoca que contemplava, em medidas diferentes, vários tipos de público e vários tipos de gostos entre cada público. Considerou-se ainda que esses públicos deveriam ser observados em seus contextos, conforme sua origem e seu posicionamento na sociedade. Uma

---

<sup>110</sup> Vale ressaltar que, apesar da deflagrada neutralidade, Lasswell e Lazarsfeld, entre outros, desenvolveram projetos diante do *War Time Communication Study*, instituto de pesquisa vinculado à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos que criou, na segunda guerra, a agência governamental de propaganda bélica *Office of Facts and Figures* (MELO, 2007). Desse ambiente saiu toda uma geração de pesquisadores atrelados aos interesses políticos e econômicos estadunidenses, que se manifestavam não somente no Estado, mas na indústria de armamentos e na pujante indústria do entretenimento (MATTELART & MATTELART, 2006; ARAÚJO, 2007). Assim, não é segredo algum a assertiva de que o principal objetivo do pós-guerra foi, de fato, o desenvolvimento, tanto para pôr o Plano Marshall em prática como para impor aos países pobres novas dinâmicas de mercado.

ideia passou a vigorar: quanto mais expostos ao conteúdo dos veículos de comunicação de massa, mais os indivíduos teriam uma resposta diferenciada para dar (MATTELART & MATTELART, 2006, p.p. 47 e 48)<sup>111</sup>.

Nesse contexto, três nomes, Daniel Lerner, Everett Rogers e Wilbur Schramm, desenvolveram os primeiros estudos empíricos atrelando, diretamente, modernização, desenvolvimento e comunicação. O primeiro, sociólogo do Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT), publicou, em 1958, a obra *The Passing of Traditional Society*, fruto de sua observação em países do Oriente Médio, tais como Turquia, Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Irã (MELO, 2007). O cientista sustentou seu trabalho na análise dual de polos opostos confrontados a partir de valores negativos e positivos, tais como tradição/modernidade e atraso/desenvolvimento. Estabeleceu, então, a Europa (e sua trajetória histórica rumo à “sociedade industrial”) como parâmetro de desenvolvimento, aplicando o procedimento da comparação. Concluiu que, do grupo estudado, estavam mais aproximados do patamar europeu, ou seja, mais urbanizados e industrializados, os locais que recebiam com mais facilidade as inovações. Essa “abertura” para as mudanças sociais e tecnológicas do Ocidente foi caracterizada como “empatia”, isto é, acesso e disponibilidade à informação. Conforme Beltrán:

[Lerner] descobriu que essa transição [da sociedade tradicional para a moderna]<sup>112</sup> se dava nas seguintes etapas: urbanização (aparelhada com a industrialização); participação das pessoas na comunicação massiva; alfabetismo; e participação em política. Propôs que as funções da comunicação nesse processo eram estas: (1) criar novas aspirações; (2) apontar o crescimento da nova liderança para a mudança social; (3) fomentar uma maior participação dos cidadãos nas atividades da sociedade; e (4) ensinar a eles “empatia”, a atitude de ‘se pôr na pele do próximo’. E sustentou, em resumo, que a comunicação era ao mesmo tempo indutora e indicadora de transformação social (BELTRÁN, 2005, p. 9)<sup>113</sup>

Rogers, sociólogo rural que migrou de Iwoa para Michigan, debruçou-se sobre o processo de inovação, buscando compreender como esse se dava, quais suas particularidades e limitações. Concluiu, em 1962, que a circulação de determinada ideia passaria pelas etapas de “percepção, interesse, prova e adoção” (BELTRÁN, 2005, p. 10) e que esse processo de convencimento seria lento, necessitando de aproximação, carisma, demonstração e repetição.

---

<sup>111</sup> Tal hipótese será trabalhada também por Everett Rogers, na década de 1960, conforme será apresentado a seguir.

<sup>112</sup> Grifos deste trabalho.

<sup>113</sup> Tradução livre para o trecho: “Halló que esa transición se daba en las siguientes etapas: urbanización (aparejada com industrialización); participación de la gente en la comunicación masiva; alfabetismo; y participación en política. Propuso que las funciones de la comunicación en tal proceso eran estas: (1) crear nuevas aspiraciones; (2) apuntalar el crecimiento del nuevo liderazgo para el cambio social; (3) fomentar una mayor participación de los ciudadanos en las actividades de la sociedad; y (4) enseñar a ellos “empatía”, la aptitud para “ponerse en el pellejo del prójimo”. Y sostuvo, en resumen, que la comunicación era a la vez inductora e indicadora de cambio social.

Rogers também reforçou a ideia já posta entre os funcionalistas de que quanto mais o acesso à informação, ao cosmopolitismo e à educação, mais fácil seria para um indivíduo tornar-se um “inovador” – ou alguém que absorve e transmite as boas novas.

Seguindo tais raciocínios, Wilbur Schramm, fundador de cursos de Jornalismo em Illinois, investigador em Stanford e Hawaii (BELTRÁN, 2005; MELO, 2007), passou a defender o fortalecimento de sistemas de comunicação (incluindo emissoras de radiodifusão, jornais, produtoras cinematográficas, agências de propaganda etc.) como uma obra do desenvolvimento nacional. Seu argumento foi de que os veículos de comunicação de massa poderiam produzir nos países “em vias de desenvolvimento” um volume maior de transformações, dado o caráter central e agregador da comunicação.

De nossa parte, acreditamos que a comunicação está sempre no centro da sociedade, seja qualquer sociedade, esteja ou não em processo de desenvolvimento. Onde quer que se tenha de dar conta de perigos e oportunidades, de decisões que devem ser adotadas, de novas necessidades de conhecimento ou de mudanças iminentes – ali flui a informação. Estas necessidades são urgentes e mais manifestas nos países em vias de desenvolvimento, onde a tarefa designada aos meios é muito maior que antes de se iniciar o desenvolvimento. Se a circulação da informação e os canais de comunicação não são adequados para essas tarefas, devem ser criados e postos à altura das necessidades (SCHRAMM, 1967, p. 21)<sup>114</sup>.

Apesar do discurso otimista em relação aos meios de comunicação de massa, ressaltava o pesquisador que não bastaria um crescimento de emissoras e jornais em quantidade. Seria necessário um plano de atuação conjunto com a política nacional e a educação formal, buscando, desta maneira, a participação dos cidadãos. Em trabalho de 1964<sup>115</sup>, o pesquisador reorganizou as clássicas “funções” da comunicação, considerando as condições das localidades “subdesenvolvidas”, assim definindo: a) informação das populações locais sobre planos de ação, conquistas e limitações dos programas de desenvolvimento; b) promoção da participação nos processos coletivos de tomada de decisão; c) transmissão de saberes técnicos (SCHRAMM, 1967, p.p. 7 a 10).

Tais ideias encabeçaram estudos difusionistas que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, formularam “modelos” de indução à “modernização” (BORDENAVE, 1983; FONSECA

---

<sup>114</sup> Tradução livre para o trecho: “Por nuestra parte creemos que la comunicación está siempre en el centro mismo de la sociedad, respecto de cualquier sociedad, esté o no en proceso de desarrollo. Dondequiera que tenga que darse cuenta de peligros o de oportunidades, de decisiones que deban adoptarse, de nuevas necesidades de conocimiento, o de cambios iminentes - allí fluye la información. Estas necesidades son urgentes y más manifiestas en los países en vías de desarrollo, en donde la tarea asignada a los medios es mucho mayor que antes de iniciarse el desarrollo. Si la circulación de la información y los canales de comunicación no son adecuados para estas tareas, deben ser creados y puestos a la altura de las necesidades”.

<sup>115</sup> Intitulado *Mass Communication and Development*, produzido sob encomenda das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). A obra foi traduzida para o espanhol em 1967, pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal), e para o português em 1970, pelos pesquisadores Muniz Sodré e Robert Lent, ganhando prefácio de Alberto Dines (MELO, 2007).

JÚNIOR, 2003) e influenciaram sobremaneira a primeira leva de pesquisadores em comunicação de toda a América Latina (MELO, 1976; CALLOU, 2001). No Brasil, o difusionismo orientou a criação das disciplinas “extensão rural”, em cursos de Agronomia, e “comunicação rural” em cursos de Comunicação Social, a partir da década de 1970 (MELO, 1993).

Fora do escopo de escolas técnicas e universidades, a referida corrente estimulou, em momentos distintos, a implantação de órgãos como: o Serviço de Informação Agrícola (SIA), que na década de 1940 produziu jornais, filmes e peças radiofônicas voltados ao tema da agricultura, pecuária e pesca; a Rádio Rural, emissora estatal existente na década de 1950 e sucessora do SIA; a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), responsável por implementar o “modelo de pacotes de serviços” a partir década de 1970, convertida no mesmo período em Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (BORDENAVE, 1983); e, por fim, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de 1973, voltada para o estudo do melhoramento e da diversificação de culturas (FONSECA JÚNIOR et. al., 2008).

Nos anos sessenta, enquanto a sociologia iniciava seus questionamentos sobre a validade científica do difusionismo (FONSECA JÚNIOR, 2003), as pesquisas em comunicação produziam inúmeros estudos que supervalorizavam o “poder” das mídias diante de seus públicos. Conforme Fonseca Júnior,

...o difusionismo influenciou de tal maneira a produção acadêmica brasileira em Comunicação Rural que continua sendo responsável pela visão homogeneizada do setor rural no país, pela instrumentalização da comunicação, pela visão do homem rural apenas como objeto de modernização, pelo uso exacerbado do quantitativo, pela visão dualista e ahistórica e pela repetição temática (FONSECA JÚNIOR, 2003, p. 99).

A “influência” nos estudos em comunicação não foi somente do difusionismo ou do funcionalismo estadunidenses. Na década de 1970, a sociologia seguiu como um amálgama para os debates comunicacionais. Na publicação oficial do Ciespal de 1974, Revista Chasquí, Pablo Gutierrez Sanchez propôs o seguinte uso para a disciplina:

1) a sociologia rural parece ter superado a etapa difusionista à qual se dava ênfase à análise da disseminação de conhecimentos tecnológicos como elemento acelerador do desenvolvimento rural; 2) parece que a sociologia rural não cumpre uma função efetiva para o desenvolvimento se se mantém apartada da sociologia geral e separada também de outras disciplinas; 3) o aporte central desse ramo sociológico pode ser usado na observação e análise dos processos e estruturas sociais. Mediante a análise dessas experiências a sociologia rural pode projetar generalizações mais amplas e de acordo com o meio cultural e, por sua vez, fazer aportes teóricos à sociologia latino-americana; e 4) os sociólogos rurais, ademais dos aportes analíticos e conceituais, devem se localizar nas organizações de planejamento e centros de poder para acelerar

assim o desenvolvimento dentro dos delineamentos que sugerem a disciplina sociológica nos modelos de desenvolvimento adotados (SANCHEZ, 1974, p.35)<sup>116</sup>.

Tomados por perspectivas críticas e por literaturas oriundas do Chile, do Equador, da Venezuela e do México<sup>117</sup>, o que os grupos interessados pela comunicação passaram a propor, ainda que com o difusionismo em uso, foi a realização de análises conjunturais para compreender os problemas da América Latina. Herança de parte do pensamento social do ocidente depois da Revolução Cubana, de 1959, e da revolta estudantil de maio de 1968, na França, as publicações latino-americanas, então, “giravam à esquerda” (BERGER, 2007, p. 247), passando por uma nova etapa e, sobretudo, considerando que a “modernização” não garantiu melhoria na qualidade de vida da população, que no plano político os tempos eram de restrição da participação popular, que as desigualdades históricas somente se acirravam, que a concentração de terras e também de empresas de mídia se manteve nas mãos das elites e que a industrialização da agricultura atendeu muito mais a demandas de um mercado externo (GARCIA, 1980).

## 6.2. Transformação estrutural

Desde um seminário realizado em São José, Costa Rica, no ano de 1972<sup>118</sup>, pactuou-se uma postura “crítica” em relação às práticas de pesquisa na e sobre a comunicação. Foi proposto “diagnosticar situações de comunicação e trabalhar em uma linha especulativa” que permitisse

---

<sup>116</sup> Tradução livre para: “1) la sociología rural parece haber superado la etapa difusionista en la que se daba marcado énfasis al análisis de la diseminación de conocimientos tecnológicos como elemento acelerador del desarrollo rural; 2) parece que la sociología rural no cumple una función efectiva para el desarrollo si se mantiene aparte de la sociología general y aparte también de otras disciplinas; 3) el aporte central de esta rama sociológica puede darse en la observación y análisis de los procesos y estructuras sociales. Mediante el análisis de éstas experiencias la sociología rural puede proyectar generalizaciones más amplias y acordes con el medio cultural y a la vez, hacer aportes teóricos a la sociología latinoamericana; y 4) los sociólogos rurales, además de los aportes analíticos y conceptuales deben ubicarse en las organizaciones de planificación y centros de poder para acelerar así el desarrollo dentro de los lineamientos que sugiere la disciplina sociológica en los modelos de desarrollo adoptados”.

<sup>117</sup> Das quais se destacam o materialismo histórico dialético e a dialética negativa. Entre os pesquisadores da comunicação na América Latina, um dos primeiros centros a produzir estudos a partir de textos de Marx e dos frankfurtianos Adorno, Horkheimer e Marcuse, foi o Instituto de Investigações da Comunicação (Ininco), na Venezuela, liderado por Antonio Pasquali. Também beberam dessas fontes nomes como Armand Mattelart, Luiz Beltrán, Eliseo Verón e Paulo Freire (BERGUER, 2007). No Brasil, relatam José Marques de Melo e seu grupo terem sido inspirados pelo pioneiro Luís Beltrão e também pelo médico Josué de Castro, que denunciou, em *Geografia da Fome*, de 1946, os limites do desenvolvimento quanto aos problemas estruturais brasileiros (MELO, 1993).

<sup>118</sup> *El papel sociopolítico de los medios de comunicación para La sociedad de cambio em América Latina* foi o título dado ao evento organizado por: Instituto Latino-Americano de Investigações Sociais (ILDIS), Centro de Estudos de América Latina (CEDAL), ambos filiais da Fundação Friedrich da República Federal da Alemanha, Ciespal e Unesco (SCHENKEL & ORDÓÑEZ, 1975, p.8).

“a formulação de teorias que pudessem definir a própria realidade da América Latina” (SCHENKEL & ORDÓÑEZ, 1975, p.11). E lançou-se, assim, um documento (CIESPAL, 1974) contendo quatro tendências a serem combatidas: a) a postura neutra do cientista; b) a fragmentação dos estudos; c) o caráter a-histórico das conclusões; d) o esquecimento da luta de classes por parte dos investigadores. Deste modo, o objetivo central das futuras empreitadas seria:

a análise crítica do papel da comunicação em todos os níveis de funcionamento, sem omitir suas relações com a dominação interna e a dependência externa; e, o estudo de novos canais, meios, mensagens, situações de comunicação etc., que contribua ao processo de transformação social (CIESPAL, 1974, p. 3)<sup>119</sup>

Conforme o documento, as “dimensões básicas para o progresso da ciência e da comunicação” (CIESPAL, 1974, p. 2) passariam pela criação de teorias e métodos de análise ancorados na empiria e na participação de grupos sociais. De modo que dois eixos centrais foram considerados: o papel da comunicação na educação e o papel da comunicação na organização e mobilização popular. Ou seja, seria primordial, a partir de então, estudar os elementos de mídia que porventura estivessem mesclados à educação, bem como estudar os sistemas de comunicação, seu conteúdo, sua propriedade e seus “efeitos” (CIESPAL, 1974).

Na maioria dos textos produzidos nesta girada à esquerda percebe-se que a pesquisa, na perspectiva crítica, confunde-se com o comprometimento político: era preciso denunciar o funcionalismo, a televisão comercial, os fluxos internacionais da notícia, as histórias em quadrinhos, as políticas de comunicação (ou a falta delas), as corporações multinacionais, a Indústria Cultural, a estrutura transnacional de informação, o cinema de Hollywood, a manipulação ideológica, a publicidade e as pesquisas de opinião, as novas tecnologias, a miséria da informação, o imperialismo cultural (BERGUER, 2007, p.257).

Concomitantemente ao despertar acadêmico, práticas realizadas na América Latina sinalizavam, já no fim dos anos quarenta, para uma apropriação dos aparatos de mídia. Dois exemplos podem ser destacados: a “radioescola” colombiana, estratégia pedagógica usada por um padre da localidade de Sutatenza, a partir de 1947, que consistiu em reunir pequenos grupos para ouvir e debater, por meio de transmissores amadores, programas radiofônicos sobre catecismo e produção agrícola; e as transmissões autogestionárias da Bolívia, comandada na década de 1950 pelos trabalhadores das minas de estanho, reunidos em sindicato, que, para amplificar e tornar móvel seus debates acerca da própria mobilização política, fabricaram

---

<sup>119</sup> Tradução livre para o trecho: “el análisis crítico del papel de la comunicación en todos los niveles de funcionamiento, sin omitir sus relaciones con la dominación interna y la dependencia externa; y, el estudio de nuevos canales, medios, mensajes, situaciones de comunicación, etc., que contribuyan al proceso de transformación social” (CIESPAL, 1974, p. 3).

aparelhos de envio de mensagens em curto alcance (BELTRÁN, 1996; 2005). Tais práticas se proliferaram nos anos seguintes<sup>120</sup>, orientando a atuação de movimentos sociais e educadores populares, bem como convertendo a “intervenção social” em atividade relativa à pesquisa, ao ensino e à extensão em comunicação.

Um dos responsáveis por esse clima foi o educador Paulo Freire<sup>121</sup> que, quando explicitou seu método de ensino-aprendizagem, entre 1965 e 1968<sup>122</sup>, e seu conceito de comunicação, em 1969<sup>123</sup>, creditou à interpretação cotidiana da cultura e da história o processo conversão de uma consciência “ingênua” em outra “crítica”<sup>124</sup>. O ensaio *Extensão ou Comunicação?* (2006) redefiniu o conceito de comunicação para além da persuasão e da transmissão de conteúdo, tendo em vista a relação humana dialógica. Freire questionou o uso da palavra “extensão” para designar o trabalho do agrônomo junto ao agricultor, uma vez que se tratava, para ele, de uma atividade educativa e comunicativa que deveria ser carregada de seus antecedentes históricos. Nesse sentido, ele sugeriu retomar o tema da reforma agrária, ainda pendente na América Latina, e adotar o procedimento metodológico da “problematização dialógica” (FREIRE, 2006, p. 55).

O pensamento e a proposta metodológica de Freire, bem como o contato com diversas práticas de comunicação popular em todo o continente, reverberaram nos trabalhos de Juan Diaz Bordenave, no Paraguai, Luiz Ramiro Beltrán, na Colômbia, Mário Kaplun, no Uruguai e João Bosco Pinto, no Brasil (OLIVEIRA, 1988; CALLOU, 2001). Empenhados em fomentar uma nova agenda para a área com vistas a múltiplas realidades regionais e locais, esses e outros pesquisadores contribuíram para a revisão do recém-formado campo da comunicação na América Latina. No entendimento geral, era inadmissível que o sistema de radiodifusão dos

---

<sup>120</sup> A exemplo da “pedagogia da comunicação” de Mário Kaplún, desenvolvida por meio de *casete-foros*, uma dinâmica de deliberação a partir da gravação de conversas e entrevistas, e dos radio-sociodramas produzidos pela rádio comunitária Santa Maria, da República Dominicana (KAPLÚN, 1998); dos jornais sindicais, de bairro ou de partidos considerados clandestinos na região (FESTA, 1986); ou, na interpretação de Beltrán (1996), dos Movimentos Eclesiais de Base (MEB) da Igreja Católica.

<sup>121</sup> Apontado entre comunicadores como um dos cinco autores mais influentes da América Latina (BERGER, 2007).

<sup>122</sup> Ao escrever *Educação como Prática da Liberdade* (FREIRE, 2011).

<sup>123</sup> Na obra *Extensão ou Comunicação?* (FREIRE, 2006).

<sup>124</sup> Freire, em sua obra, enxerga que a linguagem pode levar os sujeitos, em relações dialógicas e horizontais, a falarem de si, dos outros e do que os cerca. O pressuposto em seu pensamento é de que falar é enxergar, enxergar é ler e ler é conquistar (FREIRE, 2011). Do ato de avistar o mundo, as pessoas passam a alimentar uma possibilidade constante de partilha e de desenvolvimento de sua consciência de classe. Nos atos de fala, para o autor, está a vontade de produzir a própria interpretação sobre a cultura, como mais um ato de “ad-miração” do ser humano diante da realidade (FREIRE, 2006, p. 31). “Seu pensamento foi influenciado pelo marxismo, existencialismo, personalismo e fenomenologia. Em sua leitura de mundo há a presença, entre outros, de Marx, Lukacs, Sartre, Mounier, Albert Memmi, Erich Fromm, Frantz Fanon, Merleau-Ponty, Antonio Gramsci, Karel Kosik, Marcuse, Agnes Heller, Simone Weill e Amílcar Cabral” (RIBEIRO, 2010, p. 19).

países latino-americanos fosse orientado somente ao entretenimento e à publicidade e as escolas de comunicação nada fizessem para reverter esse quadro (BORDENAVE, 1974).

Nesse sentido, os usos de um “modelo de transformação estrutural” (OLIVEIRA, 1988, p. 40) foram propostos como saída regional e radical para o desenvolvimento rural. Um tanto heterogêneo, o grupo que apostou nesse modelo possuía propostas diversas. Entre elas, fazer uma revisão do papel político do difusionismo, bem como da relação das empresas de mídia com os sistemas de comunicação adotados nos países latino-americanos, atrelando nos dois casos a conjuntura nacional à internacional. E, em segundo lugar, definir tarefas de ordem prática, tais como: (a) rejeitar a comunicação convencional, considerada “massiva” e “manipuladora”, (b) buscar formas “alternativas” de comunicação, privilegiando o interesse dos setores populares e (c) considerar a comunicação como um instrumento para a transformação estrutural da sociedade (OLIVEIRA, 1988, p. 44). Daí se desmembraram duas linhas de investigação no recente campo da comunicação: a economia política dos meios de comunicação e a comunicação popular, comunitária e alternativa.

Pode-se considerar que o “modelo de transformação estrutural” apresentou uma visão mais apurada do desenvolvimentismo, uma vez que, por um lado, se fez uma crítica aos primeiros e generalizantes passos da “modernização”, reivindicando um planejamento local para a comunicação e, por outro, foi mantido o propósito de incorporar as realidades supostamente longínquas ao contexto dos grandes centros urbanos. Como exemplo, vale citar um estudo encontrado nos registros do CIESPAL<sup>125</sup>, que remete ao Equador do início da década de 1980 (VELA, 1986). Desenvolvida por meio de um convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA), a pesquisa consistiu em fazer um diagnóstico da história e da situação socioeconômica de determinadas áreas rurais das províncias de Chimborazo, Cotopaxí e Pichincha, localizadas ao norte e ao centro do país. Com esses dados, foi feito um plano de comunicação para as chamadas “comunidades camponesas” (VELA, 1986, p. 03), com o objetivo posterior de alfabetizar e “conscientizar” a população envolvida. Foram criados, juntamente com os agricultores, produtos de mídia tais como jornais e materiais audiovisuais caseiros.

O relatório final da pesquisa foi publicado em 1986. Sua meta foi “comprovar a receptividade desses grupos no propósito de incorporá-los à vida econômica, política, social e cultura dos países latino-americanos” (VELA, 1986, p. 3)<sup>126</sup>. Na conclusão do texto, a

---

<sup>125</sup> Disponível em: <<http://186.5.95.155:8080/jspui/>> Acesso em: 19 e 21 fev. 2014.

<sup>126</sup> Tradução livre para o trecho: “...comprobar la receptividad de esos grupos en lo propósito de incorporarlos en la vida económica, política, social y cultural de los países latinoamericanos” (VELA, 1986, p. 3).

experiência foi considerada “bem-sucedida”, com duas ressalvas: i) “a consciência não avança em bloco e nem todos os grupos **internalizam** os conceitos teóricos e metodológicos ou adquirem as destrezas comunicacionais equitativamente”; ii) porém, “a capacitação e a autocapacitação dos grupos se desenvolve dentro de um processo de **ação-reflexão-ação**<sup>127</sup>” (VELA, 1986, p. 163)<sup>128</sup>.

Esse exemplo revela que a ideia de isolamento e a crença da comunicação como ferramenta para resolver problemas, premissas do difusionismo, não desapareceram por completo das cartilhas do Ciespal. Da mesma forma, as dualidades simples, opostas e complementares, seguiram no escopo das análises. Retomando a crítica de Martins (1981; 2000) destinada à sociologia rural e comentada no primeiro capítulo, nota-se que as análises da comunicação, seguindo o padrão sociológico, também oscilaram entre o cientificismo e o conservadorismo.

Nas décadas 1990 e 2000, houve tentativas de revisar o entendimento e os usos do rural. Em uma revisão dos trabalhos científicos apresentados nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), no período de 1991 a 2000, Callou (2001) apontou uma inclinação dos pesquisadores para o tema da ecologia e, assim, os organizou em seis abordagens: “Teoria-Ensino-Pesquisa; Media, Difusão de Inovações; Desenvolvimento Local e Associativismo; e Discurso” (CALLOU, 2001, p.p. 6 – 8). Tais abordagens poderiam ser resumidas, conforme o autor, em duas tendências: relatos de experiências com as populações rurais feitas a partir da proposta teórico-metodológica participativa e relatos de pesquisa sobre o espaço agrário. Na visão do autor, “poucas são as contribuições que teorizam em torno da comunicação rural” (CALLOU, 2001, p. 9). Com a extinção do Grupo de Trabalho Comunicação Rural a partir de 2001, tal preocupação espalhou-se pelo ar.

Por outro lado, Fonseca Júnior (2003) lembra que essa dificuldade de gerar uma teoria que possa sustentar a referida disciplina tem relação com os debates a respeito da “especificidade do rural” (FONSECA JÚNIOR, 2003, p. 103). A proposta desse autor é aliar o interesse pelo rural aos estudos de recepção, vislumbrando o campo como um espaço a ser compreendido dentro de um contexto e a comunicação como um processo da cultura.

---

<sup>127</sup> Grifos desse texto.

<sup>128</sup> Tradução livre, respectivamente, para os trechos: 1) “la conciencia no avanza en bloque, ni todos los grupos internalizan los conceptos teóricos y metodológicos o adquieren las destrezas comunicacionales equitativamente” e 2) “la capacitación y la autocapacitación de los grupos se desarrolla dentro de un proceso de acción-reflexión-acción. (VELA, 1986, p.163).

## 7. COMUNICAÇÃO, IMAGINAÇÃO E PRODUÇÃO DE RURALIDADE

### 7.1. “Dentro de cada pessoa”

Entre março e maio de 2016, 27 pessoas foram entrevistadas por um tempo que variou entre 20 minutos e duas horas<sup>129</sup> cada. Esse grupo – composto por agricultores, feirantes, frequentadores da Praça Marechal Maurício Cardoso, consumidores da Feira Orgânica da Leopoldina e ativistas socioambientais – foi reunido a partir das relações estabelecidas no entorno do pequeno mercado local. De acordo com o andamento de cada diálogo, foi lançada aos interlocutores a seguinte pergunta: o que imagina ser “rural” e “urbano”? O propósito foi investigar que noção os sujeitos elaboram e que possíveis ideias, imagens, experiências e sensações viriam à tona.

As respostas se deram de formas diversas, em momentos diferentes e todas com base nas vivências dos sujeitos arguidos. Houve casos em que as pessoas formularam suas ideias em uma frase. Outros, em que discorreram minutos a fio, a ponto da reflexão surgir de novo em mais momentos da entrevista. Duas pessoas não responderam a essa questão de forma direta, mas acabaram por expor sua compreensão e seus sentimentos ao longo do diálogo. E um interlocutor, excepcionalmente, não foi perguntado a respeito e tampouco deixou aparecer em sua fala algo que pudesse ser considerado como noção de “rural”. O resultado foi tabulado (ANEXO 2)<sup>130</sup> e aqui será exposto de forma sucinta, em um exercício de apontar alguns temas para discussão.

Marcelo Silva e Ana Paula Santos, agricultores urbanos e ativistas socioambientais vinculados ao CEM, foram os primeiros a conceder entrevista<sup>131</sup>. Eles associaram a palavra “rural” ao ato de plantar, à natureza e ao contato direto com a terra. Já a palavra “urbano” foi diretamente relacionada à vida na cidade. Os limites foram questionados. “Tanto que a gente está na agricultura urbana, nossa agricultura é urbana”, afirmou Marcelo. Ele disse se considerar alguém que sempre viveu na cidade, mas que atualmente está “na linha de amortecimento” entre um e outro, vivendo e trabalhando no topo da Serra da Misericórdia, entre o Complexo do Alemão e a Penha. Para Marcelo, a favela é, justamente, esse limite, esse encontro. Ana, por sua vez, se apresentou como alguém “da cidade com a cobertura do campo” – também

---

<sup>129</sup> Variação esta que se deu conforme a disponibilidade dos entrevistados e, ainda, conforme o fluxo da conversa.

<sup>130</sup> Ao invés de fornecer ao leitor toda a extensão das entrevistas transcritas, foi feita a opção de fornecer somente uma compilação das respostas aqui analisadas.

<sup>131</sup> A exposição das declarações dos interlocutores é feita, no Anexo 2, conforme a ordem das entrevistas realizadas e, neste texto, de acordo com a proximidade das respostas.

demonstrando não confiar em demarcações específicas. Ela lembrou que quando criança via nos livros didáticos a imagem do campo sempre como um lugar de difícil acesso, inimaginável. “Mas a sociedade separa tanto, coloca o plantar como se não fosse profissão, você nunca considera essa possibilidade de ser agricultor”, disse. Os dois, atualmente, se entendem como agricultores urbanos.

Também apresentaram o “rural” como ato ou lugar de plantar os agricultores Noêmia Sobral Coutinho e Izidório Guimarães Coutinho, de Tanguá, e Cecília Barros de Carvalho e Giovani Vieira de Carvalho, de Petrópolis. No caso deles, porém, a noção se amplia para a própria vida, de onde se retira o sustento, única forma possível de estar no mundo, onde tiveram suas experiências até então – muito embora tenham ido à capital do estado para tratar da saúde ou para passear. Quando perguntados se desejam se mudar para a cidade, imediatamente disseram que não, apresentando repulsa. Izidório, especialmente, deixou transparecer um incômodo, uma vez que a especulação imobiliária já vem rondando o distrito de Posse, em Tanguá:

Aqui, para mim, é campo. Porque a gente vive na roça e planta de um tudo aqui, então eu considero campo por causa disso. Urbano é a esperteza dos políticos mesmo ou as pessoas que querem ganhar e querem vender os lotes. Rural é a vida que a gente vive aí. O modo de vida da gente é mais fácil, mas só que a gente pensa que vai melhorar e só piora. O que melhorou mais aí foi a estrada. Mas a gente está vendo que em lugar nenhum está bom (IZIDÓRIO COUTINHO, 2016).

Aqui é campo porque tem lavoura, plantação de laranja. Cidade é onde tem comércio, farmácia. Rural é roça, onde tem espaço para plantação, criar boi. Pra mim é assim. E urbano é tem mais casa, população morando perto (NOÊMIA COUTINHO, 2016).

Rural é de plantar, né? De plantação. De criar bicho. Eu lembro disso. E na cidade é bom para quem está lá, mas para mim não. Aqui é sossegado, não tem aquele barulho. A gente sossega a cabeça. Aqui, se você for na roça dos outros, eles dão verdura, não cobram. Na cidade não, tudo paga (CECÍLIA CARVALHO, 2016).

Rural é isso tudo aqui. Mato, boi, cavalo, criação de galinha, plantação. Aqui no domingo a gente não trabalha, mas a gente não fica preso. Vai ali, vem aqui, mexe numa coisa ou outra, quando vê o dia passa. E cidade é a aquilo, para quem está acostumado nessa liberdade, é uma prisão. E o custo de vida é alto. Tudo tem que gastar. Lá tudo é pago (GIOVANI CARVALHO, 2016).

Rafael Santos Nunes de Carvalho, biólogo, ativista socioambiental e articulador da Leopoldina Orgânica, apresentou entendimentos semelhantes aos já expostos: “rural” como natureza e com o ato de plantar. Porém, ele mencionou diretamente a palavra agricultura e trouxe mais um tema para o diálogo: o movimento agroecológico, em seu modo de pensar, é um movimento “neorrural” que traz a agricultura para a cidade e faz com que as pessoas

trabalhem “o rural dentro de si”. Sua reflexão se deu tomando por base sua própria trajetória, uma vez que ele teve contato com qualquer tema relacionado à natureza, à terra e à agricultura somente depois de entrar para o curso de Biologia e conhecer a agroecologia. Apesar disso, não se considera um “neorrural”, pois não tem terra para plantar – e essa, na sua visão, seria a condição.

Existem espaços rurais dentro da cidade, mas existem a ruralidade dentro de cada pessoa também. Existe uma cultura da ruralidade que está se permeando de volta dentro da cidade. É uma necessidade biológica. As pessoas não aguentam mais ver só cimento, parede, asfalto, fumaça, as pessoas ficam desesperadas e precisam ter contato com outros seres vivos, com uma diversidade de seres vivos, para conseguir ter saúde (RAFAEL CARVALHO, 2016).

Enquanto Rafael defendeu uma “ruralidade” que é trabalhada em cada pessoa que vive no Rio de Janeiro, como se fosse um hábito e um sentimento, Thaís Rocha, produtora cultural, ativista socioambiental e articuladora da Leopoldina Orgânica, considerou seu contato com o “mundo rural” limitado, uma vez que esse teria se dado somente por meio de visitas a sítios e assentamentos, bem como aos mutirões que participa. Ela questionou se isso realmente poderia ser considerada uma experiência, conforme é possível observar em sua fala:

Não sou uma pessoa que acompanha o campo presencialmente. Meu acompanhamento do campo é virtual, são os e-mails, as notícias. É um pouco o acompanhar de um urbanoide. O rural não passa em branco na minha vida, mas eu também não me dou de corpo e alma (THAÍS ROCHA, 2016).

A interlocutora fez uma reflexão a respeito dos limites entre “rural” e “urbano” existentes dentro e fora das cidades. Essa foi sua preocupação, enquanto conversava. Apontou na paisagem e nos hábitos os pontos “embaraçadores” de uma resposta.

Se você for pensar em Gramacho, que é um bairro de outro município, você vai ver que ele tem um aspecto rural, você não tem ruas asfaltadas, é um lugar que não tem infraestrutura, um lugar feio, esquecido pelo poder público, enfim, é uma parte da cidade que é rural. (...). Você vai numa favela e vê galinha, plantações, porco. Tem alguém ali que tira seus alimentos no quintal. Claro que não é rural, mas te coloca um ponto de interrogação (THAÍS ROCHA, 2016).

O comentário de Thaís a respeito da infraestrutura – ou da falta de infraestrutura como sendo um marcador do “rural” – é semelhante ao que pensa Alzéio Conceição da Mata, coordenador do Grupo Itaboraí. Ele comparou o lugar onde vive, um sítio localizado no município de Itaboraí, ao lugar onde Izidório e Noêmia vivem. Sua conclusão foi que:

Onde eu moro, apesar de ser roça, não é campo. Porque está a cinco quilômetros da cidade. E lá não tem plantação. Aqui [sítio do Izidório e da Noêmia em Tanguá] tem. Lá tem indústria de cerâmica. Aqui não tem. Lá é um sítio, tem produção, mas não é tanto quanto aqui. Lá é mais para uso nosso mesmo. Apesar de que aqui não sei se já urbanizaram. Lá diz que é urbanizado. Se bem que eu queria saber o que é urbanização. Lá não tem calçamento, não tem esgoto, não tem água encanada, não tem nada. O que é área urbana e o que é área rural? (ALZÉLIO MATA, 2016)

Após esse questionamento, ele traçou o seguinte contraponto: rural como condição de natureza e fatura de alimentos; urbano como “o dia a dia”, momento de luta para se garantir “as contas em dia”, aceleração e “evolução”. No decorrer de sua explanação, porém, suas lembranças o levaram para uma infância onde esse “mundo rural” era de fome e miséria. Algo que ele disse estar superado.

Rural é chegar em um lugar onde eu posso plantar, colher, ter tudo natural, se eu quero uma laranja eu vou lá no pé e pego. Agora urbano é o dia a dia. É a evolução que é bem maior do que aqui para nós, é onde as coisas acontecem primeiro do que chega no rural. Essa para mim é a diferença. Agora eu ainda quero conhecer um lugar ainda mais rural do que aqui. Quero ir para o interior de Minas. Onde tem luz de lamparina. Quando eu nasci era assim. Eu queria voltar lá para ver como é. Como é a vida do povo lá. Porque quando eu vivi isso, era uma fase miserável da vida. Você chegava assim, olhava o fogão de lenha e não tinha nada para comer. Para arrumar um aipim era uma dificuldade. Aquilo sim era rural. Hoje em dia não.

Quando ele afirmou que queria ir “onde tem luz de lamparina” e em seguida disse, sobre o modo como vivia na infância, que “aquilo sim era rural”, deu a entender que imbricada a suas formulações está a noção de “progresso”. O mesmo apareceu nas falas dos Amigos da Praça: Jonas Gomes Camacho, Carlos Chinelli e Sylvio Luzes Cardoso, que também falaram em “evolução”. Jonas expôs que “viveu o rural” quando, na infância, passava férias em Seropédica. O tio, veterinário, era administrador da UFRRJ. Ele viu o tio e os primos cuidando de animais, orientando os alunos, plantando. Sua família paterna veio de Minas Gerais. Sua avó era parteira. De modo que sua noção de “rural” se relaciona com essa vivência da família. Sylvio, que nasceu em Teresópolis e desde os três anos vive na Penha, mencionou como vivência “rural” as viagens que fez. Para exemplificar o que entende por “rural”, ele descreveu uma paisagem: “Chegava à noite, o pessoal da fazenda desligava as luzes, nós sentávamos na varanda e ficávamos deslumbrados com o céu. O céu era branco. Muita estrela, você via toda a via láctea. Era muito maravilhoso. Você ouvia todos os pássaros”.

Chinelli considerou que “rural” e “urbano” se estabelecem em relação com a industrialização, com a expansão das redes de informação e comunicação, com a pavimentação e com a expansão das cidades. Porém, fez uma defesa única: “urbano” se aproxima ao

capitalismo e “rural” ao humano. Se tivesse condições, afirmou, viveria nesse lugar mais natural e humano chamado “mundo rural”:

O campo é o rural. É a área humana, né? A cidade para mim é mais capitalista. O Campo é o humano. A parte mais humana é o rural. E o urbano é o progresso. Eu sou um humanista, prefiro o lado do povo, mais humano, a parte das plantações e das colheitas. A outra parte é a parte mais capitalista. O progresso. Você quer conquistar mais coisa. Essa ambição (CARLOS CHINELLI, 2016).

Jonas, Sylvio e Chinelli comungam da ideia de que até a década de 1960 ou enquanto existia o Matadouro da Penha e o Campo da Boiada, o bairro onde moram era uma “zona rural”, em razão de elementos como: brejo, animais, pastos etc. Com os loteamentos e as casas construídas, esse “rural” teria desaparecido.

Danielle Taha Costa e Teo Cordeiro, ativistas socioambientais, permacultores e articuladores da Leopoldina Orgânica, nutrem conjuntamente o desejo de, no futuro, se mudarem para um espaço onde exista terra para plantar e espaço para criar os filhos. Eles pensam em algo na Zona Oeste, lugar que consideram “estar mais próximos dos agricultores”, como declarou Danielle. Teo não respondeu diretamente à pergunta feita, mas, em sua fala, estabeleceu paralelos entre: “pessoas do campo” e “pessoas da cidade”; “agricultor” e “consumidor da feira”; “tempo lento” e “aceleração”; compreensão da cadeia produtiva do alimento e ignorância em relação a isso.

Esse consumidor que chega muito ansioso desse cotidiano da cidade, que vem para uma feira orgânica ou agroecológica, ele percebe que precisa frear um pouco o tempo e entender que se ele conversar muito rápido ele não vai entrar no tempo do agricultor, que tem uma fala mais pausada (...). A gente na cidade foi criando uma falsa ideia de que o alimento, de que a água, surgem automaticamente ao ligar a torneira, ao ir ao supermercado e se dissocia as nossas necessidades da natureza (TEO CORDEIRO, 2016).

Já Danielle discorreu detalhadamente sobre o tema, considerando “rural” e “urbano” como “ordenamentos espaciais” pensados não para os seres humanos, mas sim para interesses econômicos. Essa infraestrutura do capital estaria, segundo ela, alcançando o “mundo rural”, que ainda se diferenciaria do urbano por ainda ter uma natureza resguardada, bem como por manter laços de “sociabilidade” e “solidariedade” mais estreitos:

Urbano, para mim, é uma forma de ordenamento espacial moldado por um sistema socioeconômico e político no qual a gente está inserida. Então as cidades são pensadas não no aspecto do humano, mas principalmente no aspecto da produção da vida da cidade, nos serviços que são pagos, da indústria, do comércio. Então o urbano atende muito mais a fins políticos e econômicos do que no sentido da habitação humana,

integrada. Embora algumas cidades do mundo já estejam repensando isso. E o rural, para mim, no meu imaginário, é um espaço que hoje já tem alguma influência desse sistema macro que a gente vive, mas que ainda preserva a relação com algo mais natural. Hoje a gente vai em propriedades ditas rurais que você tem de tudo. Internet, wifi. Todas as coisas que você encontra num grande centro você pode usufruir no rural, mas o que eu acho que é mais diferente entre o rural e o urbano é a ocupação espacial, que as pessoas não estão tão apinhadas, e também o aspecto da sociabilidade, o fato do ordenamento espacial ser maior, cada um ter sua casa, sua roça, isso acaba gerando uma solidariedade maior entre as pessoas. Todo mundo se conhece, se chama pelo nome, as crianças brincam juntas, as pessoas se ajudam. Já na cidade você pode morar num condomínio com 350 pessoas que você não vai saber o nome do seu vizinho de porta. Mal trocam um bom dia. Então uma marca para mim que é importante é a sociabilidade (DANIELLE COSTA, 2016).

Para Danielle e Teo, nesse sentido da proximidade com as pessoas, a Praça Marechal Maurício Cardoso e o que vem sendo construído a partir da Feira Orgânica da Leopoldina é um esforço de se aproximar do que idealizam sobre o “mundo rural”.

Também sonha em morar no campo Daiane Evangelista da Silva, professora da ETECJK e consumidora da feira, que narrou fazer cursos de Permacultura junto com o companheiro para, um dia, se sustentar na terra, sem a necessidade de ter outro trabalho. Eutaníria Procópio dos Santos, consumidora e contabilista, tem desejo semelhante, muito embora disse saber da dificuldade para alcançá-lo. Ela, que na infância foi removida com a família da favela da Ilha das Dragas, falou em “selva de pedras” para se referir ao “urbano” e em “vida natural” para se referir ao “rural”. Sua forma de viver essa natureza é plantando em casa e na rua onde vive, em Bonsucesso. Sem ter ambição semelhante, mas creditando ao “rural” um aspecto de paz e tranquilidade está Caroline Porto, também professora da ETECJK. Para ela, “rural” é, em primeiro lugar, uma “paisagem de tranquilidade”, em segundo lugar, um espaço de trabalho onde “a vida é dura”, mas que as pessoas têm a possibilidade de se enxergar como parte da natureza e, por fim, um espaço que lhe faz recordar o pai<sup>132</sup>.

Maria Zélia Dourado Dias da Silva, culinária e apoiadora da feira, e Henne da Silva de Oliveira, feirante, enxergam o “rural” de forma diferente das citadas acima. Para elas, “rural” é um lugar de distância e isolamento. A primeira, que cultivava broto de clorofila e ervas em casa, disse que tem vontade de, um dia, comprar uma terra para plantar. Porém, ela se considera “uma pessoa que não gosta de ficar isolada” e afirmou que, caso um dia consiga adquirir esse espaço, o transformará em uma Ecovila.

Fico pensando muito que se eu for para o campo, não sei se vou conseguir levar meu marido. Hoje ele é um urbano, fica na televisão o dia inteiro. Eu mesma não sentiria

---

<sup>132</sup> Os casos de Daiane, Eutaníria e Caroline foram esmiuçados no capítulo 3 deste trabalho, de modo que aqui será somente mencionado.

dificuldade, mas sei que é complicada essa adaptação. Ainda mais se estivermos tão isolados (MARIA ZÉLIA DOURADO, 2016).

“Urbano”, para ela, é “o concreto, o cimento, a ambição, a competição” e a proximidade. “Rural” é a natureza, a plantação, o “trabalho duro” e o isolamento. Nos dois paralelos estabelecidos pela interlocutora há pontos que ela julgou como “positivos” e “negativos”. Porém, quem vive em seu “mundo rural” tem uma característica salutar:

Não é que no “rural” você não faça nada. Se você compra um terreno e quer fazer algo nele, você tem que acordar cedo e trabalhar, tem que cuidar. O cuidar, para quem mora na zona rural, é fundamental. Então quem mora na zona rural é um guardião da natureza, é um cuidador. Se todo mundo fosse um guardião o mundo seria outro (MARIA ZÉLIA DOURADO, 2016).

Assim sendo, Henne seria uma “guardiã da natureza”. Mas ela, que acorda nas madrugadas de sábado para levar os produtos para a feira e passou a vida vendo a luta do avô e da mãe na plantação, tem desejos de conquistar outros espaços e outras condições de vida. Jovem, quer estudar e deixar a feira muito em breve. Em sua entrevista, disse que nem sempre está satisfeita de viver no sítio da família, em Itaboraí. Ela apresentou “rural” como “o lugar onde vivo” e também como “lugar isolado, distante de tudo”. Por outro lado, esse lugar é também onde há “ar puro”, diferentemente do “urbano”, que para a moça seria “poluído”.

É deserto. É muito distante da cidade. Ônibus demora a passar. Parece uma floresta. Mas o ar é puro. Você chega na cidade e tem poeira, poluição. E lá não é tudo puro. Rural é a mesma coisa onde eu moro. E urbano é isso aqui. Tudo perto, asfaltado, casas por perto. Lá onde eu moro é quase um paraíso. Se bem que é muito distante, mas é. Quando eu paro para pensar, vejo que tenho tudo na mão. Quero um limão, pego. Quero uma laranja, tenho. Quando penso que as pessoas da cidade queriam estar lá, paro de reclamar (HENNE SILVA, 2016).

Isael e Anésio Carvalho, filhos de Cecília e tios de Giovani, deixaram o Brejal na juventude para trabalhar na cidade como auxiliares de obras. Na visão deles, há um “rural” do passado e outro do presente. Um “rural” de “serviço pesado”, dificuldades financeiras, longas distâncias para caminhar a pé, pouco acesso a saúde, educação e até mesmo alimentação. Outro, para onde hoje vão descansar, pescar e estar perto da natureza. Essa diferença, para ambos, se deu não somente porque eles estabeleceram suas vidas na cidade do Rio de Janeiro – depois da construção civil, trabalharam como comerciantes até se aposentarem – mas também porque as tecnologias contribuíram para que o Brejal se acercasse mais dos bens materiais e dos “benefícios” oferecidos por uma infraestrutura.

Viver na cidade é necessidade. Queria viver lá, mas não tenho disposição para trabalhar lá, então tenho que viver aqui. (...) A vida lá na roça já foi bem mais difícil. Hoje em dia está até melhor. Tem mais transporte, tem asfalto, telefonia celular, internet. Então as pessoas têm mais condições de sobreviver do interior, né? Antigamente não. Não tinha maquinário, era trabalho pesado, jogando sinuca para trás, como a gente diz, só serviço pesado. Eu mesmo não me adaptei ao trabalho pesado. Sou sincero em falar isso. Trabalhei durante cinco anos, mas era trabalho muito pesado. É formiga mordendo o pé, é pernilongo mordendo por cima, é sol, é chuva. Tudo atrapalha o lavrador. (...) Hoje em dia tenho a opção de ficar lá e cá. Então está bom. Eu não tenho essa questão de dizer que prefiro um ou outro. Porque se não fosse o pessoal aqui da cidade, onde iríamos vender alface? Alface lá é banal, como se fosse mato... chuchu... Lá tem gente que até rejeita, diz que é comida de pobre, acha que se tem dinheiro deve comer carne. (...) Tem fartura no campo quando o alimento é produzido lá. Mas carne, sal, o que não é produzido lá é mais difícil. Tem que comprar. Hoje tem supermercado perto. E as pessoas também têm carro, têm moto. Tem até uma música sertaneja que fala isso: “nós tem carro, nós tem moto, nós tem internet...”, tirando sarro das pessoas da cidade que criticam o caipira. No Nordeste é matuto, aqui é caipira. Mas o conceito de caipira agora mudou. O pessoal da roça agora tem acesso às coisas todas. Eles conhecem as gírias do Rio de Janeiro, sabem o modo de se vestir. Na minha época você via um cara da roça na rua e já identificava logo, pois ele estava igual ao Mazaropi, ao Tônico e Tinoco, com a calça toda caída, uma camisa desabotoada, com pano xadrez. Hoje em dia não, você não sabe mais quem é da cidade e quem é da roça. (ISABEL CARVALHO, 2016).

Anésio, no entanto, gostaria de voltar a viver no Brejal e não ainda não o fez porque a esposa, professora municipal, segue na ativa:

Complicado te explicar isso. Rural é quem trabalha na roça mesmo. E urbano... complicado. Eu gosto mais do meio rural, não tem jeito. Estou aqui há 36 anos mas eu gosto é de lá. Nasci, me criei lá. Se eu pudesse voltaria hoje. Viria aqui só para trabalhar na feira, igual meus sobrinhos fazem. Acaba a feira e vai embora (ISABEL DE CARVALHO).

Com trajetória de migração semelhante à de Isael e Anésio, Álvaro Pinheiro Pinto, também feirante em Olaria, disse sentir muita vontade de voltar para perto da natureza<sup>133</sup>. Sucinto em sua definição, ele fez o seguinte apontamento: “rural é roça, mato, criação de porco e galinha; urbano é tudo isso aqui”. Esse “tudo isso aqui” seria o ambiente onde estávamos no momento da entrevista: a Praça Marechal Maurício Cardoso, em Olaria. No mesmo local, o feirante Leandro Gomes da Silva, que trocou o chão da fábrica pela lavoura, emitiu o seguinte comentário: “Rural é mais do mato e urbano é mais da cidade mesmo”.

Mirian de Oliveira Barbosa, artesã, moradora de Olaria e apoiadora da feira, entende a cidade como algo “imprescindível”, mas garante que todas as pessoas possuem “um pé” no campo. Ela indicou que “rural” seria esse campo, o mato, a natureza, “o chão”, a terra, o lugar

---

<sup>133</sup> Conforme é narrado em detalhes no capítulo 2.

onde o ser humano começou a plantar, e “urbano” seria a cidade, as tecnologias, o médico, a farmácia, a internet e o celular.

A cidade eu vejo como uma coisa assim que se tornou imprescindível. Mas se a gente for procurar, lá no nosso íntimo, a gente vai ter um pezinho no campo, né? Todo mundo vai ter uma raiz. Se a gente for procurar nos nossos antepassados, todo mundo veio de lá, né? E dali começou a questão da plantação, do homem ter que se alimentar e procurar comida e tudo. Então acho que nós somos sempre ligados. Todo mundo gosta de um verde, de um céu azul, de um ar puro, de uma cachoeira, um sítio, de bicho... a maior parte acho que gosta. E agora com essa coisa da tecnologia a gente não consegue muito acesso ao campo, né? Então a gente fica naquele duelo entre campo e cidade.

Paulo Roberto Lima de Andrade, atual presidente da Abio e diretor do GP – Grupo de Produtores Orgânicos do Brejal, não apresentou suas definições acerca de “rural” e “urbano”. Magna Domingues Torres, consumidora da feira de Olaria, disse imaginar um lugar bastante distante, com casas separadas umas das outras, quando pensa em “rural” e proximidade e acesso aos serviços quando pensa em “urbano”. “Mas sei que não é bem assim”, acrescentou. Por fim, Edmilza Januária de Sousa, artista e frequentadora a Praça Marechal Maurício Cardoso, apresentou a resposta mais peculiar: “Rural, na minha cidade [Baía da Traição (PB)], era um carro que carregava o pessoal que recebia um dinheirinho da prefeitura para varrer a rua”.

De modo geral, as pessoas entrevistadas associaram “rural” ao campo e “urbano” à cidade. Em suas falas, apresentaram tendência a definir uma palavra ou outra como o oposto daquilo que vivem. Assumiram a dicotomia, muito embora tenham questionado os limites que definiriam “rural” e “urbano”, campo e cidade.

O que interessava nessa parte da pesquisa era entender o “mundo rural” de cada um, como disse o interlocutor Rafael Carvalho, “a ruralidade dentro de si”. Desta forma, foi feito um recorte das especificidades das respostas e, em seguida, organizada uma lista do que mais surgiu entre os entrevistados. “Rural”, assim, foi apontado como: i) natureza; ii) agricultura; iii) a vida em si mesma; iv) ausência de técnica; v) harmonia e tranquilidade; vi) um lugar melhor para se viver na atualidade em razão da conjugação entre natureza e infraestrutura disponível; vii) modo de viver; viii) um lugar do passado.

Como dito anteriormente, as respostas dos interlocutores se deram a partir das próprias vivências. Em suas elaborações, é possível perceber fatores como a trajetória de cada um, o trabalho, os desejos, os sofrimentos, as relações cotidianas, as técnicas que manuseiam, a cultura, o consumo, o espaço onde se encontram e, também, o envolvimento com as tecnologias de informação e comunicação. Algumas das pessoas entrevistadas mencionaram reportagens veiculadas pela televisão, textos que leram na internet, videoclipe, desenho animado, entre

outros produtos, sempre que queriam exemplificar ou embasar seus argumentos. Isael lembrou de músicas sertanejas e filmes para dizer que “as pessoas que vivem na roça não devem nada” para as que estão nos centros urbanos. Ana Paula, por sua vez, ao dizer que um dia chegou a considerar o “rural” como um espaço distante e sem gente, mencionou o livro didático da escola. E quando fez uma reflexão crítica a respeito da imagem do agricultor que é mais popular, na sua opinião, mencionou o seriado de TV Os Trabalhões, exibido por décadas na Rede Globo, que, segundo ela, representava na personagem de Zacarias um “homem do campo” em forma de caricatura. Maria Zélia apresentou seu marido como um ser “totalmente urbano” por “passar o dia assistindo televisão”. Ela própria quis gravar vídeos ensinando a cozinhar, para que fossem exibidos na internet. Em nenhum dos casos foi feita qualquer pergunta diretamente sobre mídia. Porém, marcas de um contexto não somente de fruição, mas de performance e, mais amplamente, de midiatização foi percebido. Os próximos tópicos serão dedicados a pensar sobre isso.

## 7.2. Outras Mídias

No contexto global, as mídias, ancoradas pela ideologia do mercado financeiro, estimulam trocas, produzem referências, criam uma ambiência própria e demandam, no fluxo do capital, um *bios* virtual, com uma nova forma de ser, pensar, sentir, agir e imaginar marcada pela tecnologia (SODRÉ, 2006; 2014). Por outro lado, nas microesferas, a comunicação acontece como relação e atividade humana vital. E na medida do seu desenrolar, no cotidiano, tece um universo não explicitamente posto, não necessariamente orientado pela linguagem, mas que pode gerar o que há de mais próximo entre as pessoas: seus vínculos.

Vincular-se (diferentemente de apenas relacionar-se) é muito mais do que um mero processo interativo, porque pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até as deliberações frente às orientações práticas de conduta, isto é, aos valores (SODRÉ, 2006, p. 93).

Mas como perceber o que são e como se manifestam os vínculos se, de um lado, está a midiatização ou “o funcionamento articulado das tradicionais instituições com a mídia” (SODRÉ, 2007, p.17) e, de outro, as relações humanas, atravessadas, mas não necessariamente assujeitadas, pelas tecnologias e pelas vivências midiáticas? Esses dois componentes se relacionam de forma ambígua de modo que o objeto de estudo da comunicação, para notar o que é “vincular-se”, passa a ser o que resulta do convívio entre os sujeitos, inseridos e

mergulhados em uma ambiência tecnológica (SODRÉ, 2013). Sem esquecer, porém, como ressalta Raquel Paiva, que: “Se os sistemas tecnológicos de comunicação não puderem reproduzir a riqueza das comunicações pessoais, as relações pessoais serão sempre humanamente mais ricas do que aquelas mediadas por tecnologia” (PAIVA, 2003, p. 76).

Quando veiculadas reportagens sobre orgânicos nos jornais do Rio de Janeiro, a Feira Orgânica da Leopoldina era marcada por um movimento atípico. Se o texto enfatizava a relevância do alimento sem veneno para a manutenção da saúde, a feira recebia muitos clientes; e se denunciava possíveis fraudadores entre os produtores, a feira se esvaziava. Quando alguma celebridade falecia, Mestre Jonas escrevia uma letra de música para cantar – e gravar – no sábado seguinte, diante do “microfone aberto”, como se fosse uma homenagem póstuma<sup>134</sup>. E quando um tema era muito discutido nas mídias sociais, certamente entrava como pauta nos debates da Leopoldina Orgânica.

Não foi objeto deste trabalho averiguar as relações das pessoas pesquisadas com os meios de comunicação convencionais (televisão, rádio, jornal) ou com as mídias digitais (plataformas da internet). No entanto, olhar para o processo de midiatização como parte do cotidiano dos entrevistados, como algo que estava nas relações e a qualquer momento poderia reverberar, foi imprescindível para identificar, nessa reverberação, outros protótipos de mídia e outras formas de se comunicar para além das mídias. Neste tópico, adotando a diversidade como “maneira de pensar e viver” (SHIVA, 2003, p. 17), será descrito o que foi considerado, no contexto pesquisado, objeto de mediação, ampliação de falas, exposição de ideias, divulgação de ações e promoção de debates. Ou seja, outras mídias estabelecidas a partir das ações comunicativas.

A primeira e mais tradicional a ser localizada foi o Jornal do Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso, produzido enquanto se aguardava a instalação da feira. Entre 2012 e 2014, foram feitas cinco edições para relembrar as experiências recentes e reiterar a importância da participação dos moradores nas atividades públicas. Eram essas as funções do jornal, estabelecida pelos seus criadores: lembrar, marcar, registrar. As edições foram feitas no formato de um pequeno caderno, com 15 cm de largura e 20 cm de altura, impressas em papel A4 – em uma impressora caseira – e dobradas manualmente. A

---

<sup>134</sup> Em março de 2015, por exemplo, quando do falecimento dos cantores Inezita Barroso e José Rico, Mestre Jonas cantou: “Na longa Estrada da Vida/ Eu canto/ E não posso parar/ Preservando o Folclore Caipira/ Homenageando os Artistas do Povo/ José Rico e Inezita Barroso/ José Rico e Inezita Barroso/ Lampião de gás/ Lampião de gás/ Quantas saudades/ Você me traz/ Viola, Milionária Viola/ Toca agora/ E ao meu Brasil consola”.

escrita dos textos foi partilhada entre alguns integrantes do grupo e as tarefas de diagramação, edição, impressão e distribuição ficaram por conta de Sylvio Cardoso.

A primeira edição é de outubro de 2012 e possui oito páginas. Na capa (imagem), que se mantém quase a mesma em todos os números do jornal, estão dispostos um cabeçalho contendo o nome do Grupo de Amigos, em alto relevo, a indicação de data e a numeração, o texto do artigo nº 235 da Lei Orgânica do Município<sup>135</sup> – contornado por um quadro vermelho, como se fosse uma manchete – e uma foto da praça em dia de sol. Não há um nome específico para o jornal, nem notícias em destaque. O quadro contendo o texto da Lei Orgânica, segundo os Amigos da Praça, foi escolhido e mantido nas outras edições para reforçar a ideia de que a administração pública não poderia intervir naquele local:

As áreas verdes, praças, parques, jardins e unidades de conservação são patrimônio público inalienável, sendo proibida sua concessão ou cessão, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que danifique ou altere suas características originais (RIO DE JANEIRO, 2010).

As páginas que dão continuidade ao material da primeira edição (imagem 39) abrigam um texto intitulado “Nossa luta, nossa história” que narra o ocorrido de 2011, ou seja, a tentativa de se instalar uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na praça, do conflito ao desfecho. A matéria, que não está assinada, descreve a aproximação de Rosa Fernandes ao local, a reação dos moradores ao descobrirem que a UPA seria construída, o apoio de Sonia Rabello, a notícia veiculada pelo jornalista Ricardo Boechat na rádio Band News FM<sup>136</sup> e a criação do Fórum de Debates da Grande Leopoldina. Nas seções seguintes (imagem 40), seis fotos ilustram momentos distintos dessa “luta”: uma reunião, duas festas, a praça sendo cercada por tapumes, a publicação que saiu em um jornal e uma placa de cartolina colada a um poste de luz com o dizer “a praça é nossa”.

Na antepenúltima página do jornal (imagem 41), o espaço é ocupado com um texto explicativo sobre o Fórum de Debates da Grande Leopoldina: o que é, como surgiu e quem esteve presente nas primeiras reuniões. Há também uma foto em destaque, com Sonia Rabello no canto direito (os demais componentes da mesa não foram identificados). A penúltima página lista os nomes das pessoas que colaboraram com a defesa da praça, distinguindo por nome os homens (77), as mulheres (42) e as crianças (20). Por fim, a contracapa desta primeira edição

---

<sup>135</sup> Disponível em:

<[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei\\_Organica\\_MRJ\\_comaltdo205.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf)>

Acesso em: 23 out. 2014.

<sup>136</sup> No texto do Grupo de Amigos, há a indicação de um link que encaminharia o leitor para o comentário do jornalista. Este link, porém, ao ser verificado, resultou em uma página indisponível.

do jornal faz uma homenagem ao 93º aniversário do bairro da Penha, comemorado em 22 de julho, lembrando de um sarau realizado na Biblioteca Álvaro Moreyra, situada à Rua Leopoldina Rego, nº 734 (imagem 42). No rodapé há ainda um anúncio referente ao dia das crianças, 12 de outubro, quando seria realizada outra comemoração.

A edição nº 2 foi feita um mês depois e as próximas, nº 3 e nº 4, seguiram uma periodicidade trimestral. Os temas abordados giraram em torno do que o Grupo de Amigos considerou interessante: história dos bairros de Olaria e Penha, significado dos nomes de algumas ruas, preces, poemas, anúncios de eventos, artigos de opinião, análises de conjuntura e crônicas. Um texto publicado na segunda edição, intitulado “O homem na praça” (imagem 43) e assinado pelo pseudônimo Guimarães, chamou atenção entre os conteúdos produzidos. Primeiro, por fazer referência à praça como o lugar do encontro das pessoas do bairro, palco de conversas e intrigas: “Sol ou chuva, diariamente estavam lá aposentados, desempregados, vagabundos, fofoqueiros, traíras etc.”. Segundo, por tecer uma crônica a respeito de um senhor traído e abandonado pela esposa que, ainda assim, o teria processado por espancamento.

Imediatamente, posicionou-se como um felino, pronto pro bote; olhos fixos, balbuciando, suando frio, trêmulo: ué! Só porque viu a “ex”! você (*sic*) estará perguntando, sim, isso porque a ex, além da traição, abandonou-o movendo uma ação na justiça, a qual ganhou: Maria da Penha 1 x 0 Maus Tratos (JORNAL AMIGOS DA PRAÇA, 2012, p. 4).

Não se sabe ao certo se a história narrada por Guimarães é verídica. No entanto, o texto mostra desconforto com a Lei nº 11.340/2006, apresentando-a como injusta. Ainda, revela uma forma de pensar: “mulheres é que maltratam homens”. Esse texto pareceu representativo em relação ao que foi narrado no capítulo 1, item 1.4 deste trabalho: havia, na praça, certa rejeição à autonomia e à integridade das mulheres.

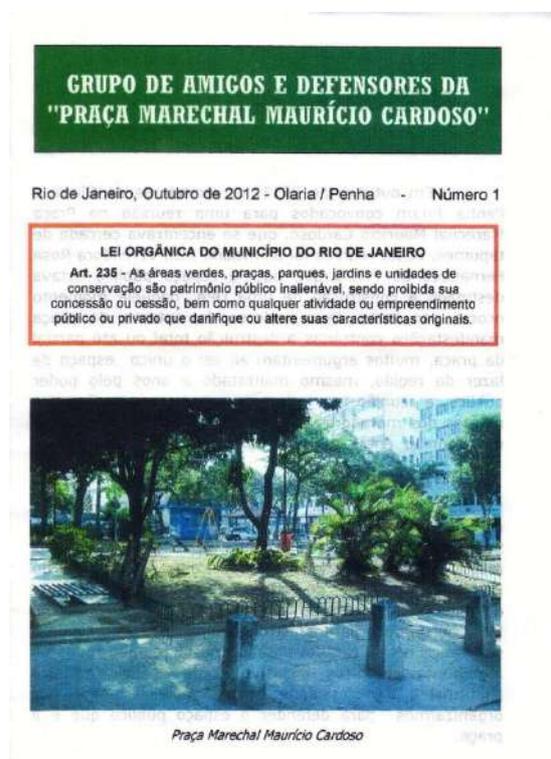
Na edição nº 5 (imagem 44), que corresponde aos meses de junho e julho de 2014, a quantidade de páginas foi reduzida à metade e o conteúdo foi dedicado a documentar a inauguração da feira orgânica, realizada em maio. O jornal parou por aí, em razão das dificuldades do grupo de continuar fornecendo textos para Sylvio editar. Segundo o interlocutor, cada Amigo da Praça foi se consumindo em seus afazeres e nas próprias atividades culturais realizadas na praça. Sylvio lamentou, mas disse estar disposto a, a qualquer momento, imprimir um novo jornal.

Fui eu quem tive a ideia de fazer esse jornal. Inclusive, está atrasado, que há muito tempo o não fazemos. Peço para meus amigos me mandarem material, mas eles nunca mandam [sorri, envergonhado]. Teve um ano que conseguimos fazê-lo até com uma

certa regularidade. A minha ideia era produzi-lo mensalmente. Depois passamos para trimestral e em seguida praticamente paramos. Com esse jornal, nós poderíamos atrair mais as pessoas. As pessoas gostavam, era bem lido (SYLVIO CARDOSO, 2016).

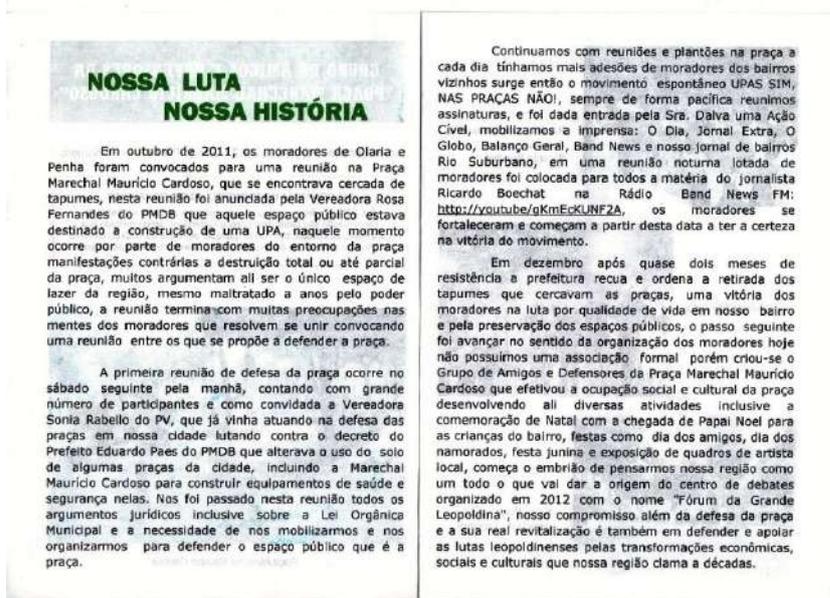
Algo corriqueiro entre o Grupo de Amigos é a panfletagem. Trata-se de uma forma artesanal de fazer as ideias circularem: papel, caneta, lápis de cor, recortes de jornal e revistas, cola. Ao longo dos dois anos de trabalho de campo realizado na praça, era frequente ver os senhores com esse material, feito uma colagem, que ia de divulgação de festa até reflexões e poesias feitas pelo autor. Mestre Jonas, Sylvio e Chinelli eram os mais entusiasmados e todos os sábados entregavam às pessoas de dois a três panfletos diferentes, um para cada tipo de evento organizado na praça. Vez ou outra, quando Jonas tinha alguma ideia de ação futura que gostaria de compartilhar com o Grupo de Amigos, a fim de maturá-la e receber contribuições, também botava no papel e levava para a praça. Quando o jornal acabou, não substituiu e nem teve a mesma função, mas circulou silenciosamente querendo dizer alguma coisa. Os Amigos da Praça também fizeram uso de mídias sociais, como Twitter e Facebook, mas logo desistiram, pois consideraram que não surtiu efeito na localidade. “O melhor é esse corpo a corpo”, disse Chinelli em certa ocasião.

### Imagem 39 – capa da primeira edição do jornal do Grupo de Amigos



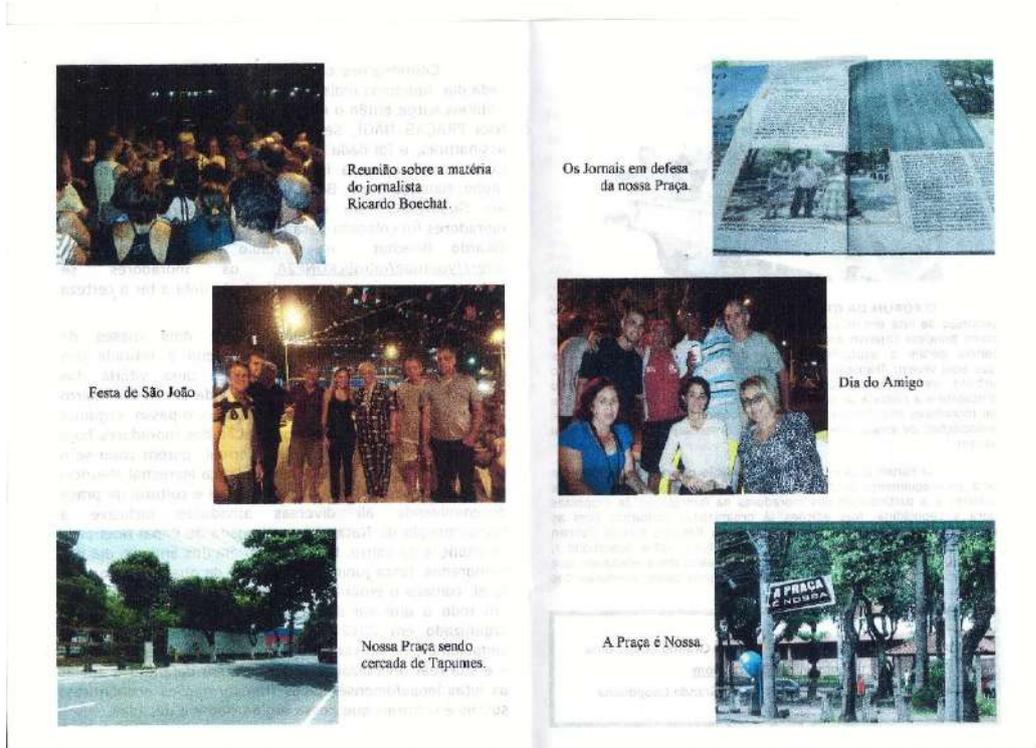
Fonte: Acervo do Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso

## Imagem 40 – Edição nº 1, páginas 2 e 3: texto sobre a disputa pela praça



Fonte: Acervo do Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso

## Imagem 41 – Edição nº 1, páginas 4 e 5: Cenas da/vividas na praça



Fonte: Acervo do Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso

**Imagem 42 – Edição n° 1, páginas 6 e 7: Texto sobre o Fórum da Grande Leopoldina e agradecimento aos Amigos da Praça**



**O FÓRUM DA GRANDE LEOPOLDINA**, que foi idealizado no processo de luta em defesa da Praça Marechal Maurício Cardoso tem como principal objetivo discutir o futuro de nossos bairros, debatendo temas gerais e específicos que são de grande importância para os que aqui vivem: Transcarioca e transporte de massas, planejamento urbano, esvaziamento econômico, educação, cultura, lixo e meio ambiente e a história de nossos bairros. Contando com a participação de moradores dos diversos bairros que formam nossa região além de associações de moradores, associações comerciais e ONG's que aqui tuam.

O Fórum está em sua quarta edição no mês de setembro e terá prosseguimento ainda em 2012, nosso objetivo é ampliar os debates e a participação dos moradores na formulação de propostas para a Leopoldina. Nas edições já organizadas contamos com as presenças dos seguintes debatedores: Sonia Rabello, Ronald Colman Pamphile, Heitor Silva, Teo Cordeiro, Luiz Silva ( 100% Suburbano ), Sergio Dutra, Sergio Ricardo e Marco Feltri, além dos prefeitáveis que foram convidados para o quarto evento, e tendo como mediador dos debates Pedro Paulo Cruz.

**Informações e contato para o Fórum da Grande Leopoldina:**  
[boletimverde@gmail.com](mailto:boletimverde@gmail.com)  
 ou o grupo no Facebook: Fórum da Grande Leopoldina

**NOSSA HOMENAGEM AQUELES QUE PARTICIPARAM DA LUTA PELA MANUTENÇÃO DA PRAÇA MARECHAL MAURÍCIO CARDOSO**



Adilson	Dalva	Luizinho	Paulo
Aldo	Denise	Lucio	Pedro Henrique
Alessandro	Daniel	Lenilson	Paulinho Careca
Alexandre Proença	Denis	Larissa	Rodrigo Giffoni
Almir	Dias	Márcia	Ronald
Aline	Estevam	Miriam	Regina
Alan	Fernanda	Marco Costa	Rodrigo Cardoso
Ádria	Greice	Momó	Roberto Jourdan
Aureo	Gloria	Marlo	Rose
Ana	George	Marcel	Rogarinho
Alberto	Gerusa	Márcia Rodrigues	Rubinho
Amaury	Hilana	Michelle	Suzana
Ana Cristina	Haroldo	Marcelo	Sandra Regina
Adilson	Jeanette	Marcella	Soares
Azira	Jonas	Márcia	Sergio
Belini	Jorge	Marco Feltri	Sylvio
Beto da Vila	Jair	Maneca	Sylvio Alexandre
Beto Nascimento	Jô	Milton	Sonia
Beto Barcelos	Jurema	Marcelo	Sheila
Beth	Julio	Nadia	Silvino
Chinelli	Jequeline	Nilton	Tânia
Camoa	Jorge Luiz	Nizio	Vitor Hugo
Chacrinha	Jair	Nelide	Vânio
Cesar	Luiz Boaventura	Nasser	Vicente
Chico	Luciene	Nina	Wlinton
Carlinhos	Lai	Nancy	Zé Luiz
Carol	Leo	Pedro Paulo	Zé Carlos
Cristina Siqueira	Lella Bessa	Popó	Zélia
Cruza	Luiz Fernando	Pinulito	Zé Mauro
Domicio	Lella	Paulinho	

**AS CRIANÇAS**

Aline	João	Lucas Evaristo	Michel
Aninha	Jennifer	Lucas Giffoni	Mirela
Gabriel	Juan	Lucas Montelero	Rafael
Gustavo	Juju	Matheus	Stephane
Isabela	Luana	Maria Clara	Thainá

Fonte: Acervo do Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso

**Imagem 43 – Página 8: Aniversário do bairro da Penha e convite para o Dia das Crianças**



**" Cultura é fé, Penha um bairro mulher!"**  
 Mestre Jonas.

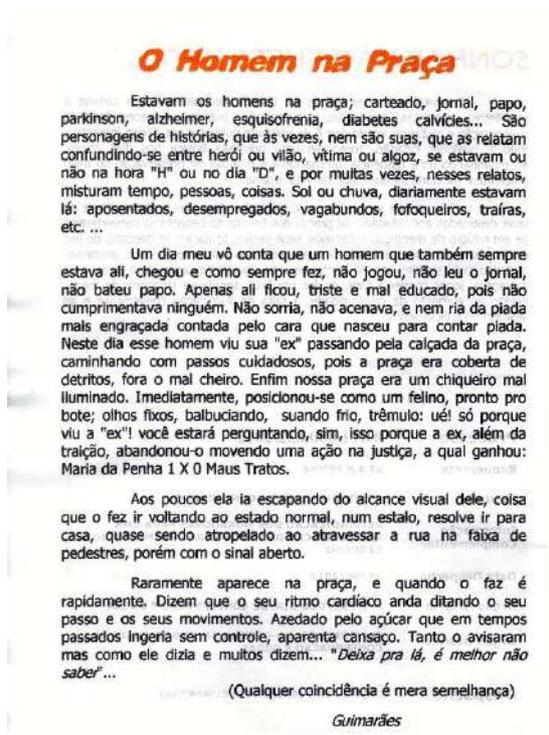
Com a conhecida citação do nosso Mestre Jonas, saudamos a passagem do aniversário do bairro da Penha, 93 anos comemorados em 22 de julho, e de forma marcante foi realizado nas dependências da Biblioteca "Álvaro Moreyra" da Penha o Sarau "Canta Penha" que contou com a participação de dezenas de moradores da Leopoldina e muitos de nossos artistas leopoldinenses defensores de nossa cultura. O Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso foi representado por Chinelli, Camoa, Sylvio, Pedro Paulo Cruz e Jonas Camacho o nosso Mestre Jonas, na ocasião entregamos diplomas aos organizadores do evento e ao nosso amigo Alberto Barbosa do jornal Rio Suburbano pelos 13 anos de dedicação a nossa Leopoldina.



**ALÔ CRIANÇADA...**  
 Venham participar da sua festa, vai ter Pula-Pula, Pipoca, Mesa de Doces, Refrigerante e outras delícias.  
**DIA 12 DE OUTUBRO**

Fonte: Acervo do Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso

Imagem 44 – Jornal n° 2, página 4: texto sobre mulheres



Fonte: Acervo do Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso

Imagem 45 – Capa e contracapa da edição n° 5



Fonte: Acervo do Grupo de Amigos e Defensores da Praça Marechal Maurício Cardoso

A barraca da conversa, criada e comandada por Maria Zélia, também foi considerada uma mídia. É onde a culinária reúne a freguesia para falar sobre alimentação orgânica e saúde. Todo segundo sábado do mês, durante a festa da Leopoldina Orgânica, ela chegava e saía junto com os feirantes, montava e decorava a banca ao seu modo, levava sementes germinadas para exibir e alguns alimentos para a degustação do público. A depender da ocasião, a culinária promovia oficinas no local e também apresentava os livros que leu – e que auxiliaram em sua formação de “ecochef”, como se apresenta. Por meio dessa atividade, Maria Zélia, que é muito expansiva e gosta de conversar, conquistou vários “seguidores”, ou seja, participantes para os cursos que ministra no seu horário comercial. Foi observada ainda uma relação de confiança da barraca da conversa com os feirantes, uma vez que Maria Zélia passou a orientá-los a respeito das características e das propriedades dos alimentos. O nome da banca foi dado pela própria protagonista, que acabou por fazer propaganda da própria feira, mas sobretudo reuniu as pessoas.

Os jornais registram, os panfletos divulgam, a barraca da conversa expõe as novidades do universo da “alimentação saudável” e o microfone aberto<sup>137</sup>, ambiente produzido pela Leopoldina Orgânica em dia de festa, promove debates. Foi o modo como os frequentadores da praça e da feira encontraram para apresentar ideias e discuti-las. Muitas pessoas se aproximaram do local em dia de sábado depois de terem sido atraídas por alguma atividade promovida nesse âmbito. O espaço da divergência é resguardado, muito embora a contragosto da maioria.

As plantas também podem ser mídias, mas, talvez, estejam além das mídias. Para o CEM, a chaya (imagem 46) foi o veículo condutor da novidade, que deu início ao trabalho de Ana e Marcelo, os fez identificar com a agricultura urbana, se espalhou pela Serra da Misericórdia e depois seguiu para outras partes da cidade. Foi a partir da chaya que os integrantes do CEM decidiram produzir Pancs e consolidaram suas transações junto a grupos do movimento agroecológico. Também, foi pelo contato com a planta que as professoras da ETCJK se motivaram a criar uma horta. De posse da chaya, os sujeitos se deslocaram e fizeram circular ideias, fazeres e aprendizados.

O guandu (imagem 47), “feijão de árvore”, por sua vez, representou a partilha e a integração entre os moradores de Tanguá. Foi apontado pela agricultora Noêmia Coutinho como a planta mais produzida na região. “É a que mais reúne gente para descascar”, segundo ela. Guandu seria instrumento de encontro, trabalho em conjunto, conversas até altas horas da madrugada, partilha de confidências. O agricultor Izidório Coutinho chegou a comparar a

---

<sup>137</sup> Descrito mais amplamente no primeiro capítulo desta tese, item 1.4

vagem a um aparelho de celular. Segundo ele, os movimentos feitos com os dedos para descascar a planta são os mesmos feitos para digitar nas teclas do celular. “Antigamente não tinha celular, só tinha guandu, e a gente já mexia dos dedos”, brincou.

**Imagem 46 – Chaya**



Fonte: Acervo pessoal

**Imagem 47 – Guandu**



Fonte: Acervo Pessoal

### 7.3. Trabalho de imaginação e produção de ruralidade

A ruralidade é um entendimento do “rural” baseado no uso do espaço e na produção humana, material e imaterial, considerando as particularidades de determinado lugar, sua história e o modo como as pessoas negociam sentimentos de pertença, identidades, visões de mundo, construções de subjetividade. A ideia da ruralidade retira uma possível compreensão do “rural” de seus limites materiais, físicos, econômicos e políticos, colocando-a nos limites da prática social e da cultura. “A ruralidade, nessa perspectiva, está em constante construção e deve ser percebida através da interação entre os atores sociais e os sistemas culturais aos quais eles estão referidos” (CARNEIRO, 2012, p. 19).

Para citar um exemplo, vale recorrer ao estudo de Silvana de Paula (2001) sobre o “estilo de vida” *country* no Brasil. Acompanhando as transformações socioculturais no município de Presidente Prudente, na região oeste paulista, desde a década de 1970, a pesquisadora reconhece uma experiência urbana de distinção que, muito inspirada por produtos midiáticos (filmes, músicas, propagandas etc.), faz uma elaboração própria do *cowboy*, o vaqueiro estadunidense, assim como de toda a sociabilidade que constitui tal personagem.

Ali, o *country* como estilo de vida, quer dizer, como padrão de vestuário, de consumo e de comportamento, faz parte do cotidiano das pessoas, originariamente dos pecuaristas locais, mas sendo progressivamente adotado por outras categorias sociais urbanas. A paisagem urbana do cotidiano prudentino é desenhada pela circulação constante de *trucks* – os substitutos das caminhonetes usadas anteriormente apenas para as viagens às fazendas – dirigidos por homens, mulheres, jovens e velhos, assim como por movimentações e aglomerações de *cowboys* vestidos em suas calças Wrangler *cowboy cut*, camisas de mangas compridas em xadrez ou listas, chapéus de abas largas, botas, tabaco de mascar no bolso e telefone celular na cintura, ao lado da grande fivela do cinto. Cabe reiterar que, naquela região, o *country* é um fenômeno urbano. Seus adeptos são habitantes da cidade, seus eventos são eventos citadinos e, como estilo de vida cotidiano, o *country* configura um padrão de urbanidade (DE PAULA, 2001, p. 43).

Outro exemplo é referente à “invenção” da “tradição” em um distrito do município de Santa Maria (RS), estudada por José Marcos Froehlich (2012). Criado em 1997 pela recuperação de áreas intermunicipais, o distrito possuía, no período da investigação (entre 1990 e 2000), menos de 500 habitantes, sendo boa parte deles moradores vindos da cidade, conhecidos como neorrurais. A economia local, baseada na produção de arroz e na pecuária, com a chegada dos novos habitantes recebeu o incremento do turismo e do uso das terras para lazer e descanso. Na ocasião da oficialização do distrito, uma associação de moradores bastante heterogênea criou a Festa dos Carreiros de São Valentim, como forma de atrair novos

visitantes. Narra Froehlich que a primeira edição da festa, realizada em 1999, foi amplamente divulgada pelos jornais e pelas rádios regionais, o que contribuiu para a reunião de um fluxo intenso de público oriundo tanto das fazendas dos arredores como da própria Santa Maria e de outras cidades. A festa desencadeou outros eventos, tais como carreteadas, e usou como emblema imagens de carro de boi, panelas de ferro, machado e outros utensílios que lembram um tempo em que andarilhos percorriam as terras do Sul em busca de um chão para colonizar. Tempo passado que, a partir da festa, deu um novo sentido ao lugar.

Para dar materialidade ao principal símbolo da ideia-tema da festa, mandou-se fazer uma carreta inteiramente nova, especialmente para figurar no evento como atração de destaque. Contrastando com a velha carreta que aparecia no cartaz de propaganda e que evocava a dureza do trabalho e do cotidiano do campo, a carreta-monumento tinha por função aludir somente ao âmbito da curiosidade histórica e do espetáculo, abstraindo qualquer dimensão de necessidade e de labor inerentes ao objeto enquanto instrumento de trabalho e transporte de um dado agrupamento social – os carreteiros de outrora (FROEHLICH, 2012, p. 207).

Tais exemplos indicam que a ruralidade está espalhada entre campo e cidade e é vivenciada a partir de fatores que somente a vida local pode dizer. Nesta pesquisa, foi possível perceber que o trabalho e a relação com a terra são fortes definidores da noção de “rural” entre os agricultores. E que entre as pessoas que se relacionam com a Feira Orgânica da Leopoldina – como articuladoras ou consumidoras – pesa mais o contexto urbano de aceleração, aglomeração, pouca qualidade de vida. De todo modo, quando se aponta “rural, para mim, é isso”, há uma construção de imagem em curso. “As pessoas constituem suas questões em torno de certa imagem que têm do rural” (REMY, 1989, p. 265).

Imagens são representações sobre o mundo, composições que reproduzem o visto e o imaginado, o concreto e o abstrato. Elas podem comprimir as dimensões espaço-temporais do real, guardando consigo conceitos, ações humanas e processos históricos (FLUSSER, 2011). Na “era da reprodutibilidade técnica” não somente das obras de arte, mas de qualquer natureza de experiência humana (BENJAMIN, 1994), as imagens são feitas por humanos e por máquinas, estão em papel e em *pixels*, são projeções e hologramas, saem de impressoras 2D e 3-D, ganham corpo, reproduzem sensações táteis (SODRÉ, 2006), tornam-se frutos de textos científicos que outrora possibilitaram o seu espalhamento e recodificam a vida (FLUSSER, 2011).

Imagens são mediações entre o homem e o mundo. O homem “existe”, isto é, o mundo não lhe é acessível imediatamente. Imagens têm o propósito de lhe representar o mundo. Mas, ao fazê-lo, entropõem-se entre mundo e homem. Seu propósito é serem mapas do mundo, mas passam a ser biombos. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens. Não mais decifra

as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas (FLUSSER, 2011, p. 23).

Imagens são representações de um mundo baseado em experiências que já foram desterritorializadas, virtualizadas e replicadas. Para Arjun Appadurai (2004), em tempos de intensas trocas simbólicas, a circulação passa a ser componente definidor do mundo tanto quanto as estruturas, os organismos e as delimitações territoriais. As pessoas migram porque são expropriadas, porque anseiam por condições básicas de vida e também porque desejam algo que ainda não viveram, mas que viram e quiçá sentiram por meio do que é produzido nas mídias. Tal situação, conforme o autor, tende a dar um papel singular à imaginação. Ela trabalha, extrapola as vivências espaço-temporais e alcança um devir. O autor defende, portanto, a existência de um “trabalho de imaginação” (APPADURAI, 2004, p.p. 17 e 18) baseado na circulação de imagens, textos e sons.

Essa proposição parece se aproximar do que apresenta Sodré (2014) a respeito de um imaginário tornado “matéria corrente” de fluxos informacionais e, portanto, indissociável do real. “Protegido pelo mercado, afastado da pura contemplação do objeto como se dava na dimensão representativa tradicional, o imaginário realiza-se tecnologicamente, confundindo-se com as representações humanas da vida real” (SODRÉ, 2014, p. 249).

Nesta pesquisa, todos os interlocutores, ao longo de suas vidas, tiveram trajetórias móveis por um ou mais territórios e tiveram também acesso a conteúdo, imagens, sons e sensações que lhes chegaram por meios técnicos ou pelo ouvir dizer de outros. Seja para idealizar um mundo idílico, sem capitalismo, com natureza e prazer, ao modo de Carlos Chinelli, ou somente para resumir o “rural” como a própria vida, tal qual Izidório Coutinho, as noções construídas se valeram de um processo comunicacional.

É preciso se ater, nesse sentido, às respostas que apresentam esse “mundo rural” como uma paisagem harmônica, um lugar de frescor, natural e tranquilo. Esse foi o principal resultado observado de um “trabalho de imaginação”, uma vez que surgiu nas respostas a partir de um desejo dos interlocutores pelo que não está em mãos. Eles vivem na cidade do Rio de Janeiro e enfrentam problemas como falta de espaço, poluição, violência, competitividade, alimentação precária. A própria movimentação empreendida na Praça Marechal Maurício Cardoso, em disputa pelo espaço público, pode ser considerada uma tentativa, como apontaram Danielle Costa e Rafael Carvalho, de levar o rural para a cidade, ou seja, de vivê-lo em filigranas, pela temática da agroecologia, pela convivência com feirantes e possíveis agricultores. As noções de “rural” apresentadas pelos interlocutores são da vida de cada sujeito, mas também são virtuais no sentido de terem sido formadas na ambiência de um *bios* virtual.

Por outro lado, vale destacar como cada sujeito acompanhado, em suas relações, luta para viver o que imagina e vai em busca da experiência “rural” quando esta é um desejo. Isso, de algum modo, produz mais do que um imaginário ou um entendimento a respeito do mundo, produz também encontros, possibilidades de vínculo. E na medida em que se encontram na feira e na praça, ou em outros lugares por onde circulam as ideias da agroecologia, fortalecem seus propósitos de estarem juntos e, com ele, a imagem do “rural”. A ruralidade da Leopoldina é produzida pela comunicação.

#### **7.4. Cultivos do comum**

O que permeou este estudo foi uma tentativa de identificar, nas relações estudadas, a presença do comum, objeto de estudo da comunicação. Para tanto, o termo foi entendido previamente como o amálgama que permeia as relações e atrai as pessoas. Algo “impróprio”, o resultado de uma disposição constitutiva do ser humano em partilhar diferenças; algo não necessariamente positivo, mas que sinaliza para uma “falta” a ser suprida (ESPOSITO, 2003, p.p. 21 a 31). Elemento percebido nas relações cotidianas não somente como um “estar junto”, mas como um aglutinador de diferenças. “O comum é a sintonia sensível de singularidades, capaz de produzir uma similitude harmonizadora do diverso” (SODRÉ, 2006, p. 69).

Ao levar os sujeitos à inclinação e ao contato, ou seja, à comunicação, o comum redonda em uma condição de existência cotidiana que pode ser entendida como vida comunitária. Mas, retomando uma pergunta lançada por Paiva (2007, p. 136), “o que seria uma vida comunitária na atualidade”? Talvez, uma maneira de viver cujas proximidades e vinculações não se constituem unicamente por laços consanguíneos, de parentesco ou de solidariedade, por ideais políticos afins, pela partilha de um território ou pela comunhão religiosa, mas sim por uma disposição, abertura ou inclinação ao outro existente entre os seres humanos (NANCY, 2000; TARIZZO, 2007; PAIVA, 2007).

A vida comunitária, conforme esse pensamento, oriunda da comunicação e não está apartada do social; pelo contrário, é parte dele, uma forma de sobreviver e conviver mesmo diante de seu “esfacelamento” contemporâneo (PAIVA, 2003; 2012), perseguindo alguma natureza de “bem comum”. A vida comunitária é, também, “gerativa”, tendo “ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade” (PAIVA, 2007, p. 147).

Nos espaços percorridos ao longo da pesquisa, muitas vezes se buscou identificar o que seria “instaurador do vínculo” (SODRÉ, 2006, p. 69) nas relações. Para tanto, foi preciso se lançar no trabalho de campo de modo a conviver e partilhar afetos, estar na investigação de

forma corpórea, visando perceber o que poderia ser anterior aos discursos. “Aquém das palavras ou dos signos, os sinais estéticos espriam-se na emotividade, na superficialidade, na obscuridade e nos paradoxos que transitam o tempo todo nos circuitos comunicativos” (SODRÉ, 2014, p. 303). Isso, em campo, gerou problemas para a pesquisadora, mas também foi significativo para o amadurecimento de uma reflexão sobre o comum.

Nesse sentido, além da ideia de vinculação, pareceu pertinente considerar o apontamento de Jacques Rancière (2010), de que o comum é resultado de uma vida pública diversa e divergente, ancorada mais em desentendimentos do que em consensos. Conforme sua perspectiva, o que as pessoas partilham de divergente é o que faz o comum circular e se reorganizar, ou seja, o comum sobrevive porque há contrariedades, conflitos, porque o que está posto não agrada a todos, porque não há um entendimento uniforme sobre a vida, porque há modos de ser e pensar ainda não aceitos por todos.

Esse comum, nas relações acompanhadas e vividas, foi algo identificado como vontade de ação dos sujeitos, que travam uma disputa material e simbólica no micro e no macros espaço. As pessoas são unidas em suas diferenças porque não as resolveram por completo, mas também porque lutam – cada uma ao seu modo – pelo que falta para que a vida seja digna. Deste modo, foram identificadas as seguintes tentativas de vinculação: a) a própria imaginação do rural; b) os alimentos; c) as ideias da agroecologia; d) a praça enquanto espaço público disputado; e) a aversão simbólica dos senhores da praça em relação às mulheres – motivo de conflitos entre eles e elas (ou nós).

Por que se está falando em tentativas de vínculo? Porque se considerou que o resultado da comunicação são, justamente, essas tentativas. Paiva e Gabbay (2016), em artigo recente, apontam manifestações promovidas por artistas nas ruas de algumas capitais brasileiras como sendo ações de (re)existência coletiva no espaço público. Esta seria uma forma de produzir o comum, conforme os autores, uma vez que ensejam uma disputa pela cidade (PAIVA & GABBAY, 2016). No caso deste trabalho, foi pensado em cultivo: ato de trabalhar e cuidar da terra, ato de trabalhar e cuidar da vida. Ao atuarem em suas relações, os interlocutores geram um potencial transformador da ordem dos afetos, capaz de “cultivar” não somente a terra e os alimentos ou as relações na praça e no âmbito da feira, mas também as perspectivas de luta por sobrevivência. O que se denomina “cultivos do comum”, então, é a ação comunicativa de produzir tentativas de vínculo e dar seguimento às práticas no espaço em que se vive. O “rural” das pessoas é, nesse sentido, para além das imagens construídas, um cultivar das relações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Foi importante eu ter feito esta viagem/ Pois conheci esta frondosa capital/ Estou surpreso vendo tanta aparelhagem/ Para o senhor tudo isto é normal” – Goiano e Paranaense*

Esta tese foi um contínuo experimentar. Seguiu uma abordagem comunicacional para perceber possibilidades de vinculação (SODRÉ, 2014), o que permitiu estudar mais as pessoas e suas relações do que as mídias propriamente ditas. Trabalhou com um território vivido, traçado em movimento, a partir do encontro com uma feira e uma praça. Escreveu narrativas que cotidianamente percorrem subúrbios e serras às escondidas. Buscou apreender que noção de “rural” se tem no campo e na cidade. Interpretou que plantas vinculam mais que mídias. Entendeu, por fim, que a ruralidade pode ser um elemento do comum no contexto estudado. E que cultivar não é só trabalhar a terra, mas cuidar da existência.

Esta pesquisa foi também uma viagem inesperada por lugares ofuscados. Foram milhares de quilômetros percorridos a pé, de ônibus e de carona. A princípio, o objeto de estudo estava lá em Goiás, de onde veio a pesquisadora. Mas a sorte se moveu em outros sentidos e tudo precisou, assim, ser vivido novamente, a passos mais velozes. Para existir enquanto estudo, este trabalho teve de procurar suas próprias relações e tecer nelas possíveis vínculos. Se a ordem sociotécnica hegemônica está para todos, “cultivar” o comum também é para todos. Pesquisar foi um exercício de reconhecer empiricamente o que se está a ler nos livros – e nem sempre era ou foi entendido.

Os quatro anos de doutorado renderam muitas histórias. Algumas delas não entraram neste texto por imaturidade da pesquisadora ou por não caberem no tempo da escrita de tese. Para além do Rio de Janeiro e do contexto das feiras orgânicas, a investigação circulou pelo Vale do Café, na divisa com Minas Gerais, e pelo sertão retratado por Guimarães Rosa, no Vale do Rio Urucuia. Foram viagens intensas, mas materialmente mais difíceis de ser continuadas. Outras paragens que precisarão de outras oportunidades para alcançar as letras e o papel.

Faltou muita coisa aqui: organizar melhor os capítulos, apresentar em detalhes os tópicos, articular as teorias, aprofundar debates, materializar intuições. Mas algo ainda pode ser acrescentado: articular a questão agrária à luta pelo direito à cidade. Não há como ser cidadã no Brasil contemporâneo sem a tentativa de enxergar a disputa por terras, espaços e territórios, nos campos e nas metrópoles, como algo que está na centralidade das decisões político-econômicas e, por conseguinte, na centralidade dos problemas vividos pela população. De um

lado, a expropriação aumenta, escraviza, mata, regulariza a grilagem. De outro, a miséria assola, a memória se esvai, quilombolas, indígenas, posseiros, vazanteiros e geraizeiros perdem o direito até mesmo de existir.

No processo de ouvir os 27 interlocutores e apresentar traços do imaginário que paira pela feira, pela praça, pela cidade, pelo campo, pela agricultura biológica, pelo consumo, pelo Rio, por Tanguá e pelo Brejal, algo faltou: em nenhum dos casos se falou em escravidão por dívida ou assassinatos por conflitos em decorrência de água, terra e recursos naturais. Não foi mencionada a última fronteira agrícola do Matopiba, território simulado entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Belo Monte e Belo Sun sequer entraram como ponto de reflexão no “microfone aberto”. O que não está próximo ou o que não é vivido não foi lembrado.

Surpreendente também foi, nesta viagem-pesquisa, encontrar uma mineradora transnacional que explora as pedras da Serra da Misericórdia e produz material para as obras dos megaeventos. Tão barulhenta, tão silenciosa. Até mesmo entre os ativistas socioambientais, pouca menção é feita em relação aos efeitos deste empreendimento no Rio de Janeiro. A exploração é uma realidade sentida, mas não necessariamente apreendida. Mas algo apareceu sem precisar de muitas palavras: o sufocamento, o esgotamento, o medo de tudo piorar. Rafael disse: “ninguém aguenta mais tanto cimento”. E Izidório complementou: “se bem que em todo lugar está difícil viver”.

## REFERÊNCIAS

ALAMI, Sophie. et. al. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis: Vozes, 2010. Trad. Luis Alberto S. Peretti.

ALLAN-POE, Edgar. **O Homem da Multidão**. 1840. Disponível em: <[www.ufrgs.br/proin/versao\\_2/textos/homem.rtf](http://www.ufrgs.br/proin/versao_2/textos/homem.rtf)> Acesso em 19 abr. 2015

AMARAL FILHO, Nemézio. **Mídia e quilombos na Amazônia**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Rio de Janeiro, 190 f. 2006.

\_\_\_\_\_. **O passo a passo da monografia em jornalismo**. Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ/Quartet, 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Mariza Guerra de. Estudo crítico. In: TORRES, João Camillo de Oliveira. **O homem e a montanha**: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 2ª. ed. Texto complementar. p.p. 17 – 44.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**: a modernidade sem peias. Lisboa: Teorema, 2004. Trad. Telma Costa.

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2007. 7ª. Ed.

BAUDELAIRE, Charles. **O Pintor da Vida Moderna**. São Paulo: Bira Câmara Editor, 2010 [1863].

BELTRÁN, Luiz Ramiro. La radio popular y alternativa en America Latina. **Chasquí** – Revista Latinoamericana de Comunicación, nº 53, mar. 1996, p.p. 8-11.

\_\_\_\_\_. La comunicación para el desarrollo em Latinoamerica: un recuento de medio siglo. **Anais... III Congreso Panamericano de la Comunicación**. Painel 3: Problemática de la Comunicación para el Desarrollo en el contexto de la Sociedad de la Información. Universidad de Buenos Aires (UBA). Buenos Aires, Argentina, jul. 2005.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **O flâneur**. IN: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas III** – Charles Baudelaire – Um lírico no auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.p. 37 – 67.

BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2007. 7ª. Ed.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Trad. Beatriz Medina.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. Función y responsabilidad de la radiodifusión y la televisión en la educación de masas: medios urbanos y medios rurales. Ciespal. **Comunicación y Educación**, nº7. 1974. Disponível em: <<http://186.5.95.155:8080/jspui/123456789/1368>> Acesso em 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

**BRASIL**. Decreto-lei nº 311 de 02 de março de 1938. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes>>. Acesso em: 28 set. de 2008.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, Mário Sérgio Ignacio. Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a 'culpa' do governo. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[www.encontro2012.historiaoral.org.br/](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/)> Acesso em 22 fev. 2017

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. A pesquisa em comunicação rural na Intercom – 1991/2000. **Anais... XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Campo Grande/MS – set. 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP9CALLOU.PDF>> Acesso em: 06 out. 2013.

CANCLINI, Néstor García. El dinamismo de la descomposición: megaciudades latinoamericanas. IN: NAVIA, Patricio; ZIMMERMAN, Marc (coord.). **Las ciudades latinoamericanas em el nuevo (des)orden mundial**. México: Siglo XXI, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. O caipira e sua cultura. IN: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional/ EDUSP, 1972.

\_\_\_\_\_. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010. 11ª. Ed.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica** - ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Studio Nobel Ltda., 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. IN: CARDOSO, Ruth. (org.) **A aventura antropológica** - teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: GG Editora, 2013.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro – RJ, n° 11, out. 1998. ISSN: 1413-0508.

\_\_\_\_\_. Rural como categoria de pensamento. **Ruris**: Revista do Centro de Estudos Rurais, IFCH – UNICAMP, Campinas/SP, vol. 2, n° 1. 2008, p.p. 9 – 39.

\_\_\_\_\_. Do rural como categoria de pensamento e categoria analítica. IN: CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: MAUAD X/FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Para além das dualidades: o rural não agrícola no estado do Rio de Janeiro. IN: CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: MAUAD X/FAPERJ, 2012.

CARVALHO, René de. Desafios para a produção orgânica do ERJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014. p.p. 23 - 41. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/index>> Acesso em: 15 mai. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

CHISAM. **Origem** - Objetivos - Programas - Metas. Rio de Janeiro: Ministério do Interior - Banco Nacional de Habitação, 1969.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Revista Estudos Avançados** 19 (55), 2005. p.p. 33 – 48. Trad. Gênese Andrade. Publicado originalmente em *Cultura, Sociedad e Historia Contemporânea*, Revista del Doctorado en el Estudio de las Sociedades Latinoamericanas, Santiago do Chile, Universidad Arcis, Editorial Arcis, 2002, pp. 269-290.

CIESPAL. La investigación de la Comunicación en América Latina. Seminario. Informe Final. Quito/ Equador. **Colección Documentos**. Investigación y Comunicación; n° 4. 1974. Disponível em: <<http://186.5.95.155:8080/jspui/123456789/1364>> Acesso em: 21 fev. 2014.

CLIFFOR, James. Sobre a autoridade etnográfica. IN: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. 3a. ed. p.p. 17 - 58.

CORALINA, Cora. Poema do Milho. In: CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1985. 10ª. Ed.

CORREA, Magalhães. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Disponível no site da Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg3817/drg3817.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg3817/drg3817.pdf)> Acesso em: 24 mar. 2016.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando** – uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981. Cap. 2 e 3.

DEBORD, Guy-Ernest. Teoria da Deriva (1958). IN: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. Trad. Estela dos Santos Abreu.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Rizoma. In: **Mil Platôs** - Capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 1. Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. 2ª. Ed. 5ª. Reimp.

DURÁN, Francisco Entrena. Viejas y nuevas imágenes de ruralidad. **Estudios Sociedade e Agricultura**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro – RJ, n° 11, out. 1998. ISSN: 1413-0508.

ELHAJJI, Mohammed. O destino do migrante é a sua condição migratória. In: ELHAJJI, Mohammed & BALTHAZAR, Luana (org.). **Destinos migratórios**: desejos individuais, projetos coletivos. Apresentação. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <[www.oestrangeiro.org](http://www.oestrangeiro.org)>. Acesso em: 27 ago. 2013.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. 1ª. Ed. Trad. Carlos Rodolfo Molinari Marotto.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1979.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O Rapto Ideológico da categoria subúrbio** – Rio de Janeiro 1858 - 1945. Rio de Janeiro: Editora Apicuri/Faperj, 2011.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; FERREIRA, Fernanda da Silva. O mercado de produtos orgânicos e agroecológicos: disputas e apropriações ideológicas. **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS GT 35 Sociedade e Vida Econômica**. 2015. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt35/9770-o-mercado-de-produtos-organicos-e-agroecologicos-disputas-e-apropriacoes-ideologicas/file>> Acesso em: 15 nov. 2016.

FERREIRA, José. Os agentes da construção política do mercado. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 87-99, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/42330>> Acesso em: 07 jan. 2015.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. IN: FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Comunicação rural: em busca de novos paradigmas. In: DUARTE, Jorge L.; BARROS, Antônio Teixeira de. **Comunicação para a ciência, ciência para a comunicação**. 1ª. Ed. Brasília: Embrapa, 2003. p.p. 95 a 111.

\_\_\_\_\_. et. al. A comunicação na Embrapa: do difusionismo à comunicação como inteligência organizacional. **Anais... II Congresso Brasileiro de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp)**. Belo Horizonte – MG. 2008. Disponível em: < [http://www.abrapcorp.org.br/anais2008/gt6\\_correa.pdf](http://www.abrapcorp.org.br/anais2008/gt6_correa.pdf)> Acesso em: 24 jul. 2015.

FOOTE-WHYTE, Willian. Treinando a observação participante. IN: ZALUAR, Alba (org). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alvez, 1980.

FORTUNA, Carlos. Narrativas sobre a metrópole centenária: Simmel, Hessel e Seabrook. In: **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 379-393, jul/dez 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 13ª. Ed.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 14ª ed., 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação, 1980. 20ª. ed.

FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. IN: CARNEIRO, Maria José (org.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

GARCIA, Antonio. **Comunicación para la dependencia o para el desarrollo?** Quito: Editores Asociados Cía. Ltda., 1980.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas** – o antropólogo como autor. Trad. Vera Ribeiro. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GROS, Frédéric. **Caminhar, uma filosofia**. Trad. Lília Ledon da Silva. São Paulo: É Realizações, 2010.

GUIA, Eric Vidal Ferreira da. A Serra da Misericórdia como uma zona de sacrifício do Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, R.I. **Vida social e política nas favelas**: pesquisas de campo no Complexo do Alemão; Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 234. p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 16ª. ed.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HERSEY, John. **Hiroshima**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26ª. ed.

IANNI, Octávio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias** [online]. 2002, n.7, pp. 176-187. ISSN 1517-4522.

\_\_\_\_\_. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004b. 1ª. Reimp. da 1ª. Ed. de 1984.

**IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo Agropecuário. 2006a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>> Acesso em: 05 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário. 2006b – Nota Técnica. Agricultura Familiar: primeiros resultados. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm)> Acesso em: 05 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 05 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico – Nota Técnica. 2010b. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=1866&busca=1&t=primeiros-resultados-definitivos-censo-2010-populacao-brasil-190-755-799-pessoas> Acesso em: 05 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico 1940-2010. Séries Históricas. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Tabela disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>> Acesso em: 11/12/2013.

\_\_\_\_\_. Sistema IBGE de Recuperação Automática, tabela 2269. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=2269>> Acesso em 12 mai. 2015

**IBGE/CEPERJ.** Contas Regionais do Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>> Acesso em: 10 mai. 2015.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. Tradução e revisão para a língua portuguesa brasileira feita por Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles, de acordo com texto original publicado em: INGOLD, Tim. Epilogue: “**Anthropology is not Ethnography.**” In: \_\_\_\_\_. Being Alive. Routledge: London and New York, 2011. pp. 229-243. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1862649/mod\\_resource/content/1/Antropologia\\_na\\_o\\_e\\_etnografia\\_-\\_por\\_Tim\\_Ingold%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1862649/mod_resource/content/1/Antropologia_na_o_e_etnografia_-_por_Tim_Ingold%281%29.pdf)> Acesso em: 14 mar. 2017.

ISER, Fabiana. Pesquisa exploratória: a relevância da aproximação empírica para as definições da pesquisa. In: **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos.** Porto Alegre: Sulina, 2006. p.p.193 – 216.

JACOBS, Jane (1961). **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KAY, Cristóbal. Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad? Revista Mexicana de Sociología, n° 71, vol. 4, out./dez. 2009.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. Trad. Estela dos Santos Abreu.

\_\_\_\_\_. (org.). Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. **ArqTexto.** Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR/UFRGS), n° 7. 2005/1. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs\\_revista\\_7/7\\_Paola%20Berenstein%20Jacques.pdf](http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Paola%20Berenstein%20Jacques.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Elogio aos errantes.** Salvador: EDUFBA, 2012.

\_\_\_\_\_. 2013. O grande jogo do caminhar. In: CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética.** São Paulo: GG Editora, 2013.

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n° 11, out. 1998.

KAPLUN, Mario. **Una pedagogia de la comunicación.** Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental.** Paris: Armand Colin, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. Trad. Sérgio Martins. 1ª. Reimpr.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace* . 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006. cap. 1 e 2.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. Trad. Rubens Eduardo Frias. 143 p.

LERNER, Daniel et. al. **La comunicación colectiva y el desarrollo cultural**. Equador: Ediciones Ciespal, 1972.

MACIEL, Laura Antunes. Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. IN: FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Márcio Piñon de (org.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EDUFF, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2015.

MARQUES, Gabriel Garcia. **Reportagens Políticas** - obras jornalísticas 4 (1974 - 1995). Trad. Leo Schlafman. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación. IN: NAVIA, Patricio; ZIMMERMAN, Marc (coord.). **Las ciudades latinoamericanas em el nuevo (des)orden mundial**. México: Siglo XXI, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. As coisas no lugar. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **Introdução Crítica à Sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, nº 15, out. 2000, p.p. 5 – 12.

\_\_\_\_\_. A crise do imaginário rural brasileiro. In: MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014. p.p.127 - 138

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2008. Livro 1: Processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. Cap. 11 – 13.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Trad. Álvaro Pina. 1ª. Ed. p.p. 25 – 30.

MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 9ª. Ed.

MEDEIROS, Leonilde de Servolo. Apresentação. IN: FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MEDEIROS JÚNIOR, Helcio de. Desconcentração econômica e atratividade regional no estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013. p.p. 23 - 52. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/index>> Acesso em: 17 mai. 2015.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente** - narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo** – da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MELO, José Marques de (org). **Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. O Espaço da Comunicação Rural nas Escolas de Comunicação Social. In: BRAGA, Geraldo Magela & KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Comunicação Rural: discurso e prática**. Viçosa: UFV, 1993.

\_\_\_\_\_. A recepção das ideias de Wilbur Schramm no Brasil. **Ciencias de la Comunicación** – Revista da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação. Ano IV, n° 6. jan/jun.2007. ISSN: 1807-3026.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente** (1964 – 1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENDRAS, H. **La fin des paysans** (Conclusion et Postface). Paris: Colin, 1976.

MITCHELL, Joseph. **O Segredo de Joe Gould**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NANCY, Jean-Luc. **La comunidad inoperante**. Santiago: Escuela de Filosofia Universidad ARCIS, 2000. Tradução de Juan Manuel Garrido Wainer.

NIELSEN. **O consumidor móvel**. Fev. 2013.

OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de. **“Marca d’água”** – o ser e o existir do rural no espaço metropolitano de Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia - GO. 2011.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. Questões metodológicas da comunicação rural. In: SILVEIRA, Miguel Ângelo; CANUTO, João Carlos. **Estudos de comunicação rural**. São Paulo: Intercom/Loyola, 1988.

ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 12(1): 11-28, maio de 2000.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 2ª. Ed.

\_\_\_\_\_. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n° 30, ago.2006.

\_\_\_\_\_. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. **Matrizes**, ano 6, n° 1, jul./dez. 2012. São Paulo. p.p. 63 – 75.

\_\_\_\_\_. 2014. Expressões do comum na cidade: a ocupação pela mobilidade. IN: PAIVA, Raquel & TUZZO, Simone Antoniaci (org.). – **Comunidade, mídia e cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje**. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

PAIVA, Raquel & GABBAY, Marcello. Cidade, Afeto e Ocupações: ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**. 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1708-1.pdf>> Acesso em: 04 out. 2016.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, vol.3, n°7. São Paulo. 1989. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>> 1989> Acesso em 30/09/2014.

PAULA, Silvana de. Quando o campo se torna uma experiência urbana. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n° 17, out. 2001.

PEIRANO, Mariza. Etnografia ou a teoria vivida. **Ponto Urbe** [Online], 2 | 2008, posto online no dia 06 Agosto 2014. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1890>> Acesso em: 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2017

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Favelas e política no Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

**PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO**. Atlas Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>> Acesso em: 23 jun. 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. 24ª. reimp.

RANCIÈRE, Jacques. Comunidade como dissentimento. In: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, Jose (org.). **A política dos muitos: Povo, Classes e Multidão**. Lisboa: Tinta da China, 2010, p. 425-436.

REMY, Jean. Pour une sociologie du rural ou Le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. **Recherches Sociologiques**, vol. XX, n° 3. 1989.

RIBEIRO, Fernanda P. F. **Comunicação do oprimido**: movimentos populares midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

**RIO DE JANEIRO**. Lei Orgânica do Município [1990]. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010. 2ª. ed.

ROCHA, Thaís; CORDEIRO, Teo; CARVALHO, Rafael; SANTOS, Ana. Feira Orgânica da Leopoldina. **Jornal Rio Suburbano**, ano XVII, n° 202, mai. 2016. p. 13.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins, 2007.

SANCHEZ, Jaime Gutierrez. Contribuciones de la Sociologia Rural para la extension y las comunicaciones rurales, relaciones entre contenidos y métodos. **Revista Chasquí**, n° 6. Quito. Ago. 1974. p.p. 33 - 43

SANTOS, Ana Paula; MAIA, Rafael Cevidanes; BORGES, Patrícia da Veiga. A trajetória da chaya na Serra da Misericórdia. **Revista Agriculturas** v. 13. N 2. 2016. p.p. 21 – 25. Disponível em: <[http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Agriculturas\\_V13N2-Artigo03.pdf](http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Agriculturas_V13N2-Artigo03.pdf)> Acesso em 15 out. 2016.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEographia** – Ano. 1 – No 1 – 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>> Acesso em: 23 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 4. ed. 2. reimpr. - (Coleção Milton Santos; 1).

SCHENKEL, Peter & ORDOÑEZ, Marco. Prólogo. In: **Comunicación y cambio social**. Quito, Equador: Editorial Frey Jodoco Ricke – Ciespal/Ildis, 1975. p.p. 7-11.

SCHRAMM, Wilbur. **El papel de la información en el desarrollo nacional**. Equador: Ediciones Ciespal, 1967.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. Trad. Dinah Azevedo.

SIGAUD, Lygia. Doxa e crença entre os antropólogos. **Novos estudos**. - CEBRAP no.77 São Paulo Mar. 2007 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000100007)> Acesso em: 17 mar. 2017.

SILVA, Annibal Affonso Magalhães da. **Bens culturais imóveis** – Logradouros urbanos e rurais do Município de Rio das Flores. Memória Fluminense – Inventário do Acervo Cultural. Rio das Flores – RJ: Edição do Autor, sem data/ no prelo. ISBN: 978 – 85 – 913765 – 0 – 6.

SIMAS, Eduardo Nogueira Bello. **Tem meio ambiente na favela?** Ambientalismo e representações. 162 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SIMMEL, Georg (1903). As grandes cidades e a vida do espírito. **MANA**, PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro, nº11, vol. 2, 2005a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci_arttext)> Acesso em: 17 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. O estrangeiro. In: **RBSE**. Vol. 4, nº 12, dez. 2005b. p.p. 265 - 271. Retirado de: Georg Simmel: Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung (**Sociologia**. Estudos sobre as formas de sociação). Berlim, Duncker e Humblot Editores, 1908, pp. 509 a 512. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro KOURY.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes** nº 1. Out. 2007. p.p.15-26.

\_\_\_\_\_. Um novo sistema de inteligibilidade. **Questões Transversais** – Revista de Epistemologias da Comunicação. Vol. 1. nº 1, jan./jul. 2013. p.p. 66 a 73.

\_\_\_\_\_. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOROKIN et. al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **Introdução Crítica à Sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SUGÊNIO, Felipe & TARUMIN, Flora (org). Grãos imastigáveis: contos favelofágicos. Rio de Janeiro: Bando Editorial Favelofágico, 2015. 1ª. Ed.

TALESE, Gay. **Fama e anonimato**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TARIZZO, Davide. Filósofos em comunidade. Nancy, Esposito, Agamben. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

TORRES, João Camillo de Oliveira. **O homem e a montanha**: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. Organizado por Francisco Eduardo de Andrade e Mariza Guerra de Andrade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 2ª. ed. (Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios; v. 2.).

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe** [Online], 11 | 2012, posto online no dia 14 Março 2014. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/300>> Acesso em: 25 jan. 2017

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VEIGA, José Eli da. **A dimensão rural do Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O496.pdf>> acesso em: 20 de abr. de 2014.

\_\_\_\_\_. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001a. p.p. 101 – 119. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>> Acesso em: 20 de abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Cidades invisíveis. **O Estado de São Paulo**. 2001b. 25/12/2001. p. 118. Disponível em: <[http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/118\\_03-11-01-Cidades-imaginarias.pdf](http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/118_03-11-01-Cidades-imaginarias.pdf)> Acesso em: 20 de abr. 2014.

VELA, Gloria de. **Comunicación educativa para áreas rurales**. CIESPAL. Colección Monografías; 6. 1980. Disponível em: <<http://dspace.ciespal:8080/xmlui/handle/123456789/155>> Acesso em 19 fev. 2014

VILAS BOAS, Sergio. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Anais... XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu (MG). Out. 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>> Acesso em: 04 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., **Anais .... Brasília: SOBER**, 1997. p. 90-113.

\_\_\_\_\_. Palestra proferida no **Seminário Internacional “Políticas Territoriais e Pobreza no Campo e na Cidade”**, realizado nos dias 4 e 5 de novembro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8IoJEJag9D4>> Acesso em: 14 mai. 2015.

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 3ª. Ed. Trad. Waltensir Dutra. Rev. Fernando Henrique Cardoso. Cap. XIV. p.p.413-437.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Trad. Paulo Henrique Britto.

WIRTH, Louis (1938). O urbanismo como modo de vida. IN: VELHO, Otávio G. (org). **O fenômeno urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 4ª. Ed. Trad. Karina Jannini.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o Novo Jornalismo**. Trad. Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

**Filmes citados:**

TERRA EM TRANSE. Direção: Glauber Rocha. Rio de Janeiro. Difilm, 1967, 115 minutos, p&b

O VENENO ESTÁ NA MESA. Direção: Sílvio Tandler. Brasil. 2011, 50 minutos, cor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LtQPZB7NmNA>>

## ANEXO 1 – DERIVA-TESTE – REVOADA

Com os olhos fechados, em uma tarde esfriada de junho, sentindo o vento gelado que atravessa a blusa de lã, visualizo meu corpo de pé, em estado de atenção. O lugar onde estou é rodeado por prédios. Há um monumento central e alguns bancos espalhados pelo que parece ser uma praça. Por toda parte há cimento e tijolos. Por trás de mim, o parapeito de uma varanda. Em frente, janelas, portas e grades. Abaixo, uma escadaria. Três camadas de som me envolvem. De tanto ouvi-las, posso senti-las. Por senti-las, também as vejo. A primeira é ampla e opaca, faz um ruído grave que não tem intervalos. OOOOOOOOOOMMMM. Vem do subterrâneo, suponho que do Metrô. A segunda, fragmentada, apresenta uma sinfonia disforme, porém possível de reconhecer: freios, buzinas, correntes de bicicletas, carrinhos de mão, aviões, construções, máquinas para múltiplas funções, risadas, conversas, passos, espirros etc. A terceira camada, por sua vez, parece atravessar as demais:

Plaf – Plaf!

Plaf – Plaf – Plaf!

Plaf – Plaf – Plaf – Plaf!

É um som movente, ora longe, ora aqui no pé do ouvido. Passo a senti-lo sobre minha cabeça, meus ombros, minhas costas. Essa terceira camada, além do suave ruído, emana calor. Sinto. O vento gelado diminui quando o tal “plaf-plaf” se aproxima.

Abro os olhos. Caminho. Atravesso a rua Evaristo da Veiga e sigo pela Treze de Maio. Na esquina, o cheiro dos bueiros em manutenção emerge, soma-se à fumaça do cigarro do taxista e ao aroma de calda de açúcar queimado fabricada ali na hora, no carrinho da pipoca. Além da audição e do olfato estarem mais aguçados, posso ver de forma ampliada: abaixo dos pés, as pedras portuguesas reposicionadas pelos servidores da prefeitura nunca foram tão grandes; acima da cabeça, as luzes fluorescentes do salão de beleza localizado no segundo andar de um prédio nunca foram tão reluzentes.

Um terreno abandonado provoca uma pausa. Nas entranhas do que me parecem escombros, plantas espontâneas crescem e se mesclam ao lixo (sacos de pipoca, maçãs, papel de bala, guardanapos etc.). Trata-se de um prédio que caiu, anos atrás, deixando uma mancha de morte e dor no centro da cidade. Sigo.

Já na Avenida Chile, prestes a atravessar para o Largo da Carioca, tudo está estendido no chão, à venda. O veneno de rato está em oferta, o chip da operadora telefônica também. Cinco reais. Artesanato, roupas, sapatos, programas para computador, revistas, discos piratas. Um vendedor ambulante alerta, em tom jocoso: “Cuidado! Olhe para os dois lados, se for

atravessar”. Ele leva consigo o que me parece um carrinho de mão, vazio, em meio aos pedestres. As pessoas por ali se atropelam, têm pressa, olham para a frente, vão pegar o metrô, os ônibus, têm compromissos dos mais diversos e imagináveis. Mas, reparando bem, há muita gente que está contra esse fluxo. Debaixo das árvores cujos nomes não sei, mas cujos troncos são bem altos e soltam uma tinta amarela natural, há quem tente se assentar, se acomodar, se amassar, se derramar.

Plaf – Plaf!

Plaf – Plaf – Plaf!

Plaf – Plaf – Plaf – Plaf

Aquela terceira camada de som está por aqui novamente. Agora posso enxergá-la: é um coletivo de pombos, um bando, uma revoada. Cativos da cidade e, paradoxalmente, indigestos para a maioria dos humanos, conhecidos também por “ratos de asas”, esses animais estão por toda a parte, todas as superfícies e camadas.

Sigo por um convento de três séculos. Entro. Ali os tempos se sobrepõem em diversas imagens: desenhos, fotografias, infiltrações, lacunas, velas queimando em oratórios, santos reformados, paredes banhadas a ouro, elevador grande e lento levando seminaristas a seus compromissos, plantas movendo conforme o vento, um casal de pombos (sim, eles, novamente, com seu “plaf-plaf”) trocando afagos debaixo de uma caixa d’água, mural com preces, placa de inauguração. E ainda que não se tenha vivido 1608, 1708, 1808, 1908 e até 2008, é possível levar para casa alguma história.

Passo para a Rua da Carioca, sentido Praça Tiradentes, a olhar para cima. Os prédios. O que antes tinha vida, hoje é fachada cinza. O que antes era moradia, hoje é reforma. O que antes era Guitarra de Prata, cinemas e gafieiras, hoje nem mais é Casas Pedro. Tudo está fechado, fechando. A duras penas de asas de pombos, o Bar Luiz sobrevive. Um ou dois casarões estão povoados. Os comércios de guloseimas, de bolsas, de eletrodomésticos insistem.

Há ainda alguns prédios reformados, servindo de referência patrimonial. A Casa do Choro nos proporciona uma vista bucólica de suas janelas. Há plantas cá dentro e lá fora. Um pombo pousa suavemente. Alguém o toca. Não está na hora de visitas – sobretudo as indesejadas. As pessoas que ali trabalham somente têm olhos para seus projetos culturais. Entro e saio do prédio despercebida. De fora, um prédio em linhas retas, paredes brancas e janelas cinzas, algo bem quadrado, se destaca, a se confrontar com o restante da rua.

Decido entrar em uma lanchonete para tomar um café. O local é fechado, serve de tudo: café com leite, chope, sanduíche, frango grelhado, batatas assadas e arroz de brócolis. A flanagem tomou outro rumo, mas eis que um pombo insiste em aparecer. Primeiro, não é

notado. Caminha discreto por entre cadeiras vagas. Em seguida, alguém o espanta e ele alça voo, soberano, sobre a grande mesa em que estamos. O garçom abre a porta de vidro: ele sai, irritado.

Plaf – Plaf!

Plaf – Plaf – Plaf!

Plaf – Plaf – Plaf – Plaf!

Ao retornar da experiência, concluo que nada chamou a atenção mais do que a revoada, o coletivo, o bando. Algo que se espria não somente pelas camadas de som, mas pelos estriamentos do espaço-tempo. Eles, sempre eles: os pombos. No teto da banca de revista, na calha do prédio, no meio-fio, na rampa do metrô, voando, bicando os restos de comida, banhando-se nas poças de água e lama, sobre nossas cabeças, ao lado de nossos pés, fugindo de nós, enfrentando-nos. Se viram como podem, se alimentam do que encontram, dormem onde lhes convém, se multiplicam num piscar de olhos humanos e, assim, tecem um território próprio. São a natureza que nos restou, poluída, doente, infectada e, ainda assim, potente, livre. Não têm função previamente definida. Provocam das mais contraditórias reações. Seriam os pombos as peças “nômades” necessárias para, no jogo urbano, modificar o espaço? Não posso responder, mas que a cidade é também construída por eles, é.

## ANEXO 2 – RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

O que imagina ser “rural” e “urbano”?

INTERLOCUTOR	RESPOSTA
<b>MARCELO SILVA</b>	<p>A gente vive aqui numa integração entre um e outro. <b>O rural, se pudéssemos falar assim, né, sem separar as coisas, é o próprio plantar.</b> Quando você olha a Serra... a gente está aqui em 26 hectares de verde, mesmo que o verde ainda seja bastante mato colonial, mas ainda tem bastante árvore. Então acho que é o plantar, o observar. Porque quando você produz orgânicos você tem que estar de olho no mato, nas pragas. <b>E ao mesmo tempo tem tudo aqui, eu fico no computador, na internet, tem tudo aqui... E tanto que a gente está na agricultura urbana, nossa agricultura é urbana.</b> A gente está cercada pela favela. <b>Estamos sempre com essa relação. Eu sou cidade, sempre estive na cidade, não tenho muita referência do campo.</b> Com esse trabalho aqui na serra nós conhecemos muitos plantadores de ervas. Uma vez uma senhora veio conversar e perguntou: vocês plantam? Aí ela contou que veio da roça, gostaria de plantar, mas não tem espaço. A maioria das favelas é formada por migrações, pessoas que saíram do campo. <b>As pessoas não têm mais terra, essa está nas mãos dos grandes latifundiários, então elas saíram do campo e vieram para a favela. É o lugar que cabe a essas pessoas.</b> Porque no asfalto elas não cabem, as pessoas não são bem recebidas. Na favela todo mundo é bem recebido, tem esse aconchego do campo, é outro clima, é um dos melhores lugares para se morar. Tem um calor. Talvez isso seja do campo também. Essa relação próxima, da palavra, isso tem muito aqui. E não se dá muito valor nisso no asfalto. (...) <b>A favela é a junção do campo com a cidade.</b> A Rocinha, por exemplo, tem esse nome e não é à toa. Hoje não tem mais roça, mas</p>

ANA PAULA SANTOS

no início devia ter um roçado. E aqui é esse lugar especial. (...). **Vivo no campo. Na linha de amortecimento, entre o campo e a cidade.**

**Eu sou da cidade com a cobertura do campo.** Nasci na cidade, nasci na Baixada Fluminense, minha avó é de Recife e ela plantava e a gente tinha um quintal com tudo isso. **Mas a sociedade separa tanto, coloca o plantar como se nem fosse profissão, você nem se considera essa possibilidade de ser agricultor. Eu lembro muito das fotos da escola, as pessoas no campo, com a marmita, longe de tudo.**

THAÍS ROCHA

Meus contatos com o rural ainda são bem incipientes. Vem de algumas participações bem rápidas e pontuais. Sei lá, tenho um amigo que fotografa o MST, aí o amigo chama para um mutirão, eu vou. Vou lá passo o dia com o MST, converso, uma vez ajudei numa construção de adobe, vou embora. Aí outro amigo chama para a colheita do caqui, na pedra branca, é um rural-urbano, ali, depois da barra. Ele fala, "vai ter tira caqui". Aí eu vou. Você vai lá, sai toda picada, passando mal, fica duas, três horas trabalhando na colheita do caqui, um calor insuportável, mas vai lá. Tá bom, né? **Não sei falar do rural.** Porque eu participo de alguma coisa dentro de alguns eventos, de um calendário da cidade. **Não sou uma pessoa que acompanha o campo presencialmente. (...)** **Meu acompanhamento do campo é virtual, são os e-mails, as notícias. É um pouco o acompanhar de um urbanoide. O rural não passa em branco na minha vida, mas eu também não me dou de corpo e alma.** É isso. Meio virtual e em participações rápidas nos eventos. Mas é uma coisa que me concerne de uma certa forma, me chama a atenção. Algumas comunidades que visitei quando trabalhei em um projeto de educação ambiental que tinha como foco o lixo, eram na margem do rural. (...) **Se você for pensar em Gramacho, que é um bairro de outro município, você vai ver que ele tem**

**tanto um aspecto rural, você não tem ruas asfaltadas, é um lugar que não tem infraestrutura, um lugar feio, esquecido pelo poder público, enfim, é uma parte da cidade que é rural.** Não podemos dizer que Gramacho seja rural, mas parece. **Você vê a paisagem e se questiona se está no campo ou na cidade.** É uma linha muito tênue em alguns momentos entre cidade e campo, isso se mistura em alguns momentos. **Você vai numa favela e vê galinha, plantações, porco. Tem alguém ali que tira seus alimentos no quintal. Claro que não é rural, mas te coloca um ponto de interrogação. Na verdade não é o espaço, são as pessoas e os hábitos.**

**TEO**

Sou carioca de nascimento. Minha família por parte de mãe é suburbana, de Marechal Hermes, meu pai foi criado em Copacabana, e eu passei parte da minha infância em Botafogo. Ainda tive alguma oportunidade de brincar na rua, de ter contato com a natureza, fazer trilhas, ir para a praia. Então na minha infância eu vivi o Rio de Janeiro no que ele tem ainda de espaço público e natureza. Isso de certa forma foi importante para minha sensibilidade. Meu pai também tem uma ligação grande com a natureza, gosta muito de trilha, de plantar árvore. Então na minha infância eu tinha esse estímulo, tinha isso mais a florado, essa relação com a natureza. Natureza no sentido estrito, mato, florestas, não no sentido ampliado. (...)A gente criou um grupo aqui no Rio, um coletivo de Permacultura, que se chama PermaRio, e aí a partir dessa criação, eu morei três anos no Nordeste e então estava meio desatualizado do que estava acontecendo aqui no Rio e quando eu volto, mergulho nesses movimentos que já estavam acontecendo, de agroecologia, agricultura urbana. E quando eu vim para Olaria, quando eu voltei do Nordeste, comecei a pensar aqui na região. E aí a gente vem e percebe que esses movimentos quase que a totalidade deles acontecem nesses ambientes universitários e na zona sul,

principalmente. **E na Zona Oeste que já tem um movimento de agricultura muito grande, mas aí é um movimento dos agricultores. Não é muito o movimento de agricultura urbana porque são agricultores que já plantam há séculos. Mas, no ambiente urbano mesmo, isso se dá mais nesses ambientes: Tijuca, Zona Sul, Centro... E aqui na Leopoldina um movimento muito insipiente ainda.** (...) Eu acho que toda feira livre, feira de alimentos, feira de artesanato, são espaços que são muito mais do que venda de produtos. São espaços onde as pessoas se encontram, conversam sobre suas tristezas, suas vitórias, trocam receitas, falam sobre plantas. **Então a feira é uma celebração da vida, dos vizinhos, das relações.** Então, a feira orgânica não foge muito dessa característica de também ser um espaço de vida e de troca. Mas eu acho que a feira orgânica tem algumas diferenças bem interessantes. Primeiro que a feira convencional, as feiras livres, quase que a totalidade das pessoas que trabalham nela são feirantes. **E a feira orgânica você ainda tem algum perfil de pessoas que, se não têm agora, já tiveram alguma ligação com a roça, com a agricultura, e dessa forma trazem para essa feira um tempo diferente, um olhar diferente, um ponto de vista do mundo diferente, uma forma de falar, de conversar, uma temporalidade mais estendida, mais tranquila.** E isso de certa forma acaba que compõem um clima numa feira orgânica. **Então esse consumidor que chega muito ansioso desse cotidiano da cidade que vem para uma feira orgânica ou agroecológica, ele percebe que precisa frear um pouco o tempo e entender que se ele conversar muito rápido ele não vai entrar no tempo do agricultor, que tem uma fala mais pausada.** A feira orgânica acaba oferecendo um clima para a gente construir um diálogo. Os diálogos e as conversas que acontecem na feira orgânica eles conseguem ter um nível de profundidade e de afetação com o outro

bem interessante. Aqui a gente vai ficar a manhã inteira e consegue conversar de forma mais tranquila na feira. E conhecer mais esse agricultor, esse cara que está vendendo. Aqui na feira ainda tem muito feirante. Daqui a dez anos talvez essa feira só tenha agricultores da Lepoldina. A gente quer que isso aconteça. Já tem produtos do CEM, que está a poucos quilômetros daqui. Então da minha parte pessoal, eu sei que eles estarão aqui. Isso é muito importante. No sentido de cultivar as relações. E as pessoas novas que vêm aqui. (...). Fico pensando no quanto o subúrbio ainda é opressivo para pessoas que possivelmente tenham uma forma de vida e uma maneira de pensar que é alternativa à hegemonia, ao que todo mundo pensa. É um ambiente de muita opressão, a opressão que elas exercem é também a opressão que elas vivem (...) **A gente na cidade foi criando uma falsa ideia de que o alimento, de que a água, surgem automaticamente ao ligar a torneira, ao ir ao supermercado. E se dissocia as nossas necessidades da natureza.** Mas para existir o alimento em sua mesa, teve que acontecer uma série de processos que você não acompanhou, mas que se deveria, que foram maléficos para a natureza e para o ser humano que ninguém fica sabendo. Então **trazer uma feira orgânica para a cidade faz com que as pessoas pensem nesse processo: como foi produzido, como foi trabalhada a terra, como foi embalado, teve atravessador ou não teve?** Então faz com que a pessoa reflita um pouco mais...

**DANIELLE**

Minimamente, **para quem vive na cidade é uma forma de ter contato com o aspecto mais rural de entender como é a produção desse alimento, de ter um tempo pra eles etc.** No momento a gente não tem condições de sair completamente da cidade e ir para o campo, mas estamos pensando em algo mais transicional, ainda dentro da Região Metropolitana, mas uma área que seja mais rural, mais próxima de produtores, tipo zona oeste, que tem alguns lugares, campo grande,

**que tem área de produção, alguma coisa nesse sentido, nem tão lá, nem tão cá.** Mas que a gente consiga um espaço que contemple as nossas necessidades materiais. Porque aí tem o meu trabalho, não posso ficar tão afastada por conta do tempo de deslocamento, então tem todo um planejamento aí que ainda tem que acontecer. (...). Para mim, a agroecologia é uma espécie de movimento porque não é só o cultivo natural, orgânico, tem outros aspectos que estão relacionados à agroecologia, em relação à produção, de que forma que essa produção ocorre, como é o escoamento dessa produção, da produção ser local, da prática do comércio justo, do justo valor. E que não se encerra na produção e na comercialização, mas no entendimento de quem está envolvido nesse processo de uma coisa mais sistêmica, de uma coisa mais ampla, da produção do alimento, mas que alimento, de que forma isso é produzido, com qual impacto, de que forma isso se relaciona com o meio ambiente. Acho que a agroecologia tem um aspecto que vai além da terra. É a terra, a água, o clima, o sistema como um todo. (...). **Urbano, para mim, é uma forma de ordenamento espacial moldado por um sistema socioeconômico e político no qual a gente está inserida. Então as cidades são pensadas não no aspecto do humano, mas principalmente no aspecto da produção da vida da cidade, nos serviços que são pagos, da indústria, do comércio. Então o urbano atende muito mais a fins políticos e econômicos do que no sentido da habitação humana, integrada.** Embora algumas cidades do mundo já estejam repensando isso. A gente vê que já existem outras experiências de convívio. **E o rural, para mim, no meu imaginário, é um espaço que hoje já tem alguma influência desse sistema macro que a gente vive, mas que ainda preserva a relação com algo mais natural. Hoje a gente vai em propriedades ditas rurais que você tem de um tudo. Internet, wifi. Todas as**

coisas que você encontra num grande centro você pode usufruir no rural, mas o que eu acho que para mim é mais diferente entre o rural e o urbano é a ocupação espacial, que as pessoas não estão tão apinhadas, e também o aspecto da sociabilidade, o fato do ordenamento espacial ser maior, cada um ter sua casa, sua roça, isso acaba gerando uma solidariedade maior entre as pessoas. Todo mundo se conhece, se chama pelo nome, as crianças brincam juntas, as pessoas se ajudam. Já na cidade você pode morar num condomínio com 350 pessoas que você não vai saber o nome do seu vizinho de porta. Mal trocam um bom dia. Então uma marca para mim que é importante é a sociabilidade. A gente tem um pouquinho de rural aqui na praça.

**RAFAEL**

Eu sempre fui muito urbano, tinha pouco contato com o meio rural e foi nesse momento [contato com a agroecologia na faculdade] que eu me aproximei mais dessa história de orgânico e agroecologia. Comecei a curtir muito isso, estudar mais e me engajar na militância pela Serra da Misericórdia e pela agroecologia. Isso é uma coisa que se tem cada dia mais dúvidas e mais respostas sobre isso. (...) É difícil perceber essa coisa da ruralidade. Então se a gente disser aqui que um local rural é um local que tenha ligação com a agricultura, vamos colocar assim, e o urbano não ou menos um pouco. Talvez a ideia seja essa. Então a gente tem a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, que é uma cidade urbanizada, mas, não se pode dizer que é uma cidade 100% já que a gente encontra ruralidades nessa cidade. Por mais que o governo não queira mostrar isso, que na legislação do Plano Diretor o Rio de Janeiro é uma cidade 100% urbana, isso gera problemas para os agricultores, inclusive, que não conseguem ter acesso ao Pronaf, por exemplo, mas por mais que o governo não queira o rural persiste dentro da cidade do Rio de Janeiro e tenta

se expandir. E está obtendo sucesso, na minha visão. **Pelo menos o movimento agroecológico tem conseguido trazer cada vez mais o que o pessoal chama de neorrurais. As pessoas que estão plantando e estão pesquisando. Em todas as universidades do Rio de Janeiro hoje tem um grupo de Agroecologia.** Então isso está cativando diversos meios. **Pessoas que moram na cidade, mas que chegam na universidade e têm contato com isso e isso permite que elas passem a trabalhar o rural dentro de si. Meu entendimento é um pouco esse. (...).** Existem espaços rurais dentro da cidade, mas existem a ruralidade dentro de cada pessoa também. Existe uma cultura da ruralidade que está se permeando de volta dentro da cidade. **É uma necessidade biológica. As pessoas não aguentam mais ver só cimento, parede, asfalto, fumaça, as pessoas ficam desesperadas e precisam ter contato com outros seres vivos, com uma diversidade de seres vivos, para conseguir ter saúde. (...) Não me considero neorrural, apesar de estar trabalhando com o meio rural e tal eu ainda sou super urbano, moro na cidade, não tenho um cantinho meu para plantar.**

## JONAS

Vou dizer minha experiência própria: meu tio, José Rodrigues Conteiro, foi administrador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Seropédica, durante décadas. E em todos os meus períodos de férias escolares eu fui para lá. Então eu vi o que era ambiente rural. Eu, garotinho, na escola primária, vivenciei tudo isso de ver meu tio fazer os silos, fazer tudo ali para uma boa colheita e para uma boa orientação dos alunos da Escola de Agronomia. Minhas primas trabalhavam com abelhas, com bicho da seda. Meus parentes, todos eles, são da Universidade Rural. Tenho primos que são veterinários, agrônomos e prendas domésticas. Todos eles trabalhavam na Universidade Rural. O filho do meu tio veio a ser diretor do

departamento de animais. **O meu pai era de Minas Gerais, de Juiz de Fora. Minha avó era uma parteira nata, nunca perdeu um neném. Então, toda a cultura rural eu trago no meu sangue, na minha vivência. Isso para mim é que é o ambiente rural, onde minha família vivia. E o ambiente urbano é esse que nós vivemos aqui. Que já foi rural, mas passou a ser urbano. Quando cheguei no IAPI eram só áreas agrícolas que passaram se transformando. Hoje não temos mais nenhuma área agrícola aqui, a agricultura foi toda delapidada, o meio ambiente acabou na Leopoldina e tornou-se um área urbana. Muito mal urbana, mas é urbana. Isso é o que eu entendo. É a minha vivência. Esse lugar aqui me traz lembranças do rural. A Fazendinha ainda guarda.** Mas também mudou muito. Quem viu essa área verde, quem viu o Parque Ari Barroso, quem viu o campo da boiada no seu auge, em todas essas ruas havia árvores frutíferas, fica triste, porque tudo mudou.

**CHINELLI**

Na cidade imagino o progresso, que as pessoas lutaram para ter o progresso. **O campo é o rural. É a área humana, né? A cidade para mim é mais capitalista. O Campo é o humano. A parte mais humana é o rural. E o urbano é o progresso. Eu sou um humanista, prefiro o lado do povo, mais humano, a parte das plantações e das colheitas. A outra parte é a parte mais capitalista. O progresso. Você querer conquistar mais coisa. Essa ambição.** (...) Até gostaria de me mudar para o campo, mas não tenho condições. (...). Mas, pode existir o campo na cidade. Depende de como você vive. **As pessoas estão criando hortas em apartamento hoje em dia. Estão buscando algo que dê prazer. Uma parte mais humana, mais aproximada da natureza do que do concreto.**

**SYLVIO**

Fica meio termo, né? **Eu gosto muito de rural. O urbano não faz muito o meu gosto. Adoro mato, tudo o que é natureza. Mas aqui acho que fica meio termo, né? Por causa da Fazendinha.**

**Mas aqui tem mais coisa da cidade.** Só que eu prefiro o campo. Já tive muito contato com o campo, quando eu era mais novo e recém-casado, passei muito. Conheço muitos estados do Brasil. Um lugar que eu gostei muito foi que passei sete dias numa fazenda em Muriaé, perto da Bahia, foi uma delícia. **Chegava à noite, o pessoal da fazenda desligava as luzes, nós sentávamos na varanda e ficávamos deslumbrados com o céu. O céu era branco. Muita estrela, você via toda a via láctea. Era muito maravilhoso. Você ouvia todos os pássaros.** No próprio IAPI de vez em quando passava uma boiada, né? Tinha um pessoal com cavalo trazendo a boiada lá da Lopes Júnior até o matadouro da Penha. Então o gado vinha caminhando e eles atrás. Fora o trem que trazia, parava perto do matadouro, o pessoal jogando no campo de futebol e vez em quando um escapava do trem. Eram mais de dez campos de futebol que tinha aí, e um ou outro escapava... (acho que ele está falando do gado) correndo, para se livrar. Isso é o que mais me lembro assim de roça, mais nessa época, anos 60. Depois acabou o matadouro e muita coisa mudou. Do meu prédio até lá na frente, nessas casas todas, isso tudo aqui era o matadouro. **A praça ficava isolada. Isso aqui até tinha o que a gente chamava de brejo, tinha um brejo aqui e tinha outro lá perto da avenida Brasil. Depois lotearam o terreno e construíram essas casas.**

**MARIA ZÉLIA**

É complicado eu falar assim porque não tenho essa experiência de viver no campo. Vou dar um exemplo: tenho uma amiga que morava aqui na zona sul e comprou um sítio. O que está acontecendo? Ela está tentando, depois de dois anos, se adaptar lá e o marido dela ainda não se adaptou. Então o sítio para ela está sendo para ir aos finais de semana. Mas eu acredito que se tivessem mais pessoas agregadas ali, naquele mesmo terreno, plantando, cultivando, que a propriedade é grande, partilhando mais as coisas dali, talvez eles

não fossem tão isolados. **Fico pensando muito que se eu for para o campo, não sei se vou conseguir levar meu marido. Hoje ele é um urbano, fica na televisão o dia inteiro.** Eu mesma não sentiria dificuldade, mas sei que é complicada essa adaptação. Ainda mais se estivermos tão isolados. **Tenho ideia de um dia comprar uma propriedade com mais pessoas. Um lugar onde todo mundo plantasse, comprasse o mínimo possível e partilhasse o excedente. Isso.** Até agora, para mim, o campo está mais distante das pessoas. A cidade me dá essa oportunidade de ter proximidade com as pessoas. E eu ainda tenho o Bufê Vivo, então não posso ir agora para o campo. Preciso criar os meios. (...). **Urbano: concreto. Muito cimento. As pessoas não deixam nenhuma área para a terra respirar, têm loucura para tapar a terra de todos os jeitos. Muito consumismo, competição. Rural: não é que no rural você não faça nada não... porque se você compra um terreno e quer fazer algo nele, você tem que acordar cedo e trabalhar, tem que cuidar. O cuidar, para quem mora na zona rural, é fundamental. Então quem mora na zona rural é um guardião da natureza, é um cuidador. Se todo mundo fosse um guardião o mundo seria outro.** Fiz um trabalho em Miguel Pereira, na zona rural, lá eu percebi como as pessoas sonham em se mudar para a cidade, pensam que a vida da gente aqui no Rio de Janeiro é 'mil maravilhas'. Lá tinham três mulheres que estavam ajudando a gente. Elas estavam ganhando um dinheirinho. Mas, acabou aquilo lá. Então elas vão ter de aguardar outra oportunidade como aquela para ganhar aquele dinheiro. Mas eu acho que pela vida que eles levam é suficiente. Aqui na cidade a gente precisa de mais roupa. Lá não. Eu penso assim. Essa é a diferença que eu sinto. Se bem que hoje em dia todo mundo está querendo acompanhar o mundo urbano. Elas estavam com celulares, com mensagem no whatsapp... elas estavam... porque o mundo hoje está

muito... né? Não é que eu vou morar lá e vou me isolar. Eles acompanham tudo. A mídia está aí. **A mídia joga o rural como se fosse feito por pessoas sofredoras, trabalhadoras, que vivem com muita dificuldade. São pessoas que não têm cultura... entendeu? No entanto as pessoas estão bem lá. O campo hoje está muito interagindo com a cidade. Não há muito essa diferença. Os meios de transporte estão mais facilitados. Muita gente tem carro, tem moto, vai na cidade, volta. Eu acredito que até as pessoas vão voltar mais para o campo, por essas facilidades. (...).** A mídia dá essa facilidade das pessoas se informarem e terem mais conhecimento, mudarem de ideia. A televisão passa bastante programa. E a internet também está em todo lugar. Você está conectado e puxa qualquer artigo e fica sabendo das coisas.

MIRIAN

**A cidade eu vejo como uma coisa assim que se tornou imprescindível. Se a gente for procurar, lá no nosso íntimo, a gente vai ter um pezinho no campo, né? Todo mundo vai ter uma raiz. Se a gente for procurar nos nossos antepassados. Todo mundo veio de lá, né? E dali começou a questão da plantação, do homem ter que se alimentar e procurar comida e tudo. Então acho que a gente sempre é ligado. Todo mundo gosta de um verde, de um céu azul, de um ar puro, de uma cachoeira, um sítio, de bicho... a maior parte acho que gosta. E agora com essa coisa da tecnologia a gente não consegue muito acesso ao campo, né? Então a gente fica naquele duelo entre campo e cidade.** Apesar de que a tecnologia está se espalhando e chegando no campo. A cidade é imprescindível, não tem jeito. Todo mundo tem que morar, tem que ter coisa de fácil acesso. A gente tem uma mentalidade de que a gente precisa de um hospital do lado, né? Por exemplo. A gente quer facilidade. E se a gente se purificar numa vida de campo, acho que a gente vai se desapegar e vai conseguir viver melhor. Um pé no chão, pé na terra.

	<p>Eu acho que a gente tem que tirar essa coisa de que tudo você tem que ir a médico, tem que vacinar, tem que ter um remedinho. A gente pode viver muito bem sem precisar.</p>
<p><b>ÁLVARO</b></p>	<p><b>Para mim rural é tudo o que está fora da cidade. E urbano é isso aqui. Rural é na roça, criação de galinha, de porco, gado.</b> Eu gosto mais de estar na região rural. Urbano aqui eu não gosto não. A preferência minha é lá. Eu tô aqui trabalhando, mas meu pensamento está lá. Às vezes eu cochilo sentando em casa e sinto que não estou no meu corpo, estou na roça. Dizem que nosso espírito sai do corpo e vai andar, não é? Então. Quando eu sonho, eu estou aqui, mas na verdade estou lá.</p>
<p><b>LEANDRO</b></p>	<p><b>Rural é mais do mato e urbano é mais a cidade mesmo.</b></p>
<p><b>HENNE</b></p>	<p><b>Moro no campo. Bem distante da cidade. É deserto. É muito distante da cidade.</b> Ônibus demora a passar. Parece uma floresta. <b>Mas o ar é puro. Você chega na cidade e tem poeira, poluição.</b> E lá não é tudo puro. <b>Rural é a mesma coisa onde eu moro. E urbano é isso aqui.</b> Tudo perto, asfaltado, casas por perto. Lá onde eu moro é quase um paraíso. Se bem que é muito distante, mas é. Quando eu paro para pensar, vejo que tenho tudo na mão. Quero um limão, pego. Quero uma laranja, tenho. “As pessoas da cidade queriam estar aqui”: quando eu penso isso, paro de reclamar.</p>
<p><b>ZÉLIO</b></p>	<p><b>Onde eu moro, apesar de ser roça, não é campo. Porque está a cinco quilômetros da cidade. E lá não tem plantação. Aqui [sítio do Izidório em Tanguá] tem. Lá tem indústria de cerâmica. Aqui não tem. Lá é um sítio, tem produção, mas não é tanto quanto aqui. Lá é mais pra uso nosso mesmo. Apesar de que aqui não sei se já urbanizaram. Lá diz que é urbanizado. Se bem que eu queria saber o que é urbanização.</b> Lá não tem calçamento, não tem esgoto, não tem água encanada, não tem nada. O que é área urbana e o que é área rural? <b>Rural para mim é isso aqui.</b></p>

	<p>É chegar num lugar onde eu posso plantar, colher, ter tudo natural, se eu quero uma laranja eu vou lá no pé e pego. Agora urbano é o dia a dia. É a evolução que é bem maior do que aqui pra nós, é onde as coisas acontecem primeiro do que chega no rural. Essa pra mim é a diferença. Agora eu ainda quero conhecer um lugar ainda mais rural do que aqui. Quero ir para o interior de Minas. Onde tem luz de lamparina. Por exemplo, quando eu nasci era assim. Eu queria voltar lá pra ver como é. Como é a vida do povo lá. Porque quando eu vivi isso, era uma fase miserável da vida. Você chegava assim, olhava o fogão de lenha e não tinha nada para comer. Para arrumar um aipim era uma dificuldade. Aquilo sim era rural. Hoje em dia não.</p>
<p><b>IZIDÓRIO</b></p>	<p>Aqui, para mim, é campo. Porque a gente vive na roça e planta de um tudo aqui, então eu considero campo por causa disso. <b>Urbano é a esperteza dos políticos mesmo ou as pessoas que querem ganhar e querem vender os lotes. Rural é a vida que a gente vive aí.</b> O modo de vida da gente é mais fácil, mas só que a gente pensa que vai melhorar e só piora. O que melhorou mais aí foi a estrada. Mas a gente está vendo que em lugar nenhum tá bom.</p>
<p><b>NOÊMIA</b></p>	<p>É campo. Porque aqui tem lavoura, plantação de laranja. Cidade é onde tem comércio, farmácia. <b>Rural é roça, onde tem espaço para plantação, criar boi. Pra mim é assim. E urbano é quase a mesma coisa, né Zélio? Eu estou meio confusa, mas urbano tem mais casa, população morando perto.</b></p>
<p><b>ISAEL</b></p>	<p>Sou um cabra polivalente, trabalho aqui, trabalho com pesquisa, trabalho com o cordel na feira de São Cristóvão. Alguma coisa um dia vai ter que dar certo. (...) Tenho casa em Petrópolis e no Rio, em Rocha Miranda. Fico lá e cá. Já fui agricultor. Depois vim para a cidade, fiz muita coisa aqui. Rodei, rodei e caí aqui na feira. Mas hoje não planto mais, não tenho essa disposição. (...) Não me adaptei à vida de agricultor. Gosto de ver, de dar</p>

apoio, mas eu plantar mesmo não planto, não tenho essa disposição. É um trabalho difícil. Por isso dou valor ao pessoal da roça, pois sei que é um trabalho muito duro. Tanto plantar como colocar a mercadoria no caminhão e trazer de madrugada... é muito difícil. Até chegar na mão do consumidor, o cabra sofre. (...)

**Viver na cidade é necessidade. Queria viver lá, mas não tenho disposição para trabalhar lá, então tenho que viver aqui. (...) A vida lá na roça já foi bem mais difícil. Hoje em dia está até melhor. Tem mais transporte, tem asfalto, telefonia celular, internet. Então as pessoas têm mais condições de sobreviver do interior, né? Antigamente não. Não tinha maquinário, era trabalho pesado, jogando sinuca pra trás, como a gente diz, só serviço pesado.**

Eu mesmo não me adaptei ao trabalho pesado. Sou sincero em falar isso. Trabalhei durante cinco anos, mas era trabalho muito pesado. É formiga mordendo o pé, é pernilongo mordendo por cima, é sol, é chuva. Tudo atrapalha o lavrador. Nasci em 1962 lá no Brejal e vim para o Rio em 1982, trabalhar com o meu tio, na construção civil. A vida foi diferente. Fui me adaptando aos poucos. (...).Hoje em dia tenho a opção de ficar lá e cá. Então tá bom. Eu não tenho essa questão de dizer que prefiro um ou outro. Porque se não fosse o pessoal aqui da cidade, onde iríamos vender alface? Alface lá é banal, como se fosse mato... chuchu... Lá tem gente que até rejeita, diz que é comida de pobre, acha que se tem dinheiro deve comer carne. (...) Tem fartura no campo quando o alimento é produzido lá. Mas carne, sal, o que não é produzido lá é mais difícil. Tem que comprar. Só que hoje tem supermercado perto. E as pessoas também têm carro, têm moto. Tem até uma música sertaneja que fala isso: nós tem carro, nós tem moto, nós tem internet... tirando sarro das pessoas da cidade que criticam o caipira. No Nordeste é matuto. Aqui é caipira. Mas o conceito de caipira agora mudou. O pessoal da roça

agora tem acesso às coisas todas. Eles conhecem as gírias do Rio de Janeiro, sabem o modo de se vestir. Na minha época você via um cara da roça na rua já identificava logo, pois ele estava igual ao Mazaropi, ao Tônico e Tinoco, com a calça toda caída, uma camisa desabotoada, com pano xadrez. **Hoje em dia não, você não sabe mais quem é da cidade e quem é da roça.** (...). Depende da forma de você encarar. Eu não acho pejorativo o termo. Antigamente chamavam caipira as pessoas que moravam na roça e não tinham acesso às coisas da cidade. O modo de se vestir era diferente, o modo de falar. A questão do Português. As pessoas não podiam frequentar a escola, porque era longe. Mas depende do modo de ver as coisas. Cidade e campo se misturam muito, por causa do desenvolvimento. Hoje em dia chegar aqui é fácil. Antigamente, você falava lá que vinha pro Rio e parecia que você estava indo para outro planeta. As pessoas ficavam assustadas com esse monte de prédios e de carros. **Agora não, todo mundo já sabe o que é escada rolante, elevador.** (...) Agora tem até a música sertaneja universitária, né? Que muita gente diz que por isso o pessoal da roça está evoluindo. Eu não chamo isso de evolução. Acho que esculhambaram a nossa música sertaneja. Pois as pessoas falam só de ostentação, porque estão fazendo faculdade. Mas, ainda existem algumas pessoas que preservam os costumes da roça. Eu, por exemplo, eu costumo preservar. O cordel mesmo vem da cultura rural lá do Nordeste. O rural ainda existe, até aquele mais autêntico, da moda de viola, das músicas tradicionais, das pessoas que gostam de apreciar a natureza.

CECÍLIA

Pra mim é rural. **Rural é de plantar, né? De plantação. De criar bicho. Eu lembro disso. E na cidade é bom pra quem está lá, mas pra mim não. Aqui é sossegado, não tem aquele barulho. A gente sossega a cabeça. Aqui, se você for na roça dos outros, eles dão verdura, não cobram.** Na cidade não, tudo paga.

GIOVANI

Rural é isso tudo aqui. Mato, boi, cavalo, criação de galinha, plantação. Aqui no domingo a gente não trabalha, mas a gente não fica preso. Vai ali, vem aqui, mexe numa coisa ou outra, quando vê o dia passa e a gente nem vê. E cidade é a aquilo, pra gente que está acostumado nessa liberdade, é uma prisão. Quando vou para a casa dos tios, fico sem opção. Ficar dentro de casa e vendo televisão não dá.

ANÉSIO

**Aqui a gente pesca.** E o custo de vida é alto. Tudo tem que gastar. Lá tudo é pago. Complicado te explicar isso. **Rural é quem trabalha na roça mesmo. E urbano... complicado.** Eu gosto mais do meio rural, não tem jeito. Estou aqui há 36 anos mas eu gosto é de lá. Nasci, me criei lá. Se eu pudesse voltaria hoje. Viria aqui só para trabalhar na feira, igual meus sobrinhos fazem. Acaba a feira e vai embora.

PAULO ROBERTO

Sou nascido e criado no Brejal. Tive que sair daqui um tempo, meu pai teve que vender a propriedade por motivo de doença, mas a gente sempre se manteve aqui no campo, focado, trabalhando. (...) Eu não sou bom de memória. Não sou desses de ficar olhando para trás, voltando, futucando. Às vezes nas conversas com meus irmãos, no sítio, a gente já está todo mundo lá, então, na conversa, às vezes acabamos lembrando de muita coisa. Mas a vida nossa aqui no campo sempre foi muito sofrida. Muita dificuldade. Fomos privados de muita coisa, inclusive de alimentos. Da nossa casa até a escola a gente andava quase uma hora e meia a pé. E o Brejal é um lugar que fica a 1200 metros de altitude, é um lugar frio, época de junho e julho fica um gelo aqui. Então a gente sofria demais na nossa infância. Eu sei que meus pais não tiveram estudo, nenhum dos dois, mas deram tudo o que puderam para a gente. [se emocionou]. Eu valorizo demais. O pouco que eles deram foi o suficiente, para a gente ter um nome, para a gente ser o que a gente é hoje. Minha mãe está com 80 anos e acho que ela está feliz hoje de ter os filhos que têm. Nós saímos da linha da

pobreza e hoje olhamos para trás e vemos que tudo isso que está aí saiu da cabeça da gente, do nosso jeito de administrar e conduzir as coisas. E vejo que a semente que meus pais semearam é uma semente boa, já que nossa vida é a agricultura, né? Eu acredito muito no que a gente faz. Tudo o que a gente semeia, tudo o que a gente planta, tudo o que a gente cuida a gente colhe. Ora com mais quantidade, ora com mais qualidade. Mas para mim não importa. O importante é colher o que a gente semeou. Para mim a vida da gente é isso. Hoje a gente é mais criticado. Porque eu sei que o que a gente faz acaba incomodando as pessoas que às vezes tiveram a oportunidade de fazer o mesmo que a gente faz, mas não fizeram bem e acabaram fazendo mal às pessoas, né? E às vezes as pessoas que não estão debaixo do guarda-chuva do nosso grupo às vezes acaba fazendo críticas que de certa forma magoam a gente e tudo, mas a gente sabe que a vida entre seres humanos, de certa forma, é assim mesmo. Se você está na sofrência, na dificuldade fazendo as coisas, as pessoas dizem: 'ah, pobre coitadinho'. Mas a agricultura orgânica hoje, na nossa região, não é mais de pobre coitadinho. **Acho que você andou na roça aí, você pôde ver a casa de todo mundo, as benfeitorias, a qualidade de vida das pessoas hoje é outra.** Isso também incomoda as pessoas, ao saber que a gente fez parte de todo esse projeto, né? A gente viveu o momento da dificuldade e agora está vivendo o momento da prosperidade na agricultura. Hoje os nossos agricultores, eu não permito que eles sejam taxados de pobrecoitadinhos, eles são pequenos agricultores mas são empreendedores do campo, são pessoas que têm seus sonhos realizados. Aqueles que estão realmente dedicados e comprometidos com o grupo eles têm uma qualidade de vida totalmente diferente do que tinham antes e a gente sabe que a gente pôde participar disso. Então se eu parar hoje como que eu faço, eu paro feliz porque a gente conseguiu

caminhar e eu tenho certeza que as pessoas conseguem caminhar sozinhas hoje, né? Por tudo o que a gente construiu. (...) **O Brejal sempre teve característica de produção. O Brejal sempre produziu foliosas porque o clima é propício a isso.** E a agricultura orgânica encaixou perfeitamente dentro do Brejal. Clima favorável, água com fartura, uma terra boa. **O Brejal é uma terra boa, não só de se viver, mas de produzir.** E a agricultura orgânica hoje é uma agricultura familiar e ela acaba se encaixando em pequenas propriedades, como você viu hoje. As famílias, em propriedades pequenas, conseguiram se organizar e ter uma qualidade de vida no seu ganha-pão de forma diferente, com um produto mais valorizado, um trabalho do agricultor mais valorizado. Uma coisa que eu acho bacana que hoje nós praticamos aqui é que o produtor hoje já semeia sabendo quanto vai vender e quanto vai receber, quanto vai ser pago. Antes, no sistema convencional, não era isso. Você plantava, às vezes nem vendia ou vendia muito barato. No orgânico não. Você tem um preço fixado. Esse preço só se mexe nele uma vez ao ano. Esse ano nem mexemos ainda. Não fizemos reunião na Associação para discutir o preço porque o país está num momento delicado politicamente, economicamente, então a gente achou melhor não mexer nisso. O Estado do Rio está falido, nós temos muitos clientes nossos que são funcionários do Estado, né? Então nós estamos meio cautelosos com isso. Mas na agricultura orgânica não tem crise não. Nós estamos com a energia renovada. Hoje nós trabalhamos com 120 variedades de plantas, incluindo as foliosas, as saladas, as ervas, os temperos, as plantas medicinais, as frutas das épocas, tem bastante coisa. (...) Então o grupo começou assim: seis famílias, aguerridas, que sabiam plantar, sabiam semear, sabiam colher e que tinham dificuldade de comercializar. Eu fui nascido e criado no campo, criado na enxada e criado na dificuldade. Mas no tempo em que eu

fiquei fora do Brejal, trabalhei com vendas. E eu tinha um produto só para vender, que era pó de café de uma pequena torrefação aqui de São José do Vale do Rio Preto. Então não era só eu chegar numa loja e dizer que o café era bom, eu tive que fazer um trabalho minucioso para poder introduzir um café novo com marca nova no mercado. Na época, eu lembro, fiz um trabalho em Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Itaboraí, Magé, parte de Friburgo. Então ali foi minha faculdade. Quando a gente começou com o grupo eu já tinha as duas experiências: a do campo, da roça, saber onde dói o calo do agricultor; e a da comercialização, saber conversar com as pessoas, apresentar o produto. Aí as coisas foram se encaixando. Na época que meu pai vendeu o sítio e a gente teve que sair daqui, a gente saiu daqui chorando. E hoje a gente está voltando rindo. A gente não entendia isso. Mas a vida dá voltas.

#### CAROLINE

Primeiro, a paisagem. **A paisagem urbana me agride bastante. Eu fico cansada de ver. É muita informação, muito concreto, carro, ônibus, barulho. Então tem o diferencial da paisagem e da sensação. Então o urbano é muito caótico e o rural é mais harmonioso, mais tranquilo, o olhar é mais sereno.** Você consegue ter mais calma, mais tranquilidade para fazer as coisas. Embora a vida rural seja muito dura, pois não tem as facilidades que o ambiente urbano te proporciona. Tem aquele lado que desestimula um pouco a gente que está acostumada a viver na cidade e ter os recursos sempre à mão, mas o ambiente rural me agrada muito por esse contexto mais sereno, mais harmônico, de imaginar que as coisas possam acontecer de forma mais natural e menos agressiva para a saúde humana e do planeta. Não que isso vá de fato acontecer, mas é um ambiente que te proporciona mais essa relação com outros elementos vivos ou não vivos que não só a espécie humana. A gente entender que a gente vive nesse sistema, é parte dele e não necessariamente a gente o

DAIANE

domina. **Você também pode ser dominado e o ambiente rural te joga isso na cara, você é só mais um.** A exemplo de um formigueiro que a gente tinha aqui que era gigantesco. Que bom que a gente é só mais um e pode fazer parte de um todo se ser o todo poderoso.

Hoje em dia já caiu naquela questão de achar a cidade grande, já tenho um pouco de preguiça, tem o problema do deslocamento, acaba sendo tudo muito longe e aí hoje em dia estou um pouco em crise com a cidade. Não necessariamente o Rio de Janeiro, em crise com as cidades grandes. Não penso em voltar para São Paulo e nem para nenhuma outra capital. **Então hoje em dia eu já estou nesse momento de pensar alternativas para sair daqui. Não tenho perspectivas de conseguir embora tão breve, mas já estou nesse movimento de aprender e pensar em fazer outra coisa da vida em uma cidade menor.** (...). Agora, o Alexandre, meu atual marido, ele gosta muito também. Tem essa relação com a roça. Ele é do Espírito Santo, mas a família da mãe dele é de Xerém. Então ele vinha passar as férias aqui em Xerém. A gente vai muito para lá também. A mãe dele mora em Cachoeira do Itapemirim, mas ele tem as tias que ainda moram em Xerém. Aí a gente costuma ir para lá e fica andando no mato e a gente vai trocando. Uma coisa que ele conhece e que eu conheço. Fica lá no livrinho também. **Então por isso que a gente fica buscando junto essas informações. Então por isso que a gente tem essa vontade de sair do Rio. Não é uma vontade só minha, é uma vontade nossa. Encontrei alguém que quer também. Tenho muita vontade de morar no campo. De morar na roça mesmo. De plantar. Se pudesse trabalhar e viver disso. Não era nem morar no campo e continuar trabalhando na cidade. Eu queria conseguir viver daquilo ali. De fazer alguma coisa relacionada. É um plano futuro. A gente está tentando construir e ver como vai funcionar. A**

gente gosta, mas a gente nunca trabalhou com isso, então é ainda um desejo. Mas nós estamos buscando. No carnaval fomos para uma Ecovila em Ubatuba fazer curso de permacultura. Nós já tínhamos ido para fazer curso de iniciação à permacultura e agora fomos para fazer de bioconstrução e produção de alimentos. Então a gente está buscando conhecimento para instrumentalizar esse plano de sair da cidade no futuro.

## EUTANÍRIA

Ah, muita [referindo-se à vontade de se mudar para o campo]. Aqui está muito agitado, muita violência. Apesar de que até no interior está violento, né? Mas, aqui está demais. Mas nunca tivemos contato com o campo. Foi só para um lugar ou outro. Como eu fui para o Brejal conhecer como eles plantam, como eles cuidam dos animais, que comida que eles dão para os frangos. Fomos eu, meu marido e meu filho conhecer o Brejal. Meu filho ficou encantado porque inclusive quando ele era menor, no colégio, perguntaram para ele de onde saía o alimento, ele disse que era do Mundial, né? (risos). Então isso mudou na cabeça dele. Mas ele era pequeno, tinha cinco anos. Agora ele está com 14. Mas lá no Brejal nós fomos há uns três anos. Foi antes de a feira inaugurar. A Janaína, quando ela estava aqui no Tribunal, ela disse que ia ter esse passeio no Brejal. Era o pessoal da feira da Glória que estava organizando. Nós fomos nas casas das famílias, circulamos no caminhão deles. Eles nos serviram almoço com tudo de lá. Tinha até fabricante de queijo, de doce, tudo de lá. Aí meu filho quando viu aquela mesa farta de verduras achou que não ia ter arroz com feijão... (risos). Eu até perguntei para o rapaz na feira se ia ter o passeio de novo, mas eles falaram que lá para agosto. **A cidade é uma selva de pedras, né? É pedra para tudo quanto é lado, você não vê terra.** Eu, quando comprei minha casa, queria ter terra. Mas aí não pude por causa da enchente. Tive que tirar toda a terra e botar cimento porque lá onde eu moro tem esse problema da enchente, pois tem um rio perto. O rio

Faria-Timbó. Em 2013 meu muro inteiro caiu porque o rio transbordou. Alagou minha casa toda. E eu não posso ter nada assim de terra porque a água infiltra. Ela passa por baixo e entra dentro de casa. Então tive de vedar tudo o que eu pude. Tive que adaptar a casa, botei válvula de retenção, comporta. Na rua dá dois metros de água e lá na minha casa dá um palmo. É uma lama preta bem suja, a água fica empoçada ali. E não cuidam do rio. Não sei o que é que acontece. As pessoas não têm consciência, jogam lixo na rua. E lá em casa já ficamos preparados. **O campo... o campo é vida. Você tem terra. Você tem a chuva. Você aproveita tudo isso. Deixa molhar. A chuva e o sol fazem parte da vida. Falta isso na cidade. As pessoas até podiam plantar mais.** Uma árvore frutífera. Eu até plantei na praça que tem em frente à minha casa. Mas as pessoas vão lá e arrancam. Não tenho tempo de ficar lá olhando, cuidando. Mas as pessoas que moram ali em frente podiam cuidar também. Na porta da minha casa tem uma pitanga, uma carambola e um flamboyant. Aí o vizinho reclamou que caia muita flor na casa dele. Então tive que cortar o flamboyant. Uma pena, mas ele reclamou e eu não queria incomodá-lo. Eu arranquei, matei o flamboyant, não teve como. Então se as pessoas colaborassem mais nos espaços, teríamos mais verde, mais plantas.

**MAGNA**

**Rural, na minha mente, vem a minha infância, que eu ia lá para Itaperuna, que a minha família ia lá e sempre acampava.** E toda vez que eu ouço essa palavra eu **imagino uma casa e muito distante outra casa... Mas eu sei que não é bem assim.** Por exemplo, eu trabalho em Caxias. Caxias é um município muito grande e tem quatro distritos. Lá em Caxias, em Xerém, há muitas escolas do campo que tem essa coisa da plantação na própria escola. São escolas que são muito distantes que a prefeitura tem o transporte próprio para levar professores e alunos. E não é tão distante assim. Sempre pensam que rural é lá em Minas, né? Ou

interiorzão do Rio, lá perto de Minas Gerais. Mas não, **aqui perto também tem comunidades rurais. E urbano é o que está mais próximo. Tem mais acesso de transportes e comércios. É isso.**

**EDMILZA**

**Rural, na minha cidade [Baía da Traição (PB)], era um carro que carregava o pessoal que recebia um dinheirinho da prefeitura para varrer a rua. Tipo a Conlurb. Não tinha esse negócio de serviço da prefeitura. Então lá eles pagavam bem pouco para as pessoas irem para a cidade varrer a rua. Meu pai trabalhava na roça. Eu ia muito buscar lenha com a minha mãe.**